

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
MESTRADO EM HISTÓRIA**

***OS NEGROS, A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA OS SEUS E O
ENTRELAÇAMENTO DESSES ESPAÇOS: ASSOCIAÇÕES E IDENTIDADES
NEGRAS EM PELOTAS (1820-1943)***

FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA

PORTO ALEGRE

2011

FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA

***OS NEGROS, A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA OS SEUS E O
ENTRELAÇAMENTO DESSES ESPAÇOS: ASSOCIAÇÕES E IDENTIDADES
NEGRAS EM PELOTAS (1820-1943)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientadora: Dra. Margaret Marchiori Bakos

Co-orientador: Dr. Karl Martin Monsma

PORTO ALEGRE

Dados Internacionais de
Catálogo na Publicação (CIP)

S586n Silva, Fernanda Oliveira da

Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943) / Fernanda Oliveira da Silva. – Porto Alegre, 2011.

228 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Dra. Margaret Marchiori Bakos.

1. Negros - Pelotas - História. 2. Negros - História Social. 3. Identidade Cultural. I. Bakos, Margaret Marchiori. II. Título.

Bibliotecário Responsável

Ginamara Lima Jacques Pinto

CRB 10/1204

FERNANDA OLIVEIRA DA SILVA

***OS NEGROS, A CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS PARA OS SEUS E O
ENTRELAÇAMENTO DESSES ESPAÇOS: ASSOCIAÇÕES E IDENTIDADES
NEGRAS EM PELOTAS (1820-1943)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História, na área de concentração em História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em 11 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Margaret M. Bakos (Orientadora) /PPGH-PUCRS

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner / PPGH-UFPeI

Profa. Dra. Regina Célia Lima Xavier /PPGH-UFRGS

Para Manuela, princípio de vida que com seu sorriso alegra meus dias. Com todo amor para minha mãe, dona Neuza, que mesmo enferma, em um leito de hospital público continua a me dar todo apoio do mundo, ao lado de quem escrevi a parte final desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Muitas foram as pessoas que acompanharam minha trajetória, sem dúvida cometendo algumas injustiças ao não nomeá-las, porém, segue um agradecimento mais que especial aos que me conduziram até aqui e aos que estão segurando minha mão no momento difícil em que me encontro:

A CAPES pela concessão de bolsa integral; Ao corpo docente do PPGH-PUCRS, em especial as professoras Maria Cristina e Janete, pelas calorosas discussões; aos funcionários da secretaria, Carla e Adilson. A COMCOR-PUCRS que autorizou a co-orientação do professor Karl Monsma (UNISINOS/UFRGS), assim como a constituição de banca examinadora composta por duas professoras que não fazem parte do corpo docente da PUCRS.

À Margaret Bakos, que mais que uma orientadora se demonstrou uma pessoa preocupada e compreensiva. Obrigada em especial pelas orientações finais feitas por telefone para que eu não tivesse que me ausentar de Pelotas; Ao Karl Monsma, que se interessou pelo meu problema de pesquisa e aceitou co-orientar essa pesquisa contribuindo muito para que eu alargasse meus horizontes. Orientador dedicado, competente e não menos compreensivo com meus problemas pessoais.

Às instituições e pessoas que permitiram o contato com as fontes históricas desse trabalho: Biblioteca Pública Pelotense, Catedral São Francisco de Paula, Clube Chove Não Molha, especialmente Enilda Chagas e Clube Fica Ahí, especialmente Raul e Rubinei; Ao Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, onde verdadeiramente aprendi a profissão de historiadora, em especial a Beatriz Ana Loner, Ivoni Mota, Mario Osorio Magalhães e Paulo Koschier, meus tropeços sem dúvida não foram estimulados por vocês.

Agradecer aos amigos pessoais não é tarefa fácil e tenho medo de não nomear alguns aqui, porém, pontuo meus agradecimentos sinceros a Carla, Patricia, Juliana e Viviani (UFPel), Marcelo, Joana, Cláudia, Ana e Ricardo (PUC-RS). Em especial aos amigos que considero parte da minha família, os quais estão sendo imprescindíveis nesse momento e nem me atrevo a tentar descrever o que fizeram e fazem por mim: Paulo, Jaqueline, Caiuá, Eliete, Joice, Silvia, Débora e Mario. Angela e Mariluci, as eternas *meninas do rá*, amigas, irmãs, mais que companheiras que a vida me presenteou, obrigada!

Aos meus pais, sem palavras! Ao meu irmão Alexandre. Aos meus tios e primos, em especial ao Ronaldo e Natália, que gentilmente me hospedaram no início do mestrado. Ao Andre pelo carinho, amor e apoio. Bruno e Juliana me proporcionaram um grande presente: Manuela!

Obrigada a todos por segurarem minha mão, me oferecerem seus ombros na sala espera da UTI, pelos telefonemas, pelas correntes de orações, preces e desejos de que minha mãe se restabeleça. Vocês estão ao meu lado há muito tempo, mas a força dada no momento atual tem sido a maior demonstração de amizade, amor e carinho que tive e verdadeiramente preciso.

À minha mãe todos os agradecimentos. Finalizar essa dissertação ao teu lado no hospital foi muito difícil, por vezes pensei que iria fraquejar. Escrevo estes agradecimentos na sala de espera da UTI com o desejo mais que profundo de que possas estar bem ao meu lado por muito tempo, o teu espírito guerreiro sempre me fez confiante mas os últimos dias tem sido os piores que vivemos e por vezes nossas forças parecem que estão acabando. Os frutos desse trabalho são todos para ti!

Encontrei minhas raízes

*Encontrei minhas origens
Em velhos arquivos
Livros*

*Encontrei
Em malditos objetos
Troncos e grillhetas*

*Encontrei minhas origens
No leste
No mar em imundos tumbeiros*

*Encontrei
Em doces palavras
Cantos*

*Em furiosos tambores
Ritos*

*Encontrei minhas origens
Na cor de minha pele
Nos lanhos de minha alma*

*Em mim
Em minha gente escura
Em meus heróis altivos*

*Encontrei
Encontrei-as, enfim
Me encontrei.*

(Oliveira Silveira, 1981)

RESUMO

O problema central dessa dissertação é analisar as associações negras pelotenses que permitiram a constituição de *uma* identidade negra positiva percebida em relação direta com o contexto relacional vivenciado em âmbito nacional e internacional. Ao abordarmos essa questão atentamos para as formas de resistência das coletividades negras em diferentes contextos relacionais. Destacamos ainda a busca por um entrelaçamento entre diferentes associações tendo como ponto em comum a identificação racial mediada pela busca por uma posição social diferenciada. Diretamente vinculado ao período do pós-Abolição almejava-se a cidadania em uma sociedade ainda muito preconceituosa racialmente. A delimitação espacial focaliza o estudo na então Vila de São Francisco de Paula a qual posteriormente foi elevada a cidade de Pelotas, localizada no extremo sul do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1829 a 1943. O recorte cronológico de nossa pesquisa engloba desde o espaço de tempo em que se mantinham as relações escravistas. Porém, nosso enfoque maior esteve centrado no período do pós-Abolição, o qual é o pano de fundo do segundo e terceiro capítulos. Destaca-se, então, o surgimento de associações em que a identidade racial aflorou em virtude da sociedade discriminatória vivenciada em Pelotas. Dentre estas associações destacamos o surgimento dos clubes sociais negros e suas atividades em conjunto, com ênfase para o surgimento da Frente Negra Pelotense e a busca por uma identidade racial que fosse comungada por todo o grupo negro local. Dessa forma, foi possível analisar como as associações negras estavam dialogando com doutrinas e medidas políticas nacionais e locais e desenvolvendo formas alternativas de integração em que mantinham sua identidade racial, sendo possível ainda efetuar um mapeamento das lideranças negras envolvidas no associativismo negro local. Esse entrelaçamento se encaminha para a interpretação de uma rede de movimento social que já vinha desenvolvendo-se desde a última década do século XIX. A pesquisa utiliza-se de fontes documentais diversas, como relatos de viajantes; registros de associações; livros de atas; artigos de jornais; estatutos de associações, além de dados referidos por outros estudos centrados na cidade de Pelotas.

Palavras-chaves: negros; associações negras; clubes sociais negros; identidade.

ABSTRACT

The central problem of this thesis is to analyze the associations of Afro-Brazilians in Pelotas that allowed the constitution of a positive black identity, perceived in direct relation to the national and international relational context they experienced. To approach this problem the forms of collective black resistance in different relational contexts were identified. We also identified the effort to construct a network of the different associations, which was based on racial identity mediated by the search for social distinction. In the post-abolition period, these actors wanted citizenship in a very racially prejudiced society. The study concentrates on the town of São Francisco de Paula, which later became the city of Pelotas, located in the far south of Rio Grande do Sul, between 1829 and 1943. This period includes the time of slavery – in which we discovered the existence of three black religious brotherhoods, followed by the maintenance of associations involved in efforts to liberate slaves. However, the principal focus is on the post-abolition period, which is the context of the second and third chapters. This thesis highlights the emergence of associations which cultivate racial identity as a response to the discriminatory society of Pelotas. Among these associations, we emphasize the emergence of Afro-Brazilian social clubs and their collaborative activities, with central emphasis on the Frente Negra Pelotense and the search for a common racial identity among local blacks. In this manner, it was possible to analyze how the black associations dialogued with national and local doctrines and political activities, and how they developed alternative forms of integration in which they maintained their racial identity. It was also possible to map the interwoven leadership of local Black associations. This interweaving leads to the interpretation of a social movement network that had been developing since the last decade of the 19th century. The research uses various kinds of documents, such as travelers' accounts; registers of associations; minutes of association meetings; newspaper articles; statutes of associations, as well as data provided by other studies focused on the city of Pelotas.

Keywords: Afro-Brazilians; associations of black people; black social clubs; identity.

SUMÁRIO

LISTA DE IMAGENS.....	13
LISTA DE TABELAS.....	14
SIGLA DOS ACERVOS.....	15
ABREVIATURAS.....	16
INTRODUÇÃO.....	18
1. ASSOCIATIVISMO NEGRO E A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS EM PELOTAS.....	29
1.1 Associativismo negro.....	32
1.1.1 Escravidão.....	33
1.1.2 Pós-Abolição	41
1.2 Onde se encontravam os negros em Pelotas e com o que se ocupavam?.....	44
1.2.1 Os negros na Pelotas escravista	49
1.2.2 O negro de Pelotas na historiografia	62
1.3 As irmandades negras e a constituição de identidades sociais durante a escravidão em Pelotas.....	66
1.4. Associações negras e a busca pela libertação dos escravos	73
2 O PÓS ABOLIÇÃO E O FOMENTO DE NOVAS ASSOCIAÇÕES NEGRAS: OS CLUBES NEGROS EM PELOTAS E A POSITIVAÇÃO DE SUA HISTÓRIA (1888-1931).....	80
2.1 O contexto historiográfico do pós-Abolição	84
2.2 Associações negras no pós-Abolição.....	91
2.2.1 Associações beneficentes.....	94
2.2.2 Associações de representação e luta política	96
2.2.3 Associações recreativas	101
2.2.4 Associações esportivas, jornais e dramáticas	102
2.2.5 Cordões carnavalescos	105
2.3 Só para comemorar os festejos de momo? Cordões, blocos e/ou clubes negros ...	110
2.3.1 Relações associativas do clube <i>Depois da Chuva</i>	111
2.3.2 Relações associativas do clube <i>Chove Não Molha</i>	113

2.3.3	Relações associativas do clube <i>Fica Ahí P’ra Ir Dizendo</i>	114
2.3.4	Relações associativas dos clubes <i>Está Tudo Certo</i> e <i>Quem Ri de Nós Tem Paixão</i>	115
2.4	Clubes negros: organização, atividades e interlocuções.....	117
2.4.1	Clube <i>Depois da Chuva</i>	119
2.4.2	Clube <i>Chove Não Molha</i>	121
2.4.3	Clube <i>Fica Ahí P’ra Ir Dizendo</i>	124
2.4.4	Clubes <i>Está Tudo Certo</i> e <i>Quem Ri de Nós Tem Paixão</i>	127
3.	IDENTIDADE(S) NEGRA(S) NOS CLUBES SOCIAIS NEGROS DE PELOTAS: AS IDEIAS E IDEAIS DAS LIDERANÇAS SOB INFLUÊNCIA DA FRENTE NEGRA PELOTENSE E A ALVORADA (1931-1943)	132
3.1	“ <i>A Alvorada</i> : um jornal em busca da emancipação de preconceitos”.....	135
3.1.1	Os negros no contexto do pós-Abolição pelotense.....	139
3.1.2	A luta por melhores condições de vida.....	141
3.2	“Necessitamos de instrução, muita instrução”: a <i>Frente Negra Pelotense</i> e “A Hora da Raça” nos clubes negros.....	146
3.2.1	A <i>FNP</i> e a valorização de <i>uma</i> identidade negra.....	151
3.2.2	Legião Feminina da <i>FNP</i>	156
3.2.3	A <i>Hora da Raça</i> nos clubes negros.....	158
3.3	A rede se consolida: membros dos clubes, articulistas do <i>A Alvorada</i> e militantes da <i>Frente Negra Pelotense</i>	160
3.3.1	A <i>FNP</i> e a rede em perspectiva.....	167
3.3.2	A <i>FNP</i> no I Congresso Afro Brasileiro do Recife.....	177
3.4	Ideários em ebulição nos clubes sociais: mestiçagem, branqueamento e a(s) identidade(s).....	179
3.4.1	Os clubes, a <i>FNP</i> e <i>A Alvorada</i>	184
3.4.2	Os clubes e a negação de valores estereotipados.....	185
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
	FONTES DOCUMENTAIS	202
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	203
	ANEXO A - Transcrição do registro da Irmandade de Nossa Senhora da Assumpção e Boa Morte.....	213

ANEXO B - Transcrição do registro da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição.....	214
ANEXO C - Transcrição do registro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.....	216
ANEXO D- Estatutos da <i>Frente Negra Pelotense</i>	217
ANEXO E - Discurso de Miguel Barros (representante da <i>FNP</i> no I Congresso Afro-brasileiro).....	222
ANEXO F - Transcrição de notícia referente à agressão sofrida pelo <i>Clube Chove Não Molha</i> em 1939.....	225
ANEXO G - Reprodução da Ata de fundação do <i>Clube Chove Não Molha</i>	228

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Aquarela <i>Dança de Negros</i> , de Hermann Hudolph Wendroth (1857).....	55
IMAGEM 2: Anúncio da Liga de Futebol Independente José do Patrocínio.....	104
IMAGEM 3: Festa dos países no <i>Depois da Chuva</i>	112
IMAGEM 4: Coroação da Rainha do <i>Depois da Chuva</i>	121
IMAGEM 5: Membros da orquestra do Cordão do <i>Fica Ahí</i> (1930).....	127
IMAGEM 6: Rodolfo Xavier.....	138
IMAGEM 7: Frentenegrinos.....	148
IMAGEM 8: Artigo da Campanha pró-educação.....	153
IMAGEM 9: Coluna da Legião Feminina da <i>FNP</i>	158
IMAGEM 10: <i>FNB</i> em correspondência com a <i>FNP</i>	168
IMAGEM 11: Protesto da <i>FNB</i>	170

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Irmandades negras pelotenses na primeira metade do século XIX.....	71
TABELA 2: Associações negras surgidas no ultimo quartel do regime escravocrata em Pelotas.....	78
TABELA 3: Associações negras surgidas no pós-Abolição em Pelotas.....	105
TABELA 4: Associações pelotenses que mantiveram relações com os Clubes Sociais entre 1920 e 1930.....	116
TABELA 5: Mapeamento da rede a partir das lideranças e associações negras existentes no pós-Abolição em Pelotas.....	166

LISTA DE SIGLAS DOS ACERVOS

BPP- AH: Biblioteca Publica Pelotense – Arquivo Histórico

CSFP: Catedral São Francisco de Paula

LISTA DE ABREVIATURAS

FNP: Frente Negra Pelotense

LAAGCNM: Livro de Atas de Assembléia Geral do Clube Chove Não Molha

LAAGFA: Livro de Atas de Assembléia Geral do Clube Fica Ahí Pra Ir Dizendo

LADCCNM: Livro de Atas de Diretoria do Clube Chove Não Molha

LADCFA: Livro de Atas de Diretoria do Clube Fica Ahí Pra Ir Dizendo

LT- Livro do Tombo da Freguesia de São Francisco de Paula

INTRODUÇÃO

Ao adentrar na vida escolar, com seis anos me deparei com uma situação embaraçosa, era então aluna de uma pré-escola, até o momento não havia me deparado com uma situação que me fizesse refletir sobre a minha identidade. Porém, naquela tarde a professora me solicitou que deixasse a mesa que dividia com outras três colegas para passar a ocupar a mesa de um colega novo, fiquei chateada, pois não o conhecia e não era de meu interesse abandonar minhas colegas. Porém, ao chegar em casa muito chateada coloquei a situação para minha mãe, e respondendo aos seus questionamentos informei que não era mais a única negra da classe, visto que o novo colega era também negro. Minha mãe com toda paciência e delicadeza me fez perceber que estava passando pela primeira situação de preconceito racial em minha vida, e já ciente de que isto poderia ser uma constante me fez perceber que a *culpa* não era minha, mas da posição preconceituosa da professora da classe e que eu não deveria me envergonhar de *ter a cor* diferente dos demais colegas. Minha mãe dirigiu-se rapidamente a escola e no final do dia a professora foi pessoalmente a minha casa pedir-me desculpa. Minha mãe não me relatou de que forma se deu a conversa com a professora, no entanto, acredito que não tenha sido tão calma quanto foi comigo, sem dúvida foi uma situação de embate e defesa.

A situação de ser a única menina negra da classe manteve-se por boa parte do ensino fundamental, o que fazia com que eu me questionasse sobre isso. As conversas em família foram me despertando o interesse pela história que não me era passada na escola, comecei a ficar insatisfeita com a forma como o negro era retratado pelos livros didáticos e, conseqüentemente, pelas professoras. Essa situação se intensificava durante as comemorações da Revolução Farroupilha, visto que diariamente tínhamos de entoar o hino riograndense, o qual apresenta em parte de uma estrofe: “*povo que não tem virtude, acaba por ser escravo*”. No momento, ainda não estava ciente de que outras civilizações além da africana passaram pelo sistema escravista, e fazia uma relação direta de negros com escravos. O *não ter virtude* era para mim algo inconcebível em função de minhas raízes, com as quais felizmente ainda convivía, e que me relatavam histórias repletas de agência e atos de insubmissão. Neste ínterim nascia em mim o interesse pela história dos negros, o que culminou com minha busca pela graduação em história.

Ao adentrar na graduação pude participar de pesquisas centradas na história dos oriundos do cativo, aproximando-me então do *pós-Abolição enquanto problema*

histórico. Estas pesquisas proporcionaram o contato com a perspectiva de análise que busca os negros escravos, assim como os nascidos livres e seus descendentes enquanto agentes de sua história, sujeitos capazes de agirem, resistirem e negociarem dentro de um campo de ação por vezes restrito, mas que não impediu a sua organização. A pesquisa sobre associativismo negro acabou por se colocar enquanto muito interessante e importante para captar a organização negra no tocante a manifestação da identidade negra. A sistematização de minha reflexão pode ser melhor trabalhada com a redação de meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “*Raça, sociabilidade e identidade num clube pelotense: Clube carnavalesco negro Fica Ahí Pra Ir Dizendo (1938-1943)*”. O contato com as fontes proporcionado por este trabalho serviu de base para os questionamentos aqui abordados, assim como apontaram o caminho a ser verificado na historiografia trabalhada.

A análise seguida nessa dissertação se apóia na intersecção entre a história social e a história cultural, para assim perceberemos formas de organização dos negros pelotenses entre o Império até o Estado Novo. Os quais, muitas vezes, eram insignificantes aos olhos da elite branca e, às vezes, a primeira vista, invisível nos documentos oficiais. O problema central dessa dissertação é analisar as associações negras pelotenses no tocante a constituição de *uma* identidade negra positiva percebida em relação direta com o contexto relacional vivenciado em âmbito nacional e internacional. Nesse sentido, trabalhamos para esta pesquisa com fontes produzidas principalmente pelas associações negras locais, como por exemplo, estatutos; atas de diretoria e assembléia e artigos veiculados no jornal voltado à comunidade negra local – *A Alvorada*. É importante destacar a utilização de jornais na pesquisa desenvolvida. Nestes, procuramos informações sobre o preconceito racial existente, ou não, em Pelotas, no período estudado. Dessa forma, entende-se o jornal como uma importante fonte para este estudo, já que, como diz Joana Maria Pedro, “foi este veículo que, no cotidiano, expressou os sentimentos, as angústias e os medos de uma classe, [...]” (PEDRO, 1988, p. 30). Para isso, como lembra Cláudio Elmir, devemos fazer uma leitura intensiva destas fontes, pois:

[...] é preciso não desconsiderar, (...) a defasagem que existe entre a formulação do discurso inscrito no periódico em relação à nossa experiência de leitura. Um pesquisador não pode ‘passar os olhos’ sobre o jornal, senão como primeiro passo para detectar, dentro do universo de seus interesses, onde está o texto que merece a sua leitura intensiva (ELMIR, 1995, p. 22).

E ainda, segundo o autor, devemos “distinguir entre aquilo que é significativo para a compreensão do nosso objeto daquilo que é fortuito, casual” (ELMIR, 1995, p. 25), sendo também, necessário analisar o maior número possível de jornais, que com o auxílio de outras fontes, nos aproximam de uma garantia da informação.

Os jornais que contribuíram com a pesquisa circularam na cidade de Pelotas no período entre 1920 e 1950. Entre os jornais pesquisados está “*A Alvorada*”, que se dirigia principalmente para a população negra da cidade de Pelotas, abordando questões referentes à discriminação do negro, trabalho e trabalhadores, esportes, organização e atividades de clubes negros. Outros jornais da cidade como “*A Opinião Pública*” e “*Folha do Povo*”, costumavam abordar as associações, principalmente os clubes sociais no período do carnaval, de uma forma mais generalizada apresentando a amplitude das festas na cidade, as transformações do carnaval e das formas de participação dos clubes negros no carnaval de Pelotas, ao longo do período pesquisado.

A análise destas fontes a fim de compreender as associações negras enquanto espaços formadores de identidades negras embasa-se na perspectiva de análise, que concebe os documentos enquanto frutos de um contexto histórico específico e exemplificadores de parte da concepção de sociedade esposadas pelos sujeitos membros. Assim, de acordo com Sidney Chalhoub (1990) o qual trabalha com a temática do negro e é um dos expoentes da história social no país: “O historiador [...] através de um esforço minucioso de decodificação e contextualização de documentos, pode chegar a descobrir a ‘dimensão social do pensamento’” (CHALHOUB, 1990, p. 16).

A história social desenvolvida no país foi e continua sendo influenciada pelos estudos desenvolvidos por E. P. Thompson, o qual buscou perceber a agência dos indivíduos comuns, das pessoas simples, e o papel desenvolvido por estes na sociedade. Embora o contexto de suas pesquisas fosse outro, assim como os agentes da história, lançou-se um olhar para a *história dos de baixo*. Nesse sentido, a história da escravidão e do pós-Abolição passou a buscar os indivíduos escravizados e oriundos desses nessa sociedade tão fortemente marcada por um preconceito de cor e que delegava aos negros posições secundárias.

Um dos objetivos desse estudo visa o diálogo com os estudos centrados na concepção dos negros enquanto sujeitos de sua história. Objetivamos assim demonstrar a agência dos negros locais no sentido de construir espaços próprios, nos quais encontraram lugares possíveis de negociação e resistência em uma cidade pautada por

valores elitistas. Nesse sentido, destacamos que no primeiro capítulo realizamos uma discussão da bibliografia relacionada ao associativismo negro, em uma perspectiva abrangente, detendo-nos não somente em nosso contexto geográfico, mas buscando uma percepção geral do país assim como da América afro-latina. Os estudos evidenciados por nós tendem a seguir a perspectiva de análise que concebe os negros enquanto sujeitos capazes de agir e de se organizar em torno de causas diversas. Ainda nesse capítulo, contextualizamos o local dessa pesquisa, Pelotas, destacando a presença negra no período escravocrata, com destaque para seus costumes e funções, visando perceber a circularidade negra nos espaços da cidade, fossem eles rurais ou urbanos.

Tendo como objetivo perceber as primeiras associações negras na cidade, assim como os meandros que proporcionaram o desenvolvimento de uma complexa organização negra na cidade no pós-Abolição buscamos as associações que congregaram negros no período escravista na cidade. Em um primeiro momento detectamos o surgimento de três Irmandades negras¹, surgidas a partir de 1821; estas congregações religiosas fizeram com que atentássemos para o caráter diferenciador proporcionado pela identidade social. A identidade social aqui é tomada enquanto uma identidade do grupo perante a sociedade, perspectiva desenvolvida por Roberto Cardoso de Oliveira (1976). Em um segundo momento, abordamos sete associações envolvidas com as propostas abolicionistas². Foi possível dividir essas últimas em dois grupos: as beneficentes e os clubes pró-abolição. As primeiras estavam vinculadas à questão das identidades sociais em relação aos sujeitos desse processo histórico. As segundas, ao processo de trabalho. As associações criadas em função da abolição nos permitiram acesso à fontes mais detalhadas, o que possibilita identificar a circulação de alguns membros por diferentes associações, não somente do período como no pós-Abolição. Esta circularidade de membros nos permite inferir que as mesmas foram os primórdios de um associativismo negro organizado, o qual serviu de base para as associações posteriores.

A construção do primeiro capítulo proporcionou o diálogo com a historiografia da escravidão e também do negro livre, encontramos então a influência dos estudos de

¹ *Irmandade Nossa Senhora da Conceição* (1820-1915); *Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte* (1829-1915); *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário* (1831-1915).

² *Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança* (1878-1880); *Sociedade Beneficente Feliz Esperança* (1880-1917); *Sociedade Beneficente Fraternidade Artística* (1880-1911); *Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas* (1881-1916); *Club Abolicionista* (1882-1884); *Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade* (1882-existe em 1884); *Entidade de representação política unificada da raça Centro Ethiópico* (1884-1895).

outros historiadores sociais, como Christopher Hill e Eric Hobsbawm³. Estes estudos, os quais ganharam força a partir da década de 1980, tendem a privilegiar as experiências, priorizando o indivíduo (não se colocando enquanto uma abstração), o qual se explica então a partir do grupo social em que está inserido, tendo-se aqui os sujeitos históricos. A história social contribui enquanto embasamento teórico-metodológico, visto que concordamos com as abordagens que buscam as diferentes experiências dos atores sociais enquanto objeto de análises, no nosso caso os negros. A história social, conforme desenvolve Castro (1997), fornece um “nexo básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivas – *sociais* – na explicação histórica” (1997, p. 54)⁴.

Não obstante, os estudos culturais trazem inúmeras contribuições à análise da própria cultura e também da identidade, destacando-se nesse sentido a abordagem proposta por Hall (2006) em relação às culturas e identidades e, sua ligação com a teoria advinda da história social, para tal ele invoca os trabalhos clássicos de Raymond Williams e E.P.Thompson⁵. Em relação à cultura, Hall destaca que conforme Williams percebe-se duas maneiras diferentes de concepção desta, sendo que por um lado tem-se a relação da cultura com a “soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns” (HALL, 2006, p. 126), por outro lado tem-se uma visão mais antropológica, destacando-se nesse ponto a influência dos trabalhos de Thompson e as relações entre a História e a Antropologia⁶. Nesse ponto o autor destaca a importância dada por Williams ao “aspecto de ‘cultura’ que se refere às *práticas* sociais” (HALL, 2006, p. 127). Seguindo ainda as análises presentes neste autor, a passagem seguinte sintetiza a importância dos estudos culturais para o objeto da pesquisa aqui proposta:

³ Dentre a produção historiográfica de Christopher Hill, destacamos: *O Mundo de Ponta-Cabeça: Ideias Radicais na Revolução Inglesa de 1640*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Em Eric Hobsbawm destacamos *Mundos do Trabalho: Novos estudos sobre a história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989; *A era do capital: 1848-1875*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979; *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; *Era dos extremos: o breve século XX 1914–1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁴ Ainda no tocante ao debate historiográfico e perspectivas de análise em história social foi importante, e serviu de subsídio, a análise desenvolvida em Hobsbawm, 1998 p. 83-105.

⁵ WILLIAMS, Raymond. *Cultura e sociedade 1780-1950*. São Paulo: Nacional, 1969; THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁶ Nesse sentido foi de grande valia além dos trabalhos desses autores, um texto em particular: THOMPSON, E.P. *Folclore, antropologia e história social*. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. p. 227-267.

“A Cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas – ‘dentro de identidades e correspondências inesperadas’, assim como em ‘descontinuidades de tipos inesperados’– dentro ou subjacente a todas as demais *práticas* sociais. A análise da cultura é, portanto, ‘a tentativa de descobrir a natureza da organização que forma o complexo desses relacionamentos’” (HALL, 2006, p. 128).

No segundo capítulo a perspectiva dos estudos culturais foi de grande valia ao contextualizarmos as associações criadas por e para negros no pós-Abolição. Ao depararmos-nos com a gama de associações criadas no período, assim como a abrangência que as mesmas alcançaram é possível captar a sociedade pelotense da época, bem como as doutrinas que estavam em voga, mas perante as quais os negros envolvidos nessas associações queriam se contrapor. O acionamento de uma identidade racial fica evidente ao percebermos os objetivos das associações negras do período, assim como nos auxilia na percepção da identidade em sua vertente contrastiva (OLIVEIRA, 1976), visto o embate existente com os preconceitos da época e a busca pelas associações demonstra uma procura pelo afastamento e negação destes estereótipos. Essa perspectiva é percebida com maior ênfase ao analisarmos o papel e o ritmo dos clubes negros relacionados às mudanças advindas, e/ou esperadas do pós-Abolição. Os clubes sociais negros acabaram por se colocarem como a expressão máxima da busca por uma identidade negra positiva, visto primarem por um espaço que, mesmo quando não restrito a negros, exteriorizava uma identidade negra e preocupava-se com a manutenção de espaços em que os negros não passassem por constrangimentos proporcionados pelo preconceito dos não negros. Buscamos ainda evidenciar os objetivos em torno dos quais estes clubes estavam engajados atentando para uma possível relação com os objetivos destacados pela historiografia no tocante a busca pela inserção no mercado de trabalho e por cidadania, tendo como fio norteador do capítulo, assim como de todo o trabalho, a atenção voltada para a constituição de uma identidade negra positiva.

A estrutura do capítulo apresenta três partes, na primeira realizamos uma discussão histórica da percepção do *pós-Abolição enquanto problema historiográfico* visto acreditarmos que os objetivos em torno dos quais os negros estavam engajados diferenciaram-se de acordo com o momento histórico e conjectural do país. Esta influência atinge também a questão da identidade, a qual é relacional e contextual, o que justifica sua alternância e novas roupagens, tendo, porém, como fio condutor da pesquisa, a busca pela exteriorização aos *outros*, de uma identidade negra positiva.

Outros estes que não somente não negros, mas também negros que não esposavam dos objetivos pleiteados pelos membros diretivos das associações de caráter racial. Na segunda parte apresentamos e discorremos sobre os principais objetivos e ações das associações negras pelotenses que surgiram no pós-Abolição. A terceira parte demonstra a efervescência carnavalesca que atingiu a cidade nas três primeiras décadas do século XX. Este período viu o surgimento das associações negras mais longínquas da cidade e vinculadas à questão da identidade racial, os clubes sociais negros: *Depois da Chuva*, fundado em 19 de fevereiro de 1916; *Chove Não Molha*, fundado em 26 de fevereiro de 1919; *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, fundado em 27 de janeiro de 1921; *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, fundado no ano de 1921 e o *Está Tudo Certo*, fundado no ano de 1931. Estes clubes foram abordados destacando suas atividades, organizações e interlocuções.

Nesse sentido é importante destacar que as principais fontes⁷ propostas para esta pesquisa compõem-se de atas de reuniões nas quais se discutiam não apenas a vida cultural das associações, mas também os ínterins, os micro-cosmos. Sendo justamente na tentativa de reconstrução destes micro-cosmos que se insere a importância dos estudos culturais. Estes nos auxiliam na compreensão da organização e dos complexos relacionamentos percebidos através dos relatos das reuniões.

A historiografia brasileira, em relação aos estudos de escravidão e pós-emancipação, tem estado em sintonia com a história social pretendida e desenvolvida pelos expoentes mencionados anteriormente. É possível destacar que estes estudos⁸ enfocam a revisão, teórica e empírica, do dinamismo imposto à história e as divisões sociais, assim como as identidades e estratégias sociais nesses *Brasis* (CASTRO, 1997). Porém, em muitos dos estudos brasileiros é inexistente o diálogo entre os estudos da escravidão e pós-emancipação (NEGRO e GOMES, 2006).

Não obstante, a história do negro livre ainda é pouco trabalhada pelos historiadores em se tratando de Brasil e, especificamente, em se tratando do estado do Rio Grande do Sul, o qual concentra as análises principalmente na colonização italiana e alemã. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objeto os negros que vivenciaram o pós-abolição, especialmente na cidade de Pelotas. A qual se caracteriza pela grande

⁷ As fontes mencionadas ao longo da Introdução são citadas nos capítulos e suas referências completas encontram-se na íntegra ao final da dissertação, assim como a bibliografia completa.

⁸ Dentre esses destacamos os trabalhos de CHALHOUB (1990, 2001); CASTRO (1995, 1997); GILL E LONER (2007); LONER (1999; 2001; 2007); MOREIRA (1996; 2003); RIOS (2005); RIOS; MATTOS (2004).

presença de negros oriundos da indústria saladeiril desenvolvida a partir das últimas décadas do século XVIII e estendendo-se até as primeiras décadas do século XX com o advento dos frigoríficos (MAGALHÃES, 1993).

Com a abolição da escravidão em 1888 a população negra no Rio Grande do Sul já apresentava um número bem pequeno em relação à população em geral, perfazendo cerca de 10% do total (LONER, 2001). No entanto, se faz necessária a ressalva de que essa percepção numérica pode estar vinculada às questões de reconhecimento da cor, ou seja, de nomeação no pós-Abolição, como constatou Mattos (1998) para a região Sudeste no mesmo período. A imigração e o tráfico interprovincial, os quais alteraram drasticamente a composição étnica do sul do país, fez com que o interesse pela trajetória dos libertos e negros livres do período do pós-abolição fosse, em grande parte, negligenciada pela historiografia regional (XAVIER, 2007).

Em princípios da década de 1940, a contribuição do negro para o desenvolvimento dos estados sulinos começou a ser apontada, destacando-se o trabalho clássico de Laytano (1942) para o Rio Grande do Sul, que se deteve em analisar *Alguns aspectos da história do negro* no Estado (LAYTANO, 1942). Os estudos sobre escravidão e pós-Abolição no sul do país começaram a ganhar destaque em nível acadêmico com os trabalhos orientados por Florestan Fernandes, dos sociólogos Fernando Henrique Cardoso (1962), que analisou a sociedade gaúcha, e Octavio Ianni (1960), que se deteve à sociedade catarinense. Porém, esses estudos centraram-se mais à sociedade escravocrata tida como principal responsável perante o presente capitalista das relações sociais no país. Estes autores, Fernandes, Cardoso e Ianni, fazem parte do que ficou conhecida como “Escola Sociológica Paulista”, caracterizando a segunda etapa dos estudos sócio-históricos que tem como objeto os escravos e seus descendentes.

No Rio Grande do Sul, os estudos referentes ao negro no pós-Abolição ainda são minoria em comparação com a produção sobre a colonização e imigração européias (açoriana, alemã, italiana, etc.) e os trabalhos sobre a escravidão. Os negros no sul foram apontados por alguns autores, dentre estes destacam-se Nestor Ericksen (1940), Dante de Laytano (1942), Guilhermino César (1970), Cláudio Moreira Bento (1975)⁹ e Margaret Bakos (1982).

⁹ Presentes em XAVIER (2007).

As discussões em torno dos negros no Brasil, nas últimas décadas, alcançaram destaque nas produções historiográficas, principalmente amparadas pela abordagem teórico-metodológica de História Social. Grande parte dos historiadores centra seus estudos nas “minorias” e, nas influências da ideologia dominante sobre os menos favorecidos socialmente. Estes estudos têm evidenciado, principalmente, o mundo escravista e suas relações. Porém, ao abordar o período do pós-Abolição os estudos tendem a perceber os negros dentro do prisma do trabalho, somado à massa de trabalhadores brasileiros, e ao perceber diferenças étnicas, essas são principalmente evidenciadas em contraposição aos imigrantes, embora, conforme destacado em Negro e Gomes (2006) os estudos comecem atualmente a apontar novos caminhos e percepções. O associativismo insere-se nessa mesma perspectiva de análise dentro da História, evidenciando assim, por vezes, o caráter étnico, mas destacando-se o enfoque classista.

No entanto, há uma carência de estudos acadêmicos referentes às organizações dos movimentos sociais entre os negros no período subsequente à escravidão no Brasil. Mesmo sendo uma constante em diferentes cidades, o estabelecimento dessas organizações, principalmente na segunda década da República e permanecendo até a metade do século XX, em algumas cedendo lugar ao surgimento das Escolas de Samba. São poucas ainda as pesquisas que se detêm ao surgimento dessas organizações, principalmente no pós-Abolição¹⁰.

Em Pelotas, o negro foi o trabalhador por excelência no período do pós-Abolição, conforme é destacado na análise de Loner (1999) sobre a construção da classe operária nas cidades de Rio Grande e Pelotas. A autora busca essa construção, através das entidades, não somente classistas, mas também as que, embora de outro tipo, evidenciavam a participação de trabalhadores, e então se destaca a grande participação de negros, não somente entre seus membros, mas também nos cargos diretivos. Ao tratar das duas primeiras décadas do século XX, seu estudo alerta para uma modificação e reestruturação das mesmas, sendo que principalmente as entidades de cunho beneficente deram lugar às de cunho recreativo e carnavalesco. Nesse sentido a sociabilidade negra ganhou destaque entre as associações negras da cidade através principalmente dos cordões carnavalescos. As análises desenvolvidas por esta autora foram de fundamental importância para a realização desta pesquisa.

¹⁰ Dentre os trabalhos que enfocam essas associações têm-se os trabalhos de LEITE (1996); MÜLLER (1999); GERMANO (1999); LAZZARI (1998); LONER (1999, 2001); LONER; GILL (2007); GILL; LONER (2007).

No terceiro capítulo pudemos perceber a complexidade da rede associativa negra desenvolvida na cidade, rede esta que já havia sido apontada pelas análises de Loner (2001; 2008). Essa complexidade evidencia um combate maior à discriminação racial no país. Foi a conjuntura política da década de 1930, e após, 1940, que deu o pano de fundo para este capítulo. Buscamos explorar a ideia de que a *Frente Negra Pelotense*, associação de reivindicação política, representou um momento de tensão dentro do meio negro pelotense, a partir da participação efetiva ou não dos clubes negros e também da ação efetiva junto à etnia afro-descendente no sentido de colocarem-se todos como negros, sem diferença de tonalidade da pele ou classe social. Agindo assim na formação de uma identidade étnica desses, ou até mesmo, como uma imposição de identidade étnica, vinda dessa entidade política, as quais os clubes davam respostas diferentes. Pois foi possível perceber que alguns desses Clubes participaram diretamente das atividades da Frente, enquanto outros tiveram uma participação apenas aparente.

Destacando-se nesse ponto então o objetivo de buscar, através da pesquisa que aqui se propõe, a forma como os clubes negros vivenciaram o período do pós-Abolição e a discriminação como fator importante para formar uma identidade étnica ou não, assim como os reflexos da ideologia dominante no meio negro e as características inerentes aos diferentes segmentos desse grupo, visto que o estudo desenvolvido por Gill e Loner (2007) sugere uma diferença entre os elementos constituintes de cada um desses clubes. Como por exemplo, o *Fica Ahí*, congregaria uma “elite negra”, podendo aproximar-se do que Andrews (2007) em estudo centrado na *América Afro-latina* denomina como classe média negra. Tem-se o referido clube como de “elite negra” visto que seus membros possuíam empregos fixos e podiam arcar com o alto grau restritivo de associação, enquanto clubes como *Chove Não Molha* e *Depois da Chuva* congregariam elementos mais populares e com menor rigor quanto à associação.

O terceiro capítulo da dissertação concentrou-se em uma análise das decisões dos membros diretivos dos clubes sociais negros, com destaque para os clubes *Chove Não Molha* e *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*¹¹, e da *Frente Negra Pelotense (FNP)* ao longo da década de 1930 até 1943. Buscamos através da análise de práticas sociais, culturais e políticas dessas pessoas, identificar posturas para com a formação de uma identidade étnica. Destacamos ainda o diálogo travado com o momento histórico vivenciado

¹¹ A atenção específica a estes dois clubes efetuou-se em virtude das fontes, visto termos podido localizar e acessar as atas de diretoria e assembléia dos mesmos, enquanto que em referência aos demais clubes, este material não foi encontrado.

atentando para a inclusão ou não do processo de incorporação de uma moral branca civilizadora por parte da direção ou integrantes dos clubes sociais após a manutenção da *FNP*.

O capítulo final dessa dissertação, a fim de alcançar o objetivo anteriormente mencionado, dividiu-se em quatro tópicos: o primeiro analisou o hebdomadário negro *A Alvorada* no tocante aos seus mantenedores e objetivos pleiteados pelos mesmos, assim como o diálogo com as demais associações negras locais; o segundo abordou a *FNP* e sua interlocução com os clubes sociais negros e outras associações; o terceiro tópico concentrou-se em mapear as lideranças que estavam atuando nas diferentes frentes do movimento negro, o qual se consolidou com a interlocução entre a *FNP*, *A Alvorada* e os clubes sociais negros; o quarto tópico dedica uma atenção especial a dois clubes sociais negros – *Chove Não Molha* e *Fica Ahí P’ra Ir Dizendo* – atentando para os diálogos com o momento político proporcionado pelo Estado Novo (1937-1943), assim como uma postura de resistência contribuindo para formação de uma identidade étnica, ou de incorporação de uma moral branca civilizadora por parte da direção ou integrantes dos clubes.

De uma maneira geral buscamos ao longo dos capítulos enfatizar a ação dos negros pelotenses que buscaram constituir e manter espaços próprios. Nos quais pudessem congregiar homens e mulheres em um ambiente afastado dos constrangimentos raciais, mas que em função do preconceito racial vivenciado não apenas durante a escravidão, mas também durante o pós-Abolição buscaram unificarem-se em grupos para afirmarem uma identidade negra e a exteriorizarem aos *outros*.

1. ASSOCIATIVISMO NEGRO E A CONSTITUIÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS EM PELOTAS

“Então, olhemos a história *como* história – homens situados em contextos reais (que eles não escolheram) e confrontados perante forças incontornáveis com uma urgência esmagadora de relações e deveres, dispondo apenas, de uma oportunidade restrita para inserir sua própria ação – e não como um texto para fanfarronices do tipo *assim deveria ter sido*.”
(THOMPSON, 2001, p.140)

A nossa ideia sobre associativismo negro, durante a escravidão e no pós-Abolição, é de que esses sujeitos membros buscaram, em rede ou não, negociar mesmo em uma sociedade tão restritiva e preconceituosa quanto a sociedade brasileira os preceitos que conferiam status sociais diferenciadores em busca dos seus próprios espaços. Apresentavam ainda, nuances, as quais passamos a abordar, lançando olhar específico a partir do contexto relacional da cidade de Pelotas.

Esta análise tem como objetivo evidenciar o contexto em que surgiram os espaços de sociabilidade negra, com vistas a demonstrar a presença negra na cidade, na medida em que nosso tempo de análise é tão remoto. Em vista disso, alguns *historiadores*, principalmente do século XIX e princípios do XX, continuaram constituindo ideias referentes aos negros pelotenses tomando como base as amarras e preconceitos advindos dos escritos dos viajantes e reproduzindo ideias vinculadas a sociedade na qual esses viajantes estavam inseridos.

Por tal razão, acreditamos que buscar as iniciativas dos negros, em uma perspectiva thompsoniana, implica trazer a agência dos homens comuns, a voz deles a partir de suas experiências, o que já vem sendo desmistificado em estudos produzidos principalmente a partir da década de 1980. Contamos com fontes primárias, os documentos sobre e/das associações, e nos empenhamos a valorizar de forma crítica a historiografia produzida sobre as associações na cidade buscando nas informações sobre os espaços a circularidade negra¹² em geral que ali existiram.

¹² Entendemos por circularidade negra, os espaços nos quais homens e mulheres negros estavam presentes, englobavam não apenas o local de trabalho, com destaque para as charqueadas, mas também, e principalmente o espaço da rua, no espaço urbano, e dos matos e áreas circundantes as charqueadas nos quais eles podiam efetivamente formar espaços próprios e desenvolver suas atividades longe da vigilância dos senhores e autoridades responsáveis pelo controle de escravos e dos negros em geral, tendo presente que o estigma da cor se manteve mesmo em relação aos libertos e/ou livres. Essa perspectiva esteve presente na análise desenvolvida por AL-ALAM (2008), o autor trabalhou com esse entendimento de circularidade negra enquanto um de seus argumentos centrais a fim de captar um fragmento da vida

Para melhor compreender e adentrar nos objetivos em torno dos quais os negros estavam engajados, apresentamos inicialmente uma revisão bibliográfica centrada no associativismo negro. Em um segundo momento, abordamos a localidade de Pelotas, com enfoque na presença negra durante a escravidão, a qual na década de 1880 chegou a alcançar cerca de seis mil negros, e nas suas ocupações¹³ a fim de percebermos as possibilidades de circularidade negra no espaço rural e urbano.

Neste capítulo apontamos dez associações que congregaram negros em Pelotas nos anos que precederam à abolição¹⁴. Abordamos, em primeiro lugar, as três primeiras associações negras surgidas na cidade¹⁵, as irmandades fundadas por negros, seguidas pelas sete associações que tinham no seu fundamento a proposta abolicionista na cidade¹⁶. Dividimos essas últimas em dois grupos: as beneficentes e os clubes pró-abolição. Ao focar suas ações verificamos uma mudança de lógica, que vamos demonstrar. As primeiras estavam vinculadas à questão das identidades sociais em relação aos sujeitos desse processo histórico. As segundas estavam vinculadas ao processo de trabalho nos objetivos dessas associações enquanto importantes fatores de identidades sociais.

A identidade social é tida como a identidade conferida pelo grupo relacionada à posição na sociedade. Tomamos de empréstimo aqui o sentido desenvolvido por Roberto Cardoso de Oliveira (1976) para o qual esta é uma das dimensões da ideia de identidade, complementada pela identidade pessoal. Nesse sentido, o autor destaca que:

cotidiana. A partir da análise de processos criminais, foi possível traçar os locais frequentados pelos sujeitos que de alguma forma burlavam a lei na Pelotas oitocentista.

¹³ Neste capítulo apresentaremos uma síntese das atividades nas quais os negros se detinham principalmente a partir do trabalho desenvolvido nas charqueadas.

¹⁴ Foi possível identificar com o auxílio de fontes, primárias e secundárias listadas ao longo do capítulo, 10 associações com grande presença de negros, quando não exclusivamente, durante o período escravocrata na cidade, seguidas por dois jornais vinculados a causa abolicionista – *A Voz do Escravo* e *O Ethiópico* – os quais tiveram entre seus mantenedores ou idealizadores homens negros. Destacamos então as seguintes associações: *Irmandade Nossa Senhora da Conceição*; *Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte*; *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário*; *Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança*; *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*; *Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas*; *Sociedade Beneficente Fraternidade Artística*; *Club Abolicionista*; *Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade*; *Entidade de representação política unificada da raça Centro Ethiópico*. Utilizamos-nos do critério de auto-identificação de associações criadas por negros ou as que as fontes permitiram essa percepção. Interpretamos como negros todos os indivíduos identificados nas fontes como pretos, crioulos, pardos, negros e etiópicos.

¹⁵ *Irmandade Nossa Senhora da Conceição* (1820-1915); *Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte* (1829-1915); *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário* (1831-1915).

¹⁶ *Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança* (1878-1880); *Sociedade Beneficente Feliz Esperança* (1880-1917); *Sociedade Beneficente Fraternidade Artística* (1880-1911); *Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas* (1881-1916); *Club Abolicionista* (1882-1884); *Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade* (1882-existe em 1884); *Entidade de representação política unificada da raça Centro Ethiópico* (1884-1895). Todas aceitavam negros entre seus associados, algumas, no entanto foram fundadas por estes e existiam em função destes, e destacaremos ao longo do texto.

A identidade social surge como a atualização do processo de identificação e envolve a noção de *grupo*, particularmente a de grupo social. Porém, a identidade social não se descarta da identidade pessoal, pois esta também de algum modo é um reflexo daquela (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

Enfatizamos o estudo destas organizações permeadas pelo olhar centrado na constituição de identidades sociais num primeiro momento. Para após atentarmos para como se deu a percepção da constituição de identidade(s) negra(s) de acordo com o contexto histórico e dos objetivos possíveis de serem alcançados num campo de negociação constante. Atentando para os objetivos de como os negros se integraram, foram integrados, ou colocados à margem e sua reação. A margem é percebida através das fontes primárias referentes às associações que congregaram negros e das fontes secundárias do período para a cidade. Buscamos destacar os espaços ocupados e os problemas enfrentados pelos negros visto que a análise dessas associações permite apreender fragmentos da sociedade pelotense e do Brasil, captando assim aspectos da vida social mais ampla.

A elite aqui é compreendida enquanto fator hierarquizante. De acordo com o pensamento da elite, a sociedade apresentaria diferentes níveis, estando os superiores no topo e os inferiores na base. Porém, dentro destas divisões ocorreriam ainda subdivisões, vinculadas a status determinados, que poderiam variar de acordo com a época em que são acionados, como por exemplo, de ordem econômica, racial, cultural, intelectual, etc. (BOBBIO, 1993, p. 385-391). No contexto percebido neste trabalho, a elite baseia-se numa hierarquização inicialmente econômica, no qual os detentores dos modos de produção, os donos das charqueadas pelotenses, encontram-se no topo e os demais, não detentores destes modos abaixo, enquanto que os escravos ocupam a posição mais baixa. Os que se encontram em posição de poder econômico seriam também os detentores da *melhor* cultura em função de seu *desenvolvimento intelectual* ser maior, já os negros, escravos e libertos, quando manifestavam costumes próprios eram tidos enquanto irracionais e propensos a vícios, o que justificava a necessidade de controle por parte de seus senhores os quais ocupavam assim a base da hierarquização.

A(s) identidade(s) negra(s) é concebida aqui como uma identidade de base racial, de afirmação da sua origem e conseqüentemente, sua raça, nesse sentido nos foi importante na construção do argumento que da sustentação a essa pesquisa a reflexão presente em Guimarães (2005, p. 67) para o qual:

[...] é justo ai [na tensão existente entre os ideários que por um lado negavam a existência biológica das raças e por outro negavam a existência de um racismo e discriminação racial] que aparece a necessidade de teorizar as “raças” como elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas **socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios**. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (grifos do autor).

Nesse sentido, os negros sofriam uma hierarquização permeada pela noção racial, o que justifica o não diferente desdém para com os homens livres, mas de pele escura, quando da colocação de seus hábitos e costumes, visto que por esta hierarquização estes eram considerados irracionais e em muitos casos, tidos como *sombras de gente*, simples mercadorias utilizadas de acordo com a vontade dos detentores do poder econômico. O pano de fundo de nossa análise é uma cidade com densa população negra, responsável pela construção da *Princesa do Sul*¹⁷ enquanto mão-de-obra escrava, principalmente nas charqueadas da região.

1.1 Associativismo Negro

O apoio social entre os cativos era de fundamental importância para alcançar melhorias nas condições impostas pela escravidão, as quais afetavam diretamente a vida dos escravos. A condição social proporcionada pelo cativo e/ou em uma sociedade discriminatória como a vivenciada no Brasil colonial e imperial, quanto à cor dos indivíduos¹⁸ imputava aos escravos a necessidade de associar-se. Nesse sentido é importante destacar não ser esta uma característica apenas do Brasil, podendo-se encontrar a busca pelo apoio social entre cativos e livres sob o jugo da escravidão em diversas sociedades que passaram por esta instituição.

Hebe Mattos (2005, p. 15) alerta para o fato de que a exclusão social do escravo foi uma constante em todas as sociedades que adotaram a escravidão. A autora alerta

¹⁷ Este é o epíteto da cidade de Pelotas, oficialmente reconhecido, constando no brasão e consequentemente na bandeira da cidade, sua origem apresenta versões contraditórias, mas aqui optamos por seguir a colocação proposta por MAGALHÃES (1993), o qual relega ao imaginário social esta alcunha, em função da riqueza que a mesma viu florescer devido as charqueadas pelotenses, o que colocou, aos olhos de alguns viajantes, a cidade em pé de igualdade com a capital da Província, da Corte e São Paulo, já vigente na segunda metade do século XIX. Destaca-se este período, opondo-se a colocação de que o nome teria sido conferido por um estudante de direito em São Paulo, literário que em sua *Revista da Associação Tributo às Letras*, editada em junho de 1963, publicou um poema intitulado Pelotas, cujos versos finais mencionam o epíteto.

¹⁸ Nesse sentido auxiliou-nos a análise presente em MATTOS (1998).

ainda para a distinção implícita na denominação *pardo* e *preto*, sendo que *pardo* poderia ser sinônimo de ascensão social, na qual o ex-escravo ao se tornar livre abandonava o termo pejorativo *preto* que identificava os escravos, passando a ser denominado *pardo*. Nesse sentido, *pardo* seria uma identidade acionada pelos negros livres a fim de se distanciarem dos negros escravos, denominados como pretos. Destacamos, porém, que esta exclusão auxiliou na busca pelo apoio social entre os escravos e libertos. Isto foi percebido em alguns países da América Latina, com destaque para os países do Caribe espanhol, estes em conjunto com o Brasil, segundo George Andrews (2007), alcançaram o auge da importação de escravos no século XIX e com isto vivenciaram a constituição de uma série de associações negras, vinculadas a manutenção da tradição africana através de irmandades religiosas, grupos de escravos fugitivos e de capoeiras, etc.¹⁹.

Os negros buscaram assim possibilidades de estarem entre os *seus*, em princípio não referenciando espaços físicos determinados. Buscava-se então conviver com os seus comuns, os quais apresentassem *costumes em comum* ou objetivos semelhantes, a fim de manterem laços de identidade com os *seus*. Enfatizamos aqui duas características fundamentais que nortearão a análise que começamos a expor. Primeiro, os negros não são concebidos enquanto membros de um só povo, os quais assim identificar-se-iam de forma global e a priori. A escravidão atingiu diferentes povos, os quais buscaram manter suas diferenças, na medida do possível, na nova terra, estendendo-se a mesma ideia aos negros nascidos no Brasil²⁰. O primeiro ponto nos encaminha ao segundo, ou seja, os *seus* são percebidos em recorrência a identidade social e étnica. Nesse momento é necessário enfatizar a contribuição de Frederik Barth (1998) quando este autor buscou perceber as diferenças dos grupos étnicos²¹, enfatizando a auto-atribuição e o contraste

¹⁹ ANDREWS (2007) apresenta uma análise ricamente documentada em referência aos negros da América Latina, utilizando-se do conceito “América Afro-latina”. O autor recorre à experiência vivenciada pelos afro-latino-americanos durante a escravidão enquanto fundamental para as organizações sociais e políticas surgidas no século XX, destacando para tal as condições da instituição da escravidão em cada um dos países analisados enquanto mediadoras e propulsoras dos movimentos observados, buscando ainda apresentar as diferenças entre as sociedades. Ver especificamente os capítulos 1, 2 e 3 em referência a este assunto. As diferenças contextuais e relacionais nos países de forte presença negra, assim como análises centradas nos negros oriundos do cativo, com destaque para as regiões do Caribe, Estados Unidos e África, podem ser vistas em COOPER; HOLT; SCOTT (2005).

²⁰ ANDREWS destaca que “mesmo no Novo Mundo a etnicidade continuou sendo um determinante fundamental das identidades dos escravos e uma fonte de diferenças, divisões e conflitos eventuais entre eles” (2007, p. 48).

²¹ Embora tenhamos evidenciado nossa aproximação com o termo “raça”, em alguns momentos, de acordo com nosso aporte bibliográfico, utilizamos a expressão “etnia” visto que dentro dessa perspectiva, advinda principalmente dos estudos sociológicos e antropológicos, raça seria uma das formas pela qual se expressa a etnia de um grupo.

de um grupo perante outros como momentos em que se evidenciam as fronteiras e consolidam-se as identidades de grupo. Visto que nesta perspectiva de análise, com a qual corroboramos, as fronteiras interétnicas só existem em contraste com o outro, a etnicidade assim, só é relevante em contraste com o outro. O contraste entre o *eu*, que pode estender-se a *um* determinado grupo, e o *outro*, que também pode referenciar um ou mais grupos, constituiu o princípio norteador da questão da identidade em conjunto com o sentimento de pertença, ou seja, a auto-identificação, assim como a identificação dos *outros* para com *este*. Nesse sentido, o contraste, a identificação e a auto-identificação são as principais características ao tratarmos de identidade, seja ela social ou étnica.

1.1.1 Escravidão

Buscar socializar-se com seus iguais proporcionava a manutenção dos laços de identidade, mas acreditamos que expressava um papel ainda mais marcante, era a oportunidade de não render-se pura e simplesmente aos desejos dos senhores. Estes procuravam interferir na constituição da família escrava assim como na religiosidade africana, buscando incutir normas e regras concernentes ao catolicismo em contraposição à algumas das crenças advindas do continente de origem dos primeiros escravos. Tidas, as mesmas, enquanto representantes do fetichismo e da barbárie.

Os negros então recorreram não apenas a grupos sociais que apresentassem laços típicos da terra natal, visto que muitos dos locais para os quais foram deslocados não apresentavam alternativas neste aspecto. Procuraram associar-se a pessoas e grupos encontrados no espaço nos quais residiam então. Assim, almejavam encontrar os *seus*, através de laços de identidade, a fim de protegerem-se, solidarizando-se e buscando diferenciarem-se do estereótipo negativo que recaía sobre os negros. Nesse sentido, é importante afirmar que os mesmos eram tidos pela sociedade dominante enquanto incapazes de se organizarem socialmente.

Mary Karasch (2000) em estudo dedicado à *vida dos escravos no Rio de Janeiro* na primeira metade do século XIX destacou como um dos primeiros indicativos da procura pela organização social dos escravos a busca pelo sacramento do batismo. Esta prática proporcionava, entre outras coisas, a constituição de uma rede de parentesco, através do apadrinhamento. A autora destacou também a preocupação dos escravos em adquirir pecúlio, em virtude do horror que os escravos e libertos tinham em relação às

valas comuns oferecidas pelas Santas Casas de Misericórdias. Esta característica transparece a preocupação dos mesmos para com um enterro digno, fruto em grande parte da cultura africana, a qual dispensava importância fundamental aos rituais que compunham um funeral²². Esta preocupação esteve em parte diretamente vinculada à instituição das primeiras associações reconhecidas oficialmente que congregaram negros no Brasil colonial, as irmandades²³. Estas surgiram tendo como objetivo inicial a aquisição de pecúlio para oferecer um sepultamento digno aos membros e familiares destes (KARASCH, 2000, p. 347-348).

As congregações religiosas eram geridas por um compromisso redigido pelas suas mesas administrativas, o qual por vezes estabelecia a não participação de homens negros, e segundo levantou Karasch (2000, p. 131) em relação às irmandades do Rio de Janeiro, poderia estender a restrição a mulatos, mouros e índios, assim como ser específica para membros de determinada profissão. As irmandades negras constituíram-se enquanto primeiras associações reconhecidas pelo governo colonial, da qual se tem notícia, a aceitar membros negros. No entanto, os negros cativos eram preteridos em lugar dos negros livres e libertos, provavelmente em função do respaldo que a sociedade em geral legava às diferentes condições sociais, assim como a possibilidade maior para estes sujeitos se organizarem encontrando-se livres (ANDREWS, 2007, p. 35).

João José Reis (1996), em um de seus estudos dedicados à constituição de congregações religiosas negras na Bahia, as percebeu enquanto “um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros [...] construía(m) identidades sociais significativas, no interior de um mundo às vezes sufocante e sempre incerto” (REIS, 1996, p. 10). O autor ofereceu importantes contribuições a fim de entendermos a complexidade organizativa e as atividades proporcionadas por estas associações:

Entre as instituições em torno das quais os negros se agregaram de forma mais ou menos autônoma, destacam-se as confrarias ou irmandades religiosas, dedicadas à devoção de santos católicos. Elas funcionavam como sociedades de ajuda mútua. Seus associados contribuía(m) com jóias de entrada e taxas anuais, recebendo em troca assistência quando doentes,

²² Sobre a crença africana somada aos preceitos da religião católica KARASCH (2000, p. 133) oferece a seguinte informação: “Tendo em vista as crenças religiosas africanas na necessidade de um ritual apropriado no enterro, em combinação com tradições católicas que enfatizavam o enterro em local consagrado e rezas pelas almas dos mortos, as irmandades de negros e pardos eram essenciais na prestação desses serviços aos membros e suas famílias”.

²³ ANDREWS (2007, p. 74) adverte que este foi um costume presente também nas colônias da América Espanhola visto que “barrados pelas leis de castas das instituições sociais e culturais brancas, estes não-brancos prósperos construía(m) suas próprias instituições paralelas, começando com irmandades religiosas católicas. Talvez a forma mais importante de organização comunitária na Espanha e em Portugal, as irmandades desempenharam um papel similarmente proeminente na sociedade colonial”.

quando presos, quando famintos ou quando mortos. Quando mortos porque uma das principais funções das irmandades era proporcionar aos associados funeraiis solenes, com acompanhamento dos irmãos vivos, sepultamento dentro das capelas e missas fúnebres. Os dirigentes máximos das irmandades eram chamados juizes, provedores ou outros termos que variavam regionalmente. Os escrivãos [sic] e tesoueiros também detinham grande poder. Eram esses os principais cargos da *mesa*, como se chamava o corpo dirigente das irmandades. Outros membros se encarregavam da organização de festas e funeraiis, coleta de esmolas, assistência aos doentes, administração da capela e do culto divino (REIS, 1996, p.10).

Participar destas associações conferia aos negros um status perante a sociedade assim como uma identidade social positiva aos membros. Nesse sentido, a identidade social de pertencer a uma irmandade permitia que estes congregados se identificassem não somente de acordo com o estatuto legal de sua posição na sociedade, escravos, libertos ou livres, mas também enquanto pertencentes a uma determinada organização e fossem identificados de maneira positiva em menção a pertencer a uma associação bem quista aos olhos da lei dos homens e, de Deus. Contrapunham assim a ideia vigorante de que os negros seriam selvagens e incapazes de organizarem-se socialmente, o que justificava a suposta *tutela* dos negros pelos senhores de escravos, ou seja, que era inerente à instituição da escravidão.

De acordo com o estudo de Karasch (2000) o século XIX proporcionou uma organização diferenciada às irmandades. Construíram então igrejas próprias com recursos financeiros advindos de pecúlio dos sócios assim como do recurso às loterias. Possuindo igrejas próprias alcançavam maior independência e conseqüentemente um espaço no qual a afirmação de uma identidade étnica podia ser mais bem definida e defendida. As mesmas estendiam ainda seus espaços físicos às irmandades co-irmãs que ainda não possuíam igreja ou capela própria. Assim, as irmandades nos relegam subsídios para perceber o caráter dinâmico da identidade, devido às alterações vivenciadas em consequência das interações. Deste modo, a modificação de situações, no caso, decorrente do acúmulo de experiência somado a maior abertura do sistema escravista proporcionou uma diferenciação na organização, mais aprimorada em relação ao século XVIII, a qual apresenta variações e redefinições (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 124-125).

O associativismo negro constituiu então importantes redes de sociabilidades para seus membros já desde a colônia perpassando o império. As quais, por ora, configuravam-se enquanto importantes espaços de luta social, o que não necessariamente era algo percebido a priori, conforme destacou Liane Susan Müller

(2008) em estudo centrado em uma irmandade porto-alegrense. Mais especificamente ao abordar a *Irmandade do Rosário*, da referida cidade, a autora conferiu atenção à “centralidade subterrânea’, uma espécie de cimento social que fundamenta o ‘estar junto’” e está no âmago das associações, vistas enquanto expressão de resistência em um mundo real vivenciado pelos seus membros. O *estar junto*, nesse sentido está vinculado à percepção de que:

[...] boa parcela da existência social escapa à ordem da racionalidade instrumental. [...] às instituições e sua racionalidade não se pode atribuir um fim, nem reduzi-las a uma simples lógica de dominação, posto que a duplicidade, o ardid, o querer-viver, se exprimem através de uma multiplicidade de rituais, de situações, de gestuais, de experiências e mesmo de coisas materiais que delimitam um espaço de liberdade. Ao fim e ao cabo, há sempre um comportamento secreto de um grupo em face do exterior, marcando com isso duas zonas: uma sob a ordem política e outra sob a ordem da associação. Um mundo legal e outro real. E nesse mundo de redes existenciais de microgrupos, várias serão as expressões de resistência: o silêncio, a astúcia, a luta, a passividade, o humor ou a falta dele permitirão resistir com eficácia às ideologias ou pretensões dos que procuram dominar. (MÜLLER, 2008, p. 264-265)

Porém, foram os anos finais da instituição da escravidão que proporcionaram um grande número de associações negras, assim como a diversidade nos seus objetivos e uma unidade das mesmas. Começava a despontar um movimento negro organizado, inicialmente tendo como ponto em comum a luta pela abolição, destacando-se nesse sentido a unidade ainda com outros setores da sociedade brasileira através do movimento abolicionista (GOHN, 1995). Esta diversificação das associações somada à identificação de um campo de tensão que alcançava grande parcela dos negros demonstra as possibilidades que começavam a alargarem-se com a desestruturação do sistema escravocrata, ou seja, uma modificação de contexto situacional. Nesse sentido, se faz necessário destacar a análise presente em Gohn (1995) ao alertar que os estudos centrados nos movimentos sociais evidenciam de forma muito expressiva uma interpretação da forma de funcionamento da sociedade, assim, a derrocada do sistema escravista abriu um campo de possibilidade de ação, mas também, auxiliou na identificação de um ponto de embate a ser combatido – a discriminação racial. Os campos de ação alcançaram formalmente espaços até então não ocupados pelos negros, como associações de socorros mútuos e beneficentes em conjunto com a manutenção das congregações religiosas²⁴.

²⁴ Estas associações, com destaque para as mutualistas, foram caracterizadas por GOHN (1995, p.61) como pré-políticas.

Alguns autores que se debruçaram sobre o associativismo negro no estado do Rio Grande do Sul²⁵, tendo como recorte cronológico o período em que vigorou a colônia, mas principalmente após 1822, forneceram informações nas quais é possível verificar os princípios da organização negra na província sulina. Nesse sentido, o estudo centrado nas regiões mais antigas ou que apresentavam atividades econômicas com maior utilização da mão-de-obra negra do Estado, têm recebido maior atenção, com destaque para as análises que enfocaram as cidades de Porto Alegre, Viamão, Rio Grande e Pelotas.

Müller (1999) dedicou atenção à *irmandade, jornal e sociedades negras* surgidas entre 1889 e 1920 na cidade de Porto Alegre, porém, apresentou informações sobre as associações que existiram na cidade a partir de 1870. Destaca nesse sentido o associativismo negro em torno de congregações religiosas, como a *Irmandade do Rosário* e a conseqüente presença de muitos Irmãos nas sociedades negras surgidas posteriormente, o que demonstrou uma circularidade entre as diferentes associações²⁶. Esta informação é importante na medida em que justifica a necessidade de estudo das associações negras enquanto formadoras de uma rede de sociabilidade e associativismo mais ampla no sentido de inserirem-se em um movimento social. Rede esta que, conforme destacamos começou a se estabelecer ainda anteriormente a instalação legal de associações negras, tendo-se nos estudos centrados na busca pelo sacramento do batismo e das redes de compadrio advindas desta prática, indicativos do princípio de uma rede de solidariedade dos negros escravos e livres²⁷.

Em Porto Alegre a instalação da primeira congregação negra data de 1786, com a fundação da *Irmandade do Rosário*, também chamada de *São Domingos e São Benedito*, uma corporação de homens leigos (MÜLLER, 1999, p. 28). A mesma foi fundada por um grupo de homens, maioria negra, os quais alcançaram destaque perante a sociedade porto-alegrense com este fato. O Arraial de Viamão, vinculado à vila de

²⁵ Ao realizar um levantamento historiográfico encontramos apenas seis leituras detidas especificamente em abordar as associações negras no Estado, as quais são: GOMES (2008); GOMES; MAGALHÃES (2008); LONER (2008); MAGALHÃES (2010); MÜLLER (1999); PEREIRA (2008). Estas leituras colocam-se como subsídios para as interpretações que apresentamos neste tópico no tocantes as associações negras no Estado. Outras áreas, que não a história, no entanto vem lançando olhar sobre associações negras, na perspectiva de buscar espaços de afirmação da identidade negra, destacamos dois estudos em especial: ESCOBAR (2010); JESUS (2005).

²⁶ Müller apresenta o seguinte dado: “Em números absolutos, das 212 pessoas que, entre 1870 e 1905 aparecem de forma recorrente nas fontes, foi possível identificar 57 como fundadoras e diretoras de entidades civis, mas também como Irmãs do Rosário” (1999, p. 113).

²⁷ Para informações específicas sobre as redes de compadrio enfocando espaços determinados do Rio Grande do Sul ver análises oferecidas por HAMEISTER (2005); SANTOS (2009).

Porto Alegre, também contou com uma *Irmandade do Rosário*, fundada por um grupo de negros cativos, cujo Compromisso data de 1756, sob a denominação de *Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos de Viamão* (BAHY, 2005, p. 1) ²⁸.

A análise de Müller (2008) apresentou o grau de importância conferido aos negros que podiam participar desta associação, o que a nosso ver configurou-se enquanto a afirmação de uma identidade social positiva para o grupo conforme podemos apreender da seguinte passagem:

Ao ingressar na Irmandade do Rosário, estas pessoas, iniciaram um processo de diferenciação em relação aos seus companheiros que optaram em não aderir, ou não tiveram condições para se filiarem à Confraria. As corporações do Rosário, em outras regiões do país, nesse momento, já gozavam de grande prestígio, o que fez com que esse grupo de negros porto-alegrenses, de imediato, pudesse usufruir de uma atitude mais benévola por parte da sociedade abrangente (MÜLLER, 2008, p. 264).

A *Irmandade do Rosário* de Porto Alegre congregou homens negros de melhor poder aquisitivo. O ano de 1828, em que inauguraram igreja própria e aprovaram seu Compromisso, configurou-se enquanto importante divisor de águas na história da congregação. A partir de então, o negro livre e cativo pertencente à Irmandade podia “agir de forma mais efetiva na comunidade [...] passou a perseguir uma série de objetivos *cuja ideia central era desestigmatizar a figura do homem negro, proporcionando-lhe minimamente condições para integrar-se à sociedade*” (MÜLLER, 2008, p. 265, grifos nossos). A desestigmatização seguida pelo desejo de integração à sociedade configura-se, conforme nossa interpretação, como objetivo central e comum à busca pelo associativismo. Estes fatores foram essenciais na posterior constituição de identidade social do grupo pertencente à associação, visto que auxiliou na formação de uma identidade positiva destes.

Entre as atividades desenvolvidas pela Irmandade encontravam-se os rituais fúnebres, aos quais se destinava especial atenção com destaque para a pompa que acompanhava os funerais de seus membros ou dos familiares destes, procissões e festas a Nossa Senhora do Rosário. No entanto, é necessário destacar dois objetivos

²⁸ Cristiane Pinto Bahy (2005) analisa a Irmandade de Viamão enquanto um possível espaço de sociabilidade para os negros cativos. Para a autora a possibilidade de participar das festas em devoção a Nossa Senhora do Rosário seriam o ponto alto dessa sociabilidade. Embora o texto apresente notas de pesquisa e as fontes disponíveis para tal, a proposta da autora corrobora com nossa interpretação de que as Irmandades configuraram-se em importantes espaços de convivência com os *seus*.

A cidade de Pelotas também contou com uma *Irmandade do Rosário*, além de outras duas devoções, porém optamos por abordá-las em um tópico dedicado as irmandades negras pelotenses, ao final deste capítulo.

fundamentais aos confrades do Rosário: a busca pela liberdade de seus Irmãos através da aquisição de pecúlio, já se encaminhando para o final do XIX, seguido pela percepção da necessidade de inculcar a ideia de instrução entre seus membros como forma de alcançar melhores condições de vida. A construção de uma identidade positiva para o grupo de confrades do Rosário, assim como o fator fundamental (preocupação com a educação) desenvolvido por eles nas associações negras posteriores, está contemplado na seguinte interpretação:

Todas estas iniciativas levadas a cabo pela Irmandade do Rosário contribuíram, de fato, para a constituição de um grupo diferenciado de negros, uma espécie de “elite” intelectual e proprietária que, a partir de 1870, buscou ampliar seu espaço social fundando clubes, associações beneficentes e até mesmo um jornal (MÜLLER, 2008, p. 267-268).

A interpretação que oferecemos aqui em relação às Irmandades parte da percepção dos próprios negros e as compreende enquanto importantes espaços propiciadores da identidade e da solidariedade entre os negros. É necessário enfatizar que alguns autores ao partir de uma percepção dos não negros não entenderam as Irmandades a partir de um apelo identitário ou étnico. Oracy Nogueira (1998), por exemplo, ao abordar as *associações de “gente de cor”*, na cidade de Itapetininga no interior paulista, propôs a ideia de que as Irmandades eram aceitas pela sociedade colonial e imperial, pois eram a demonstração da assimilação e cristianização dos negros trasladados ou nascidos no Brasil, em função de que a sociedade considerava as congregações negras espaços de transmissão da religião da classe dominante²⁹. Este autor percebe a devoção aos santos, principalmente Nossa Senhora do Rosário e São Benedito como expressões de fundamento psicológico em função de serem santos cujas imagens veneradas são representadas com pele escura.

As Irmandades se configuravam como uma espécie de embrião do que veio a se desenvolver e que denominamos, de forma abrangente, por associações negras. Estas, conforme destacamos no fragmento anterior procuraram expandir seus campos de ação através da diversidade de atividades propostas, mas também, e principalmente, com um objetivo em comum – a luta pela abolição.

²⁹ Em Itapetininga, segundo este autor, a congregação do Rosário foi fundada antes de 1855, sendo que em 1873 teve a inauguração de sua igreja própria, o mesmo oferece ainda uma interessante contribuição: “Em 1873 [...] a atual igreja do Rosário estava em construção, ‘já bem adiantada a esforços do seu devoto zelador Antônio Florêncio de Azevedo’. Era este um preto livre, carpinteiro e taipeiro, bem como músico, e, além disso, soldado veterano do tempo das guerras do Sul” (NOGUEIRA, 1998, p. 213).

1.1.2 Pós-Abolição

A expansão das atividades das associações negras conferiu um caráter vinculado, em princípio com a sociabilidade negra, mas objetivava o fim do regime escravista com o que consideravam que ocorreria a conseqüente inserção do negro na vida social e na política, desprovidos de preconceitos, ou seja, os negros objetivavam a cidadania. O pós-Abolição então, é aqui concebido enquanto um momento histórico de construção e busca pela liberdade (MATTOS; RIOS, 2005) apresentou como característica marcante a proliferação de espaços de associativismo negro. Teve-se então uma propagação de associações beneficentes, culturais, de assistência, auxílio mútuo, algumas das quais vinculadas às antigas ou ainda existentes Irmandades, enquanto outras surgiram da necessidade de proporcionar novos espaços para união dos negros.

Nesse sentido, a análise de Andrews (2007) sobre a população negra latino-americana exemplificou a diversidade de ocupações a qual se dedicou o associativismo negro em função da sociedade preconceituosa e discriminatória de fins do XIX e princípio do XX:

Mas foi justamente por causa dessa discriminação e desse preconceito – juntamente com a autopercepção dos afro-descendentes prósperos como um grupo separado tanto da classe média branca quanto do proletariado negro – que este período testemunhou um florescimento das instituições culturais e sociais da classe média negra. De Havana a Buenos Aires, negros e mulatos excluídos das organizações sociais e cívicas brancas se juntaram para criar um universo paralelo dessas entidades. Estas incluíam clubes sociais de elite, [...] e outras, menos prestigiosas, porém mais numerosas, as “sociedades recreativas” (Cuba, Uruguai) e os “clubes de dança” (Brasil); associações atléticas [...] que patrocinavam times de futebol, competições de corrida e outros eventos; e organizações cívicas [...].

No limite entre os níveis inferiores da classe média negra e os níveis superiores do proletariado negro estavam as sociedades de ajuda mútua [...]; e na Argentina, no Brasil, em Cuba e no Uruguai (e talvez também em outros países, onde a pesquisa extensiva sobre as organizações negras da virada do século ainda esta por ser feita), uma ativa imprensa negra registrava as atividades desses grupos (ANDREWS, 2007, p. 160-161)³⁰.

³⁰ O autor cita as seguintes associações como exemplo: El Progreso (Santiago, Cuba), Club Atenas (Havana), La Perla Negra (Santo Domingo), Kosmos (São Paulo) seriam clubes sociais de elite; Alianza Lima (Lima) e a Associação Atlética São Geraldo (São Paulo) seriam as associações atléticas; Federação dos Homens de Cor e o Centro Cívico Palmares, no Brasil, e o Directorio Central de las Sociedades de Color em Cuba enquanto organizações cívicas; já as sociedades de ajuda mútua seriam o Centro de Cocheros (Havana), a Sociedade Protetora dos Desvalidos (Salvador) e La Protectora e o Centro Uruguay (Buenos Aires) (ANDREWS, 2007, p. 160-161).

As cidades mais antigas, com destaque para as que mantiveram suas atividades econômicas essenciais através da utilização de mão-de-obra escrava, como os primeiros centros econômicos, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador serviram de espaços de estudos interessantes nessa temática, os quais nos auxiliam a compreender o pós-Abolição. Nesse sentido, é possível destacar no Rio de Janeiro, entre fins do XIX e início do XX, principalmente em sua zona localizada no entorno do Porto, a formação dos ranchos de reis³¹. Esta manifestação, repleta de luxo e beleza, é caracterizada por Ana Maria Rodrigues (apud GOMES, 2008, p. 63) como a primeira manifestação em forma de desfile, por parte da população negra da cidade. Rachel Sohiet (1998, p. 157) destacou ainda a circularidade cultural dos negros destes ranchos, os quais muito provavelmente eram trabalhadores do Porto, entre estes, muitos oriundos da Bahia. Encontra-se aqui uma possível influência da festa e coroação de reis, a qual foi noticiada já em princípios do século XVI (LARA, 2002, p. 84).

A cidade de São Paulo no pós-Abolição, segundo nos apresenta Petrônio Domingues (2004; 2007) configurou-se também como um importante polo aglutinador dos negros brasileiros. O autor enfatizou o surgimento de uma rede associativa bem diversificada entre a última década do XIX e a primeira metade do XX, incluindo associações de cunho recreativo, cívico e beneficente. Estas possuíam, em geral, uma estrutura semelhante, a qual incluía estatuto e diretoria nomeada mediante eleições com os sócios, destacando entre seus objetivos a promoção de uma vida social aos negros, através de lazer, na qual se destacavam a realização de bailes pelos clubes sociais negros³².

Foi no período do pós-Abolição, conforme destacamos antes com a exemplificação de Andrews, que começou a desenvolver-se a *imprensa negra*³³. Algumas associações buscaram divulgar ideias em torno dos problemas e anseios que alcançavam parcela da comunidade negra através de jornais próprios, como no caso do clube *O Kosmos*. Através destas atividades as “associações negras cumpriam, fundamentalmente, o papel de produtoras de uma identidade específica, de um ‘nós’, negros, em oposição a ‘eles’, brancos” (DOMINGUES, 2007, p. 348).

³¹ Sobre a cultura dos trabalhadores negros portuários no Rio de Janeiro ver: ARANTES (2005).

³² Análise específica sobre clubes sociais negros ver capítulo II. Sobre negros em São Paulo, além da bibliografia já citada, ver: ANDREWS (1998).

³³ A Imprensa negra será discutida neste trabalho no capítulo III ao abordarmos o jornal negro pelotense *A Alvorada*.

As atividades em busca do lazer também foram destacadas para São Paulo por Olga Rodrigues de Moraes Von Simson (2007) ao buscar as raízes do carnaval negro na cidade. A autora relatou que os primeiros cordões carnavalescos da cidade surgiram em bairros com grande população de pobres e negros. Porém, foi ao buscar as raízes dessas organizações que a autora apresentou uma informação que vem ao encontro do que pretendemos demonstrar a partir de nossa construção acerca do associativismo negro quando rememorarmos as irmandades negras e o culto aos Santos Católicos. A partir de entrevistas a autora pode evidenciar que dentre as inúmeras influências culturais sobre estes folguedos estariam as festas de caráter religioso-profano e as realizadas em homenagem aos santos negros, como por exemplo, em prol de São Benedito. Além disso, a autora destacou que as comemorações carnavalescas não aconteciam apenas no carnaval, mas durante o ano inteiro através de reuniões e festas (VON SIMSON, 2007, p. 115-116).

Os negros gaúchos também buscaram organizar-se de maneira mais diversificada no pós-Abolição. Nesse sentido, é importante destacar a contribuição oferecida por duas pesquisas em específico, as quais apresentam uma análise ainda mais interessante à questão da identidade étnica, visto evidenciarem as fronteiras étnicas em virtude de centrarem seus estudos em locais de reconhecida colonização, alemã, como no caso do estudo de um clube negro de Novo Hamburgo; e italiana, estudo centrado em um clube social negro de Caxias do Sul³⁴. Destacaram-se assim, as atividades em prol do lazer no Estado, conforme pontuado para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, sendo que Müller (2008) percebeu o ano de 1870 como um marco nesta busca, conforme destacamos anteriormente. A autora destacou o aparecimento do expressivo número de 72 novas associações na cidade, somadas a um representante da *imprensa negra*, o hebdomadário *O Exemplo*. A autora, como destacado em relação a Von Simson (2007) também destacou uma raiz para essas associações, a qual ela concebeu como sendo a experiência de sociabilidade proporcionada pela *Irmandade do Rosário* na referida cidade. Müller caracterizou as associações negras porto-alegrenses a partir de três grandes grupos, os quais seriam:

[...] exclusivamente dançantes como, por exemplo a Sociedade Bailante União Universal [1905-1911] e a Sociedade Musical e Dramática Olympia

³⁴ Respectivamente MAGALHÃES (2010) e GOMES (2008). Para uma síntese da análise presente nas duas obras ver: GOMES; MAGALHÃES (2008).

Peres [1892-1900]; as sociedades beneficentes e instrutivas como o Club Beneficente e Instrutivo 7 de Dezembro [1892-1909] e a Sociedade Beneficente Floresta Aurora [1907 até os dias de hoje], entre outras; e as que se propunham a organizar ambas as atividades, como o Grêmio Dramático José do Patrocínio [1908-1910] e o Club Instructivo e Recreativo Sete de Setembro [1908] (MÜLLER, 2008, p. 268).

A cidade de Pelotas, local deste estudo, foi palco de uma ampla e diversificada rede associativa negra, e, conforme é possível perceber através do levantamento realizado por Beatriz Ana Loner (2001; 2008) o qual em muito contribuiu para a pesquisa que aqui estamos desenvolvendo, apresentou uma divisão semelhante à verificada por Müller (2008) para a cidade de Porto Alegre. O associativismo negro em Pelotas, contou com 45 entidades, dentre as quais Loner caracterizou dois grandes grupos: associações negras não recreativas e associações esportivas, recreativas ou carnavalescas. Para a cidade de Rio Grande, entre os anos de 1888 e 1940 a referida autora encontrou 22 associações de caráter exclusivamente negro ou misto (LONER, 2008, p. 260-262).

Assim, é possível perceber um espaço social, o qual em muitos momentos os negros utilizaram não apenas como sociabilidade, mas como espaço de reivindicação política e de manutenção de *uma* identidade étnica frente aos *outros*. Faz-se importante enfatizar que por vezes os *outros* podiam ser seus irmãos de cor, mas que não comungavam do mesmo ideal, o que impedia a identificação, ou seja, não eram os por eles denominados *irmãos de ideal*. Porém, a fim de adentrarmos na exposição e análise específica do associativismo negro na cidade de Pelotas buscando o papel das associações de e/ou para negros na constituição de identidades sociais durante, e depois da escravidão se faz necessário compreender os meandros desse contexto local no tocante a circularidade e ocupação negra na cidade, assim como do espaço social em questão.

1.2 Onde se encontravam os negros em Pelotas e com o que se ocupavam?

“O Estribilho” é sempre o mesmo

A propósito de *casos raciais* tipicamente regionais e próprios da Princesa do Sul, apesar de aparecerem acidentalmente e muitas pessoas não acreditarem que no Brasil ainda existia o preconceito de cor, após ter acompanhado o assunto: Em baile de negra, preto não *dança* – veio-nos a lembrança de quando éramos guris, época de [18]83 ou [18]84, do popular ‘Deus te livre!’ O Maia não quer, Caldeira não consente! Ao que a gíria acrescentava: Negro não vai a baile, porque *negro* não é gente!

Isto se passou na época em que infelizmente havia a Escravidão, porém hoje que tanto se fala em Democracia e a Democracia se aproveita dos *votos dos negros*, causa sensação terem a *liberdade* para dançar... (A *Alvorada*, 04/02/1950, p. 1, grifos do autor)³⁵.

O fragmento da reportagem apresenta uma breve visão da escravidão em Pelotas, já nos anos próximo ao seu fim, sendo que a abolição por cláusulas de serviço, a qual abordaremos a seguir, deu-se em 16 de fevereiro de 1884. Porém, apresenta indícios que possibilitam visualizar o quão difícil e discriminatória era a cidade de então. Cidade esta que abordamos durante a escravidão não simplesmente pela ótica do trabalho nas charqueadas, mas também e, principalmente, pela circularidade dos negros e suas possibilidades de sociabilidade entre os seus. Ou seja, o mundo que rodeava as charqueadas, com destaque para a vida cotidiana vivenciada no espaço urbano que alcançava não apenas os escravos urbanos, mas também os oriundos das charqueadas que recorriam às ruas a fim de encontrar os *seus* e que com estes e *outros* construíram modos próprios de sobrevivência na Pelotas de fins do oitocentos e ao longo do novecentos³⁶. Nesta cidade os negros eram impedidos de frequentar bailes, nos quais se encontrava a elite pelotense, assim como outros locais³⁷.

Não obstante, seguindo as considerações de Michel de Certeau (1982, p. 31-33) em relação às fontes na prática histórica, faz-se necessário alguns esclarecimentos sobre os condicionantes de produção do documento, o qual foi por nós selecionado, mas que possui por si uma história relacionada a um contexto, que a fim de narrar à história que começamos necessita ser explicitado. A reportagem faz parte de um jornal pelotense, *A Alvorada*, o qual será especificamente abordado no último capítulo, porém, necessita ser especificado de modo mais geral a fim de analisar a fonte em questão. O mesmo se instituiu enquanto um hebdomadário em circulação a partir de 1907. Tinha como público alvo a população negra da cidade de Pelotas, abordava questões referentes à discriminação do negro, situações trabalhistas e possibilidades de lazer aos negros e/ou operários pelotenses. Rodolfo Xavier, o redator responsável pelo fragmento de notícia que destacamos, foi um importante redator e articulista do referido jornal, encontrando-se no corpo editorial do mesmo desde a fundação, até o fim das atividades, em 1965. O

³⁵ Optamos por apresentar citações de acordo com a norma ortográfica atual.

³⁶ AL-ALAM (2009) alertou para a constante incidência do crime “vagar fora de horas” nas ruas durante o oitocentos, o que auxilia nessa percepção de circularidade fora do espaço do trabalho.

³⁷ A perspectiva adotada neste tópico foi influenciada pelos resultados obtidos por AL-ALAM (2008) ao buscar os populares nas fontes dos viajantes e primeiros historiadores da cidade, bem como pelas inúmeras conversas e sugestões deste colega e amigo.

objetivo central do jornal era, além de servir como veículo de informação, também e principalmente, agir em prol da defesa de seus irmãos de cor enquanto protesto da comunidade negra e da classe operária pelotense (SANTOS, 2003).

Embora a reportagem remeta-se a episódios acontecidos em um período cronológico mais recente, visto que a notícia foi veiculada no ano de 1950, apresenta informações de um período mais distante, *época em que infelizmente havia a Escravidão*, além de fornecer características de costumes pelotenses da época. Nesse sentido, trouxe ao conhecimento de um público maior a figura de alguém, bem quista por alguns, mas temida por outros. O *popular Deus-te-livre*, era um homem que teria vivido nos últimos anos da escravidão na cidade de Pelotas entendido das normas vigentes na cidade quanto aos procedimentos de acordo com a legalidade, visto que ao proferir sua *gíria* nas ruas da cidade se referia ao *Maia* e ao *Caldeira*. Maia foi juiz municipal, enquanto que o Caldeira foi delegado e 4º juiz de paz da cidade, os quais se caracterizaram por uma repressão constante aos tidos como desordeiros³⁸.

Temos como mote o estilo adotado pelo jornal no qual a notícia foi veiculada e as características do redator da mesma, ligado às discussões pró-fortalecimento do movimento operário de cunho classista e socialista, assim como sua preocupação com a moralidade e união dos negros pelotenses. É possível inferir, que o recurso ao *Deus-te-livre* invocasse uma identidade positiva, que precisava ser mantida durante a República, não deixando imperar costumes oriundos do período escravista. Esta percepção foi acrescentada pelo fato de que o referido redator não costumava tratar da escravidão local entre os seus artigos. Isto se deva em função de que “ele praticamente estava instituindo a história oficial do grupo na cidade e a sua seria, assim, a memória étnica desse grupo. Mas era uma memória negociada, pois boa parte do grupo negro não queria relembrar suas raízes, como o próprio Rodolfo denuncia” (LONER, 2005, p. 5).

O *Deus-te-livre*, descrito por Rodolfo, foi evocado a fim de contrapor-se a um costume então, ainda vigente na sociedade pelotense, mas que apresentava características de uma ordem escravocrata, a qual os negros deveriam se colocar contrários. Este mesmo personagem encontra-se presente nos escritos do autor Fernando Osorio (1922), considerado por Mario Osorio Magalhães (2002, p. 287) “com justiça, o

³⁸ Agradecemos a informação gentilmente passada por Caiuá Al-Alam. Sobre a prisão e o policiamento em Pelotas durante a escravidão ver mais em AL-ALAM, Caiuá Cardoso. Relações entre escravidão, policiamento e prisão na Pelotas da década de 1870. Simpósio Internacional de Estudos sobre a Escravidão Africana no Brasil, I, 2010, Natal. Anais... Natal: UFRN, 2010. p. 1-11.

historiador da cidade”. Porém, o autor referido traz informações que expõe a visão elitista da cidade. Referindo-se ao personagem em capítulo dedicado aos *Tipos populares* encontramos a seguinte informação:

Tipo característico do “Deus-te-livre”, boêmio *incorrigível* para quem o trabalho era um suplício, mas em cuja alma, já em destroços, ao contato de mil desventuras, havia, no *desequilíbrio geral das faculdades e dos sentimentos*, uma qualidade que sobrenadava em pleno temporal desfeito: *a bondade que o sopro inclemente da desgraça não conseguira apagar*, como aquelas lâmpadas que a *piiedade* e a *crendice* popular costumam acender nas ruínas abandonadas dos templos e dos cemitérios e que nem a fúria brava do pampeiro pode extinguir, não obstante erguer no espaço o volume gigante das vagas (OSORIO, 1922, p. 175-176).

Nesse sentido, se faz necessário destacar que o autor rememorou apenas as características sentimentais do *Deus-te-livre*, um homem apaixonado pela vida mundana, desgostoso do trabalho. O qual muito provavelmente precisaria de assistência a fim de agir de maneira correta, necessitando assim da tutela de alguma *boa alma*, seguindo as ideias do autor, visto que se encontrava em um *desequilíbrio das faculdades e dos sentimentos*. O referido autor, dessa forma, apresentava uma sombra de pessoa, o qual não apresentou contribuições significativas ao apogeu da cidade e sendo assim apenas tornava mais populosa as ruas da Princesa do Sul no último quartel do século XIX de maneira semelhante à utilizada para descrever os demais personagens conforme é percebido na apresentação do capítulo *Tipos Populares*:

Esfumadas pela distância e pelo tempo, se diluem, na névoa das reminiscências, as sombras dos tipos populares que, alegrando as ruas de Pelotas, alvoroçaram, tanta vez, o rapazio inquieto... A galeria é vasta e nela desfilam a figura do “Pipa” (pela essência e pela forma), do carcereiro “Paroba”, do pilhérico “Quadrado”, do “Inocência Adão”, do “Marquês de Loulé”, do “La Señora”, do “Deus-te-livre” (rubro tribuno popular das ruas), do “Agüenta Lá”, do “Dominguinhos”, do “Zé Bedeu”, do “Roberto Macacão”, da “Perua”, da “Maria do Gato”, do “Capitão Balbino” de saias... e dos velhos tipos pedintes que, de sacola e opa, percorriam, há 50 anos, aos grupos, as casas, de porta em porta, em intenção das almas... (OSORIO, 1922, p. 175).

Ainda em referência aos tipos populares o autor apresenta outro personagem que vivenciou a Pelotas durante a escravidão, Dominginhos, o qual teria nascido em 1807 no Congo sendo lá escravizado, remetido a Bahia, de lá para o estado gaúcho e então para a cidade de Pelotas era, nas palavras de Osorio um “vulto grotesco, minúsculo, quase invisível [...] o século [XIX] viveu numa orgia de sol e ele, sempre negro, atravessou-o na escuridão da ignorância profunda (OSORIO, 1922, p. 176)”.

As informações presentes na obra desse historiador pelotense nos permitem observar o pensamento de uma época com vistas a exteriorizar um pensamento público, governamental, tendo sido encomendado pelo Conselho Municipal³⁹, visto que a referida obra teve sua primeira edição datada de 1922, ano do centenário da independência do Brasil, apresentando uma *edição do centenário promovida pelo governo municipal*⁴⁰. Esta obra é ainda hoje parte obrigatória dos estudos monográficos sobre a região, constando em muitos desses trabalhos como informação única e incontestável. No entanto, a análise fornecida por Magalhães (2002, p. 287) alerta para o fato da existência de outras interpretações sobre assuntos abordados pela mesma, embora o autor tenha reiterado o caráter particular da mesma, visto apresentar uma visão geral sobre a história da cidade.

Fernando Osorio é um exímio representante da história produzida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, concentrada na descrição dos grandes homens e dos grandes fatos, sendo o mesmo membro da seção Rio Grande do Sul do referido Instituto e, da Academia Riograndense de Letras, dentre outras ocupações foi um dos fundadores da Faculdade de Direito de Pelotas, em 1912 (MAGALHÃES, 2002, p. 288). Pelo estilo adotado e pela ampla aceitação, sua obra é considerada um clássico, centrada nos grandes fatos e acontecimentos, assim como nos nomes que contribuíram para a considerada elevação cultural da cidade. Porém, é necessário ter-se em mente que esta cultura e estes grandes homens são as representativas para os pertencentes à elite. Justificando-se assim a hierarquia estabelecida pelo autor em sua obra, a qual dentre outras características, em meio a 21 capítulos apresenta apenas 1 destinado aos homens comuns, os quais ele denomina de *populares*. E, como procuramos expor, utilizava-se de adjetivos depreciativos e, ou em referência aos sentimentos desses homens, mesmo quando destacou características da religião afro, enquanto nos demais capítulos tratam-se dos grandes feitos e dos homens responsáveis por isto, heroificando-os⁴¹.

Destacamos ainda que o objetivo de uma escrita e outra, do jornal voltado aos negros e do escritor Fernando Osorio, ficam evidentes. Este objetivo estaria vinculado à imagem que se queria passar, a identificação que se pretendia obter. Logo, os autores

³⁹ O Conselho Municipal era responsável pela administração do município, desenvolvendo nesse sentido, atividade atualmente a cargo do poder legislativo municipal.

⁴⁰ De acordo com a folha de rosto do referido livro (LT-CSFP).

⁴¹ Os escritos de Fernando Osorio baseiam-se em dados presentes nos escritos de viajantes que relataram sobre a cidade como Nicolau Dreys, e autores anteriores, os quais escreveram memórias da cidade como João Simões Lopes Neto (MAGALHÃES, 2002).

utilizaram-se de características que julgavam importantes a fim de evidenciar a ideia de cada um.

A fim de contextualizarmos a cidade de Pelotas nas duas últimas décadas do XVIII e no século XIX, buscamos estabelecer uma relação direta com os escritos que serviram de fonte para os autores locais no século XX, ou seja, os relatos de viajantes e os escritos dos primeiros historiadores da cidade. Como esperamos já ter sido possível perceber, a visão de história manifestada aqui por um clássico pelotense difere da concepção de história que abordamos nesta pesquisa, visto que buscamos a agência dos negros pelotenses enquanto atores de suas vidas. Há, no entanto, a necessidade de contextualizar essa cidade, seus moradores e condições de trabalho, assim como o pensamento de seus escritores os quais contribuem com inúmeras fontes nas quais encontramos a presença negra. Neste sentido seguimos a ideia sintetizada por Thompson em relação ao olhar do historiador para o passado, permeado por inúmeros valores, a fim de escrever história:

Somente nós, que estamos vivendo agora, podemos dar um “significado” ao passado. Mas esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma discussão acerca de valores. Ao reconstituir esse processo, ao mostrar como a causação na realidade se efetou, devemos, à medida que nossa disciplina o permita, controlar nossos próprios valores. Uma vez, porém, reconstituída essa história, temos liberdade de efetuar nosso julgamento a propósito dela.

Esse julgamento deve estar ele mesmo sob controles históricos. Deve ser adequado ao material (THOMPSON, 1981, p. 52).

1.2.1 Os negros na Pelotas escravista

Utilizando-nos do aporte oferecido por Thompson, anteriormente referido e utilizado ao princípio desse capítulo, iniciamos então uma contextualização da cidade na qual viveu *Deus-te-livre* com enfoque na presença negra por estas ruas e suas possibilidades de circularidade. Onde se concentravam os negros na Pelotas de fins do século XVIII e durante o século XIX? E, como eles se organizavam nessa sociedade escravocrata a fim de adequarem-se ou modificarem sua posição social? A fim de responder tais questionamentos, buscamos indícios proporcionados pelos escritos que focalizaram o espaço da cidade de Pelotas, iniciando pelos viajantes, seguidos pelos primeiros historiadores da cidade e então buscando alargar o olhar sobre a cidade e seu contexto histórico a partir da produção historiográfica mais recente.

Pelotas é uma cidade localizada no estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil, a qual ganhou importância econômica e cultural (elitista) em função das charqueadas que começaram a se instalar ali a partir do último quartel do século XVIII. Esta atividade saladeiril foi proporcionada, em grande medida, pelo expressivo rebanho bovino presente nas terras sulinas o que acarretou e facilitou a atração dos rebanhos para a cidade. Esta atividade já estava presente no território gaúcho anterior a instalação das charqueadas e até mesmo no território que veio a consolidar-se enquanto Pelotas, de forma aparentemente artesanal (MAGALHÃES, 2000)⁴².

As charqueadas foram estabelecidas primordialmente ao longo do canal de São Gonçalo e do arroio Pelotas, embora se encontre evidências de que tenham existido também as margens da Lagoa dos Patos e do rio Jaguarão (DALLA VECCHIA, 1994, p. 25). Logo se estabeleceu um importante polo charqueador na cidade, e conseqüentemente, houve grande presença da mão-de-obra negra, a qual foi utilizada em tais estabelecimentos e naqueles derivados, subsidiários dos produtos da charqueada como curtumes, fábricas de sabão, de velas, etc. Viajantes que passaram pela cidade destacaram em seus escritos a atividade saladeiril, e segundo o autor Magalhães (2000, p. 167), centrando sua análise nos relatos dos viajantes e dos primeiros historiadores locais, destacou, em relação aos produtos derivados das charqueadas, que “chegou-se a dizer, numa determinada época, que do boi só não se aproveitava o berro”⁴³.

Os viajantes deixaram importantes indícios do trabalho desenvolvido pelos negros nas charqueadas, mão-de-obra por excelência, como sintetizou Francisco de Paula Azeredo, em suas notas da viagem feitas em 1816 pelo território sulino, “como a vida se torna fácil neste magnífico país, a ociosidade é partilhada por todos os brancos, e só os escravos trabalham nas indústrias” (AZEREDO apud MAGALHAES, 2000, p.

⁴² Pelotas alcançou o status de cidade, em 1835, até então estava vinculada a cidade de Rio Grande, mas já sendo povoada através da concessão de sesmaria, desde pelo menos 1758, ano em que Tomás Luis Osório instalou-se as margens do arroio Pelotas (MAGALHÃES, 2000).

⁴³ A análise desenvolvida em Magalhães (2000; 2002), serviu de base para as interpretações aqui presentes. Nestes livros o autor compilou escritos de viajantes estrangeiros e nacionais que estiveram no território pelotense através de fontes editas e inéditas referentes à estadia destes em Pelotas, entre os anos de 1809 e 1964. Felizmente, o autor responsável por esta compilação teve o cuidado de destacar quando os autores referiram a população negra neste território, o que nos auxilia a perceber a vida cotidiana dos negros em Pelotas. Dentre estes é necessário destacar os escritos do conde português Francisco de Paula d’Azeredo, em 1816; do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1820; do charqueador português radicado em Pelotas, Antônio José Gonçalves Chaves, em 1822; do viajante alemão, de *interesses particulares*, conforme nos coloca Magalhães, Carl Seidler, em 1827; do viajante *comercial* Nicolau Dreys, em 1839; do alemão Hermann Blumenau, através de cartas enviadas a família sobre sua estadia em Pelotas no ano de 1846; do médico alemão Robert Avé-Lallemant, em 1858; do observador A. Augusto de Pinho, em 1869 e, do estatístico irlandês, residente de Buenos Aires, Michael Mulhall, em 1871.

25). O trabalho nas charqueadas concentrava-se nos meses de verão, em função da necessidade do sol para secar a carne.

A expansão da cidade deu-se de maneira acelerada em virtude da consolidação das charqueadas pelotenses enquanto indústria, abandonando-se gradativamente seu desenvolvimento artesanal. Este período de consolidação, centrado basicamente entre o último quartel do século XVIII e o primeiro do XIX lançou as condições materiais e sociais para a urbanização da cidade. A solidificação da indústria saladeiril fez surgir uma concentração populacional não apenas no espaço rural, mas também e, principalmente, no urbano, com destaque para os negros que eram para lá deslocados a fim de serem utilizados enquanto mão-de-obra. Estes circulavam especialmente no Passo Rico que então ficou conhecido como Passo dos Negros, localizado às margens do canal de São Gonçalo (ARRIADA, 1994, p.64). A população de negros apresentava-se em condições numéricas superiores neste período, de acordo com o primeiro censo provincial da então Freguesia de São Francisco de Paula, em 1814, existiam 2.419 habitantes, dos quais 1.226 eram escravos em contraposição a 712 brancos⁴⁴.

O Passo dos Negros era o local por onde provavelmente adentrava os escravos na então Freguesia de São Francisco de Paula, elevada à vila em 1812. O primeiro núcleo urbano da cidade foi oficializado através de alvará concedido em 7 de julho de 1812, autorizando uma freguesia, devota de São Francisco de Paula, recebendo nome homônimo ao santo católico. Padre Felício, que solicitou junto a Corte em 1810 a constituição da freguesia, alegou que existiriam cerca de 150 famílias abastadas na localidade. Estas em função da época de safra nas charqueadas, correspondente em parte ao período da quaresma se viam impedidas de freqüentar a igreja a qual estavam vinculados, na vila de Rio Grande. Foi então permitida a construção de uma igreja, e no entorno desta, despontaram algumas ruas e casa suntuosas, conforme destacaram inúmeros viajantes (MAGALHÃES, 1993).

Os escravos importados para a cidade passaram a avolumar-se nesse período, advindos principalmente das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, chegavam à província pelo porto de Rio Grande e então eram conduzidos para o primeiro aldeamento da localidade, o Passo dos Negros, podendo ser ali comercializados. Este local, nas primeiras décadas do século XIX configurou-se enquanto zona de grande comércio, onde além de receber os escravos, atravessava-se o gado e comercializavam-

⁴⁴ Este censo apresenta ainda a subdivisão: indígenas, livres de todas as cores e recém-nascidos, apresentando respectivamente 105, 232 e 144 habitantes (FEE, 1984, p. 50).

se produtos como açúcar, erva-mate, sal e o próprio charque (ARRIADA, 1994, p. 69). De acordo com Eduardo Arriada (1994, p. 73) os anos 1830 continuaram a contar com grande número de cativos na Vila, sendo que em 1833 o mapa da população indicou que dos 10.873 habitantes, 5.629 eram escravos, ou seja, 51% da população.

Os escravos chegados no Passo dos Negros eram remetidos em grande parte às charqueadas, na qual o trabalho apresentava diferenciação quanto às tarefas e aos tipos de escravos. Os mesmos desempenhavam desde funções não-especializadas até as particularizadas no ato de charquear e subsidiários desse, assim como nos trabalhos de campo, enquanto tropeiros e campeiros e, os trabalhos domésticos. Existiam ainda os escravos de ofício e os domésticos. Esta divisão do trabalho ficou evidente na pesquisa desenvolvida por Ester Gutierrez (2001) a cerca das charqueadas pelotenses e a utilização da mão-de-obra negra. Ao utilizar como fonte os relatos dos viajantes assim como os inventários de donos de estabelecimentos saladeiris a autora afirmou que:

Por certo, o trabalho não especializado, na fabricação da carne salgada, couro, sebo e graxas, ocupava muitos cativos. Em alguns inventários, o número de serventes chegou quase à metade do total daqueles que se ocupavam das atividades qualificadas. Os serventes, assim como os trabalhadores não especializados, desempenhavam inúmeras tarefas, como: empurrar o vagonete, que continha o boi, da mangueira de matança até a cancha; transportar as peças de carne daí para o galpão; lavar as canchas e galpões, imergir os couros em tanques de salmoura; formar e desfazer pilhas de charque e couros; colocar e recolher mantas dos varais; carregar os iates; acender e manter o fogo das caldeiras ou caldeirões; moer o sal, etc. Eram considerados especializados, no trabalho dos saladeiros, aqueles que se dedicavam, quase que exclusivamente, e de forma direta à produção e ao transporte da carne salgada e de seus subprodutos, exercendo funções de carneador, salgador, graxeiro, descarneador, chimango, servente e marinheiro (GUTIERREZ, 2001, p. 90)⁴⁵.

O naturalista francês, Auguste de Saint-Hilaire em escritos produzidos sobre sua *viagem ao Rio Grande do Sul* nos relegou importantes informações sobre os tratamentos dispensados aos escravos, domésticos e diretamente vinculados ao ato de charquear, com destaque para a utilização da mão-de-obra infantil. As crianças, nesse contexto, eram exploradas em trabalhos aparentemente mais leves em comparação aos de trato direto com as matanças, mas passavam por situações não menos precárias. Não obstante, os escritos do autor nos permitiram ter acesso a um costume que despertou sua atenção, mas que fazia parte da sociedade brasileira escravocrata, conforme transpareceu na passagem a seguir:

⁴⁵ A fim de não estender a citação optamos por não adentrarmos nos pormenores das atividades de cada especialização, embora a autora apresente estas informações.

Nas charqueadas os negros são tratados com rudeza. O sr. Chaves, tido como um dos charqueadores mais humanos, só fala aos seus escravos com exagerada severidade, no que é imitado por sua mulher; os escravos parecem tremer diante dos seus donos.

Há sempre na sala um pequeno negro, de 10 a 12 anos, cuja função é ir chamar os outros escravos, servir água e prestar pequenos serviços caseiros. Não conheço criatura mais infeliz que essa criança. Nunca se assenta, jamais sorri, em tempo algum brinca! Passa a vida tristemente encostado à parede e é freqüentemente maltratado pelos filhos do dono. À noite chega-lhe o sono, e quando não há ninguém na sala cai de joelhos para poder dormir. Não é esta casa a única que usa esse impiedoso sistema: ele é freqüente em outras casas (SAINT-HILAIRE apud MAGALHÃES, 2000, p. 38).

Nesse sentido, porém, é necessário fazer uma ressalva aos trechos transcritos, que em alguns casos aparentemente justificam uma posição que se pretendia evidenciar, no caso o mau trato dispensado aos escravos. Porém, ao lidarmos com fontes, escritas ou não, é necessário atentar para os objetivos dos autores, assim como para as demais informações que o mesmo apresenta, ou seja, as condicionantes de sua produção conforme nos colocou Certeau (1982). Aparentemente a passagem anterior demonstraria uma crítica do autor em relação ao assunto, porém, ao observamos a sequência de seu relato, o mesmo apontou que os escravos vinculados às estâncias recebiam um tratamento menos rude devido serem em pequeno número. Já em relação às charqueadas havia uma necessidade de tratá-los com mais cuidado aos olhos do viajante, ou seja, era preciso dispensar maior rudeza para com os escravos, a fim de impor a vontade senhorial por meio de violência, visto encontrarem-se então os cativos em maior número e, assim, terem a possibilidade de apresentarem mais vícios e principalmente, organizarem rebeliões. A partir dessa informação, percebe-se um escritor imerso em seu contexto social, de exploração do negro e necessidade de tutela sobre o mesmo, e ainda é possível perceber a ideia de que entre um número maior de negros a possibilidade de revoltas contra o sistema e desenvolvimento de laços de identidade era mais presente tornando-se assim “necessário tratá-los com mais energia” (SAINT-HILAIRE apud MAGALHÃES, 2000, p. 38).

O grande número de escravos preocupava os mandatários da região quanto a possíveis levantes, para evitar tais acontecimentos, foram comuns as medidas repressivas como as adotadas pela vigilância constante nos estabelecimentos saladeiris. A vigilância aos escravos dava-se mediante auxílio dos capitães-do-mato sendo que o 1º Código de Posturas de Rio Grande, promulgado em 1829 estendido à Vila de São

Francisco de Paula, inseria a preocupação com a ordenação dos escravos, tratando de fugas e de formação de quilombos (ARRIADA, 1995, p. 74).

No ano seguinte à promulgação do Código de Posturas, em 7 de dezembro de 1830, foi criada a Vila de São Francisco de Paula mediante decreto provincial e instalada em 7 de abril de 1832 adquirindo então independência administrativa. A cidade veio a instalar-se 3 anos após, em 27 de junho de 1835. A Vila contava com uma Câmara e produziu seu próprio código de posturas, datado de 1834, regulamentando sobre a vida dos escravos no tocante a sua circulação pela cidade. O mapa da população (1833) indicou uma porcentagem crescente de negros no espaço urbano, visto que dos 5.623 escravos na cidade, 1.941 encontravam-se nas charqueadas, sendo que os brancos da cidade eram em um total de 3.933 habitantes, a população total apresentava 10.873 habitantes (ARRIADA, 1995, p. 117).

O Código de Posturas, em princípio da Vila do Rio Grande e posterior, da Vila de São Francisco de Paula apresentava dados referentes ao ordenamento dos escravos percebendo-se a ideia de que estes trabalhadores, quando longe do controle senhorial entregar-se-iam aos vícios. Nesse sentido, destacamos a descrição conferida à manifestação de costumes religiosos vinculados à África de um grupo de negros, os quais possuíam uma *pobre venda*, na qual aconteceu um casamento presenciado pelo alemão Carl Seidler, em sua visita a Pelotas em 1827. Esta venda localizava-se em uma *ponta da lagoa dos Patos*, local no qual o alemão teve de parar em função de mau tempo para prosseguir viagem. Os convidados da cerimônia eram em sua *maioria negros e mulatos*, vestindo *trapos multicores* tendo em sua companhia uma série de *bugigangas* e de *máscaras negras*, a partir de então o referido viajante passou a descrever um cerimonial que se assemelha em muito a um ritual de batuque⁴⁶, da seguinte forma:

Dois homens fortes carregavam um grosso pedaço de tronco oco, revestido de couro, no qual logo um deles entrou a bater com os pés como num tambor; outros instrumentos, de sons que casavam com o do tambor, apareceram pouco a pouco e rompeu uma música pela qual certamente teria manifestado respeito o próprio tambor-mor Rossini. Acompanhava a música um *berreiro* de alegria, *muito pior que o de mil papagaios na floresta virgem brasileira e*

⁴⁶ “O batuque é o nome genérico dos ritmos produzidos por negros a base da percussão, de caráter religioso, praticado pelos negros de origem africana. Mas mais que a designação de uma dança específica, a palavra batuque é normalmente aplicada como termo genérico para o tipo coreográfico que representa ou para as danças que são acompanhadas por forte instrumental de percussão. Seu sentido também por der emprestado às práticas de capoeira” (MELLO, 1994, p. 24-25). Sobre este assunto ver, além do autor anteriormente citado: ANJOS (2006).

ameaçava romper-nos o aliás rijo tímpano do ouvido (grifos nossos, SEIDLER apud MAGALHÃES, 2000, p. 58).

Estudos indicam que as cidades de Pelotas e Rio Grande comporiam a base das religiões de culto aos orixás, identificadas enquanto nação ou batuque, presentes já no princípio do século XIX⁴⁷. A passagem anterior muito provavelmente faz referência a um instrumento utilizado nestas manifestações culturais, típico da região, uma espécie de tambor denominado sopapo. Após descrever os instrumentos que compunham o ritual, o viajante passa a descrever a maneira como se comportavam em tal festa os convidados, negros e mulatos, descrição que em muito se assemelha a uma festa, lembrando que o termo batuque era utilizado também para referenciar uma festa afro. Esta descrição, de acordo com a tese de doutoramento de Mario Maia dedicada à percepção da *tradição percussiva no Sul do Brasil* (2008) teria servido ainda de base para a aquarela pintada pelo alemão Hermann Rudolph Wendroth em 1857, intitulada *Nigertanze (Dança de Negros)* na qual há possivelmente a presença do sopapo⁴⁸, conforme é possível verificar na figura a seguir reproduzida ao atentarmos para os dois homens sentados sobre dois grandes tambores:

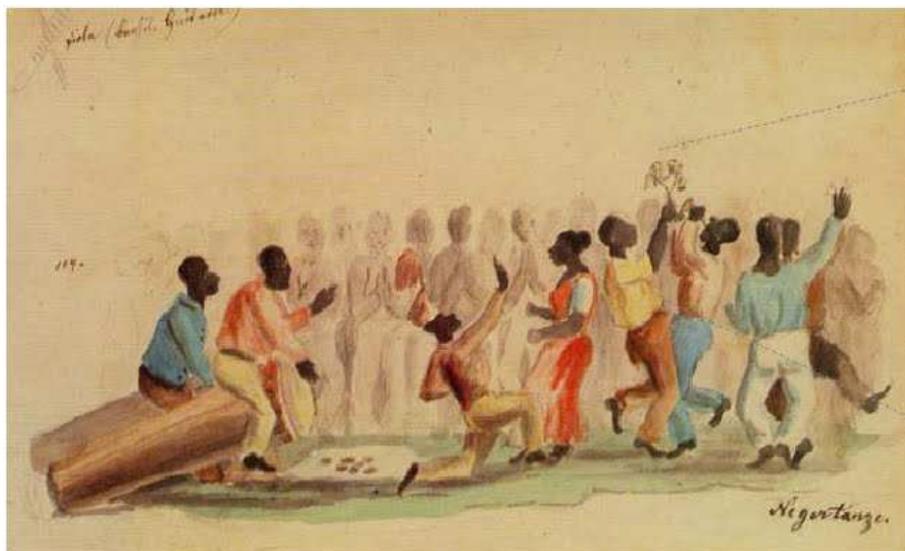


Imagem 1- Aquarela *Dança de Negros*, de Hermann Hudolph Wendroth (1857). In: MAIA, 2008, p 64.

A passagem anteriormente destacada faz com que percebamos ainda a visão etnocêntrica de Seidler, a qual segundo Lilia Schwarz o impede de perceber “o diálogo

⁴⁷ Sobre o Batuque no Rio Grande do Sul ver CORREA (2006).

⁴⁸ Sobre o sopapo especificamente na região de Pelotas e Rio Grande, e sua relação com a presença da religião afro – candomblé, candombe e batuque – ver MAIA (2008). Especialmente capítulos 2 e 3.

da herança ibérica com a cultura africana e indígena” (SCHWARZ apud MAGALHÃES, 2000, p. 61) conforme destacamos a seguir:

Começou depois ao ar livre um baile, que regulava com a música e a cantoria. Imaginem-se as *mais detestáveis contrações musculares, sem cadência, os mais indecentes requebros das pernas e braços seminus, os mais ousados saltos, as saias esvoaçantes, a mímica mais nojenta, em que se revelava a mais cruel volúpia carnal* – tal era a dança em que, desde o começo, as graças se transmudavam em bacantes e fúrias. [...] *verdadeiro ímpeto bestial dominava sem exceção os grupos selvagemente abraçados* [...] Aos sete dias de nossa *falha* nessa região tivemos finalmente vento favorável (grifos nossos, SEIDLER apud MAGALHÃES, 2000, p. 58-59).

Informação relacionada à dificuldade dos negros desenvolverem seus costumes comuns encontra-se nos relatos do viajante comercial, Nicolau Dreys, em passagem pela cidade em 1839, este afirmou que “uma charqueada bem administrada é um estabelecimento penitenciário”, o mesmo acrescentou ainda que os negros “pouco ou nada tem que roubar ao redor de si; seus divertimentos são caseiros, e raras ocasiões furtivas se lhe oferecem de figurar nesses ajuntamentos ruidosos”. O referido viajante destacou a manifestação do batuque, de acordo com ele presente também durante a época de trabalho intenso nas charqueadas, ou seja, nas matanças (DREYS apud MAGALHÃES, 2000, p. 93-94).

Este ambiente, marcado pela matança dos bois, apresentava um aspecto não muito agradável aos olhos de alguns viajantes, foi por vezes caracterizado enquanto macabro em seus escritos. Estes indícios nos auxiliam a compreender o universo em que circulavam os negros e ao qual ficavam submetidos, principalmente na época da matança, conforme nos transparece a passagem presente no escritos do alemão Avé-Lallemant em estadia na cidade no ano de 1858:

Em toda a região há um horrível cheiro de carniça! Couros, chifres, cascos, ossos, tendões, tripas e nauseantes massas de sangue em putrefação e, além disso, campos inteiros com carne dependurada, formam um verdadeiro monturo em grande estilo e assinalam o distrito onde encontra o seu centro o mais importante ofício da Província, que é abater bois e cavalos, principalmente éguas. Uma multidão de abutres sobrevoa a região ou ceva-se em sangue putrefato.

Por mais aprazível que seja o porto de Pelotas; por mais largas, retas e em parte bonitas ruas que tenha a cidade, que fica a um quarto de milha acima – neste matadouro extingue-se qualquer impressão de graça e limpeza, em toda parte cheira mal! (AVÉ-LALLEMANT apud MAGALHÃES, 2000, p. 129)

O foco charqueador desenvolvido na cidade de Pelotas utilizando-se da mão-de-obra escrava, fez com que a população de cativos fosse expressiva, principalmente ao

longo das margens do canal de São Gonçalo, local onde preferencialmente se estabeleceram as charqueadas. Segundo Bakos:

Na região de Pelotas e Rio Grande, a introdução do negro se deu precocemente, juntamente com o povoamento da região, intensificando-se a partir do final do século XVIII, com o desenvolvimento das charqueadas, o que resultou numa das maiores concentrações regionais do elemento afro-descendente. Pelotas teria 1.226 escravos em 1814 e 4.788 em 1859, alcançando o ápice de 6.526 em 1884, mas decrescendo para 2.831 no ano seguinte, devido à estratégia empregada de transformação dos escravos em contratados. [...] No cômputo geral, isso significava que este município, sozinho, era responsável pela utilização de quase 10% do total de escravos do estado (BAKOS, 1982, p. 22-23)⁴⁹.

A expansão e o auge da produção charqueadora deram-se entre as décadas de 60 e 90 do século XIX, conforme é destacado por Magalhães (1993), essa expansão por sua vez fica evidenciada na passagem anterior, percebendo-se o aumento significativo de escravos na região no dito período. Como a safra do charque dava-se apenas no período de verão, na entressafra esses escravos mantinham-se ocupados principalmente no espaço urbano, na construção de casas para seus senhores e em olarias. Segundo Loner (2001), nos anos 80 do século XIX existiam cerca de 6 mil negros na região e cerca de 2 mil encontravam-se nas charqueadas enquanto os demais se encontravam, livres ou cativos, no espaço urbano.

Nesse sentido, é importante a síntese presente em Gutierrez (2001) em relação à ocupação e distribuição dos escravos nas e, das charqueadas em Pelotas e a contribuição destes para o desenvolvimento econômico da elite pelotense:

O cerne do núcleo charqueador pelotense, constituído ao longo do século XIX, estruturou-se em mais de trinta fábricas contíguas situadas nas margens direita do arroio Pelotas e norte do canal São Gonçalo. Esses estabelecimentos contavam cada um, dois ou três terrenos, faixas compridas e estreitas, intercalados por estradas [...]. A população servil das fábricas distribuía-se nestes espaços. Parece que parte dos senhores mantinham um número fixo de escravos nas fábricas, outros, provavelmente, ocupavam seus cativos nas diversas propriedades, como casas na cidade, datas de matos na serra dos Tapes e estâncias. [...] Os cativos que trabalhavam diretamente na produção do charque ocupavam o terreno ribeirinho da fábrica de salgar carnes. Possivelmente, no período das entressafras, a população cativa trabalhava na construção civil, produzindo matéria-prima, elementos cerâmicos, nas olarias existentes em um dos terrenos dos saladeiros; erguendo, ampliando, conservando prédios urbanos, que o desenvolvimento fabril charqueador impulsionava (GUTIERREZ, 2001, p. 177).

⁴⁹ Esta passagem foi também evocada por LONER (2008, p. 246).

O período, caracterizado como de auge da produção charqueadora, configurou a opulência da cidade, fruto da condição econômica em um crescente, conforme destacou a análise de Magalhães (1993). Foi então que surgiram algumas das principais instituições, atividades da cidade e melhorias nas condições de higiene, abastecimento de água⁵⁰, e de transporte⁵¹. Intensificaram-se as construções dos casarões no perímetro urbano, com destaque para os localizados no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, então denominada de Regeneração (1832-1864) e Pedro II (1865-1889)⁵²; a proliferação da imprensa local, a qual teve início em 1851 com o jornal *O Pelotense*. Em 1847 teve-se a criação da Santa Casa de Misericórdia e em 1857 a criação da Sociedade Portuguesa de Beneficência⁵³. No espaço de surgimento destas duas instituições vinculadas à saúde, a cidade foi acometida por uma epidemia de cólera morbo, em 1855, a qual atacou inicialmente os escravos das charqueadas e após, a população urbana, o que fez com que se desse a construção do novo cemitério, afastado do centro da cidade⁵⁴. A vida social dos charqueadores e suas famílias, assim como dos pequenos comerciantes também recebeu um grande incentivo neste período, destacamos a proliferação de associações bailantes, recreativas e teatrais, assim como de bandas musicais⁵⁵. Intensificou-se ainda a preocupação com o destino dos menos abastados, principalmente os imigrantes recém chegados e os negros livres, a fim de mantê-los inseridos na ótica do trabalho, criou-se então a Biblioteca Pública Pelotense, em 1875, e a partir desta os cursos noturnos voltados para os trabalhadores⁵⁶.

Essa efervescência social e cultural que atingia principalmente a elite pelotense viu surgir à preocupação com a libertação dos escravos, mão-de-obra por excelência das charqueadas. Teve início então, na década de 1880 uma série de medidas abolicionistas, visando libertação mediada pela sustentação da ordem, mas principalmente a manutenção da mão-de-obra, então assalariada mediante as necessidades dos industriais

⁵⁰ Em 1875 foi importada uma Caixa d'água a qual passou a fornecer água à população em conjunto com 3 chafarizes oriundos da França (XAVIER, 2010).

⁵¹ Em 1875 entrou em vigor o serviço de bondes puxados por mulas, através da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas (OLIVEIRA, 2010).

⁵² Esta Praça voltou a apresentar a denominação Regeneração entre 1889-1895, e da República 1895-1932, quando assumiu a denominação atual (MAGALHÃES, 2010).

⁵³ Sobre estes hospitais, ver as análises de CHAVES (2002); TOMASCHEWSKI (2007).

⁵⁴ Sobre as primeiras medidas de higiene na cidade ver SOARES (2001).

⁵⁵ Sobre as atividades recreativas e culturais desenvolvidas em Pelotas durante o século XIX ver LONER (2002).

⁵⁶ Sobre a Biblioteca Pública Pelotense suas iniciativas educacionais ver PERES (1995). As informações referentes às características oriundas da opulência da cidade durante o século XIX encontram-se presentes, além de nos trabalhos citados, em uma obra de referência produzida sobre a cidade: LONER; GIL; MAGALHÃES (2010).

saladeiris. Esta característica foi evidenciada por Bakos (1984) a qual destacou a busca pela manutenção da ordem nas medidas abolicionistas, tomadas principalmente na década de 1880, as quais se encaminhavam para os primeiros contratos de trabalho. Nesse sentido, é necessário evidenciar que desde principalmente 1860 a cidade vinha contando com os colonos, mas a instalação destes não buscava a substituição da mão-de-obra escrava, e sim a exploração das terras da região serrana da cidade, Serra dos Tapes, através da venda de lotes, sendo possível identificar 27 colônias durante o Império. A colonização apresentava um caráter econômico e privado, na qual os primeiros proprietários foram os charqueadores locais, que visualizaram a possibilidade de maior fonte de renda ao lotear as terras e incentivar a imigração. A primeira colônia da cidade foi de imigrantes alemães, a colônia de São Lourenço, em 1858 (IEPSEN, 2008). A etnia alemã prevaleceu durante o período em que vigorou o regime escravo, cinco eram exclusivamente de alemães dentre as doze colônias possíveis de identificar a origem dos colonos (ANJOS, 2000) ⁵⁷.

As medidas formais em prol da abolição, através da criação de associações que a tivessem como objetivo, foram tomadas na cidade a partir de 1880. Neste ano surgiu o jornal, que serviria de propaganda abolicionista, *A Voz do Escravo*, por iniciativa do negro livre Manoel Conceição da Silva Santos⁵⁸, embora conste como propriedade de uma associação. A partir desse jornal aglutinou-se um grupo de pessoas que no ano seguinte fundaram o *Clube Abolicionista*⁵⁹, uma associação composta por brancos e negros livres (LONER, 2007). Com objetivo e ações semelhantes, criou-se em 1884 o *Centro Abolicionista*, mais propriamente vinculado aos charqueadores locais, estando alguns destes na diretoria do Centro, os quais utilizaram a estratégia da alforria condicional, através dos contratos, que impunham a prestação de serviço, entre dois e sete anos aos escravos, adquirindo estes a condição de contratados.

A iniciativa do *Centro* contou com apoio de inúmeros charqueadores locais, prática que vinha sendo exercitada em toda a província, assim como em outras. O *Centro* e as comissões propostas por este, em outubro de 1884 proclamaram a

⁵⁷ O autor identificou 27 colônias neste período, além dos alemães foi possível identificar 2 colônias de italianos e 6 mistas congregando, além de alemães e italianos, austríacos, brasileiros e franceses (ANJOS, 2000).

⁵⁸ Manoel foi tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário nos anos de 1879 e 1880 (LONER, 2010, p. 4)

⁵⁹ Trataremos especificamente deste clube, em conjunto com o Centro Ethiópico no próximo sub-capítulo.

emancipação no município⁶⁰. Ocorreu então festa envolvendo as associações abolicionistas da cidade, como o *Clube Abolicionista* e o *Centro Ethiópico*, no dia 16 de outubro de 1884. Porém, a adesão dos senhores de escravos a esta medida não foi total, contando a cidade em 1885 com cerca de 2.831 mil escravos, conforme destacamos anteriormente. A partir de então estas associações diminuíram as atividades e o controle sobre os contratados, até se extinguirem por completo. Muitos dos contratados abandonaram seus estabelecimentos de trabalho, assim como os que ainda continuavam escravos em virtude da diminuição do controle a que estavam submetidos principalmente fora das charqueadas, visto ter enfraquecido a busca por escravos fugidos. Em 1887, os senhores de escravos restantes adotaram os contratos por cláusulas de prestação de serviço. Estes, em conjunto com os que ainda exigiam o cumprimento dos contratos e alguns abolicionistas fundaram o *Clube São Sebastião*, com o objetivo de controlar a submissão dos contratados aos acordos. Estes contratos tiveram fim apenas em 1888 com a Lei Áurea (LONER, 1997).

Nesse sentido, destacamos a contribuição de Loner (2005) ao abordar este contexto relacionando a ação das associações abolicionistas e ação dos contratados e escravos:

Em termos jurídicos, diminuiu-se drasticamente o número daqueles que eram considerados escravos (e com isso, os donos de seus contratos deixavam de pagar o imposto correspondente), mas também levou a aceleração do deterioramento da instituição escravista, com muitos contratados começando a apresentar comportamentos considerados inaceitáveis pelos seus “contratantes”, de forma tal que muitos destes preferiram rescindir os contratos, abrindo mão de seus direitos sobre os trabalhadores. Outros contratados começaram a fugir, tomando a rota dos países platinos, nos quais a escravidão já havia sido abolida há tempos, ou então, deslocando-se para outras cidades e contando, nesse momento, com o apoio efetivo de parcela significativa da população gaúcha. Para os charqueadores, o pior foi que o clima de colapso do escravismo terminou por contaminar também aqueles trabalhadores que tinham sido mantidos como escravos, dando por resultado

⁶⁰ Optamos por não apresentar uma data específica para a emancipação de 1884, a qual apresenta variações entre os dias 11 e 16 de outubro, isto deu-se em virtude de encontrarmos fontes dispares sobre o assunto. Em um ofício dirigido pelo Centro Abolicionista a Câmara Municipal de Pelotas consta “O ‘Centro Abolicionista’ resolveu, em vista dos resultados obtidos pelas comissões que promove proclamar no dia 11 do corrente a emancipação do Município de Pelotas. Para abrilhantar esse ato tem a honra de pedir a V. S. S. a Convocação de uma sessão solene, no Paço Municipal, nesse dia, às 11 horas da manhã [...]”. Este ofício não está datado, porém, foi lançado, em 16 de outubro de 1884 um jornal comemorativo, de nome homônimo a data, apresentando número único, o qual apresenta a seguinte informação em relação ao seu objetivo: “solenizar a libertação do município de Pelotas pelo Centro Abolicionista”. Neste sentido, nos falta outros documentos que permitam apresentar mais subsídios a fim de evidenciar se a festa ocorreu na data solicitada pelo ofício, ou se o jornal faz referência a festa que ocorreu nesse dia, e assim embora apresente a data de 16 de outubro para a sua circulação estaria fazendo menção a importante data como estratégia até para marcar a data. Em estudo sobre a abolição na cidade Loner (2005, p. 11) apresenta a data 16 de outubro. (BPP- AH, fundo Escravidão 2, série Associação Emancipadora Club Abolicionista).

a intensificação das fugas. Com isso, eles começaram a tomar medidas drásticas para segurar sua mão de obra, o que resultou em caçadas aos fugitivos e justicamento sumário de alguns. A cidade enfrentou, em fins de 1887, um arremedo de revolta escrava, que terminou, aparentemente, com vitória dos escravagistas. Contudo, a realidade das fugas continuou acentuando-se, especialmente a partir de janeiro de 1888, levando a uma grande insegurança em relação à possibilidade de funcionamento das charqueadas naquela safra, com a redução da quantidade de gado comprado (LONER, 2005, p.11).

É necessário, no entanto, contextualizar os escritos dos viajantes que nos ofereceram pistas do trabalho escravo nas charqueadas. Estes homens apresentavam uma visão que reproduzia e reforçava o pensamento da sociedade da qual faziam parte. Assim, apresentavam por vezes visões eurocêntricas e por vezes manifestavam interesses e objetivos específicos com estes escritos. A análise desenvolvida por Magalhães (2000; 2002) foi de grande importância a fim de compreendermos o contexto de quem escreveu. O referido autor alertou para as posições ideológicas destes escritores, assim como a dificuldade dos mesmos em compreender a sociedade escravista do Brasil, visto tomarem estes, como ponto de referência, a sua própria visão de mundo. Nesse sentido, alertamos que foi quando estes autores se espantaram que os relatos se abriram para nós em referência ao nosso foco de estudo, os negros em Pelotas.

Abordando este tipo de fonte, e as utilizando sem contextualizar seus escritores ou imergir no contexto social e moral o qual estava diretamente vinculado ao pensamento destes viajantes, a historiografia consolidada principalmente nas décadas de 1960 e 1970, denominada revisionista dos primeiros estudos da escravidão no Brasil, tendeu a corroborar e endossar a posição destes viajantes. Auxiliavam então na constituição de uma teoria que percebia o escravo enquanto coisa. Assim, descreveram uma anomia ou patologia social por parte dos cativos. A qual seria derivada da violência extrema a que estavam condicionados, o que teria impedido a sobrevivência quase que total de seus costumes culturais e a impossibilidade da constituição de famílias. Esta anomia lhes negava as possibilidades de cooperação e ajuda as quais poderiam servir como base para o mundo do pós-emancipação. Esta posição percebia os cativos enquanto despossuídos de “competência técnica” e da “ideologia de valorização do trabalho livre necessárias à realização do objetivo de ascender socialmente”, visão que em muito “auxiliou na visão de desqualificação dos trabalhadores negros enquanto sujeitos de sua história” (CHALHOUB; SILVA; 2009, p. 20). Enquanto expoentes da historiografia revisionista destacamos os cientistas sociais vinculados à Escola de Sociologia Paulista, concentrados em destituir o mito da democracia racial relegado

principalmente aos estudos pioneiros de Gilberto Freyre, nas décadas de 30 e 40 do século XX. Os pensadores vinculados a este paradigma de pensamento expuseram evidências do preconceito racial existente no país, segregacionista em relação aos negros, embora não tenha se constituído enquanto segregação legal⁶¹.

Estes viajantes nos proporcionam importantes informações a cerca do cotidiano que envolvia os escravos e suas manifestações, as quais principiam a demonstrar uma afirmação identitária, uma diferenciação entre os *seus* e os *outros*. Os relatos, fazendo parte de uma tradição, evocavam características discriminatórias e preconceituosas para com os negros, conforme foi descrito ao início desse sub-capítulo, mas nos permitiram adentrar na vida desses sujeitos, escravizados ou livres, em uma ordem escravocrata que os discriminava. Nesse sentido, os escritos pertinentes aos costumes dos negros, ou em situações que demonstraram a agência destes, tendem a menosprezá-los e invocam a necessidade de tutela por parte dos senhores de escravos.

Porém, a historiografia mais recente, de maneira crítica, utilizando-se também dos escritos dos viajantes, mas buscando o auxílio de outras fontes, com destaque para as advindas de jornais e produzidas por organizações, tem apresentado as possibilidades de circularidade negra, suas formas de manutenção de laços de solidariedade e resistência ao sistema escravista. Proporcionam então, a visualização de outro lado da considerada Pelotas repleta de tradições e opulência, ou seja, percebe-se a elite desta cidade, mas os homens comuns também, seus costumes e as maneiras possíveis de organização destes. Nesse sentido, esposamos aqui as percepções historiográficas centradas na cidade das duas últimas décadas do século XX e início do XXI. Estes trabalhos têm por característica central, uma abordagem em nível acadêmico, com amplo aparato de fontes primárias e uma visão crítica destas.

1.2.2 O negro de Pelotas na historiografia

Como visão pioneira da qual nos aproximamos nesta análise, destacamos a obra de Marco Antonio Lírio de Mello (1994), este autor vinculou-se a noção de cultura proposta por Thompson, enquanto um campo de análise possível de captar os indivíduos comuns, opondo-se a visão que determinava a esta instância uma posição alienante, subordinada ao social, tida enquanto reprodutora do controle da ideologia dominante,

⁶¹ Nesse sentido destacam-se os trabalhos de BASTIDE (1961); BASTIDE; FERNANDES (1959); CARDOSO; IANNI, (1960); CARDOSO (1962); COSTA (1979); NOGUEIRA (1985).

desenvolvida nesta sociedade pelo Estado e Igreja. Mello centrou sua análise na resistência escrava através da cultura, destacando as manifestações culturais como os rituais religiosos, o batuque, e os carnavais. Estes foram percebidos pelo autor como espaços de manutenção de sociabilidade e de afirmação dos laços de identidade negra. Através dos quais, os cativos articulavam-se entre si e com os livres com o fim de resistirem à escravidão e encontrarem formas de manterem sua cultura bem como brechas que possibilitassem o fim da condição de escravos.

Seguindo esta posição crítica, destacamos os trabalhos de Magalhães (1993; 2000; 2002), que embora tenha centrado seus estudos na elite pelotense e no apogeu que concedeu à cidade o título de *Princesa do Sul*, nos proporcionou um contato fundamental com as fontes inéditas sobre a localidade, assim como com as editas, referente aos escritos de viajantes referentes à Pelotas e nos forneceu uma visão do contexto que os circundava. O autor apresentou ainda um cuidado com o estilo literário de cada um dos viajantes e disponibilizou-nos informação sobre os interesses que impulsionaram a vinda destes homens à cidade, o que por si nos auxilia muito na compreensão das posições transcritas muitas vezes com uma carga repleta de preconceitos e da visão que impregnava a sociedade elitista do Brasil colonial e imperial, assim como a própria visão etnocêntrica de alguns destes.

Buscando diversificar as fontes e modificando o foco de estudo, as análises desenvolvidas por Loner (1997; 1999; 2001, 2002; 2005; 2007; 2008) apresentaram rica pesquisa empírica. Embora a autora tenha centrado seus estudos na constituição da classe operária na cidade, principalmente durante a República, apresentou análises focadas no período não imediatamente anterior a transição das ordens, mas nas raízes do movimento operário na região. Ao buscar as raízes, o estudo nos proporcionou o contato com algumas lideranças e associações que apresentaram constituição basicamente negra, ou em cujas diretorias encontravam-se negros. Nesse sentido, é necessário ainda enfatizar que os escritos dessa autora, em virtude de apresentarem um *continuum* de produção, auxiliaram no aprofundamento de algumas questões assim como no apontamento de outras, as quais norteiam parte da análise que aqui desenvolvemos.

Importantes dados estatísticos puderam ser percebidos no trabalho desenvolvido por Guttierrez (2001) ao abordar as funções desempenhadas pelos cativos nas charqueadas, nas fábricas de produtos subsidiários destas e nas olarias. Esta autora nos auxilia na compreensão dos responsáveis pela construção da aparente opulência da

cidade, apresentando residências abastadas e ricas em ornamentos, assim como ruas largas e retas, tão destacadas pelos viajantes.

Estudo semelhante foi desenvolvido pelo historiador Mario Maestri (1984; 1997, 2002), centrando seus estudos no trabalho escravo nas charqueadas pelotenses, e no sul do Brasil como um todo, diferenciando o trabalho das estâncias e das charqueadas sulinas, assim como do escravo urbano. Este autor dispensou especial atenção à resistência e à acomodação escrava ao regime escravista, filiando-se a corrente de pensamento proposta pelo historiador Jacob Gorender⁶², ao ter percebido enquanto resistência apenas as ações mais incisivas, como as fugas e as formações de quilombos. No entanto, o referido autor forneceu importantes informações acerca de um quilombo que teria se formado na região da Serra dos Tapes, distante cerca de 20 quilômetros da cidade. Este quilombo recebeu o nome de seu possível líder, Manoel Padeiro, se formou por volta de 1834 e abrigou uma média de 12 aquilombados. Despertou a ira dos mandatários locais e provinciais. Vinculado a percepção de resistência de Maestri tem-se o trabalho desenvolvido por Ana Simão (2002), centrado na escravidão urbana na cidade na primeira metade do século XIX. A autora objetivou perceber o espaço urbano de Pelotas e o papel desempenhado pelos escravos neste, nos conferindo dados sobre as ações de liberdade, a sexualidade, relações familiares e a saúde dos cativos, assim como a resistência e a acomodação que os atingiu.

Destacamos ainda o trabalho desenvolvido por Dalla Vecchia (1994), este autor investigou outra importante fonte a fim de complementar as até então trabalhadas, a História Oral. O autor buscou construir um desenho do cenário escravocrata através dos indícios fornecidos pelos descendentes de escravos da região sul do Estado gaúcho. Não obstante, o historiador apresentou informações do cotidiano dos negros sulinos, que nos auxiliaram a perceber a vida social desenvolvendo-se sempre que possível, sob os olhares severos da escravidão.

Mais recentemente, um trabalho em especial despertou a atenção e evidenciou a posição discutida em nível acadêmico em relação à crítica das fontes, trata-se do trabalho desenvolvido pelo historiador Caiuá Al-Alam (2008). Neste o autor, embora esteja concentrado em uma história do crime e da constituição oficial do aparelho repressor policial na cidade, alertou para a necessidade de lançar um olhar crítico até mesmo para as obras clássicas que expuseram a história de Pelotas. O autor em questão

⁶² Sobre esta perspectiva ver: GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo, Ática, 1991.

não desmereceu as contribuições, alertou sim para a necessidade de nos desvencilharmos de informações tidas a priori enquanto incontestáveis através da imersão mais profunda no contexto de quem escreveu. Assim como lançou uma crítica a historiografia que toma como mote uma percepção de resistência única, sem perceber as margens pelas quais se deslocaram os cativos e libertos da sociedade colonial e imperial.

Inserem-se assim, os trabalhos mais recentes, de cunho acadêmico, com destaque para os desenvolvidos por Al-Alam, Dalla Vecchia, Gutierrez, Loner, Magalhães e Mello, anteriormente descritos e a fim de não nos estendermos, embora se incluam também as análises percebidas a partir de Maestri e Simão⁶³, em uma concepção de história amplamente desenvolvida a partir da década de 80 do século XX, revelando uma mudança do paradigma interpretativo da escrita da história, antes vinculado a ausência dos negros, e então focado nestes enquanto sujeitos de sua história. A conclusão proposta por Rebecca Scott (1988) é pertinente ao estudo aqui proposto:

Talvez a característica mais marcante dos trabalhos acadêmicos sobre a escravidão nas últimas décadas tenha sido a forma pela qual romperam com a associação entre subordinação e paralisia ou passividade. [...] Os estudiosos vêm encontrando numerosas maneiras de examinar as iniciativas dos escravos sem desconsiderar a opressão, de explorar a criação de sistemas alternativos de crenças e valores no contexto da tentativa de dominação ideológica, de aprender a reconhecer a comunidade escrava mesmo constatando o esforço contínuo de repressão a algumas de suas características essenciais (SCOTT apud CHALHOUB; SILVA, 2009, p. 21-22).

Referenciar o assunto, negros na cidade de Pelotas, não apresenta por si uma vasta produção historiográfica, mas foi possível identificar correntes de pensamentos, as quais se sobrepõem em alguns momentos. Destacamos assim as fontes escritas por viajantes estrangeiros e memorialistas locais, os quais nos legaram importantes visões permitem adentrar no cotidiano negro, na vida nas charqueadas e subsidiários destas com destaque para seus costumes e, tratamento dispensado a estes trabalhadores; os primeiros historiadores da cidade, praticantes de uma dita história oficial, ou seja, a serviço do governo⁶⁴; seguidos por uma história mais recente, e que embora venha

⁶³ Embora, como descrito anteriormente estes se aproximem de uma corrente que busca a resistência dos escravos através de atos incisivos na ordem escravocrata, desconsiderando as demais percepções.

⁶⁴ Dentre estes destacamos os trabalhos do *cronista* e *primeiro historiador* da cidade José Vieira Pimenta, o qual nas palavras de MAGALHÃES (p. 125), “mais do que uma crônica [...] fez obra de História: relata não só os fatos que participou [...] mas o que ouviu de outros [...] e que achou escrito”, cujo manuscrito data de 1856; este manuscrito foi a base dos escritos do *segundo historiador da cidade*, João Simões Lopes Neto, tendo seus textos publicados inicialmente em 1905, em função do centenário da cidade, e após em 1911 na *Revista do 1º Centenário de Pelotas*; estes autores, em conjunto com as impressões dos

apresentando diferentes vinculações historiográficas e problemas investigativos, lançou um olhar crítico sobre os primeiros escritos da cidade e contextualizou os escritores anteriores, visto estarem repletos do pensamento de uma época.

Não obstante, os trabalhos acadêmicos mais recentes, anteriormente citados, tenderam então a perceber as experiências destes sujeitos, os cativos, buscando captar não somente os sentidos por eles empregados ao trabalho, mas aos momentos de sociabilidade. Acreditamos ser possível nesta busca a percepção do estabelecimento de laços identitários, os quais auxiliaram os negros, cativos e livres, a viverem e resistirem em uma sociedade repleta de meios para reprimi-los. Porém, através dos indícios que buscamos aqui expor, proporcionados pelos escritos de viajantes, historiadores locais e trabalhos acadêmicos mais recentes evidenciamos uma vida social negra repleta de pormenores. Continuaremos a abordagem a partir das identidades sociais, responsáveis por estabelecerem mediações impostas pelos significados sociais, conferindo a estes sujeitos uma participação efetiva em um ambiente cultural legal, com a formação das primeiras irmandades negras na cidade de Pelotas, no segundo quartel do século XIX.

1.3 As irmandades negras e a constituição de identidades sociais durante a escravidão em Pelotas

Faltando pouco menos de um mês para as festividades natalinas do ano de 1820 um grupo de homens pretos, pardos, livres e cativos sob a coordenação do preto forro João Pedro da Motta, recebeu a concessão do Vigário da Freguesia de São Francisco de Paula para organizar uma irmandade, a qual foi denominada *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição*. O registro no Livro do tomo da Freguesia de São Francisco de Paula (LT) apresenta os seguintes aspectos em referência a essa devoção de negros na localidade:

Instituição da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição na Matriz da cidade de Pelotas

Em 26 de novembro de 1820, reuniram-se os homens de cor, pardos e pretos livres e cativos tendo à testa o preto forro João Pedro da Motta, formaram a Irmandade obtendo do nosso vigário e da Irmandade do Santíssimo Sacramento⁶⁵ um altar em cada lado em linha oblíqua, e em dezesseis de dezembro do mesmo ano fizeram perante o vosso vigário um compromisso

viajantes constituem as fontes do primeiro clássico sobre a cidade de Pelotas, de Fernando Osorio, lançado sob os auspícios do governo municipal em 1922.

⁶⁵ A Irmandade do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula foi criada em 1812 a fim de gerir a administração da futura Igreja Matriz (NASCIMENTO, 1982).

que além da festividade a Nossa Senhora, no dia oito de dezembro, tendia a beneficiar os irmãos e irmãs que empobrecessem, e a qualquer outro necessitado que requeresse socorro independente de ser irmão conforme as forças da Irmandade; e também para dar mortalha e conduzir ao cemitério tanto aos irmãos como a qualquer necessitado: não declarava se era só para a gente de cor, o que da a conhecer que seria para todos em geral. Foi formada a referida Irmandade com a licença que pediram ao Vigário, mas com data de 8 de janeiro de 1821 se acha aberto e rubricado pelo Provedor Desembargador juiz das capelas José Teixeira da Motta Bacellar um livro para as atas.

No ano de 1821 a preta Felícia Maria da Conceição mandou vir a imagem de Nossa Senhora da Conceição que atualmente está no Asilo das órfãs por ter a Irmandade no ano de 184[6]⁶⁶ (sic) obtido outra maior por troca feita com Manoel Antonio Pereira⁶⁷ que pertencia ao oratório de sua charqueada na costa de Pelotas do qual foi capelão Frei Marcellino, Abade de São Bento. Até 1836 seguiu a Irmandade o seu compromisso fazendo festinha a Nossa Senhora com nomeação de Protetores e juizes por devoção de pessoas abastadas ou de influência do lugar, mas, juizes, freiras e mesários irão sempre dos seus irmãos de cor.

[...] Em 9 de maio de 1847 fez a Irmandade já composta de quase tudo gente nova e grada e de poucos irmãos dos antigos fez um novo compromisso com 52 artigos aprovados pelo Reverendíssimo e excelentíssimo senhor Dom Manoel Monte Avis Araújo, Bispo do Rio de Janeiro por Provisão de 13 de dezembro do mesmo ano e por Carta Imperial de 13 de Maio de 1848, Assinada por Sua Majestade Imperial e por Seu Ministro de Estado O Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno declarando esse compromisso de só se admitirem para Irmãos pessoas livres e de exemplar conduta (LT-CSFP, p. 119-120).

Esta passagem está repleta de pormenores dos princípios do associativismo negro na cidade de Pelotas, assim como da organização alcançada pelas irmandades leigas. Infelizmente não nos foi permitido inferir o número de irmãos a fim de estabelecer o alcance que podem ter obtido. Porém, isto não inviabiliza nosso objetivo de traçar o princípio do que caracterizamos como um circuito social negro através de associações negras com interesses diferenciados, mas voltados para os negros⁶⁸. Nesse sentido, destacamos a preocupação dos negros com a condição de miserabilidade que poderia alcançar os seus irmãos de cor, tanto em vida quanto em morte, justificando então a necessidade de planejar a aquisição de pecúlio a fim de poder oferecer um funeral digno aos seus membros e familiares destes. Esta preocupação ficou evidente ao terem todas as irmandades negras aqui descritas adquirido catacumbas junto ao cemitério local. A preocupação com um funeral digno foi uma constante na configuração das irmandades, como destacou Karasch (2000).

⁶⁶ No original consta somente 184, porém na mesma frase, em anotação fora do texto consta 1846, levando-se em consideração as características próprias da redação do texto assim como as datas, julgamos que a anotação seria em referência ao ano.

⁶⁷ Anotação fora do texto “em 1846”.

⁶⁸ A autora Beatriz Ana Loner (2001, p. 225; p. 459) indicou a existência na cidade da *Irmandade de São Benedito*, composta de negros, por volta de 1870. Infelizmente esta irmandade não está registrada no LT-CSFP e não dispomos de fontes para contextualizá-la.

Destacamos ainda o espaço de negociação alcançado pelos escravos e negros livres na sociedade pelotense de inícios do século XIX, com influência dos negros oriundos do espaço das charqueadas. O censo de 1814 indicou uma população de 2.419 habitantes na freguesia, sendo que destes 1.226 eram escravos. Ou seja, é possível inferir que embora boa parte dos escravos se restringisse ao espaço das charqueadas, parcela considerável já se encontrava no espaço urbano, e mesmo os rurais podiam ir à cidade e com certeza iam, principalmente no período da entressafra.

Já a parte final do fragmento anteriormente descrito evidencia a percepção da necessidade de controle por parte das autoridades eclesiásticas, as quais refletiam os anseios da classe dominante saladeiril no intento de conter seus cativos e suas formas de organização. Nesse sentido, é importante destacar que a medida de proibirem-se escravos na irmandade foi em meados do XIX (1848). Pelotas na década de 30 do mesmo século lidou com o assombro causado pelos aquilombamentos, quando se formou o quilombo do Manuel Padeiro, anteriormente descrito. No mesmo ano da medida em relação à irmandade, teve-se a denúncia de uma revolta de escravos minas na região, a qual manteve autoridades e senhores de escravos de sobreaviso (MAESTRI, 1997; 2002). Destacamos ainda que foi uma época de temor geral, em virtude da Revolta dos Malês, na Bahia, Revolta dos escravos de Carrancas, em Minas Gerais e principalmente da Revolta do Haiti que manteve em alerta as autoridades de locais com presença escrava visando impedir um *haitianismo*. Sendo assim, era de interesse destes senhores evitarem possíveis contatos e possibilidades de que as irmandades configurassem-se em espaços de organização de revoltas. Aos senhores cabia manter a ordem através de suas medidas repressoras ou paternalistas, quando possível, e aos negros, criar um campo de possível negociação. Lembrando que o fato de ser livre em uma sociedade escravocrata não era sinônimo de direitos iguais, mantinha-se uma carga extremamente pejorativa sobre essas mulheres e homens negros.

O fragmento referente à devoção recentemente transcrito indicou o interesse em atender a comunidade em geral, mas ficou explícito a preocupação para com os *seus* como o objetivo norteador, o que por certo conferia um status aos membros aceitos como irmãos de devoção. Não havia indicação explícita de discriminação quanto à cor dos membros que eram aceitos, porém, o fato de terem sido fundadores homens pretos e pardos indica o objetivo de congregarem-se entre os *seus*, assim como a não aceitação

por parte das duas irmandades existentes então, formadas por pessoas abastadas da região⁶⁹.

Destacamos ainda que as irmandades vinham desenvolvendo-se na localidade de Pelotas desde a elevação do local à condição de freguesia, em 1812. Com a independência eclesiástica em relação à igreja matriz da cidade de Rio Grande, inerente à condição alcançada, nasceu a necessidade de uma organização capaz de gerir a construção e os interesses da igreja matriz local, criando-se para tal uma irmandade. Porém, a existência oficial da referida congregação, a qual recebeu o nome de Irmandade do Santíssimo Sacramento e Padroeiro São Francisco de Paula, tem seu compromisso datado de 1823 e a Provisão de aprovação de seu Compromisso, assim como a Carta Imperial datam de 1824⁷⁰ (NASCIMENTO, 1982).

Assim, é importante perceber que a *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição* foi fundada relativamente pouco tempo após a *Irmandade do Santíssimo*, cerca de seis anos. A ideia de constituição da irmandade negra surgiu em fins de 1820, mas sua existência oficial foi conferida entre 1847 e 1848. Ainda mais interessante e instigador da relativa organização precoce dos negros pertencentes a esta irmandade foi o fato de que além da Irmandade responsável pela igreja matriz, a mais antiga e que possuía um poder econômico superior frente a qualquer outra que pudesse surgir, foi que somente um ano antes da criação da irmandade negra, em 1819 teve-se o surgimento de uma segunda irmandade na localidade, a *Irmandade de São Miguel e Almas*, também ereta na igreja matriz.

A *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição* alcançou ainda um significativo papel perante a sociedade local, conforme podemos inferir a partir de uma querela entre esta e a *Irmandade de São Miguel e Almas*, em 1854, a qual ao não fazer referência em seu registro quanto à cor de seus fundadores, leva a crer que seria de pessoas brancas. Além disso, é provável que reunisse pessoas de boa condição financeira, visto que

⁶⁹ Em 1812 criou-se a *Irmandade do Santíssimo Sacramento e Padroeiro São Francisco de Paula* e em 1829 a *Irmandade de São Miguel e Almas*.

⁷⁰ O Estudo de ASSUMPÇÃO (1982) não informa como se processava a escolha dos irmãos participantes, porém, relata serem os mesmos convidados. Estes deveriam poder arcar com as despesas, as quais não eram pequenas, conforme deixa transparecer ao relatar a especificidade do cargo de provedor, tendo que possuir “excelente situação econômica e financeira, competindo-lhe conceder tudo o que fosse relativo à Irmandade” (p.39). Porém, encontramos indícios de que os negros eram preteridos na Irmandade, visto que o compromisso estabelece que os irmãos a beira da morte, mediante contribuição podiam ser incorporados a devoção, após aprovação da Mesa, há, no entanto, uma ressalva em se tratando de pessoas brancas e não tendo tempo suficiente para decidirem a mesma ingressava automaticamente (p. 40). O discernimento poderia estar relacionado à necessidade de comprovar-se situação financeira condizente com as exigências da Irmandade, assim como também à condição social, se cativo ou livre.

mesmo se instalando junto à igreja matriz, deveria pagar pelo altar de São Miguel (ASSUMPÇÃO, 1982, p. 41). Infelizmente, não possuímos subsídios para explicar esse único discernimento em relação ao pagamento do altar, inferimos, no entanto, que as irmandades devotas a outros santos, que não este, instaladas junto à Igreja Matriz, não arcavam com valores em relação ao(s) altar(es) ocupado(s).

A *Irmandade de São Miguel e Almas* foi preterida pelo Bispo em relação à procissão daquele ano, em benefício da *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição*. Embora o Bispo tenha justificado sua preferência em decorrência de possuir esta Irmandade o compromisso mais antigo mesmo que a *Irmandade de São Miguel e Almas* fosse efetivamente mais antiga (LT, 1812, p. 120). Acreditamos que a escolha esteve vinculada a duas possibilidades: A *Irmandade de Nossa Senhora da Conceição* era constituída por irmãos capazes de realizarem procissões com a devida organização e pompa. Além do mais a mesma possuía em seus quadros pelo menos um charqueador local, o qual pode ter exercido certa pressão no referido assunto. Porém, acreditamos que preterir a *Irmandade de São Miguel e Almas* pudesse estar vinculado a pressão para que os homens da sociedade branca participassem da *Irmandade do Santíssimo Sacramento* e, caso não participassem, para que contribuíssem com suas obras. O fato de ter sido ereta na matriz, evidencia um costume da época muito possivelmente vinculado às condições econômicas disponíveis assim como a própria probabilidade de a Irmandade vinculada à elite econômica local controlar os ajuntamentos de negros.

Acreditamos que estes indícios de busca por diferenciação conferiam uma identidade social positiva aos membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, a qual dissolveu-se apenas em 15 de julho de 1915 (LT, 1915, p. 191). Assim como evidencia uma situação econômica menos precária dos confrades em relação aos demais negros da localidade, o que auxiliou na formação da irmandade e autorização de seu estabelecimento junto à igreja matriz no início do que percebemos como o desenvolvimento de uma rede social negra na cidade de Pelotas.

A identidade social neste sentido conferiu um significado social ao grupo de confrades em questão, significado este que o localizava na sociedade e que também permitia relegar a um segundo plano os negros que não estavam identificados entre estes confrades. Esta identidade, segundo Denys Cuche (1999, p. 177) “é ao mesmo tempo inclusão e exclusão: ela identifica o grupo (são membros do grupo os que são idênticos sob certo ponto de vista) e o distingue dos outros grupos (cujos membros são diferentes dos primeiros sob o mesmo ponto de vista)”.

Estas iniciativas não tardaram a encontrar adeptos entre outros segmentos dos negros locais, surgindo então duas novas irmandades, em um espaço de onze anos: Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte (1829 - 16/04/1918) e Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (1831 - 16/04/1918). Apresentavam as mesmas, organização e objetivos semelhantes estabelecidos mediante compromisso, mas acreditamos que também evidenciavam a distinção objetivada dentro do grupo negro organizado. Assim diferenciavam-se dos *outros*, estabelecendo fronteiras para com irmãos de cor que não tinham o mesmo ideal, e talvez até mesmo não irmãos de condições econômicas, o que evidencia o caráter relacional da identidade descrito com precisão por Frederik Barth (1998). Utilizamo-nos do auxílio de uma tabela a fim de melhor expormos os indícios que nos auxiliaram nesta percepção:

Tabela 1: Irmandades negras pelotenses na primeira metade do século XIX.

Irmandade (data de criação e extinção)	Irmandade de Nossa Senhora da Conceição (26/11/1820-15/07/1915)	Irmandade de Nossa Senhora Assumpção da Boa Morte 1829 - 16/04/1918	Irmandade de Nossa Senhora do Rosário 1831 - 16/04/1918
Compromisso (organização e objetivos)	- Beneficiar os irmãos e irmãs que empobrecessem, e a qualquer outro necessitado; - Dar mortalha e conduzir ao cemitério.	- Acompanhar funeral até a Igreja assim como ao cemitério. - Novo compromisso em 25 de Maio de 1851, aprovado por Provisão e Carta Imperial no mesmo ano.	- Organizar festa a Nossa Senhora do Rosário; acompanhar funeral até a Igreja assim como ao cemitério. - Novo compromisso em 30 de novembro de 1851, aprovado por Provisão e Carta Imperial em 1852.
Membros fundadores e localização	- Gente de cor livre e cativa* (pardos e pretos) liderados pelo preto forro João Pedro da Motta. - A partir de 9 de maio de 1847 só se admitem para Irmãos pessoas livres e de exemplar conduta; - Ereta na Igreja Matriz.	- Gente de cor livre e cativa. - Ereta na Matriz em 1862 recebe autorização para erguer capela própria.	- Gente de cor livre e cativa. - Ereta na Matriz.
Interrupção das atividades	- 1836 – 1844	- Agosto de 1835 até agosto de 1847.	- 1835-1844.
Especificidade dos irmãos	- Protetores e juizes por devoção de pessoas abastadas ou de influência do lugar; - Juizes, freiras e mesários irão sempre dos seus irmãos de cor.	- Grande número de irmãos negros; - Nomeado para juiz em 1853 o charqueador Manoel (?) o qual doou em 11 de dezembro de 1853 uma imagem de Nossa Senhora da Assumpção, vinda da Bahia por um conto de réis.	
Rendimentos	- Jóias e anuais dos irmãos.	- Jóias e esmolas dos Irmãos, devotos e anuais.	- Jóias e anuais dos Irmãos.
Festas	- Festividade a Nossa Senhora, no dia oito de dezembro.	- Procissão do Enterro no mês de agosto, em homenagem a Senhora da Boa Morte. - Pompa da festa de acordo com os auspícios e devoção do juiz.	- Festa a Nossa Senhora do Rosário no 1º Domingo de Outubro. - Pompa e procissão de acordo com as forças da Irmandade, podendo existir ou não.

Fonte: LT-CSFP, p. 121-122; 212.

Destacamos ainda um fator o qual julgamos peculiar no tocante a fonte pesquisada. O *LT* começou a ser redigido em 12 de outubro de 1812 e seus registros, quando apresentam assinatura são as do vigário da freguesia ou do bispo do Rio Grande, porém, em referência às três irmandades negras foi feita uma observação ao final do texto remetendo ao cronista pelotense José Vieira Pimenta, informando que os dados eram verídicos de acordo com o auxílio de livros, documentos e informações de antigos moradores. Esta anotação nos deixou intrigados e procuramos então tentar compreendê-la. Acreditamos que possa ter ocorrido do referido cronista, membro da mesa diretora da *Irmandade do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula*, a qual dirigia administrativamente a Igreja Matriz, ter sido chamado a escrever sobre as Irmandades em 1862, data da redação dos textos, as quais provavelmente ainda não haviam sido registradas no referido livro. O redator deve ter utilizado para tal, anotações dispersas, assim como os livros de atas das irmandades, as quais não nos foi possível localizar, mas que ele indicou terem existido.

Ainda em relação à fonte e suas informações é necessário ressaltar o período de interrupção nas atividades das irmandades, entre meados de 1835 e 1844, ano este em que a *Irmandade do Rosário* retomou suas atividades, isto se deu em função da Guerra dos Farrapos que atingiu o estado gaúcho. Esta localidade foi cobiçada por ambos os lados da revolta, em virtude da localização privilegiada da cidade, entre o porto de Rio Grande e a capital da Província. Os habitantes da cidade assim como os de boa parte da Província retiraram-se para suas estâncias, em conjunto com os escravos destes. Grande parte das atividades de todo o tipo ficaram em suspenso até que a paz se restabelecesse (MAGALHÃES, 1993). A interrupção nas atividades pode evidenciar ainda o fato de que os escravos foram incorporados em grande número pelos farroupilhas.

Conforme destacamos, os textos aqui citados referentes às irmandades negras estão repletos de pormenores, a fim de não nos estendermos e mantermos o foco no associativismo negro optamos por levantar apenas estas questões. Porém, a fim de contribuirmos com novas análises, apresentamos em anexo (A, B e C) o texto completo do registro das referidas devoções no *LT*.

1.4 Associações negras e a busca pela libertação dos escravos

As irmandades negras continuaram exercendo suas atividades ao longo do século XIX. As fontes trabalhadas para esta pesquisa apontam que a década anterior a abolição viu o florescer de novos objetivos e possibilidades para a organização negra pelotense. As associações negras surgidas nos últimos anos do regime escravo na cidade possuíam um caráter mais abertamente vinculado a libertação dos escravos. Destacamos que estas não se encontravam mais sob a tutela da Igreja o que possivelmente auxiliou no alargamento de seus objetivos e ações, ou seja, o campo de negociação e suas possibilidades são também fruto do contexto social e político. Tendo-se tanto voltadas para o grupo negro em geral, como a *Feliz Esperança*, surgida em 1878, que aceitava em seu quadro associativo escravos, e as voltadas para parcelas daquele grupo de acordo com a qualificação profissional, como as beneficentes *Fraternidade Artística*, fundada por artesãos negros em 28 de outubro de 1880 e a *Harmonia dos Artistas*, fundada em 1881.

A *Feliz Esperança* surgiu do objetivo de adquirir fundos para a libertação dos escravos, através de apostas na loteria. Apareceu em 1878, com o nome *Associação Lotérica Benficiente Feliz Esperança*, provavelmente encontrando-se aí o fundamento para o nome da associação, ou seja, era uma *feliz esperança* compartilhada por negros, escravos e libertos em, lançando-se à sorte, conseguir fundos para a libertação⁷¹. No ano de 1880 a associação adotou o nome de *Sociedade Benficiente Feliz Esperança*. De acordo com Loner (2010, p. 4) em 1881, o presidente desta associação era um negro cativo, Justo José do Pacífico, o qual foi beneficiado com a liberdade um ano depois, pelo fundo de emancipação, podendo ter se utilizado do papel que desempenhava nessa associação para ser bem visto pelas autoridades locais. Acreditamos que o fato de encontrar-se desvincilhada da supervisão da Igreja foi responsável pela diferenciação nos objetivos da associação em relação às até então existentes, ou seja, as irmandades. Isto pode ter auxiliado na configuração de uma rede social negra diversificada.

O estudo de Loner (2008) alertou para o fato de que esta associação ocupou lugar de destaque entre as associações negras, a qual abrigou em sua sede uma série de outras associações não somente étnicas, mas também as que congregavam trabalhadores

⁷¹ De acordo com estudo de LONER (1999), a aposta em loterias disseminou-se em fins dos anos 1870 na cidade, e KARASCH (2000) evidencia o recurso a sorte, com as loterias, para as irmandades negras do Rio de Janeiro, o que em muito auxiliou na construção das capelas e igrejas própria das associações religiosas negras.

em geral. A associação esteve envolvida com o movimento abolicionista na cidade participando das comemorações de 1884, ano de emancipação dos escravos através de contratos. Caracterizou-se como a primeira associação aberta a negros que manteve aulas, as quais eram administradas à noite visando o atendimento aos trabalhadores negros. Manteve-se em funcionamento até 1917, data em que pode ter sido absorvida pelo clube social negro *Depois da Chuva* (LONER, 2008).

Acreditamos que a busca por instrução dos negros pelotenses, foi uma *estratégia* utilizada a fim de inculcar valores positivos, além de ensinamentos práticos. Tinham como intuito demonstrar que, embora excluído socialmente, o negro tinha todas as condições para viver em sociedade e ser parte dela, ou seja, um cidadão. Esta iniciativa, porém, pode ter sido temida pela elite pelotense, a qual ciente das discussões abolicionistas em nível nacional, assim como do alto contingente de negros libertos e pessoas de outras etnias em condições menos abastadas na sociedade buscou oferecer aulas ao grupo, inculcando-lhe valores pertinentes ao regramento pretendido pelos mandatários locais. Este regramento visava uma classe trabalhadora ordeira, a qual mais cedo ou mais tarde ocuparia o lugar dos escravos, visto que a abolição se anunciava.

Aos 21 dias do mês de agosto de 1881, um grupo de pessoas adeptas da causa abolicionista, congregando brancos e negros, auto-identificados enquanto *livres, de bons costumes, sem distinção de nacionalidades*, reuniram-se formando uma associação, a qual denominaram *Club Abolicionista*. Nesta, foi possível perceber o ideal de libertação através dos indícios presentes no estatuto que regeu esta associação, no qual se percebeu a busca por uma classe trabalhadora ordeira, conforme destacamos a seguir:

[...] tem por fim beneficiar, dentro da orbita legal e na proporção de suas forças, a infeliz classe dos escravos, quer promovendo gradualmente a sua liberdade, quer empregando prudentemente os meios ao seu alcance para aliviá-la da opressão e rigores a que está sujeita [...] só deixará de existir quando de todo completar-se a extinção do elemento servil na província do Rio Grande do Sul. [...] só serão libertos aqueles escravos que a Associação reconhecer de bons costumes, moralizados, trabalhadores e sem vícios. [...] não libertará escravo algum contra a vontade do seu senhor [...] procurará colocar os seus libertados ou protegidos em escolas e oficinas, quando menores, e conseguir-lhes boa arrumação quando maiores [...] (BPP- AH, fundo Escravidão 2, série Associação Emancipadora Club Abolicionista).

Nesse sentido, percebe-se a conformidade com os ideais aceitos pela sociedade, na qual ainda perdurava o regime escravocrata e do qual a cidade dependia economicamente em função de sua principal indústria – as charqueadas. Não nos foi

possível recuperar os dados estatísticos da população negra na cidade em 1881, ano de fundação da associação, mas de acordo com os dados de 1859 e 1884, os escravos cresceram numericamente neste intervalo de tempo, sendo que em 1859 eram em 4.788, já em 1884 eram em 6.526 (BAKOS, 1982, p. 22-23). Assim, a cidade estava vinculada ao trabalho escravo e dependia do mesmo, porém, sabia-se das discussões abolicionistas, mesmo os charqueadores escravocratas, e da necessidade de preparar uma força de trabalho capaz de substituir os escravos quando da abolição. Enfatizamos ainda que as fugas estavam intensificando-se na região, tanto que já havia registros da formação de quilombos na Serra dos Tapes.

Destacamos a preocupação com a instrução destes negros através da busca por escolas e oficinas. Esta preocupação deu surgimento a um curso noturno voltado aos ingênuos, em 1º de maio de 1882. As aulas aconteciam à noite, tendo alcançado, de acordo com o Relatório do referido ano, 14 alunos.

A expressividade em levar educação às classes menos abastadas e, por conseguinte aos negros pela elite pelotense, concretizou-se na criação pela Biblioteca Pública Pelotense (BPP), dos cursos noturnos masculinos de instrução primária em 1877.

Na cidade, os negros escravos, livres e libertos, juntamente com os brancos pobres, ocupavam-se das atividades domésticas e da produção de bens e de serviços. Os imigrantes pobres também viviam destas atividades, além de muitos deles atuarem no comércio. Isto significa que havia uma “clientela em potencial” para um projeto como o das aulas noturnas que, na visão das elites, além da instrução deveria preocupar-se em oferecer também uma educação moral (PERES, 1995, p. 51).

A análise oferecida por Eliane Peres (1995) transpareceu o objetivo de inculcar a moralidade pretendida pelas classes dominantes entre os frequentadores dos cursos noturnos, com destaque para a lógica do trabalho. Santos (2003, p. 100) destacou ainda que os cursos hierarquizaram e rotularam os alunos, em uma escala decrescente na qual no topo encontravam-se os brancos, seguidos pelos imigrantes e adultos, vindo após, os negros, nacionais e as crianças. Desta divisão estavam excluídas as mulheres, independente da etnia, as quais puderam frequentar as aulas noturnas somente após 1915. Os cursos oferecidos pela BPP mantiveram-se em funcionamento até meados do século XX.

A diferenciação em relação às mulheres e sua exclusão da própria direção de suas vidas também estiveram presentes na criação do *Club Abolicionista*, visto que estabeleceu em seus estatutos que:

Se o liberto for mulher e reconhecidamente de bons costumes, a Associação a colocará em alguma casa de família honesta, a salário, o qual, depois de deduzido o necessário para suas despesas, o excedente poderá ficar depositado [...] para lhe ser entregue se um dia vier a casar, ou quando o exigir depois de completa a sua maioridade [...] (BPP- AH, fundo Escravidão 2, série Associação Emancipadora Club Abolicionista).

Um ano após a criação do *Club Abolicionista* surgiu iniciativa semelhante, congregando um grupo de negros, libertos e escravos, podendo incorporar brancos que compartilhassem do ideal abolicionista, os quais objetivavam “acumular pecúlio para a compra de alforria de familiares e entes próximos” (MELLO, 1994, p. 48). Esta associação recebeu o nome de *Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade*, e apresentava uma configuração semelhante às irmandades negras leigas. Acreditamos que esta associação tendo o intuito de libertar negros, assim como o *Club Abolicionista*, surgiu em virtude das condições impostas pelo referido *club* para proceder à libertação serem muito rígidas e estivesse mais diretamente vinculado às necessidades da elite econômica da cidade. Como a passagem anteriormente citada referente aos estatutos do *Club* evidenciaram, os negros libertos eram mantidos sob os “cuidados” desse *Club*, ou seja, continuava existindo um controle assíduo sobre estes ex-cativos, o que não lhes conferiria uma liberdade plena.

O estudo de Mello (1994) intensificou nossa percepção, de que a *Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade* contrapunha-se às medidas tomadas pelo *Club*. O referido autor destacou a repressão policial acirrada em relação a esta Sociedade, destacando um episódio em que um grupo de membros foi preso durante a realização de uma reunião noturna. Nesta reunião os membros organizavam um bazar a fim de arrecadar donativos que contribuíssem com a libertação dos escravos. A repressão deu-se mesmo a Sociedade possuindo licença para a realização da reunião. O autor, utilizando-se de notícia divulgada por um jornal local, nos relatou o episódio da seguinte forma:

Em agosto de 1883, quando da realização de um de seus costumeiros “leilão de prendas” e “bazar” realizado no cair da noite na casa da preta liberta Maria Magdalena da Conceição, inesperadamente adentra na casa o delegado de policia Major José Joaquim Caldeira acompanhado de boa parte do destacamento policial e da policia particular. Muito embora a sociedade

tivesse licença das autoridades municipais para o funcionamento, a casa foi invadida e saqueada. O dinheiro arrecadado desapareceu, assim como alguns objetos; 32 pessoas foram presas, sendo algumas agredidas pelo destacamento policial. Para agravar mais esta situação, para saírem os presos da cadeia foi preciso ser paga a carceragem. A *Sociedade Deus, Fé e Caridade* gastou cerca de 35\$000 réis para tirar da grade alguns de seus sócios (grifos do autor, MELLO, 1994, p. 49).

Assim, acreditamos que o fato de não buscarem unir forças com o *Club Abolicionista*, o qual aceitava negros em sua composição, somado à repressão policial em se tratando de uma reunião de negros libertos em prol da libertação de escravos evidencia a organização negra neste período. Organização esta mais vinculada às medidas diretas de libertação a partir do próprio grupo negro chocando-se com uma sociedade, que embora permitindo certas brechas, esperava manter as associações sobre seu controle em uma ordem que era por excelência excludente. Nesse sentido, destacamos ainda a repressão policial, exercida pelo mesmo delegado Caldeira do qual nos *falava o saudoso Deus-te-livre* lembrado pela pena de Rodolfo Xavier, citado no sub-capítulo anterior, o que intensifica a ideia de repressão sobre as atividades negras que não respeitassem as normas implicitamente impostas pela sociedade local⁷².

Uma última iniciativa negra ainda *anterior* a abolição, deu-se em 1884 através da criação da associação de representação política *Centro Ethiópico*. De acordo com estudo realizado por Loner (2008, p. 249) este Centro “funcionaria pela agregação de comissões que incluíam a representação de etnias originais africanas e das entidades locais”, este editou um jornal em número único, de nome *O Ethiópico*, em 1886 (LONER, 2008, p. 253). Embora não nos tenha sido possível localizar maiores informações sobre o *Centro Ethiópico* acreditamos que o indicado pelo estudo referenciado configura que esta associação já apresentava uma característica forte do pós-Abolição. Este período, não é concebido enquanto estaque e imediatamente posterior a 13 de maio de 1888. Representa um momento em que os objetivos davam-se em virtude da busca por direitos em uma sociedade emancipada, porém, na qual os negros beneficiados com a emancipação de 1884, não eram escravos nem livres, mas contratados. Assim a experiência do cativo ainda era muito marcante e a sociedade os condicionava a posições secundárias. Negavam aos negros a participação em momentos marcantes, como o foi na luta pela abolição na cidade, conforme destacamos

⁷² Sobre a repressão à religiosidade popular, com destaque para o batuque, compreendido não somente enquanto religião africana, mas também, enquanto expressão cultural dos negros em que utilizavam-se tambores, ver MELLO (1994), especificamente o capítulo 2: “Entre o ‘tinhoso’ e o ‘manipanso’. Histórias sobre o medo da religiosidade popular”, p. 21-56.

anteriormente ao relatarmos a iniciativa dos negros, escravos e livres, em promover ações objetivando comprar cartas de alforria e a consequente repressão policial. Dessa forma cabia aos negros “uma liberdade cerceada, vigiada, além de serem objeto de toda uma já consolidada mentalidade que o via como inferiorizado, indolente e, sobretudo perigoso” (MELLO, 1994, p. 137).

Foi possível observar em relação às associações negras pelotenses fundadas durante a escravidão o objetivo de inserirem-se na sociedade através da sua demonstração de organização, num primeiro momento, assim como, num segundo momento, na medida do possível libertar os escravos, dois tipos de associação: as vinculadas à religião católica, através das irmandades [1820-1831]; e as associações beneficentes e ou em prol da causa abolicionista [1880-1884], como a Sociedade Beneficente Feliz Esperança [1880] e a Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade [1882]. Amparamo-nos em uma tabela a fim de evidenciar os vestígios que nos auxiliaram nesta percepção:

Tabela 2: Associações negras surgidas no ultimo quartel do regime escravocrata em Pelotas.

ASSOCIAÇÃO (ANO DE CRIAÇÃO E EXTINÇÃO)	FUNDADORES	OBJETIVOS	ESPECIFICIDADES
<i>Associação Lotérica Beneficente Feliz Esperança (1878-1880)</i>	Escravos e libertos	Adquirir fundos para a libertação dos escravos, através de apostas na loteria	-Aquisição de pecúlio através de apostas na loteria;
<i>Sociedade Beneficente Feliz Esperança (1880-1917)</i>	Escravos e libertos	-Auxiliar na melhoria das condições de vida de seus associados e familiares; - Promoção de atividades sociais.	-Antiga Associação Lotérica Feliz Esperança; -Aceitava escravos como sócios; -Promoveu esforços em prol da abolição; -Congregou em sua sede diversas associações étnicas e de trabalhadores; - Primeira associação negra a manter aulas para seus membros.
<i>Sociedade Beneficente Harmonia dos Artistas (1881-1916)</i>	- Artesãos nacionais e estrangeiros brancos e negros.	-Prestar socorro aos em caso de doença, prisão ilegal, desemprego ou morte;	- Surgiu a partir de uma divergência na Sociedade Beneficente Fraternidade Artística; -Congregava a classe artesã. - Promoveu esforços em prol da abolição.
<i>Sociedade Beneficente Fraternidade Artística (1880-1911)</i>	- Artesãos negros	- Congregar trabalhadores artesãos. - Prestar socorro aos seus sócios e familiares.	-Promoveu esforços em prol da abolição.
<i>Club Abolicionista (1882-1884)</i>	- Brancos e negros livres.	- Promover a libertação de escravos.	-Promoveu cursos noturnos para crianças.
<i>Sociedade Emancipadora Deus, Fé e Caridade (1882-existe em 1884)</i>	- Negros libertos.	- Comprar escravos e alforriá-los.	- Aparentemente era contrária aos preceitos seguidos pelo Club Abolicionista.
<i>Entidade de representação política unificada da raça Centro Ethiópico (1884-1895).</i>	- Negros.	- Representação política dos negros.	- Funcionava através de comissões representativas de etnias africanas e sociedades locais; editou o jornal <i>O Ethiópico</i> em número único.

Fontes: Estatutos do Club Abolicionista: BPP-AH fundo Escravidão 2, série Associação Emancipadora Club Abolicionista; Estatutos do clube beneficente Harmonia dos Artistas⁷³. LONER, 2001, p. 239-284 e p. 459-460; _____, 1999, p.7-27.

⁷³ Agradecemos a professora Beatriz Ana Loner por ter disponibilizado uma cópia dos estatutos do Clube Beneficente Harmonia dos Artistas assim como a indicação de localização de fontes e disponibilidade de discutir assuntos concernentes sempre que possível.

Ao longo deste capítulo enfatizamos o associativismo negro, inicialmente em nível global para então abordarmos a cidade de Pelotas a fim de destacar as formas que os grupos negros locais buscaram almejando garantir e sustentar uma distinção positiva. Embora a sociedade apresentasse uma busca sistemática pela dominação ideológica, o estudo dessas associações configura-se enquanto a manutenção de um sistema alternativo de crenças e valores que evidencia a resistência negra em diferentes instâncias. Em um primeiro momento o associativismo negro local recorreu à formação de irmandades religiosas, para no último quartel do século XIX diversificar suas associações, criando então associações vinculadas diretamente à abolição do trabalho escravo. Porém, as identidades sociais buscadas e mantidas tinham enquanto fio norteador conferir uma imagem positiva dos negros locais e assim buscavam conferir melhores condições de vida aos seus iguais, identidade esta que mostrou seu caráter relacional à medida que a sociedade escravocrata foi se desfazendo. Deste modo, buscamos mostrar as bases que auxiliaram na constituição das associações negras do pós-Abolição, com destaque para os clubes culturais negros responsáveis pelo agrupamento de importante parcela da comunidade negra local no tocante a manutenção de identidades positivas aos negros. Assunto que trataremos no próximo capítulo.

2 O PÓS-ABOLIÇÃO E O FOMENTO DE NOVAS ASSOCIAÇÕES NEGRAS: OS CLUBES NEGROS EM PELOTAS E A POSITIVAÇÃO DE SUA HISTÓRIA

As décadas que procederam à abolição da escravidão em 1888 viram o florescer de uma série de associações negras, as quais focaram suas atividades visando novos objetivos. Estes, por sua vez concentraram-se basicamente em dois pontos: inserção dos libertos e livres no mercado de trabalho com condições dignas e a busca por uma efetiva cidadania. Nesse sentido, é importante destacar que os objetivos visados já haviam sido propalados pelas lutas abolicionistas, mas o advento da República, em 1889, modificou pouca coisa efetivamente em termos sociais e políticos no que concernia aos negros e a grande parte da população, visto que da cidadania política estava excluída significativa parcela da população desde a época do Império até a República Velha em virtude das exigências necessárias a fim de conquistarem o direito ao voto. Dentre estas, Hebe Mattos (1998) ao debruçar sua investigação nos *significados da liberdade no sudeste escravista*, destacou que a cidadania buscada era basicamente civil, visto que a acepção política do termo ditava exigências de difícil acesso a massa da população ainda no período republicano, visto a exigência de alfabetização dos eleitores.

A passagem do século XIX para o XX, na América Latina como um todo, viu o surgir de algumas mudanças de ordem econômica, política e racial. Destacaram-se então as medidas de incentivo e efetivo desenvolvimento das exportações; as mudanças nos sistemas de governo, e busca constante pela modernidade na qual se estabeleceu uma relação direta – em diferentes países da América Latina, Caribe, África e Estados Unidos da América – entre civilização e população branca. Esta mudança de paradigma racial deu entrada ao pensamento advindo do darwinismo social; racismo científico; segregação racial e *apartheid* (ANDREWS, 2007, p. 151-152).

Esta análise tem como objetivo contextualizar as associações criadas por e para negros na Pelotas do pós-Abolição para então analisar o papel e o ritmo dos clubes negros relacionados às mudanças advindas, e/ou esperadas do pós-Abolição. Estes clubes desenvolviam as atividades em suas sedes assim como em sedes de outras associações⁷⁴, mas também em outros espaços, principalmente em cidades em visitas⁷⁵.

⁷⁴ Ainda neste capítulo, em tópico intitulado *Só para comemorar os festejos de momo? Cordões, blocos e/ou clubes negros* destacamos as associações que emprestavam suas sedes para a realização de atividades de associações negras, assim como as organizações que se formaram dentro dos clubes negros.

Buscamos ainda evidenciar os objetivos em torno dos quais estes clubes estavam engajados atentando para uma possível relação com os objetivos destacados pela historiografia no tocante a busca pela inserção no mercado de trabalho e por cidadania. Tendo como fio norteador do capítulo, assim como de todo o trabalho, a atenção voltada para a constituição de uma identidade negra positiva.

Com a abolição da escravidão, muitos negros mantiveram-se na região e, intensificaram seu associativismo, diversificando-o. A rede associativa negra, que teve início ainda nos últimos anos da escravidão serviu como importante fator de integração social e cultural da raça negra, visto que a discriminação se manteve forte e extremamente presente na sociedade pelotense. Nesse sentido, LONER (2001) ao levar a efeito uma pesquisa centrada nos mundos do trabalho e conseqüentemente seus trabalhadores, nas cidades de Pelotas e Rio Grande, entre 1888-1930, destacou:

A análise das associações negras mereceu um estudo à parte. Isso porque, em razão do forte preconceito e discriminação que enfrentavam na sociedade, os negros foram obrigados a desenvolver uma rede associativa completa e diferenciada das demais. Eles formaram, desde entidades recreativas, até entidades de classe, para organizarem-se na luta pelos seus direitos como trabalhadores e de resistência contra o preconceito e a dominação branca. Nesse processo, provaram possuir um alto grau de criatividade e determinação, que a simples enunciação de suas entidades deixa entrever (LONER, 2001, p. 239).

Nesse sentido, a pesquisa busca abordar o estudo atual de discussão da discriminação racial no Brasil. Os clubes negros pelotenses eram reprodutores de uma ordem vigente na época histórica abrangida, porém, compreendemos que os mesmos não deixavam de se constituírem como local de valorização moral e intelectual para a parcela negra congregada em torno dos mesmos. Para tal, o trabalho insere-se no uso e discussão do conceito “raça”, uma vez que:

[...] aparece a necessidade de teorizar as ‘raças’ como elas são, ou seja, construtos sociais, **formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas socialmente eficaz para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios**. Se as raças não existem num sentido estrito e realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, elas existem, contudo, de modo pleno, no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações humanas (GUIMARÃES, 2005, p. 67) (grifos nossos).

⁷⁵ No próximo capítulo especificaremos as associações de outras cidades que identificamos no trato com as fontes, porém julgamos ilustrativo evidenciar neste momento as cidades encontradas, as quais são: Rio Grande, Pinheiro Machado, Porto Alegre e Uruguaiiana.

Referendamos, assim, a posição de que a raça deve ser vista como constructo social e não biológico. Raça tem existência nominal, efetiva e eficaz no mundo social e é de extrema importância abordar tal conceito a fim de compreender diferentes meandros da história do racismo. Faz-se necessário então buscar a ação da elite relacionada com a ação popular, estudando as condições econômicas e sociais, desvelando assim características da *branquidade*⁷⁶ que regem a ação da elite. Assim, acreditamos que nos ampararmos no significado da *agência histórica* auxiliará no objetivo geral deste trabalho.

Este visa à percepção dos espaços associativos enquanto importantes no tocante a constituição de uma identidade negra positiva aos membros constituintes dos clubes negros pelotenses. Os quais, conforme pontuamos no capítulo anterior e daremos seqüência neste, já possuíam a *experiência* da formação de espaços sociais que os possibilitassem não apenas a sociabilidade, mas também a afirmação perante uma sociedade altamente discriminatória em relação à cor da pele de seus membros.

Nesse sentido, o alto grau de discriminação presente na cidade de Pelotas contribuiu para intensificar a identidade negra. Visto que esta intensificação conferia uma resistência à discriminação racial vigente e fornecia ainda uma unidade entre os membros negros conscientes dessa realidade. Característica esta que apresentava especificidades e particularidades diretamente relacionadas ao contexto histórico particular de cada localidade, sendo possível encontrar grupos negros que buscaram afastarem-se da comunidade negra e adotaram em grande escala medidas tidas como branqueadoras, como por exemplo, em relação a alguns grupos pardos que negavam a identidade negra e acionavam uma identidade mais aproximada dos brancos⁷⁷.

A fim de alcançar nosso objetivo, apresentamos em um primeiro momento uma contextualização histórica do concebido enquanto pós-Abolição, seguido de um breve levantamento das associações negras mantidas na cidade no referido período com destaque para seus objetivos, principais ações e inserção na vida pelotense. Finalizamos este capítulo abordando a efervescência carnavalesca que atingiu a cidade nas três

⁷⁶Este conceito abarca o referencial que toma como padrão a supremacia branca presente na concepção estrutural da sociedade segundo análise presente em WARE, (2004, p. 16-17) serviu como base teórica ao pensar a *branquidade*, a qual segundo o autor “pode tornar-se invisível para todos os que são apanhados em seu clarão ofuscante [...]. Vista por um ângulo, ela se afigura o estado normal e universal do ser, o padrão pelo qual todo o resto é medido e em cotejo com o qual todos os desvios são avaliados”.

⁷⁷ Os aspectos pertinentes ao que a historiografia convencionou denominar por “branqueamento” serão especificamente abordadas no capítulo 3 deste trabalho, no entanto cabe ressaltar que a bibliografia base para este assunto encontra-se em HOFBAUER (2006).

primeiras décadas do século XX, na qual destacamos a formação dos clubes negros no tocante a suas atividades, organizações e interlocuções.

Neste capítulo abordamos especificamente cinco clubes negros – *Depois da Chuva*, fundado em 19 de fevereiro de 1916; *Chove Não Molha*, fundado em 26 de fevereiro de 1919; *Fica Ahí P’ra Ir Dizendo*, fundado em 27 de janeiro de 1921; *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, fundado no ano de 1921 e o *Está Tudo Certo*, fundado no ano de 1931. Porém, destacamos um mapeamento das associações que precederam os clubes, as quais incluíam associações de cunho político, carnavalesco, beneficente, esportivo e teatral.

Nosso olhar sobre essas associações negras está permeado pela percepção da identidade que se aproxima dos grupos em questão. Segundo a análise oferecida por Cuche (1999), é possível perceber a identidade como uma construção social e não um dado, e por ser do âmbito da representação, isso não significa que seja uma ilusão que dependeria da subjetividade dos agentes sociais, visto que a elaboração se dá dentro de contextos sociais. O autor destacou: “não há identidade em si, nem unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra” (CUCHE, 1999, p. 183). Não obstante, trabalhamos ainda com o conceito de identidade negra, a qual segundo Guimarães (2005, p. 61) é tida com a “percepção racializada de si mesmo e do outro”.

Nesse sentido, acreditamos ser necessário atentar para as discussões que estavam ocorrendo no período abarcado pela pesquisa a fim de melhor adentrarmos no contexto de uma época os quais elencavam elementos importantes da história da discriminação no Brasil, colocando-se assim como elementos fundamentais da história do racismo. É de fundamental importância a ideia de que para se compreender o racismo é necessário que entendamos a maneira como a ação da elite se relaciona à ação popular. Destacando-se nesse ponto a utilização do jornal negro *A Alvorada* como importante fonte de pesquisa, a fim de captarmos os anseios de parcela da comunidade negra pelotense. A fim de contemplarmos os anseios da elite branca, assim como informações referentes ao preconceito racial existente, ou não, em Pelotas buscamos ainda as notícias veiculadas por outros jornais pelotenses, como *A Opinião Pública e Folha do Povo*.

2.1 O contexto historiográfico do pós-Abolição

Abordar associações negras no pós-Abolição tornou necessário uma explicação historiográfica do período que compreende o pano de fundo dessa pesquisa. Seguindo uma ordem cronológica das pesquisas⁷⁸ que se propuseram a abordar o período enquanto um problema de pesquisa, trabalhando o período que abarca os anos finais da escravidão e período subsequente ao fim do trabalho escravo, foi possível identificar alguns pontos em comum. Ambos se preocuparam com o que foi feito com o ex-escravo assim como o que se transformou ou permaneceu inalterado. Sendo assim, o pós-Abolição não foi visto apenas como o que viria após o 13 de maio de 1888, não foi algo linear. Buscaram constituir a trajetória dos ex-escravos e seus descendentes tendo a referida data como um marco, mas estudando suas trajetórias posteriores.

A Proclamação da República no Brasil, em 1889, despertou no meio negro a possibilidade de um sistema igualitário. Mas a derrocada do sistema monárquico seguida pela adoção de medidas eugenistas com base no darwinismo social pela República fez com que estes homens resolvessem lutar através da conscientização de seus irmãos de cor. Optou-se então pelo engajamento em torno das medidas em prol da cidadania plena, ou seja, direitos iguais, independente da cor da pele (DOMINGUES, 2008, p. 20). E foi nesse contexto de medidas discriminatórias, por parte dos governos, e de luta e reivindicação, por parte dos negros, que surgiu uma série de associações negras voltadas à defesa dos direitos dos negros, de caráter os mais variados possíveis.

Esta não foi uma característica apenas do Brasil, mas conforme destacou Andrews (2007) atingiu diversos países da América Latina, nos quais a herança racial latino-americana, marcada pela escravidão negra e indígena, passou a ser vista enquanto problema. Para encontrar medidas que resolvessem o propalado problema, muitos ideólogos foram acionados, incluindo escritores e políticos, a fim de desenvolverem escritos que afirmassem a necessidade de imigração branca. Esta foi adotada em termos raciais e demográficos, mas também, e não menos importante, como forma de branquear a cultura e aparência física através da mestiçagem, a qual esteticamente se colocaria mais aprazível.

Nesse sentido, um caminho de construções simbólicas a respeito do então trabalhador por excelência no Brasil, o negro, tratando-se do período monárquico,

⁷⁸ CASTRO (1995), CHALHOUB (1990), RIOS (2005) e RIOS; MATTOS (2004).

configurou-se a partir das elites brasileiras. Assim, percebemos a questão da identidade atribuída, visto que de acordo com Bourdieu (apud CUCHE, 1999, p. 186), o poder *simbólico* pertencente às elites dirigentes confere aos mesmos a possibilidade de determinarem a forma como serão identificados os *seus* e os *outros*. Esta identidade por sua vez, confere posições diferenciadas dentro de uma escala social.

As elites brancas logo se depararam com a nação que se pretendia exteriorizar em um país, que se almejava moderno. A concepção de nação moderna não concebia uma população tão “escura”. Os debates em torno da nação, que se encontrava em formação, trouxeram a tona o perfil desejado, pelas elites brasileiras, do povo brasileiro e do trabalhador que aqui se almejava para substituir os braços escravos. Nesse ínterim, nos amparando na discussão de processos identitários desenvolvida por Roberto Cardoso de Oliveira (2000) é possível perceber o fenômeno da *etnização* dos grupos negros no pós-Abolição. Segundo o referido autor:

[...] falar de etnização é nos socorrer do conceito de etnicidade, de ampla utilização na literatura das ciências sociais modernas, onde é definido como envolvendo relações entre coletividades no interior de sociedades envolventes, dominantes, culturalmente hegemônicas e onde tais coletividades vivem a situação de minorias étnicas ou, ainda, de nacionalidades inseridas no espaço de um Estado-nação (OLIVEIRA, 2000, p. 8).

Destacamos a percepção deste fenômeno em virtude dos negros serem vistos pelos *outros* enquanto *um* grupo minoritário e possuidor de características culturais e raciais negativas, como por exemplo, a propensão aos vícios, malandragem e despreparados para o trabalho. Porém, estes apresentavam diferenças internas, as quais foram reivindicadas de diferentes formas, até adotarem uma vertente política. De todo modo, estas reivindicações tinham como ponto de embate a imagem negativa que os *outros* tinham deles mesmos⁷⁹.

A nação aspirada estava altamente relacionada, ou até mesmo confundida, com o nacionalismo e à forma que este adquiriu em fins do século XIX, intimamente ligado a etnicidade e língua (SEYFERTH, 1996). O historiador Hobsbawm (1991), conforme

⁷⁹ A análise presente em Cucho (1999, p. 187) também alerta para a questão da etnização, nesse sentido o referido autor destaca que: “O poder de classificar leva à ‘etnização’ dos grupos subalternos. Eles são identificados a partir de características culturais exteriores que são consideradas como sendo consubstanciais a eles e logo, quase imutáveis. O argumento de sua marginalização e até de sua transformação em minoria vem do fato de que eles são muito diferentes para serem plenamente associados à direção da sociedade. Pode-se ver que a imposição de diferenças significa mais a afirmação da única identidade legítima, a do grupo dominante, do que o reconhecimento das especificidades culturais”.

apreendido em Seyferth (1996), destacou o “nacionalismo étnico” como fenômeno importante do final do século XIX impulsionado pela intensificação dos movimentos nacionalistas nos impérios multinacionais, movimentos imigratórios e a ciência, que ajudou a transformar a raça em conceito central das ciências sociais. A identificação das nações com a idéia de raça retirou o nacionalismo da base cultural, o qual tinha na língua nacional e no folclore seus pontos centrais. Corroborando com a colocação de Hobsbawm, Arendt destacou que então os nacionalismos descobriram a “nova chave da história’ - o racismo” (apud SEYFERTH, 1996, p.42).

Esse racismo contava com o respaldo da ciência, destacando-se as teorias raciais que vigoraram principalmente entre finais do século XIX e início do XX e remete a importância das teorias para fins políticos. No Brasil, a miscigenação ocupou lugar de destaque no debate nacionalista após 1850, buscando o branqueamento da população. Tornou-se assim importante na discussão em torno da colonização, que por sua vez trazia a tona outro ponto fundamental para a construção da nação, a ocupação do território (SEYFERTH, 1996).

Dentre as medidas tomadas pelos governos que demonstraram esta inserção do pensamento oriundo do darwinismo social, o qual relacionou os problemas das sociedades tidas enquanto atrasadas à herança racial, estavam as transformações arquitetônicas, como destruições dos cortiços e demais edificações que relembassem o estilo colonial, trazendo a tona o estilo europeu moderno; transformações infra-estruturais, envolvendo medidas de saneamento vinculadas as novas práticas de higiene, iluminação pública e transporte coletivo, como os bondes. Estas medidas concentraram-se em expurgar pobres, em sua maioria negros ex-escravos e descendentes, dos centros das cidades. Espaços estes de atração constante durante a escravidão, em virtude de melhores e/ou maiores oportunidades de se abrigarem junto aos seus, configurando em algumas cidades, com destaque para as capitais, verdadeiros “territórios negros” conforme destacado por Wissenbach (1998)⁸⁰.

Além de expurgar os negros e pobres dos centros das cidades⁸¹, estas medidas visavam ainda, e principalmente, eliminar as lembranças e formas de vida que remetessem a época da escravidão. Porém, estas medidas não foram suficientes para acabar com as aglomerações dos negros e pobres e iniciativas destes, ocorrendo o

⁸⁰ A autora destaca as cidades de Salvador e Rio de Janeiro, seguidas por São Paulo e Porto Alegre, e afirma que no pós-Abolição estes espaços pré-estabelecidos foram importantes para uma reestruturação social dos advindos do cativeiro na nova ordem vigente (1998, p. 99-100).

⁸¹ Costume existente ainda durante a escravidão, mas que se intensificou no Brasil da *Belle Époque*.

surgimento de manifestações culturais que ainda hoje se mantêm na vida social. As quais, em um primeiro momento sofreram a perseguição da elite e autoridades policiais, como por exemplo, o samba, as religiões afro-brasileiras e a africanidade presente no Carnaval, tido como a festa que permitia uma inversão de valores na escala social, ou ainda, medidas mais severas, como a proibição da capoeira em 1890 (ANDREWS, 2007, p. 156-157).

Foi nesse intenso debate que se consolidou a visão de que os negros e mestiços eram incapazes de agir pela própria vontade, desqualificados para o trabalho livre e incapazes de produzir em pequenas propriedades configurando-se uma hierarquização entre as raças. Repudiou-se então a imigração africana e também a asiática. A hierarquização existente, feita pelos europeus, não fazia referência à natureza racial, mas sim à condição camponesa, interessando-se principalmente por artesãos e camponeses, e tinham como exemplo os colonos assentados nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (SEYFERTH, 1996). Porém, o problema para as elites brancas era que os negros estavam agindo pela própria vontade, o que fica evidente na formação de inúmeras associações de cunho racial negro. Estas mesmas elites almejavam manter os negros dependentes e subordinados, além de temerem que os negros optassem por somente produzir visando à auto-subsistência.

Com a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da República, um ano após, acelerou-se o processo desencadeado com a chegada dos primeiros imigrantes, passando a se intensificar o deslocamento dos negros para fora do mercado de trabalho, principalmente nas áreas colonizadas. Os estudos produzidos no período normalmente serviram para corroborar a idéia de inferioridade e incapacidade do negro para o mercado de trabalho. Existiam então, principalmente pesquisas etnográficas⁸², com foco religioso, apresentando ideias sociais que tendiam a inferiorizar o negro conduzindo a interpretações complicadas.

A história do negro no Brasil foi, e permanece sendo, permeada por diferentes visões historiográficas diretamente ligadas ao contexto político do país, as quais evidenciam em seu centro, inicialmente, ideias pré-concebidas a respeito da população afro-descendente e a filiação metodológica de seus autores. Os estudos desenvolvidos no século XIX, mas principalmente, no século XX pelos pensadores brasileiros, como Nina Rodrigues e Silvio Romero, colocavam a ênfase na composição física dos negros,

⁸² Ver, por exemplo: RODRIGUES (1935); RAMOS (1988-1ª ed. 1934).

a fim de demonstrar a inferioridade racial. Esta série de estudos sofreu grande influência das teorias raciais, nas quais o negro era tido como raça inferior, e por tal razão deveria ser tutelado⁸³.

Este contexto de repressão por parte dos governos frente aos grupos negros estimulou que uma parcela do referido grupo, visando afastarem-se dos trabalhadores pobres e inserirem-se em uma classe média, repudiasse traços que lembrassem a cultura afro-latina e conseqüentemente seu passado escravista ou de seus antepassados. Nesse sentido, se faz importante ressaltar a passagem presente em Andrews:

Os membros das classes alta e média brancas preocupavam-se constantemente com a subversão e a “contaminação” decorrentes da “africanização” de suas sociedades, mas em conformidade com o determinismo racial da época podiam sempre reivindicar uma espécie de imunidade hereditária contra a ameaça invasiva da negritude. Os afro-descendentes em ascensão não podiam fazer essa reivindicação. Em sociedades que encaravam a raça como um fato biológico, sua pele, seu cabelo, seus traços faciais significavam um vínculo ancestral direto com a cultura afro-latina. Para satisfazer as exigências de admissão na sociedade civilizada e na classe média nacional, sua rejeição dessa cultura tinha de ser ainda mais enfática que a de seus congêneres brancos (ANDREWS, 2007, p. 159).

O autor referido destacou ainda que estes negros e mulatos prósperos identificados com a classe média tiveram também de enfrentar barreiras sociais que variavam do âmbito público ao privado com forte percepção no mercado de trabalho. No entanto, foi este cenário que estimulou e viu o florescer por iniciativa dessa classe média negra, consciente de sua não aceitação na classe média branca assim como de sua diferenciação dos negros pobres, de inúmeras associações sociais e culturais paralelas as que impediam a participação de negros. Alcançando grande participação na vida social das cidades, encontraram-se as associações que motivaram essa pesquisa, ou seja, os clubes sociais voltados para negros. Participação esta verificada através da veiculação de suas atividades na imprensa oficial.

Os estudos históricos em nível acadêmico, com início nas primeiras décadas da República, podem ser divididos em três etapas e apresentam diferentes características aos oriundos das senzalas ou descendentes desses no Brasil. A primeira, na qual se destacaram as análises de Freyre (1933, 1936) privilegiou o método comparativo, tendo-se por base às sociedades norte-americana (estadunidense) e a brasileira, ao analisar a

⁸³ Para uma interpretação acurada sobre o assunto nos foi importante a análise de HOFBAUER (2006). Dentre os pensadores desse período destacam-se os viajantes, parlamentares, juristas e médicos, os quais manifestavam compromisso acadêmico com modernas ciências naturais e a fidelidade à nova nação.

situação dos escravos e negros libertos ou livres. Buscavam a discussão do paternalismo e o caráter da sociedade escravista no Brasil elogiando-se então os negros pela sua curiosidade e laboriosidade em relação às máquinas. Destes estudos se destacaram as ideias de miscigenação contínua (Brasil) *versus* a segregação (EUA), a família patriarcal, tendo o escravo enquanto uma extensão da família senhorial percebendo-se os atos de violência extrema contra o senhor ou a fuga, como únicas demonstrações de resistência ao regime.

Atualmente existem inúmeras críticas aos escritos desse autor, porém se faz pertinente destacar a importância dos mesmos, em virtude do contexto e do diálogo que o autor travava no momento. Na constituição do mito da democracia racial - segundo o qual as raças viveriam em plena harmonia no Brasil e com igualdade de oportunidades a todos - está inserida a construção do ideário de branqueamento, constituindo um ideal e até mesmo um valor social. O intenso diálogo com o mito da democracia racial é de fundamental importância para perceber-se o objeto em questão na pesquisa que estamos desenvolvendo aqui, visto que o mito constitui um ideal e se faz necessário compreendê-lo para buscar os motivos pelos quais as pessoas em vez de criarem identidades fechadas podem negociá-las constantemente. É neste intento que buscamos perceber os clubes negros como parcelas de um grupo que não possuía fronteiras fixas buscando então pistas teórico-metodológicas para interpretar a complexa questão da identidade étnica.

Em princípios da década de 1940, a contribuição do negro para o desenvolvimento dos estados sulinos começou a ser apontado, destacando-se o trabalho clássico de Laytano (1942) para o Rio Grande do Sul, que se deteve em analisar *Alguns aspectos da história do negro* no Estado. A partir de meados da década de 1950 começou a surgir uma divisão dentro da historiografia brasileira, somando-se aos seguidores de Freyre os membros da Escola Sociológica Paulista, tendo como expoentes de um grupo de pesquisadores, Florestan Fernandes, e Roger Bastide⁸⁴. Foram responsáveis por um novo caminho no enfoque das questões relacionadas com a situação dos negros e os preconceitos raciais na sociedade brasileira. Ainda no espírito da II Guerra Mundial a ONU propôs pesquisas para diminuir situações que o mundo acabava de presenciar com o holocausto, através da UNESCO, que pudessem fornecer resposta à população mundial.

⁸⁴ Dentre os escritos destes autores destacamos: BASTIDE (1959; 1961).

No Brasil propôs-se perceber a harmonia dos grupos étnicos, ou seja, a propalada “democracia racial”. Porém, os estudos de Fernandes e Bastide, sobre a questão racial restringindo-se a São Paulo enfocaram o processo de marginalização do negro no pós-Abolição. Bastide, enfocando a sociedade baiana (1961), e seus seguidores⁸⁵, criticaram abertamente a benevolência da escravidão referendada pelos estudos de Freyre, mostrando a não harmonia das raças, a forma pelo qual se deu o surgimento da mestiçagem, não pelo amor, mas pelo estupro através da dominação da mulher negra, escrava, pelo homem branco, senhor. Os pesquisadores da escola paulista defenderam uma nova visão, trazendo principalmente a contribuição do materialismo histórico ao buscar a percepção dos acontecimentos a partir de rico aparato empírico, demonstrando uma leitura social. Para tal, abarcavam o uso de fontes documentais, buscando a interdisciplinaridade, demonstravam uma visão diferente do Brasil para o mundo e propunham então um debate internacional, principalmente com os estudos produzidos sobre os Estados Unidos⁸⁶.

Porém, esses escritos também sofreram críticas, principalmente pela geração de historiadores formados a partir da década de 70 do século XX, os quais criticavam a visão de que o negro não era um sujeito histórico e o despreparo dos negros para o trabalho, caracterizando o princípio, do que viria a se colocar como, a terceira etapa dos estudos sobre os negros. A noção weberiana de anomia social, na qual o escravo era tido como vítima do sistema e incapaz de reverter, visto que teria perdido todos seus referenciais, e quando reagia era tido como instinto e não como algo consciente vem sendo amplamente criticada e confrontada com novas pesquisas e novos documentos, havendo uma efervescência de estudos demográficos. Estudos esses suscitados principalmente pelas influências advindas da história social enquanto especialidade de investigação. Percebeu-se então, uma continuidade entre os estudos de Freyre e Fernandes, embora seguissem caminhos diferentes, uma vez que ambos percebem um encadeamento entre o cativo e a liberdade. Assim, as características do período denominado por eles de pós-Abolição são continuidades do período escravocrata. Ambos forneceram indícios de que o legado da escravidão é o que explica a natureza das relações raciais no pós-Abolição. Atualmente se abandonou a ideia de “transição”,

⁸⁵ Dentre esses se destacam principalmente: NOGUEIRA (1985); CARDOSO (1962); CARDOSO; IANNI (1960).

⁸⁶ Ver, por exemplo: CASTRO (1995; 1997; 2004); CHALHOUB (1990; 2001), BASTIDE; FERNANDES (1959), HOFBAUER (2006) e LONER (2001).

acredita-se que existem idas e voltas, não é algo estanque, constrói-se a “liberdade” (MOREIRA, 1996).

No início dos anos 80 do século XX, como decorrência dos profissionais que começavam a ingressar no mundo historiográfico desde, principalmente, a década passada, teve-se uma virada historiográfica, na qual se destacaram os trabalhos que perceberam o negro como agente histórico, capaz de se organizar e resistir⁸⁷. Estes historiadores caracterizaram-se pela busca por novos documentos, os arquivos passaram a ser cada vez mais utilizados. Percebeu-se então a “liberdade” na acepção iluminista da palavra, de ter direito à vida e à propriedade, é uma questão complexa na qual se pensa a “liberdade” não apenas enquanto ausência de escravidão, mas que permite perceber ainda as práticas concretas, as diferentes categorias e gradações do que é entendido por liberdade, que não são lineares.

É importante destacar que os estudos sobre Rio de Janeiro e São Paulo, não podem ser tomados como referência para todo o Brasil, conforme destacou Hebe Mattos para o caso paulista “não pode ser considerado isoladamente para se pensar o liberto após a emancipação” (2005, p. 102). O Sul do Brasil também apresentou suas especificidades em relação ao mesmo período, a integração social dos ex-escravos e seus descendentes não foi similar até mesmo em virtude da particularidade da economia e sociedade sulina. Sendo que uma parcela desta particularidade, no tocante as associações negras e os diálogos travados no interior da sociedade pelotense, é o objeto de estudo desta pesquisa, a qual começamos a expor tratando das primeiras associações surgidas no referido período.

2.2 Associações negras no Pós-Abolição

O pós-Abolição foi palco de uma série de transformações sociais, econômicas e políticas, e no campo do associativismo negro não foi diferente. As associações desse período perceberam um incremento ainda maior no tocante a diversificação de suas atividades, visto que até então estavam vinculadas a questões religiosas e/ou beneficentes e causas abolicionistas. De acordo com levantamento realizado em bibliografia específica sobre o assunto para a cidade⁸⁸, assim como para outras

⁸⁷ Dentre estes destacamos as análises de: CHALHOUB (1990); LARA (1988); SLENES (1999); MATTOS; RIOS (2005).

⁸⁸ LONER (1999; 2001; 2005; 2008); LONER; GILL (2007); TAVARES (2005).

localidades⁸⁹ tendo como fio norteador o período em questão, percebeu-se que os negros adentraram em uma nova fase de organização através da fundação de inúmeras associações principalmente de caráter recreativo, assistencial e/ou cultural, destacando-se as associações bailantes surgidas com o intuito de aproveitar o Carnaval.

Estas associações tinham em comum a busca pela inserção social dos negros, então impedidos de participarem de associações já existentes criadas pela elite. Esta ideia pode ser percebida nas análises focadas em cidades do Rio de Janeiro⁹⁰, São Paulo⁹¹ e Rio Grande do Sul⁹². Neste, destacaram-se as interpretações que buscaram compreender as associações criadas por e para negros nas cidades de Porto Alegre, Novo Hamburgo, Caxias do Sul, Rio Grande e a cidade contemplada nesta análise.

A vida dos negros na República enfrentou duras condições de sobrevivência, as quais englobavam péssimas condições de saúde, moradia, emprego e alfabetização, destacando-se a busca pela educação como objetivo principal das associações negras do período⁹³. Assim, os negros perceberam que a aposta em uma vida sem discriminações com a derrocada do sistema escravista e o advento da República não passara de um sonho. A fim de reverter este quadro de insatisfação e alto nível de preconceito, fundaram associações que tivessem entre seus objetivos a defesa de diferentes assuntos e características importantes ao grupo negro, englobando assim diferentes parcelas e ideologias de um grupo que não era homogêneo. Nesse sentido, Domingues (2007) ao buscar traçar uma breve história do movimento negro no Brasil ofereceu alguns dados que vêm ao encontro dessa ideia de organização negra:

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação (DOMINGUES, 2007, p. 103).

Na cidade de Pelotas o negro foi o trabalhador por excelência no pós-Abolição, mantendo-se em grande número na cidade. Levantamento referente a 1891 indicou o

⁸⁹ AGUIAR (1998); ANDREWS (2007); DOMINGUES (2004; 2009); GOMES (2008); GOMES; MAGALHÃES (2008); MAGALHÃES (2010); MÜLLER (1999); PEREIRA (2008).

⁹⁰ Ver, por exemplo, GIACOMINI (2006).

⁹¹ Ver, nesse sentido, AGUIAR (1998); AGUIAR (2007); DOMINGUES (2004; 2008).

⁹² Dentre estes destacamos os trabalhos desenvolvidos por: GOMES (2008); MAGALHÃES (2010); GOMES; MAGALHÃES (2008); PEREIRA (2008); MÜLLER (1999); LONER (2001).

⁹³ Nesse sentido ver a análise desenvolvida por Pereira (2008) a qual centrou seu estudo nas associações negras de Porto Alegre, tendo como objetivo perceber a preocupação com a educação desenvolvida por estas associações.

número de 7.035 negros e mestiços no espaço urbano, sendo que os imigrantes estrangeiros alcançaram a cifra de 4.160 (LONER, 2001, p. 57). Acredita-se que essa alta concentração de negros, a experiência já existente da organização negra através de associações voltadas para os *seus*, somadas ao preconceito vivenciado por estes negros foi de fundamental importância e justificativa para a gama de associações fundadas na última década do século XIX e três primeiras décadas do século XX.

As características anteriormente elencadas somadas, a nosso ver, corroboram para a percepção de uma rede social negra que já vinha desenvolvendo-se na cidade desde o século XIX, a qual com as modificações advindas com o fim do regime escravocrata somado a Proclamação da República, porém, com a persistente manutenção de uma discriminação racial encaminhava-se para a efetiva constituição de um *movimento social negro* na cidade de Pelotas. Esta afirmativa foi corroborada pela observação de que havia uma colaboração entre as associações, o que foi percebido ao atentarmos para a natureza das relações entre as associações. Esta colaboração, que num primeiro momento visava à abolição e a busca por medidas conjuntas cedeu espaço para a luta por melhores condições de vida e combate ao preconceito com as associações criadas no pós-Abolição. Naturalmente, essa colaboração passou por momentos diversos e motivados pela situação vivenciada, o que fez com que algumas associações pudessem ser identificadas como polos aglutinadores enquanto outras apenas se fizeram presente nas discussões sem maiores contribuições efetivas, os quais serão devidamente destacados ao longo desse capítulo.

Utilizando-nos da definição presente em Ilse Scherer-Warren (2006, p. 113) destacamos que “o Movimento Social, [...] se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações.” Assim, a constituição de uma série de associações negras na cidade, sua manutenção assim como o surgimento de novas, envoltas em questões específicas tendo como fio condutor a questão racial, corrobora a ideia do desenvolvimento de um movimento social negro, o qual segundo análise de Domingues (2007), configura-se na:

[...] luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. Para o movimento negro, a “raça”, e, por conseguinte, a identidade racial, é utilizada não só como elemento de mobilização, mas também de mediação das reivindicações políticas. Em outras palavras, para o movimento negro, a “raça” é o fator

determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação (DOMINGUES, 2007, p. 101-102).

A afirmação presente em Loner (2008) relacionada à presença negra na cidade de Pelotas e a relação com as associações negras criadas no referido período, corrobora esta percepção. A autora alertou para o fato de que “a discriminação racial foi muito forte, consubstanciando-se, [...] no impedimento em utilizar espaços públicos como algumas praças, freqüentar clubes e cinemas, cafés, confeitarias e bares e, em alguns casos, até barbearias” (LONER, 2008, p. 247).

2.2.1 Associações beneficentes

As associações beneficentes proporcionaram o surgimento de novas associações com interesses diversos. Porém, que possuíam como ponto em comum a possibilidade de espaços livres da discriminação para com as pessoas negras e mesclando, quando possível, ideais em prol de melhorias no que tange ao trabalho, assim como para a vida política no tocante a questão racial. Assim, as três associações beneficentes que possuíam negros em seus quadros, fundadas ainda antes da abolição, *Feliz Esperança*, *Harmonia dos Artistas* e *Fraternidade Artística* mantiveram suas atividades até respectivamente 1917, 1916 e 1911. Sendo que a *Feliz Esperança*, localizada nos limites do centro da cidade, na então Rua 16 de Julho, hoje Cassiano do Nascimento, foi colocada como uma entidade que serviu de polo aglutinador as demais. Abrigou em sua sede associações com interesses comuns, como por exemplo, associações que pugnavam pelos direitos dos operários, como a União Operária Internacional, a qual esteve diretamente vinculada à luta dos trabalhadores pelotenses, entre outras reivindicações, pelas 8 horas diárias de trabalho; e a então denominada *Sociedade Recreativa Carnavalesca Depois da Chuva*. A próxima passagem é elucidativa dos objetivos pleiteados pela *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*:

A maior delas, que efetivamente cumpriu o papel de entidade- mãe, sediando outras e aglutinando os esforços da comunidade, continuou a ser a *Feliz Esperança*, nessa fase. Uma das grandes preocupações das suas lideranças era com a educação e o nível cultural do grupo, não faltando tentativas, como promoção de palestras, estabelecimento de aulas para sócios para tentar sanar estas falhas (LONER, 2008, p. 250).

As atividades desenvolvidas nessas associações tinham por objetivo a instrução dos homens negros, através de aulas, palestras e exposições artísticas⁹⁴ assim como prestar homenagens a seus idealizadores⁹⁵. O pós-Abolição viu ainda o florescer de novas associações estritamente beneficentes ou de caridade, sendo que dentre estas uma apresentou ligação direta com as lutas dos operários pelotenses, a *Sociedade Beneficente Socorro dos Artistas*, criada em 1890 e encontrou-se notícias da mesma ainda em 1894.

Existiu ainda a *Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul*, fundada em 1908 indicando-se o ano de 1918 para o seu desaparecimento. Esta associação teria possuído uma diretoria de mulheres. Destaca-se entre essas associações, a criação do *Asilo de Órfãs São Benedito* em 1901, o qual abrigava principalmente meninas negras, mas que de acordo com seus estatutos aprovados em 1902, não realizava distinção de cor. Surgiu por iniciativa de uma mulher negra, Luciana Lealdina de Araujo, voltado a meninas com idade entre 2 e 21 anos⁹⁶, esta instituição se mantém em funcionamento na atualidade. Dentre os membros diretivos do Asilo foi possível identificar pelo menos dois membros negros com circularidade em outras associações negras da cidade, Antonio Baobab (secretário)⁹⁷ e Durval Penny⁹⁸. A presença de negros em suas diretorias se manteve pelo menos até meados do século XX, assim como entre a grande parte das crianças atendidas. Esta característica foi evidenciada no discurso de seu cinqüentenário feito pelo deputado classista, originário de Rio Grande, Dr. Carlos Santos, o qual por sua vez, foi uma grande liderança da comunidade negra gaúcha e no momento do cinqüentenário era o orador oficial do Asilo⁹⁹. Em relação à fundadora foi interessante perceber o destaque conferido a sua iniciativa, como podemos apreender em artigo veiculado no jornal negro *A Alvorada*, em uma coluna que destacava à comunidade pelotense fatos acontecido no passado com o evidente intuito de servir de exemplo a coletividade negra:

⁹⁴ *A Alvorada*, 1º/08/1953, p. 5.

⁹⁵ Em coluna do jornal *A Alvorada*, intitulada “Cousas do passado”, veiculada em 11 de julho de 1953, fazendo menção a edição de 14 de julho de 1907, consta o seguinte anúncio: “A Sociedade Beneficente Feliz Esperança e este semanário publicaram convite para a sessão especial de homenagem à memória do Sr. Antonio Baobab, a realizar-se a 15 do corrente, nos salões daquela sociedade beneficente” (*A Alvorada*, 11/ 07/1953, p. 6).

⁹⁶ BPP-AH. Fundo: Entidades beneficentes e benemerentes, sub-série: Asilo de órfãs São Benedito de Pelotas.

⁹⁷ *A Alvorada*, 5/05/1950, p. 1. Antonio Baobab esteve entre os idealizadores do referido jornal e será tratado no próximo capítulo.

⁹⁸ *A Alvorada*, 4/04/1953, p. 1. Durval Penny foi um dos fundadores do referido jornal e será tratado no próximo capítulo.

⁹⁹ BPP-AH. Fundo: Entidades beneficentes e benemerentes, sub-série: Asilo de órfãs São Benedito de Pelotas.

A brilhante escritora d. Julia Lopes de Almeida, quando aqui esteve, disse, ao contemplar o Asilo S. Benedito:

- “É a primeira vez que vejo no Brasil realizada uma obra de benemerência por uma mulher da mais humilde condição, pobre e de cor... Luciana, essa preta pobre, só pelo influxo da sua energia conseguiu inspirar a criação e a manutenção em cidades do Rio Grande, de verdadeiros templos de instrução e caridade, como o Asilo S. Benedito, fundado em fevereiro de 1901” (*A Alvorada*, 21/01/1952, p. 1).

Encontrou-se ainda referência a associações beneficentes bastante efêmeras, como por exemplo, *Montépio da União Africana*, que existiu no período de 1890-1893 e *Progresso da Raça Africana*, 1891-1893. Os objetivos em torno dos quais se reuniam as associações negras pelotenses e consequentemente seus sócios e simpatizantes, estavam inseridos num quadro maior de manutenção do movimento social negro no pós-Abolição. De acordo com análise desenvolvida por Domingues (2007) acreditamos que essas podem ser identificadas como parte da *primeira fase do movimento negro organizado na República*, a qual, segundo o referido autor, contou com inúmeras associações de cunho racial “ eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural” (DOMINGUES, 2007, p. 103), agregando por vezes ainda, segmentos classistas específicos da sociedade. Esta constatação está presente também em Loner (2001) em referência às cidades de Pelotas e Rio Grande em decorrência dos negros terem se constituído no elemento operário por excelência, porém, não deixando os mesmos de enfrentar embates contra a discriminação no mercado de trabalho.

2.2.2 Associações de representação e luta política

Os nomes adotados pelas associações fundadas em Pelotas na última década do século XIX deixam transparecer que havia uma necessidade de defesa dos interesses dos oriundos do cativeiro e seus descendentes, o que se manteve com o surgimento das associações diretamente vinculadas a representação e luta política em torno de causas próprias a parcelas da comunidade negra. Nesse sentido, encontraram-se referências ao *Centro Ethiópico*, fundado ainda durante a escravidão, mas que se manteve até 1895 e ao *Clube José do Patrocínio*, surgido em 1905 e mantido até 1911. Porém, entre este segmento, damos destaque ao *Centro Ethiópico Monteiro Lopes*¹⁰⁰, o qual foi criado aos seis dias do mês de março de 1909 em reação à possibilidade de recusa em dar assento

¹⁰⁰ Este *Centro* não deve ser confundido com o *Centro Ethiópico* criado ainda durante a escravidão, referido no parágrafo anterior.

ao deputado federal Manuel da Motta Monteiro Lopes em virtude do mesmo ser negro, alcançou importante respaldo entre a comunidade negra pelotense (TAVARES, 2005). Assim, a passagem a seguir sintetiza a criação e destaque conferido a esse centro:

[...] Encontravam-se quatro homens em palestra sobre a política nacional quando veio a baila o nome do Dr. Monteiro Lopes, recém eleito deputado federal, e segundo afirmavam não seria reconhecido pelo fato de ser de **cor negra**. O grupo [...] era constituído de José da Silva Santos, Modesto Passos Barcelos, Balbino Conceição da Silva Santos e o rabiscador destas linhas [Rodolfo Xavier].

Em sinal de protesto, interpretando o desagravo da raça preta no Rio Grande do Sul, foram, na ocasião, redigidos dois telegramas e enviados, um a Câmara dos Deputados e outro para o Senado. [...]. Fez-se um apelo aos ‘homens de cor’ pela ‘A Opinião Pública’, convidando para uma grande reunião, e na noite do dia 6 de março de 1909 na sede da S. R. Flores do Paraíso e suas adjacências compareceram para mais de trezentas pessoas, solidarizando-se com a causa [...]. Aclamados pela Assembléia – presidente e secretário – respectivamente, José da Silva Santos. Por proposta do presidente foi dado o nome à organização que se fundava de ‘Centro Ethiópico Monteiro Lopes’ em defesa de seu patrono (grifo do autor, *A Alvorada*, 7/07/1952, p. 1).

A mobilização frente à recusa em dar assento a este deputado, além do fato de o mesmo ser negro, estava em que este sintetizava os anseios de boa parcela dos negros brasileiros se verem representados na constituição de políticas nacionais. O Centro, que teve como um de seus idealizadores Modesto Passos Barcelos, funcionou junto à sede da *Associação Recreativa Flores do Paraíso*, da qual o referido idealizador era membro. Este projeto dos negros pelotenses teve respaldo não apenas na cidade, mas também em suas adjacências, o que evidencia, a manutenção de uma rede de movimentação em prol dos direitos dos negros, em toda a região sul.

Esta rede de movimentação social foi seguida aqui na percepção conferida por Scherer-Warren, visto ser o resultado de todo um processo articulado ao longo do tempo, mas que então tomou dimensões que extrapolaram uma ou outra associação, aglutinando sujeitos identificados com a causa racial em sua perspectiva política. De acordo com a referida autora “rede de movimento social” enquanto conceito “pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas” (SCHERER-WARREN, 2006, p.113).

Nesse sentido, evocamos ainda a ideia referente aos espaços de discussão em prol de melhorias sociais a comunidade negra, presente em Arilson Gomes (2008). O autor ofereceu uma interpretação das movimentações dos negros enquanto constituintes

de *oásis*. Embora o objeto do autor fosse uma rede de movimento social posterior, o movimento fretenegrino e os congressos negros ocorridos entre os anos de 1931-1958, com destaque para os congressos ocorridos em Porto Alegre (RS), o mesmo alertou para a unidade em prol de uma causa comum – o fim do preconceito em diferentes instancias. Enquanto que, os preconceitos foram referenciados como espaços de *deserto*. Assim, o referido autor destacou:

Esse “oásis” que estamos fazendo referência somente passou a existir em decorrência dos esforços e perseverança dos homens que lutaram por um mundo melhor. Reconhecemos nessa dissertação, como “desertos” o racismo, preconceito e as discriminações sofridas por qualquer ser humano, neste caso, conforme citado anteriormente, mazelas que atingem diretamente a população negra (GOMES, 2008, p. 22).

Entre as cidades que mantiveram associações formais de apoio a posse de Monteiro Lopes e que estiveram diretamente ligadas à movimentação social que começou a irradiar-se a partir do *Centro Ethiópico Monteiro Lopes* em Pelotas, encontravam-se Rio Grande (Clube Monteiro Lopes), Bagé (Centro Monteiro Lopes) e Santa Maria (também intitulado Centro Monteiro Lopes). A Análise realizada por Viviani Tavares (2005) alertou ainda para o fato de que a irradiação efetiva proporcionada pelo *Centro Ethiópico Monteiro Lopes* em Pelotas, não se restringiu as cidades da zona sul, ultrapassando as fronteiras nacionais, com repercussão no Uruguai. O centro pretendia-se não apenas de mobilização política, mas enquanto espaço de convivência aos seus membros, visto tentar manter em sua sede uma biblioteca própria. Depois de idas e vindas de processos comuns às eleições da República Velha, o deputado foi finalmente empossado em abril do mesmo ano. Em janeiro do ano de 1910 o então deputado esteve na cidade de Pelotas como forma de agradecimento ao empenho em prol de sua posse (TAVARES, 2005).

As motivações dos negros pelotenses em dar apoio à posse de Monteiro Lopes, parecem ter alcançado resultados, ou no mínimo, o deputado identificava-se com a causa. Conforme podemos perceber em carta enviada pelo mesmo, ao redator do jornal *A Alvorada* e um dos idealizadores do centro, Rodolfo Xavier, cerca de um ano após a mobilização pelotense e transcrita nas páginas do referido jornal sob o título “Carta de Monteiro Lopes para Rodolfo”. Embora seja longa a transcrevemos:

“Camara dos Deputados – Rio 2 de maio de 1910.

Meu caro Rodolpho.

Recebi tua cartinha acompanhada do teu jornal “A Alvorada”, um valente periódico que serve de grito de tua alma indignada, e que vale pelo brado de alerta.

Canta-se bem o evangelho de minha missa para a defesa da pátria, que nada mais é do que Republica, isenta e limpa de preconceito de raças.

A Republica é nossa porque ela é o resultado do 13 de Maio e quem fez o 13 de Maio foi o genial José do Patrocínio.

Porque pretendem nos excluir da grande comunhão nacional, nós que temos honrado a nossa bandeira defendendo com galhardia e denodo a integridade da nação?!

Infelizmente meu caro amigo, na nossa terra há ainda quem tenha ideia, de imaginar que pó de arroz ilude a natureza.

Sabe o que é isso?

Falta de instrução...

È por esta razão que bendirei sempre o nome de Augusto do Benemérito presidente do Rio Grande do Sul, Dr. Barbosa, que corajosamente fez admitir em Pelotas e na cidade do Rio Grande dois meninos de cor preta, em estabelecimento de educação superior.

È que o velho republicano que governa atualmente esse glorioso estado (minha terra adotiva) entende que país só é grande pela instrução de seus filhos.

Procura incutir no ânimo dos nossos irmãos ai, o amor e a dedicação ao Dr. Barbosa, lembrando á todos, que foi ele quem quebrou o preconceito de não se admitir meninos de cor preta nos ginásios do Rio Grande do Sul.

Para mim a gratidão e um sol de justiça.

È preciso que os sucessores d’este grande republicano lhe imitem este exemplo.

Aceita os meus cumprimentos e transmite os abraços de fraternidade aos velhos dedicados companheiros.

Monteiro Lopes” (*A Alvorada*, 6/03/1932, p. 1).

O episódio envolvendo a posse do deputado federal foi elucidativo a fim de compreendermos não apenas o associativismo negro em Pelotas, mas também, e principalmente as formas que conduziam a manifestação de uma identidade negra. Identidade esta fruto de uma época e que assim, adotava características peculiares. Nesse sentido destacamos a invocação do termo “etiópico”, seguido por “homens de cor” e “cor preta“, como sinônimos do atualmente invocado como o generalizante “negros”. Estas características e os adjetivos empregados faziam referência a um momento específico da movimentação negra nacionalmente. De acordo com Domingues (2007) *A primeira fase*, centrada entre os anos de 1889-1937, caracterizou-se pela ideologia nacionalista, alinhados às forças de direita, enquanto posição política; auto-identificando-se enquanto homens de cor, pretos, patricios e/ou Etiópicos. Pregava-se o afastamento da cultura de origem em relação com a cultura negra, em direção à mestiçagem, e tendo como data de comemoração o Treze de Maio¹⁰¹.

¹⁰¹ Já a *segunda fase* manteria a ideologia nacionalista, encarando o problema enfrentado pelos negros como parte de um problema nacional; auto-identificando-se enquanto homens de cor, negros ou pretos;

Nesse sentido a transcrição anterior evidencia o alinhamento com as forças de direita, em função de seu apoio a medidas repressivas ao preconceito no meio mais caro aos identificados com o elevamento moral dos negros, ou seja, a educação, através do apoio do deputado federal ao então presidente do Rio Grande do Sul e incentivo a que todos o apoiassem. Destacamos ainda o invólucro que por anos, cobriu a data do 13 de Maio, enquanto demonstração da derrocada do sistema monárquico. Porém, a passagem transcrita, criticava as medidas pró-mestiçagem e branqueamento, ao referir-se aos negros que se utilizavam do pó de arroz como negação de sua cor, isso era, segundo o escritor da missiva, uma demonstração da falta de instrução de seus co-irmãos. Esta negação coloca-se, a nosso ver, enquanto característica principal da manifestação de uma identidade negra, que valorizava a cor dos negros e buscava uma positivação deslocando a crítica para o efetivamente considerado importante, ou seja, a busca pela instrução¹⁰².

Estas características foram encontradas e acionadas em momentos específicos, conforme pontua(re)mos ao longo do trabalho. Porém, foi possível destacar a abrangência que o próprio termo “Monteiro Lopes” passou a ter, visto serem comuns expressões como a raça de Monteiro Lopes, em referência aos negros. Acionavam-se assim características que assinalavam, uma positivação da identidade¹⁰³. Não evocavam o período anterior, ou seja, a escravidão, provavelmente devido à carga pejorativa e de

em relação com a cultura negra existiria uma ambigüidade latente, pregando por vezes o afastamento da cultura de origem, em direção à mestiçagem, mas, também reverenciando alguns termos como samba/capoeira/religião afro e teriam como data de comemoração o Treze de Maio. A terceira fase (1976-2000) seria internacionalista, o problema do negro seria diaspórico, busca-se então estabelecer uma conexão entre o problema do negro nos EUA e na África (afrocentrismo); auto-identificando-se enquanto negro e/ou afro-brasileiro. Posicionavam-se contra a mestiçagem e em defesa da cultura negra, surgindo nesse contexto o 20 de novembro como data de comemoração no qual Zumbi aparece como herói nacional, tendo-se ainda a explosão da imprensa negra. Informações obtidas no mini-curso ministrado por Petrônio Domingues e José Antonio dos Santos, intitulado “O negro no pós-Abolição: organização e luta”, entre os dias 15 e 20 de julho de 2007 no XXIV Simpósio Nacional de História. Uma análise do mesmo assunto pode ser obtida em DOMINGUES (2007).

¹⁰² Nesse sentido destacamos ainda, que a carta foi transcrita em 1932, ano em que começa a se articular a campanha pró-educação, desenvolvida pela *Frente Negra Pelotense*, da qual o jornal *A Alvorada* foi o porta-voz. Abordaremos essa campanha no próximo capítulo.

¹⁰³ Esta expressão, enquanto acionadora da identidade negra positiva, pode ser encontrada mesmo após a manutenção do Centro, como por exemplo, em uma carta enviada por um também deputado, o classista Carlos Santos, em 1932 ao jornal *A Alvorada* na qual consta a seguinte passagem “Bailes – são os faróis majestosos conduzindo a mocidade da estrada recurvada do progresso moral e material da raça de Monteiro Lopes, e a mocidade dança esquecida de que é, muitas vezes, na coragem louca dos tangos e das valsas, é no Jazz – mania com os pés os louros dourados que, si não estivessem espalhados pelo chão formariam a grinalda belíssima que deveria cingir a fronte brônzea do negro glorificando-o pela sua altivez, elevando-o pela grandeza de seu valor moral” (*A Alvorada*, 5/05/1932, p. 2). Encontramos ainda a presença da expressão *Monteiro Lopes* em um time de futebol, o qual provavelmente possuía jogadores negros, visto o encontrarmos em atividades junto à Liga de Futebol Independente José do Patrocínio, intitulado *Sport Club Monteiro Lopes*, o qual, segundo LONER (2008, p. 260), teria funcionado entre os anos de 1913 e 1927.

preconceito ainda vivenciada em grande medida, mas buscavam, através de exemplos que traziam consigo não apenas o estigma da cor, mas principalmente a demonstração de que aos negros era possível ascender às posições reconhecidas positivamente frente à sociedade em geral. Assim, buscavam incutir valores considerados por eles positivos a comunidade de seus *irmãos de cor*, isto ficou evidente ao atentarmos para o fato de que a carta de Monteiro Lopes foi transcrita novamente na edição de seis de março do ano de 1932, ou seja, passadas mais de duas décadas do acontecido, esperava-se que o ocorrido incutisse valores positivos na comunidade negra pelotense¹⁰⁴.

2.2.3 Associações recreativas

A associação negra, destacada no que tange ao *Centro Monteiro Lopes* foi a *Sociedade Recreativa Flores do Paraíso*, também identificada por *Associação Flores do Paraíso*, esta era originalmente dedicada a bailes e surgiu em 1898. Apresentando o mesmo caráter, existiu ainda a *Sociedade Recreativa Obreiros do Progresso*, a qual surgiu em 1890 englobando negros e brancos, apresentou curta duração (LONER, 2001, p. 459). Conforme destacamos em relação à *Sociedade Beneficente Feliz Esperança*, a qual abrigou uma série de outras associações, e a própria associação *Flores do Paraíso*, ao abrigar o *Centro Monteiro Lopes*, deixaram transparecer as entidades embora se colocassem alguns objetivos específicos, estes não eram fechados. De acordo com as necessidades do grupo se interligavam a outras associações, fortalecendo uma rede de movimentação, englobando assim novas atribuições, visto acreditarmos que existia uma identificação entre os objetivos da associação aglutinadora, no caso da *Feliz Esperança* e da *Flores do Paraíso*, e as associações que as mesmas abrigaram.

Ainda relacionadas às atividades de lazer, existiram outras associações recreativas, como a *Grêmio Recreio Operário*, criada no ano da Abolição e em manutenção até meados da década de 1910, este se concentrou, entre outras atividades, no teatro; *Quadro da Aliança*, fundada em 1901 e mantida até fins da década de 1910 e *Grêmio Recreativo da Necessidade*, o qual iniciou sua organização em 1908 e manteve suas atividades de cunho carnavalesco por cerca de três anos. No período cronológico de manutenção dessas associações foram fundadas ainda as bandas musicais, segmento

¹⁰⁴ Em 1924, ocorreu uma nova congregação em torno da incerteza de dar posse em eleição para deputado no Amazonas, o referido político chamava-se Alcides Bahia, fundando-se então o *Centro Alcides Bahia* (LONER, 2008, p. 255). As fontes utilizadas por esta pesquisa não nos possibilitaram maiores informações sobre o Centro.

no qual, segundo Loner (2008) o caráter discriminatório encontrava-se menos presente, o que se refletiu na composição mista das bandas pelotenses, entre estas a primeira foi fundada ainda do século XIX, mais precisamente 1896 com a criação da *União Democrata*; seguida pela *Lyra Artística*, a qual esteve em atividade entre os anos de 1907 e 1917 e a *Lyra Pelotense*, criada em 1908 e em manutenção até 1911 (LONER, 2008)¹⁰⁵. As discussões para a criação da *Banda União Democrata* datam de 1890 nas quais estavam envolvidos os trabalhadores e músicos Adolfo Jacinto Dias, João Batista Lorena e João Vicente Silva Santos. Estes a percebiam enquanto uma associação com fins de instrução musical, recreativa e beneficente, não adquirindo para fins de participação discriminação de nacionalidade, cor ou religião (BARBOSA, 2006)¹⁰⁶. Em relação à aceitação de membros negros e atividades desenvolvidas na referida banda, a seguinte passagem foi elucidativa:

Acredita-se que essa banda tenha sido a primeira a aceitar músicos negros entre os seus membros, vindo a concretizar-se como espaço de congregação de descendentes de escravos e ex-escravos, além de outras etnias que constituíam a população pelotense de então, tornando-se um espaço de resistência contra a discriminação racial. Nos seus primórdios proporcionou aos seus integrantes um curso elementar prático e teórico de música, que posteriormente foi estendido gratuitamente à população (SILVA, 2010, p. 27).

A década de 1910 viu o florescer de uma série de associações recreativas abrangendo bailes, atividades de carnaval e esportivas como, por exemplo, *Associação Recreativa 7 de Setembro*, criada na década de 1910 e mantida por cerca de uma década; *Associação Recreativa 24 de Junho*, de 1911 e em funcionamento até início da década de 1930.

2.2.4 Associações esportivas, jornais e dramáticas

No esporte, em função da prática vigorante no meio futebolístico do não aceite de jogadores negros em times profissionais, diferentes clubes de futebol amador reuniram-se e constituíram uma *Liga de futebol independente*, a qual recebeu o título do patriarca da Abolição, *José do Patrocínio*. Esta foi criada em 1919 e manteve suas atividades até a década de 1930, entre os seus fundadores encontravam-se Joaquim

¹⁰⁵As referências as bandas *Lyra Artística* e *Lyra Pelotense* foram gentilmente repassadas pela historiadora Beatriz Ana Loner, a qual dedicou parte de sua tese de doutorado à pesquisa de associações negras em Pelotas.

¹⁰⁶Esta banda encontra-se em funcionamento na atualidade, sendo que no ano de 2000 foi tombada pelo Patrimônio Cultural da cidade e do Estado, de acordo com a lei 5.085, artigo 221, de 4 de agosto de 2000.

Rollo Sobrinho e Dario Nunes¹⁰⁷. Estes tiveram atuação marcante junto a dois clubes negros locais nas décadas de 1930 e princípios de 1940, *Chove Não Molha* e *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*. Joaquim foi orador do *Chove Não Molha* entre os anos de 1930-1931, e desempenhou a mesma função em conjunto com Dario Nunes no *Fica Ahí* entre 1938-1940. Dario Nunes esteve na diretoria do *Fica Ahí* entre 1938 e 1943 e desenvolveu importante papel junto à comunidade negra pelotense ao se tornar articulista do jornal *A Alvorada*.

A iniciativa de formar uma liga que congregasse os times de negros ou mistos seguiu um modelo que já havia sido adotado em outras cidades gaúchas, como por exemplo, Porto Alegre, com a *Liga Nacional de Football Porto-Alegrense*, popularmente conhecida como *Liga da Canela Preta*¹⁰⁸, e Rio Grande, com a *Liga Rio Branco* (LONER, 2001). A Liga pelotense mantinha campeonatos, dos quais participavam times de fábricas e vinculados aos clubes negros da cidade, como por exemplo, o *Esporte Clube América do Sul*, vinculado ao clube *Chove Não Molha* e o *Grêmio Esportivo Luzitano*, o qual pode ter sido incorporado ao clube de mesmo nome, embora tenha se mantido em atividade por mais tempo, entre os anos de 1921 e 1934. Além de atividades esportivas, acreditamos que a Liga estivesse imbuída ainda de um caráter de valorização dos negros não apenas no âmbito esportivo, visto que promoveu um concurso intitulado *Miss Liga José do Patrocínio*, numa evidente valorização da beleza da mulher negra¹⁰⁹. A Liga apresentava um regimento interno formado por estatuto reconhecido pelos que da mesma participavam. Infelizmente, não nos foi possível encontrá-los, mas ao atentarmos para o fato de que anunciava seus *confrontos* pelas páginas do jornal *A Alvorada*, um anúncio da mesma corroborou essa hipótese, conforme destacamos na próxima imagem.

¹⁰⁷ *A Alvorada*, 15/09/1953, p. 6.

¹⁰⁸ Para saber mais sobre a Liga da Canela Preta, ver SANTOS (2005), especialmente o capítulo intitulado “A Canela Preta (p. 99-107).

¹⁰⁹ *A Alvorada*, 13/02/1931, p.4.

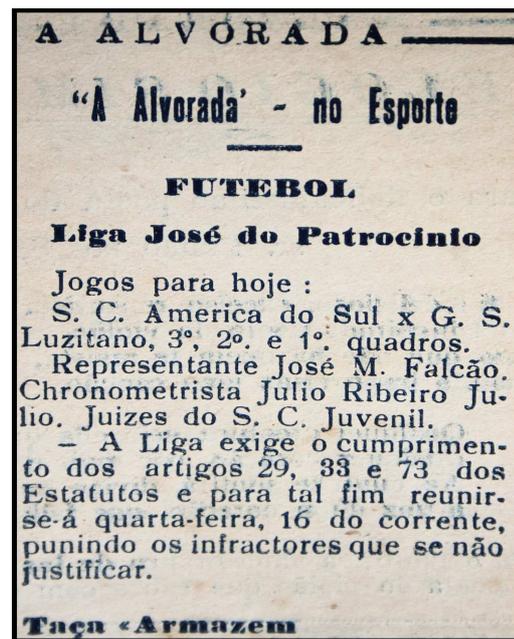


Imagem 2: Anúncio da Liga de Futebol Independente José do Patrocínio - *A Alvorada*, 13/11/1932, p. 3.

O pós-Abolição teve ainda a participação dos negros na manutenção de jornais que expunham os problemas concernentes a parcela deste grupo na cidade, destacando-se os jornais comemorativos, em número único, *A Cruzada*, de 13 de maio de 1905, este em explícita alusão à data magna dos negros no período e vinculado ao Clube que recebia o nome do mártir da Abolição, José do Patrocínio, clube o qual apresentou provavelmente caráter de representação política, o jornal então homenageou a instalação do mesmo na cidade; e *A Vanguarda*, de 1908. A cidade pode contar ainda com o hebdomadário negro *A Alvorada*, datado de 1907 e em manutenção até o ano de 1965 com pequenas interrupções¹¹⁰.

A virada do século XIX para o XX contou ainda com associações vinculadas ao caráter dramático, como a *S. D. P. Satélites do Progresso*, a qual manteve atividades entre os anos de 1891 e 1910. Em 1933 foi criada a *Companhia Negra de Operetas e Variedades Pelotense*, a qual apresentava espetáculos nos clubes negros *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, *Depois da Chuva* e *Chove Não Molha*¹¹¹, e em teatros pelotenses, como o *Sete de Abril* e o *Avenida*, tendo como foco de suas *operetas* assuntos correlatos aos negros, conforme se pode depreender da passagem:

¹¹⁰ Este jornal será especificamente abordado no próximo capítulo.

¹¹¹ *A Alvorada*, 11/02/1933, p.4.

COMPANHIA NEGRA DE OPERETAS E VARIEDADES PELOTENSE.
Estreou com grande sucesso no Teatro 7 de Abril, domingo ultimo, linda opereta “Preto de Alma Branca?!” que teve um desempenho irrepreensível o que constitui uma prova do valor de seu elenco artístico.
Sexta-feira foi a mesma peça encenada no Teatro Avenida, obtendo os mais glorificadores aplausos (*A Alvorada*, 04/02/1934, p. 5).

2.2.5 Cordões carnavalescos

O período concentrado entre fins da década de 1910 e início da década de 1930, no entanto, concerne ao surgimento das associações negras com maior durabilidade na cidade, ou seja, as vinculadas ao carnaval. Criadas em função das comemorações de momo, algumas destas mantiveram atividades durante o ano inteiro, o que logo lhes conferiu status de clubes passando a serem assim definidas pela imprensa local antes mesmo de oficialmente adotarem a denominação “clube”¹¹². Nesse sentido, foi importante o destaque conferido por Loner (2008) a essas associações:

Por volta de 1920 e nos anos seguintes, surgirão em Pelotas os clubes carnavalescos negros mais expressivos, o Depois da Chuva (19/2/1917) seguido pelo Chove Não Molha (26/2/1919), o Fica Aí Para Ir Dizendo, (27/1/1921), o Quem Ri de Nós Tem Paixão, também de 1921 e o Está Tudo Certo, que surge apenas em 1931. Esses clubes representavam setores diferenciados dentro do grupo, mas não é nada fácil captar suas nuances de representação. De forma geral, sabe-se que o Fica Aí para ir Dizendo era um clube do que se poderia chamar a elite negra pelotense, não tanto pela profissão de seus integrantes, mas porque era necessário ter um melhor nível financeiro para poder atender a todas as exigências, especialmente de vestuário e participação social. O Chove Não Molha e o Depois da Chuva eram clubes mais populares e com menor rigor associativo (LONER, 2008, p. 254)

...

A fim de sintetizarmos as inúmeras associações surgidas no pós-Abolição na cidade de Pelotas, utilizamo-nos do auxílio da tabela a seguir:

Tabela 3: Associações negras surgidas no pós-Abolição em Pelotas (1908-1933)

¹¹² A discussão envolvendo os termos “cordões”, “blocos” e “clubes” será abordada no item desse capítulo intitulado “Só para comemorar os festejos de momo? Cordões, blocos e/ou clubes negros”.

NOME DA ASSOCIAÇÃO	CARATER	PERIODO ENCONTRADA	ESPECIFICIDADE E/OU QUESTÃO RACIAL
Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul	Beneficente	1908-1918	Pugnar pela “união africana” em conjunto com valorização de preceitos republicanos e do trabalho.
Asilo de órfãs São Benedito	Caridade	1901- em funcionamento;	Fundada por uma mulher negra; abrigar meninas carentes dentre estas principalmente meninas negras e tendo em suas primeiras diretorias a presença de lideranças negras.
Montépio da União Africana	Beneficente	1890-1893	
Progresso da Raça Africana	Beneficente	1891-1893	
Clube José do Patrocínio	Político	1905-1911	Em sua fundação (13 de Maio de 1905) editou um jornal em numero único intitulado A Cruzada festejando a comemoração da data de libertação dos escravos e também da instituição do Clube.
Centro Ethiópico Monteiro Lopes	Política	1909	Unificar forças para apoiar a posse do deputado federal negro Dr. Monteiro Lopes, encontrando adeptos nas cidades de Rio Grande, Bagé e Santa Maria.
Sociedade Recreativa Flores do Paraíso	Recreativa	1898- 1909;	Sediou o Centro Ethiópico Monteiro Lopes
Sociedade Recreativa Obreiros do Progresso	Recreativa	1890	
Grêmio Recreio Operário	Recreativa	1888- 1914	Desenvolvia atividades teatrais
Quadro da Aliança	Recreativa	1901-1919	

NOME DA ASSOCIAÇÃO	CARATER	PERIODO ENCONTRADA	ESPECIFICIDADE E/OU QUESTÃO RACIAL
União Democrata	Banda de música	1896-em funcionamento	Foi provavelmente a primeira banda a aceitar músicos negros, já em sua fundação, o que a configurou enquanto espaço de resistência contra a discriminação racial .
Lyra Artística	Banda de Musica	1907-1917	
Lyra Pelotense	Banda de Musica	1908-1911	
7 de Setembro	Recreativa	1908-1917	
24 de Junho	Recreativa	1911- 1933	Foi possível identificar relações com os cinco clubes negros da cidade.
Liga de Futebol Independente José do Patrocínio	Esportiva	1919-1932	Reunia times de futebol em que atuavam atletas negros.
Satélites do Progresso	Recreativa	1891-1910	Desenvolia atividades teatrais.
Companhia Negra de Operetas e Variedades Pelotenses	Teatral	1933-1934	Apresentava peças em teatros locais abordando em seus espetáculos assuntos concernentes a temática negra.
Clube <i>Depois da Chuva</i>	Recreativo	1917- 1957	Surgiu sob a forma de cordão carnavalesco
Clube <i>Chove Não Molha</i>	Recreativo	1919-em funcionamento	Surgiu sob a forma de cordão carnavalesco

NOME DA ASSOCIAÇÃO	CARATER	PERIODO ENCONTRADA	ESPECIFICIDA DE E/OU QUESTÃO RACIAL
Clube <i>Fica Ahí P'ra Ir Dizendo</i>	Recreativo	1921-em funcionamento	Surgiu sob a forma de cordão carnavalesco
Clube <i>Está Tudo Certo</i>	Recreativo	1931-1942	Surgiu sob a forma de cordão carnavalesco
Clube <i>Quem Ri de Nós Tem Paixão</i>	Recreativo	1921-1940	Surgiu sob a forma de cordão carnavalesco

Fonte: Dados compilados para a pesquisa e citados ao longo do trabalho.

Procuramos evidenciar ao longo do capítulo a iniciativa negra em criar associações para os *seus*, no entanto é necessário evidenciar que das 24 associações descritas, doze¹¹³ foram criadas em função do preconceito racial vivenciado na cidade, como pontuamos na especificidade e/ou questão racial das mesmas, destas doze, nove¹¹⁴ foram criadas por e para negros, embora possam ter permitido não negros em sua configuração. Em relação aos clubes sociais podemos afirmar, com base na documentação produzida pelos seus membros diretivos, ou vinculadas nas páginas dos jornais locais, que esta não era uma norma vigente. Nestes clubes os não negros que solicitavam associação ou convite para suas festividades passavam por uma análise evidenciada em termos raciais. Voltavam-se principalmente à sociabilidade negra. As demais associações referidas anteriormente apresentavam principalmente caráter vinculado ao movimento operário na região, eram mistas. Porém, foram aqui englobadas enquanto raciais, visto alguns negros que apresentavam trânsito com as associações reconhecidamente negras ocuparem cargos de destaque nas mesmas, assim como as próprias associações desenvolviam atividades em conjunto com associações

¹¹³ *Sociedade de Socorros Mútuos Princesa do Sul; Asilo de órfãs São Benedito; Montépío da União Africana; Progresso da Raça Africana, Centro Etiópico Monteiro Lopes, Liga de Futebol Independente José do Patrocínio, Companhia Negra de Operetas e Variedades Pelotense, Clube Depois da Chuva, Clube Chove Não Molha, Clube Fica Ahí P'ra Ir Dizendo, Clube Está Tudo Certo; Clube Quem Ri de Nós Tem Paixão.*

¹¹⁴ Não temos subsídios para afirmar esta especificidade em relação às associações *Montépío da União Africana* e *Progresso da Raça Africana*

evidentemente negras e encontrarmos notícias dessas associações no jornal voltado à comunidade negra da cidade e região, *A Alvorada*.

Fundamentando-nos na descrição das associações negras em Pelotas, destacamos então a importância de atentarmos para os operadores acionados pelo grupo negro local que evidenciam a questão identitária negra. Estes operadores nos auxiliam a compreender o que vem a ser a comunidade no caso em questão, que unificaria *um* todo assim como as divergências dentro dessa comunidade que demarcariam o *nós* e o *eles* dentro do grupo, relacionado à constituição de uma identidade negra positiva, em torno de um projeto comum e os percebe enquanto membros de um movimento maior, ou seja, o movimento social negro organizado. Destacamos então três pontos principais – percepção de uma discriminação racial – em que a noção de raça ficou evidente enquanto fruto da escravidão, mas que evocava uma característica da discriminação própria do racismo à brasileira, o preconceito de marca em contraposição ao preconceito racial presente nos Estados Unidos, o qual era um preconceito de origem (NOGUEIRA, 1998)¹¹⁵. Nesse sentido, se faz pertinente destacar a constatação de Domingues (2007, p. 102) ao afirmar que “para o movimento negro, a “raça” é o fator determinante de organização dos negros em torno de um projeto comum de ação”; – condição socioeconômica – em evidente desvantagem em relação aos setores dominantes da sociedade e – valores – em que os espaços sociais constituídos pelas associações negras ao longo do tempo foram tidos enquanto diferenciadores, os quais aglomeravam a parcela que identificava estes enquanto importantes.

Embasados em algumas fontes primárias encontradas no jornal *A Alvorada*, mas, principalmente a partir da valorização das fontes produzidas por pesquisas específicas sobre o assunto, buscamos demonstrar ao longo da primeira parte deste capítulo uma continuidade no pós-Abolição da organização negra na cidade através da busca por associação com os seus. Estas associações, que começaram a se desenvolver ainda durante a escravidão passaram por uma série de modificações em relação aos seus objetivos e serviram de base para o surgimento de outras. As modificações nos objetivos, a nosso ver, estavam relacionadas aos diálogos possíveis na época em questão. Estas modificações, no entanto, não deixaram de acionar a identidade negra desses homens e mulheres que buscavam a sua maneira, lidar com os preconceitos em

¹¹⁵ Como o referido autor pontuou esta era uma característica do preconceito racial no Brasil em relação aos negros. Destacamos ainda, com base nas fontes utilizadas para esta pesquisa, que isto se deu, mesmo que dentro do grupo discriminado durante o pós-Abolição fosse comum acionarem uma origem comum, através da qual eles identificavam-se enquanto etiópicos, membros de uma raça etiópica.

uma sociedade da qual pela lei passaram a fazer parte com a Abolição e, mais precisamente, com a Proclamação da República, mas que na prática ainda os conferia estratos inferiores.

2.3 Só para comemorar os festejos de momo? Cordões, blocos e/ou clubes negros

A *Sociedade Recreativa Depois da Chuva* foi fundada aos dezenove dias do mês de fevereiro no ano de 1917, por jovens negros com o intuito de aproveitar o carnaval daquele ano. Os jornais da época apresentavam diferentes “definições” para as formações em busca de realizar os festejos de momo, entre elas principalmente grupos, cordões, ranchos e clubes. Barreto (2003) abordando o Carnaval pelotense entre 1890 e 1937, com base principalmente em notícias de jornais da época destacou o seguinte:

Logo após o desaparecimento dos préstitos, o Carnaval pelotense é tomado por inúmeros blocos, chamados indistintamente pela imprensa de cordões, embora também recebam a denominação usual de blocos ou ranchos. Boa parte dessas entidades teve vida curta (o tempo exato de um Carnaval ou, no máximo, de alguns carnavais, o período necessário para que seus componentes cansassem da folia, casassem ou deixassem a cidade) (BARRETO, 2003, p. 84).

A partir da constatação de Barreto (2003), foi possível evidenciar a importância que os denominados Cordões Carnavalescos Negros adquiriram na comunidade negra pelotense. Não obstante, dois cordões fundados no pós-Abolição se destacam ainda hoje, visto que continuam em funcionamento, embora sob a denominação *clube*, *Chove Não Molha* (26/02/1919) e *Fica Ahí P’ra Ir Dizendo* (21/02/1921)¹¹⁶. Cinco cordões negros destacaram-se na cidade em função do grande número de notícias encontradas, sendo estes, além dos três clubes já citados: *Está Tudo Certo* (1931) e *Quem Ri de Nós têm Paixão* (1921)¹¹⁷.

Os Cordões da cidade informavam suas atividades a seus co-irmãos e sócios, principalmente com o auxílio da imprensa. E nesse sentido, destaca-se a dita imprensa

¹¹⁶ Hoje denominados *Clube Cultural Chove Não Molha* e *Clube Cultural Fica Ahí P’ra Ir Dizendo*.

¹¹⁷ Dados coletados através da pesquisa “Clubes Carnavalescos Negros de Pelotas”. Projeto financiado pelo CNPq, desenvolvido junto ao Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, coordenado pela professora Beatriz Ana Loner, tendo ainda a equipe formada pela professora Lorena Almeida Gill e as alunas de graduação em História: Caroline Meggiato, Débora de Paula, Fernanda Silva, Juliana Marcello, Marcele dos Santos e Viviani Tavares. Desenvolveu-se a pesquisa entre 2003-2005 e a partir de então teve início a “Exposição Clubes Carnavalescos Negros”, a qual percorreu escolas e demais entidades interessadas.

negra, representada na cidade pelo jornal *A Alvorada*. Esses cordões apresentaram grande inter-relacionamento social, não somente entre eles próprios, mas também com associações classistas ou esportivas, com destaque para a *Liga de Futebol Independente José do Patrocínio*, fundada em 10 de junho de 1919, e políticas, como a *Frente Negra Pelotense*, fundada em 10 de maio de 1933. Porém, foi possível encontrar notícias dos eventos proporcionados pelas diferentes associações em outros jornais da cidade, como, por exemplo, *Diário Liberal*, *Diário Popular*, *Libertador* e *A Opinião Pública*.

A manutenção desses cordões durante todo o ano fez com que antes mesmo de adotarem a denominação oficial de *clube* os jornais assim o denominassem. Essa percepção é corroborada pelo conceito de *Clubes Sociais Negros*, elaborado em 2008 pela Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros dos Estados do RS, SC, SP, RJ e MG:

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afrobrasileiro, originário da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio (SILVEIRA apud ESCOBAR, 2010, p. 61).

Dentre as associações recreativas encontradas, algumas apresentaram forte ligação com os clubes negros da cidade, o que nos permitiu inferir que aceitariam em seus quadros homens e mulheres negros, uma vez que seria improvável que os clubes mantivessem relações com grupos que discriminassem seus membros tomando como padrão a cor da pele e vice-versa. Assim, destacamos alguns grupos encontrados que corroboram esta perspectiva.

2.3.1 Relações associativas do clube *Depois da Chuva*

Em relação ao clube *Depois da Chuva*, encontramos vinculação com os grupos *19 de fevereiro*, *União Democrata* e *Vencedor*, os quais aparentemente eram grupos esportivos¹¹⁸, enquanto que o *Bloco das Levadinhas*¹¹⁹ e *Mocidade Pelotense*¹²⁰ eram grupos que promoviam festas nas dependências do referido clube. Nesse sentido, é importante destacar que o *Depois da Chuva* ocupou inicialmente as dependências da *Associação Beneficente Feliz Esperança*, sendo que esta deixou de existir no primeiro

¹¹⁸ *A Alvorada*, 14/10/1934, p. 5.

¹¹⁹ *A Alvorada*, 20/01/1935, p. 4.

¹²⁰ *A Alvorada*, 27/05/1934, p. 3.

ano de existência do referido clube. Porém, acredita-se que o mesmo se manteve junto ao prédio da extinta associação, localizado na Rua 16 de julho, sob a forma de aluguel, mudando-se para uma sede própria no ano de 1929, localizada na mesma rua (LONER; GILL, 2009). Infelizmente, não nos foi possível encontrar subsídios a fim de indicar se este clube comprou uma sede própria, se a construiu sob a forma de mutirão, fato comum na época, ou se até mesmo comprou a sede ocupada até então, visto localizar-se na mesma rua. Podemos apenas contar com notícias veiculadas nos jornais, como por exemplo, no jornal *Correio Mercantil*, em que há um chamado na edição do dia 4 de setembro de 1929 para a inauguração da sede própria a ser realizada no dia 7 de setembro daquele ano. Esta sede se localizava na atual Rua Cassiano do Nascimento, próxima a um local destinado ao depósito do lixo da cidade, o que provavelmente foi o responsável pela alcunha de cisqueiros (lixeiros) aos sócios desse clube, os quais provavelmente ocupavam as camadas econômicas mais baixas. Neste clube ainda, as festas apresentavam um caráter mais popular. Destacamos uma fotografia de festa realizada nos salões do *Depois da Chuva* em que se fez presente uma associada do clube *Chove Não Molha*, a senhora Enilda Chagas, o que corrobora a ideia de que os clubes negros buscavam prestigiar os clubes co-irmãos, formando assim um circuito de sociabilidade negra na cidade.



Imagem 3- Festa dos países no *Depois da Chuva* (Acervo pessoal de Enilda Chagas)

2.3.2 Relações associativas do clube *Chove Não Molha*

Relacionadas ao clube *Chove Não Molha* destacamos o *Cordão Aliança*, ao qual o clube dedicou uma festa artística no ano de 1937¹²¹; *Bloco das Borboletas*, tendo estes o nome em clara alusão ao símbolo do clube, leva a crer que tinha grande concentração de mulheres, visto que em ata do clube¹²², aprovou-se a solicitação do referido bloco, assinado por três sócias, com o objetivo de realizar uma homenagem a presidente do *Bloco Filhas do Chove*, festa a qual teria os lucros revertidos em totalidade para o clube. Porém, certamente não era somente de mulheres, visto que de acordo com notícia veiculada no jornal *O Libertador*, os cargos da direção eleita para gerir as atividades do ano de 1932 eram todos ocupados por homens¹²³. De acordo com as fontes pesquisadas é possível afirmar que este bloco existiu na primeira metade da década de 1930. Já o *Bloco Filhas do Chove* também era composto de mulheres sócias do clube as quais desempenhavam funções dentro do mesmo, com destaque para a organização de festas. Formado por membros do referido clube, encontramos ainda o *Bloco Camisas Azuis Chovianos*, em alusão a cor que simbolizava o clube, o mesmo fora criado no ano de 1939 e realizava suas festas através do aluguel da sede do clube, em benefício do mesmo¹²⁴.

Encontramos ainda referência à *Sociedade Recreativa Democráticos*, a qual o clube *Chove Não Molha* ofereceu uma festa em 1934¹²⁵, dois anos depois, encontramos esta sociedade alugando o salão do clube para realizar uma festa. Esta sociedade nasceu com uma maior organização, visto que no ano de sua aparição em 1934, já apresentava um bloco, intitulado *24 de Fevereiro*¹²⁶. Em referência a esta sociedade as autoras Loner; Gill (2009) destacaram que a mesma poderia ser a identificada por suas fontes enquanto discriminatória de negros com pele escura, aceitando para seus quadros apenas mulatos. Mantendo relações ainda com o clube *Chove Não Molha*, encontramos os

¹²¹ *A Opinião Pública*, 25/01/1937, p. 6.

¹²² LADCCNM, nº 2, de 11/06/1931.

¹²³ Nesta diretoria constam os seguintes cargos e respectivos eleitos: presidente - Augusto Schmidt, secretário - Arquimimo Tavares Ferreira e Oswaldo Dias Ribeiro, tesoureiro M. Quadrado Netto, organizador - João Carlos Ourives; orador - Manoel Dias, diretor - José Monteiro, Mario Azevedo, Theodoro Bohns, Carlos Cantaluppi, João Ness e Nelson Brisolará (*O Libertador*, 06/04/1932, p.4).

¹²⁴ LADCCNM, nº. 116, 10/09/1940 um associado do clube e membro do referido bloco solicita que os rendimentos da próxima festa sejam destinados ao bloco, porém, a diretoria não aprova e evoca o fato de o mesmo ter sido criado com o fim de beneficiar o clube. Fica evidente que o bloco embora alugasse a sede, nem sempre conseguia arcar com o aluguel, visto que a partir de 1940 é constante a reclamação de atraso do pagamento ou de solicitação de diminuição do valor ou até mesmo isenção.

¹²⁵ *A Alvorada*, 18/03/1934, p.3.

¹²⁶ *A Alvorada*, 25/03/1934, p. 2.

cordões carnavalescos *Fantoches* (1938) e *Fantasia* (1939). Encontramos ainda um bloco que existia em 1936 e se manteve em 1941, o *Bloco das Sevilhanas*. Este era formado por mulheres sócias do clube, as quais eram responsáveis pela organização de festas e homenagens, como por exemplo, a recepção ao *Clube Recreio Operário*, vindo da cidade de Rio Grande, no mês de maio de 1937¹²⁷. Porém, acabaram tornando-se independentes, embora continuassem a realizar festas nas dependências do clube, então em benefício próprio arcando com despesas de aluguel ou, em alguns casos, apenas com a luz¹²⁸.

Como as passagens presentes nas atas deixaram transparecer e nos amparando nas notificações de diretorias presentes nos jornais da cidade, estas organizações possuíam estrutura interna composta por cargos fixos, os quais englobavam presidente, orador, tesoureiro e organizador, etc. Porém, se faz necessário destacar que os assuntos eram levados ao conhecimento das direções dos clubes, compostas por homens, os quais tinham o poder de decisão quando em casos de organizações formadas dentro dos clubes por seus sócios, ou nas deliberações relacionadas ao aceite ou não de alugarem suas sedes.

2.3.3 Relações associativas do clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*

Poucas associações carnavalescas foram encontradas mantendo relações junto ao clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo* entre estas estavam o *Grupo Carnavalesco 24 de Junho*, o qual teria existido entre 1911 e 1933¹²⁹; o *Bloco dos Confeiteiros*, o qual foi encontrado entre 1939-1942 em uma série de atividades, como por exemplo, a participação de representantes de ambos em posses de diretorias, convites para coroações de rainhas e empréstimos de objetos do clube para o bloco¹³⁰; e a *Sociedade Recreativa Futurista*, esta, de acordo com Loner (2008) existiu entre os anos de 1937-1948. Foram comunicadas ainda as novas diretoria ou convites para reuniões, realizados pelo *Grupo Carnavalesco Prazer e Alegria*, em 1939 e o *Bloco dos Bichos* em 1942. Embora não possuindo ainda sede própria, o *Fica Ahí* não adotava o costume de alugar seus salões a grupos externos, visto que as atas não apresentaram passagens dessa natureza, sendo a mesma característica verificada no tocante aos jornais locais.

¹²⁷ LADCNM, ata n° 78, 27/4/1937.

¹²⁸ LADCNM, ata n° 99, 13/10/1939.

¹²⁹ Em 11/06/1933 encontrou-se a última notícia em relação a esse grupo recreativo no jornal *A Alvorada*.

¹³⁰ LADCFA números 121, 10/05/1939; 185, 4/12/1940 e 255, 16/12/1942.

2.3.4 Relações associativas dos clubes *Está Tudo Certo* e *Quem Ri de Nós Tem Paixão*

O clube *Está Tudo Certo*, embora tenha mantido suas atividades por um espaço mais curto de tempo, assim como o *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, também teve blocos fundados por seus sócios. Em relação ao primeiro encontramos o bloco intitulado *As Filhas do Certo* formado por jovens moças, ativo em 1933 e participou do coro do referido clube¹³¹, assim como os blocos das *Malandras*, em funcionamento no ano de 1934 e *As Melindrosas do Certo*, também em funcionamento em 1934¹³², esteve a cargo da organização de bailes no período de momo. Em relação ao segundo, destacou-se a vinculação com as atividades mantidas pela *Liga de Futebol Independente José do Patrocínio* e o *Grupo Carnavalesco 24 de Junho*, nos salões do qual, entre os anos de 1931-1938 realizou inúmeros bailes assim como, suas sessões de assembléia geral. Acreditamos que não possuía uma sede com estrutura satisfatória para abrigar seus sócios pelo menos até 1938, visto que a partir desse ano encontramos anúncios de bailes e festas realizadas na sede do clube, a qual se localizava na Rua Urbano Garcia. No ano de 1933 não encontramos notícias desse clube, mas no ano seguinte ele ressurgiu e começou a manter relações com o clube *Depois da Chuva*, no qual realizou algumas festas¹³³. Manteve contato ainda com os clubes *Chove Não Molha* e *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*.

A seguir utilizamo-nos de uma tabela para evidenciar as associações surgidas entre as décadas de 1910 e 1930 que apresentaram vinculação com os clubes sociais negros:

¹³¹ *A Alvorada*, 26/02/1933, p.5.

¹³² *A Alvorada*, 11/02/1934, p.5.

¹³³ *A Alvorada*, 27/05/1934, p.3.

Tabela 4: Associações pelotenses que mantiveram relações com os Clubes Sociais entre 1920 e 1930

CLUBE	ASSOCIAÇÕES E CARATER*
<i>Depois da Chuva</i>	- Dezenove de fevereiro; União Democrata e Vencedores (esportivas); - Bloco das Levadinhas; Mocidade Pelotense (recreativas).
<i>Chove Não Molha</i>	- Cordão Aliança; Bloco das Borboletas; Filhas do Chove; Camisas Azuis Chovianos; Sociedade Recreativa Democráticos; Fantoches; Fantasia e Bloco das Sevilhanas (carnavalescas).
<i>Fica Ahí P'ra Ir Dizendo</i>	- Grupo Carnavalesco 24 de junho; Bloco dos Confeiteiros; Sociedade Recreativa Futurista; Grupo Carnavalesco Prazer e Alegria (carnavalescas).
<i>Está Tudo Certo</i>	- As Filhas do Certo; As Malandras; As Melindrosas do Certo (carnavalescas).
<i>Quem Ri de Nós Tem Paixão</i>	- Liga de Futebol Independente José do Patrocínio (esportiva); - Grupo Carnavalesco 24 de Junho (carnavalesca).

Fontes: Dados compilados para pesquisa e devidamente citados ao longo do capítulo.

* Optamos por não acrescentar o nome dos próprios clubes negros. Visto que como pontuamos, estes eram clubes irmãos e assim eram convidados a participar das festas e se faziam representar nessas.

...

Conforme destacamos até então, a cidade de Pelotas verificou o surgimento de uma série de associações nas quais se encontravam negros, com destaque para as de cunho recreativo. Sendo, algumas destas, exclusivas a eles ou onde era possível encontrá-los em maioria, em virtude da discriminação que os impedia de participar de outras associações. As mesmas desenvolviam atividades não apenas no período do carnaval, o que nos leva a crer que estavam imbuídas de um caráter maior de sociabilidade para os seus. Vale ressaltar que o período em questão caracterizou-se pela manutenção de barreiras erigidas tendo como critério de seleção a cor da pele das pessoas, lembrando que no Brasil, o negro foi o elemento escravizado por excelência.

Assim, no pós-Abolição, estas lembranças estavam muito presentes na vida das pessoas, e conseqüentemente se refletiam nos costumes que se erigiram no período anterior, assim a manutenção do preconceito impedia que os indivíduos pudessem transitar livremente por diferentes grupos e assim exteriorizar uma identidade acionada¹³⁴. Foi então que se percebeu o que Stuart Hall (2003) denominou de

¹³⁴ Esta é uma característica do que Hall denominou identidade pós-moderna, a qual viria após a identidade sociológica. Sobre o assunto ver HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP & A. 2003.

identidade do sujeito sociológico, a qual segundo análise do referido autor, fez com que o indivíduo se caracterizasse pela interação, ou impossibilidade de interação, com o outro. Consequentemente a identidade se estabelece numa relação de auto-identificação e identificação externa a partir da qual se forma a identidade do indivíduo. Dessa forma, é evidente que tratar de identidade pessoal, social e/ou étnica evoca necessariamente uma relação *eu* versus *eles*, o mesmo valendo ao tratarmos da identidade de um grupo, na qual se estabelece a oposição *nós* / *eles*.

Encaminhamo-nos então, para a finalização deste capítulo descrevendo e buscando analisar o papel e os ritmos das associações em que foi possível encontrar mais enfaticamente a presença de um espaço de sociabilidade voltada ao grupo negro pelotense, que permitisse a união desses com os seus. Espaços estes que buscaremos esmiuçar e interpretar tendo como condutor a voz dos sujeitos desta história – os negros envolvidos nas direções dessas associações e articulistas do hebdomadário negro imbuídos da tarefa de levar informação aos seus irmãos de cor – buscando sempre que possível um paralelo com outros jornais locais a fim de melhor compreender as ações dos referidos clubes, assim como o alcance de suas atividades perante a sociedade em geral, na qual, encontravam-se os *outros*, dos quais muitos dos envolvidos nos clubes negros queriam diferenciar-se.

2.4 Clubes negros: organização, atividades e interlocuções

A organização dos clubes surgidos entre 1916 e 1931 – *Depois da Chuva, Chove Não Molha, Fica Ahi P'ra Ir Dizendo, Quem Ri de Nós Tem Paixão e Está Tudo Certo* – era semelhante. Foi possível traçar um padrão organizativo, o qual apresentava certa peculiaridade de acordo com cada um dos clubes. Nesse sentido destacamos as atividades que envolviam o lazer, como por exemplo, bailes, festivais e pequenas reuniões dançantes, seguidos pelos torneios esportivos. Estas atividades passavam por um planejamento prévio e consequente aprovação da direção dos referidos clubes.

Desenvolviam ainda funções assistenciais para com seus sócios, quando estes se encontravam enfermos ou passando por graves dificuldades financeiras. Esta preocupação já estava presente nas associações criadas antes da Abolição, como por exemplo, as Irmandades religiosas negras e se manteve nas associações negras criadas no pós-Abolição. Característica essa que vem se colocando como própria às associações negras independente do período cronológico que funcionou ou do caráter da associação.

Destacamos ainda que ambos possuíam uma diretoria, composta por cargos que aumentavam à medida que os clubes passaram a desenvolver novas atividades, porém, em seu início apresentavam, em seus quadros, com poucas diferenças, os cargos de presidente, tesoureiro, secretário, orador e porta-estandarte. Esta diretoria versava sobre as diretrizes dos clubes, visto que não era um hábito de início constituir um estatuto já registrado em cartório, o que indica o caráter recreativo e provisório em que eram criados. Porém, em 1932, com exceção do *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, os clubes negros adotaram uma espécie de regimento interno comum, intitulado *Regulamento Interno das Sociedades Recreativas*, o qual versava sobre o comportamento interno dos associados e deveres do mesmo para com o clube. Comportamento este que, em caso de má conduta, deveria ser informado aos demais clubes. O clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, por exemplo, no ano de 1938 ainda não possuía estatuto, nem mesmo de caráter interno, sendo sugerido pelo presidente Rubens Lima em ata de 23 de março de 1938, a construção de um, o que ficou a cargo dos membros do conselho diretivo: Dario Nunes, Joaquim Dias, Joaquim Rollo, Francisco Abreu, Lupicínio Ribeiro e Carlos Torres (relator).

As atividades dos clubes desenvolviam-se nas sedes, sendo que no tocante aos clubes *Depois da Chuva*, *Chove Não Molha*, *Fica Ahi P'ra Ir Dizendo*, estas eram alugadas e localizavam-se nos limites do centro da cidade, já o *Quem Ri de Nós Tem Paixão* possuía sede localizada num bairro afastado do centro, o que talvez justifique a maior interlocução que acabou travando com o *24 de Junho*, o qual deveria localizar-se no centro da cidade. Já a sede do *Está Tudo Certo*, idealizado pelo dono do jornal *A Alvorada*, Juvenal Penny, se localizava no centro da cidade, na Rua General Argolo. Encontramos destaque para a inauguração de sua sede em ofício encaminhado ao clube *Chove Não Molha* no ano de 1931¹³⁵, é possível que possuísse sede própria desde sua fundação.

Procuramos então, destacar as atividades desenvolvidas pelos clubes, assim como assinalar sempre que possível suas modificações no que tange a organização interna e participação em eventos que nos auxiliem a compreender os objetivos e ideais em torno dos quais os mesmos estavam envolvidos. Para tal nos apoiamos em notícias veiculadas nos jornais locais e nas atas de diretoria e assembléia dos clubes *Chove Não Molha* e *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*.

¹³⁵ LADCCNM, n.º. 2, 11/06/1931.

2.4.1 Clube *Depois da Chuva*

Dentre as primeiras atividades desenvolvidas pelo clube *Depois da Chuva* estavam as passeatas realizadas no dia de seu aniversário. Nestas os sócios percorriam as ruas da cidade, saindo de sua sede, localizada a Rua 16 de julho e percorriam um itinerário que incorporava as ruas em que se localizavam os jornais locais, a fim de cumprimentá-los; seguidas pelos chás dançantes e saraus. Na primeira década de sua existência foi possível perceber um grande intercâmbio com uma associação operária da cidade, a *Liga Operária*, na qual realizou algumas atividades e recebeu homenagens¹³⁶. Esta associação, em conjunto com o *Grêmio Recreativo 24 de Junho*, apresentaram-se como os locais escolhidos pelos membros do referido clube para a realização das atividades estendidas a sócios e simpatizantes, até o ano de 1929, quando então inauguraram sede própria. A partir de então as atividades desenvolvidas pelo clube passaram a se desenvolverem em sua sede social, o que nos leva a crer que a antiga sede, alugada, não possuía estrutura para a realização das mesmas. Este fato pode estar vinculado a não permissão de desenvolver atividades deste tipo pelo proprietário ou pelo próprio poder público, visto ser este que delegava sobre a realização de atividades que se estendiam noite adentro.

Nos primeiros anos da década de 1930 o apoio de sócios e simpatizantes foi responsável por um incremento da organização. Além de ser possível perceber que manteve entre suas atividades as passeatas, com destaque para as realizadas no período do carnaval, neste sentido a passagem foi esclarecedora:

Sairá da sua sede às 18 horas fazendo o seguinte percurso: Dr. Cassiano, Paysandu, indo cumprimentar o jornal e depois seus “co-irmãos” e Sta Cecília na sede da banda U. Democrata, cumprimentando as redações dos jornais diários, Pça Coronel Pedro Osório de onde voltará para sede para sair depois em passeata noturna carregando lanternas. O cordão estará composto de 99 figuras – coro 55; orquestra 35; porta-estandartes 3; balizas 6; números de música 16. Solicitam o comparecimento de todos os componentes na sede às 16 horas (*A Alvorada*, 07/02/1932, p. 3).

A maior organização percebida no início da década de 1930 não atingiu apenas os sócios, mas também a própria diretoria, visto que em nominata do ano 1930 encontramos os seguintes cargos: presidente, vice-presidentes, secretários, oradores, tesoureiros, porta-estandartes, procuradores, diretores (gerais, orquestra, canto, ativo e

¹³⁶ *Libertador*, 19/02/1924, p.2; *A Opinião Pública*, 7/11/1924, p. 3.

artísticos) e arquivista¹³⁷. Dentre as principais decisões concernentes as diretorias estavam a coroação das rainhas e realização dos bailes, sendo possível identificar a importância conferida a algumas datas marcantes para o grupo, como por exemplo, o Baile do 13 de Maio. Encontramos ainda referência ao Baile do Gaúcho, em homenagem à Guerra dos Farrapos, Baile do Ano Novo, Baile do Tamanco, Baile de Aleluia e de aniversário do clube. Foram nas atividades de aniversário que encontramos a participação rotineira dos clubes co-irmãos. Porém, o que nos chamou a atenção no tocante as atividades deste clube foi a evocação de uma data caracterizada como de mobilização política acompanhando as atividades carnavalescas. Nesse sentido, o clube homenageou a vitória da Revolução, em novembro de 1930 e se propôs a arrecadar fundos para o resgate da dívida pública do país¹³⁸. E, em 1932, realizou uma passeata no carnaval de 1932, à noite, portando lanternas e um arco a frente do cordão, em que constava a frase “Salve a Constituinte”¹³⁹. Estas atividades nos levaram a crer que o clube constituía-se não apenas em local destinado ao lazer, mas envolvido também com os rumos da política brasileira, buscando envolver seus associados e manifestar a sociedade pelotense esse objetivo.

Loner; Gill (2009) já haviam alertado para este caráter mais politizado do *Depois da Chuva*, as mesmas destacam ainda que:

Havia um bom intercâmbio entre o movimento sindical e os clubes, pois representantes do *Depois da Chuva* participaram de cerimônias no Sindicato dos Marítimos, e a Frente Sindicalista Pelotense realizava assembléias em sua sede em 1934. Também o *Chove* algumas vezes emprestou sua sede para reuniões dos sindicatos dos alfaiates e dos *chauffeurs*. Obviamente, conforme a situação do país se tornava mais tensa, ocorrendo o fechamento político, essas atitudes desapareceram, substituídas por cerimônias de entronização do retrato do Getúlio, ou participação no esforço de guerra (LONER; GILL, 2009, p. 154).

As notícias veiculadas nos jornais locais nos permitem ainda ter acesso ao papel conferido às mulheres nesses clubes, no *Depois da Chuva* as mesmas foram encontradas principalmente na organização das festas, como por exemplo, as *soirées* dançantes, quermesses esportivas e carnavalescas. Dentro do mesmo, formaram-se ainda dois blocos, o *Filhas do Depois da Chuva* e o das *Levadinhas*¹⁴⁰.

¹³⁷ A *Opinião Pública*, 21/05/1930, p.2.

¹³⁸ A *Opinião Pública*, 13/11/1930, p. 2.

¹³⁹ A *Alvorada*, 14/02/1932, p. 4.

¹⁴⁰ A *Alvorada*, 28/02/1932, p.4; 10/10/1934, p. 3; 20/01/1935, p.4.



Imagem 4- Coroação da Rainha do *Depois da Chuva* (*Diário Popular*, 2/02/1940, apud LIMA, 2009, p. 65)

2.4.2 Clube *Chove Não Molha*

Em fins da década de 1910 fundou-se o clube *Chove Não Molha* o qual manteve um formato muito semelhante ao adotado pelo *Depois da Chuva*, com destaque para a relação mantida de igual forma com a *Liga Operária* e com o *Grupo 24 de Junho*, nos quais desenvolviam suas festas entre os anos de 1921-1923¹⁴¹. Este clube foi fundado aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 1919, em uma alfaiataria local, dentre os fundadores estava o dono da loja, Otacílio Borges Pereira, do qual partiu a ideia, somando-se a este os também alfaiates, Antonio Silveira Falcão, Henrique Câncio de Paula, Pedro Vargas e Antenor Vieira. De início o objetivo era aproveitar o carnaval de 1919, se intitularam *Grupo Carnavalesco Chove Não Molha*, mas a iniciativa foi bem recepcionada pela comunidade local e começou a se delinear uma estrutura a qual se mantinha em funcionamento anualmente, tendo a sua frente uma diretoria composta dos seguintes cargos e respectivos membros:

Presidente, José Gomes de Oliveira, vice-presidente, Câncio de Paula, Primeiro Secretário, Otaviano Elízio de Alcântara, Primeiro tesoureiro, Otacílio Borges Pereira, Porta Estandarte, Otávio Granja, Diretor de cordão, Pedro Vargas, Primeiro orador, Otávio Gomes de Oliveira, Segundo orador, Antenor Vieira (Ata de fundação do Clube *Chove Não Molha*)¹⁴².

¹⁴¹ *Rebate*, 2/05/1921, p. 3; 8/06/1921, p. 3; 4/05/1922, p. 3.

¹⁴² O anexo G dessa pesquisa apresenta uma reprodução desse documento.

A primeira sede do clube *Chove Não Molha* localizou-se na Rua Andrade Neves, 676, em caráter provisório. A partir de 1924 as festas desse clube se realizavam em sua sede social, alugada, localizada nos limites do centro da cidade, a Rua General Osório esquina com a Rua Senador Mendonça. Dentre as atividades promovidas por este clube destacaram-se os bailes em homenagem ao 13 de Maio; o Baile da Primavera, o qual era realizado entre os meses de agosto e setembro, este baile a partir de meados da década de 1930 despertava muito entusiasmo entre os sócios, elegia-se uma rainha para tal evento¹⁴³; o Baile de São Pedro, realizado em fins do mês de julho, em alusão a data presente no calendário católico¹⁴⁴, assim como o Baile de Aleluia, o qual se realizava no sábado de Aleluia, entre os meses de março e abril¹⁴⁵. Participavam ainda, quase que anualmente dos festejos do momo local apresentando grande organização em relação ao seu cordão. Os bailes eram regidos pela orquestra do clube, a qual estava presente também no desfile de carnaval. A orquestra era composta por instrumentos de sopro e corda, e executava as marchas compostas para o carnaval. Estes somados ao som extraído do piano eram os responsáveis pela execução de músicas de salão, a serem dançadas em par nos bailes sociais do clube.

Em meados da década de 1920 os associados do *Chove Não Molha* começaram a articular uma forma de arrecadar fundos para a aquisição de uma sede própria, o que em muito contribuiria com os cofres da associação, visto que em princípios de 1930, quando ocupavam uma sede localizada na Rua Cassiano do Nascimento, 203, o principal problema enfrentado era de ordem financeira. Foi comum encontrar nesse período tratativas entre os membros da diretoria no sentido de unirem-se a fim de arcar com os gastos de aluguel, assim como de luz, o que demonstrou o baixo poder aquisitivo dos associados visto o não pagamento das mensalidades com a regularidade necessária. Porém, este desejo por sede própria acompanhou todo o período desta pesquisa, o qual não conseguiu ser realizado então.

O clube *Chove Não Molha* era regido por um estatuto, o qual não foi possível localizar, mas a informação presente em ata de que o mesmo existia foi significativa da organização dessa associação. Infelizmente, não nos foi possível afirmar quando o mesmo entrou em vigor, porém, sabemos que foi antes de 1930, visto que nesse ano,

¹⁴³ LADCCNM n.º. 66, 1º/09/1936.

¹⁴⁴ LADCCNM n.º. 111, 4/06/1940.

¹⁴⁵ LADCCNM n.º. 126, 4/03/1941.

propôs-se a reforma dos mesmos. A leitura das atas, no entanto, permitiu acessarmos algumas das normas que regiam a associação, dentre estas destacamos a participação feminina; exigências para associação e participação na diretoria. Os interessados em fazer parte do clube tinham de ser indicados por um associado e ao associarem-se adquiriam o direito de participar das eleições, norma que se estendia as mulheres. Porém, estas só puderam ocupar cargos na diretoria depois de 1938. Antes dessa data, as mulheres podiam apenas administrar os blocos que se formavam dentro do clube, e nessa posição participavam das reuniões deliberativas do *Chove Não Molha* e eram presença marcante dentro do clube, chegando-se a formar uma *liga feminina pró-Chove* em 1930.

O clube proibiu a participação de seus associados no conselho de mais de um clube, porém, encontramos o associado Humberto Freitas participando do conselho deste clube, mas também do *Fica Ahí*, entre os anos de 1938-1939. Este clube não era muito rígido quanto aos padrões associativos e englobava setores de menor condição financeira, o que foi corroborado pela percepção de que pouco se discutia quanto à moral de seus associados, característica fortemente evidenciada entre os clubes negros que buscavam ascender socialmente e que englobavam uma elite negra entre seus membros, somada a constantes problemas financeiros nas primeiras décadas de sua existência.

O *Chove Não Molha* desenvolvia atividades principalmente na cidade de Pelotas, e se relacionava com as demais associações negras da cidade. Porém, atentando para uma busca de expansão de suas atividades, encontramos o clube em atividade intensa com associações negras da cidade vizinha, Rio Grande. Estas costumeiramente encaminhavam convites para bailes ao *Chove Não Molha*, e ofereciam pequenas homenagens, como por exemplo, diplomas de reconhecimento pelo auxílio à associação. Em Rio Grande era comum o clube realizar “festivais dançantes”, os quais se realizavam em dois dias, tendo a participação de uma comitiva *choviana*. Os festivais se realizavam na sede dos clubes negros de Rio Grande, como *Recreio Operário* e *Estrela do Oriente*¹⁴⁶. Nestes, configurava-se uma forma de demonstrar a organização do clube somada à possibilidade de arrecadar verbas, visto que os gastos assim como os lucros advindos destes permaneciam nos cofres do clube. Porém, os festivais realizados no ano de 1937, só trouxeram prejuízos ao *Chove Não Molha*. Eram comuns nesse

¹⁴⁶ Estes clubes foram fundados em Rio Grande, nos anos de 1885 e 1923, respectivamente, e reuniam a comunidade negra local. Ambos encontram-se desativados atualmente.

período também, os clubes de Rio Grande realizarem atividades em Pelotas, sendo que os clubes negros locais os recepcionavam¹⁴⁷. Destacamos ainda, a interlocução mantida pelos membros do *Chove Não Molha*, com associações de caráter operário na cidade, como por exemplo, o Sindicato dos Alfaiates; Liga Operária e União Sindical. Dentre estas destacamos o Sindicato dos Alfaiates, para o qual, no ano de 1936 o clube cedeu sua sede para a realização de reuniões.

Este contato pode ser justificado em virtude de que um dos membros da diretoria do clube fosse também membro do sindicato, Joaquim Cardoso, lembrando ainda que o clube foi fundado por um grupo de alfaiates e em seus anos iniciais funcionou junto a uma alfaiataria, sendo possível, que não fosse este o único membro a ser sócio de ambas as associações.

A Liga Operária, como destacamos anteriormente, também auxiliou nos anos iniciais do clube, cedendo e oferecendo por vezes, em sua sede, festas em favor do clube. O auxílio da Liga Operária se manteve, visto que para janeiro de 1938 encontramos a informação de que a referida entidade estava preparando um festival em prol do Clube. Ao atentarmos para o fato apresentado por Loner (2010, p. 158-160) de que entre os anos iniciais da década de 1910 até o final da década de 1930, a Liga Operária transformou-se no centro político local com grande participação dos operários é possível inferir que o *Chove Não Molha*, possuía entre seus associados grande número de trabalhadores. Alguns destes podiam e deviam estar envolvidos com sindicatos locais, o que conferia um status classista aos membros desse clube.

2.4.3 Clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 1921, os amigos Osvaldo Guimarães da Silva, Renato Monteiro de Souza e João Francisco Ferreira reunidos na praça central da cidade, Coronel Pedro Osório, visando aproveitar os festejos do carnaval local criaram um cordão carnavalesco, o qual denominaram *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*, por iniciativa de Osvaldo, o qual indicou também as cores que identificariam o grupo – azul e branco. Logo se somaram a iniciativa outros homens, os quais levaram para o desfile daquele

¹⁴⁷ A memória local considera que o clube *Chove Não Molha* tivesse como clube padrinho, costume de então, o *Clube Diamantinos*, o qual era freqüentado pela elite branca pelotense. Infelizmente, os documentos que dispomos para era pesquisa não nos auxiliaram nesse sentido, encontramos apenas a indicação de que era comum a troca de ofícios entre estes clubes, porém, sem acesso ao conteúdo dos ofícios nos falta argumentos para corroborar ou contrapor essa visão. A história oral não foi aqui utilizada em virtude da falta de tempo para trabalharmos com esta fonte tão rica.

ano o referido cordão. A partir desta primeira demonstração pública, outras pessoas se interessaram pelo grupo, os quais seguiram mantendo atividades que visavam o encontro de pessoas negras da cidade. No momento, vigorava a prática de impedirem os negros de frequentarem alguns locais, como por exemplo, os dedicados à sociabilidade. Seguindo o exemplo dos outros clubes voltados aos negros na cidade, surgia um novo clube, o qual teve na sua primeira diretoria os seguintes cargos e respectivos associados:

Presidente: Lino Ribeiro
Vice-presidente: Renato Souza
Primeiro-secretário: Osvaldo Guimarães da Silva
Segundo-secretário: Edgar Silva
Primeiro orador: Antenor Vieira
Segundo orador: Joaquim Rollo
Primeiro porta-estandarte: João Brizolara
Diretor Musical: Antonio Ramos
Diretores: Felisberto Cuica, Mário Porto, Antero Rodrigues, Jorge Barcelos e José da Silva. (Histórico oficial do Clube Cultural *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*)

É possível que o clube *Fica Ahí* tenha surgido de uma dissidência do clube *Chove Não Molha*, ao atentarmos para os membros que estiveram atuantes nos anos iniciais de ambas associações, encontramos dois nomes em comum – Antenor Vieira e Joaquim Rolo. Antenor esteve entre os fundadores de ambos os clubes enquanto que Joaquim Rolo foi membro do *Chove Não Molha* e esteve na primeira diretoria do *Fica Ahí*. Esta possibilidade de dissidência auxilia na compreensão do surgimento de dois clubes, os quais inicialmente nasceram com o mesmo ideal, construir um local em que os negros locais pudessem encontrarem-se com os seus sem o temor de passarem por uma série de constrangimentos de ordem racial. O *Fica Ahí*, no entanto, diferenciou-se dos demais clubes negros locais ao colocar em prática um controle sistemático quanto aos seus sócios, atentava principalmente, para a cor destes, apresentava em suas atas de diretoria inúmeras discussões quanto à cor dos pretendentes a sócios, os quais deveriam ser reconhecidamente membros das comunidade negra local, somado a preocupação com a moralidade, não apenas na sede, mas nos diferentes aspectos da vida destes. No período abrangido por esta pesquisa, o clube ocupou três sedes, as quais eram alugadas, todas localizadas nos limites do centro da cidade. A primeira situava-se na Rua Félix da Cunha, 815, na década de 1920 o clube transferiu-se para uma rua próxima, Cassiano do Nascimento próximo à Rua Gonçalves Chaves e na década de 1930, mais precisamente em 1935, o clube voltou a se localizar na Rua Félix da Cunha, 774.

A organização do clube era rígida, e definida através de eleições anuais, realizadas em assembléia geral. Podiam almejar aos cargos apenas homens. Os cargos

presentes na primeira diretoria foram acrescentados na década de 1930, para quando encontrou-se as funções de tesoureiro, secretário, comissão de contas, conselho consultivo, procurador, zelador e diretores do mês. Estes eram em número de 12, sendo um responsável pelas atividades de cada mês. Alguns membros apenas se revezavam nas funções exercidas, enquanto que outros se mantinham nas mesmas funções, como por exemplo, Joaquim Rollo Sobrinho, o qual esteve na primeira diretoria e em 1938 foi encontrado exercendo a mesma função, orador. O acréscimo nas funções diretivas da associação foi significativo da organização que o mesmo alcançou na década de 1930. Porém, se mantinha uma diretoria com recorte de gênero, visto que para todas as funções os nomes correspondentes eram de homens.

Na década de 1930 a estrutura organizativa do clube pouco se alterou, no entanto, destacamos que as mulheres embora não exercendo funções diretivas, encontravam-se presentes na organização e fiscalização das festas, através da *Comissão de senhoras*. A passagem a seguir foi significativa da estrutura fechada mantida pelo clube. O sócio fundador e orador, Joaquim Rollo em reunião no ano de 1940, nos forneceu ainda indícios do papel desempenhado pela *comissão de senhoras*:

Trata-se do baile e tira-se comissão de mulheres e de diretoria para encaminhar. [...] um diretor propôs que não se faça convites especiais, pois só podem ir sócios mesmo e isso só encarece. Deve-se ter é cartõezinhos para diretoras, as quais serão entregues a senhorinhas ou senhoras escolhidas, o que foi aprovado. Joaquim Rollo Sobrinho [...] sugeriu que se nomeie comissão de senhoras para fiscalizar o toailete, o comportamento das senhoritas nas diversas dependências do clube, no café, etc, o que todo mundo achou que seria de grande utilidade para o clube (LADCFA, n.º. 180 23/10/1940).

A passagem corroborou ainda com a perspectiva de que o *Fica Ahí* desenvolvia um controle maior sobre suas associadas, evidenciando a busca por um padrão moral próprio da sociedade cristã. O clube conferia assim um papel de inferioridade às mulheres, as quais estavam excluídas dos cargos diretivos. O clube negro, nesse sentido, reproduzia a percepção de gênero da sociedade aferindo um papel periférico à mulher¹⁴⁸. Destacamos, no entanto, que esta percepção se configura uma prática comum

¹⁴⁸ Essa perspectiva aparece nas atas e nos permite inferir que o *Fica Ahí* reproduzia a concepção de Gênero da época, enquanto que os clubes *Depois da Chuva* e *Chove Não Molha* eram mais igualitários e, nesse sentido, menos vinculado a valores tradicionais. Não nos foi possível aprofundar a questão de gênero em função do tempo e espaço necessário para tal, campo a ser explorado em pesquisas futuras. Realizamos no próximo capítulo, no entanto, uma pequena análise nesse sentido, porém, atentando principalmente para o controle moralista exercido por este clube que o diferencia dos demais clubes locais e nos permite classificá-lo enquanto um clube composto pela elite negra local.

entre as associações negras locais, como destacou Domingues (2008) ao analisar as associações negras paulistas com destaque para as mulheres envolvidas na *Frente Negra Brasileira*. Na próxima imagem, visualizamos a orquestra do *Fica Ahí*, em 1930, a qual era a responsável pelo desfile do cordão, nesta tivemos a presença masculina em totalidade.



Imagem 5- Membros da orquestra do Cordão do *Fica Ahí* (1930) (Acervo pessoal de Enilda Chagas).

2.4.4 Clubes *Está Tudo Certo* e *Quem Ri de Nós Tem Paixão*

Os clubes *Quem Ri de Nós têm Paixão*, fundado em 1921 e o *Está Tudo Certo*, de 1931, foram os clubes com menor duração, mas não menos importantes. Existiram cerca de duas décadas. O *Está Tudo Certo* teve como principal mantenedor um dos donos do jornal *A Alvorada*, Juvenal Penny, ficou presente na memória local a sugestão de que ele tivesse criado esse cordão para os jovens aproveitarem o carnaval e que tivesse grande vinculação com o cordão do *Fica Ahí*.

Nesse sentido, é importante destacar que o *Está Tudo Certo* teve sua existência melhor documentada através das páginas do jornal *A Alvorada*, provavelmente em decorrência de seu mantenedor ser um dos proprietários do referido jornal. O mesmo se destacou ainda pela grande interlocução com os demais clubes co-irmãos, como podemos perceber em notícia de 4 de fevereiro de 1934, em que o clube através de sua diretoria feminina, noticiavam uma série de chás dançantes, a serem realizados aos finais de semana, os quais seriam dedicados aos co-irmãos. Assim, é possível perceber que durante o mês de fevereiro de 1934 o clube dedicou um chá dançante a cada final de

semana homenageando os clubes na seguinte ordem: *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo, Chove Não Molha, Depois da Chuva* e *Quem Ri de Nós Tem Paixão*¹⁴⁹, iniciativa semelhante havia sido promovida em dezembro de 1931. Embora tenhamos encontrado trânsito com os demais clubes negros, a passagem a seguir foi significativa do mesmo, assim como da organização objetivada e alcançada pelo *Está Tudo Certo*:

Este novo cordão desfilou domingo pelas principais ruas da cidade entoando canções ao som de sua orquestra e sendo acompanhado pelos seus bonecos gigantes. Este clube foi ao encontro do Fica Ai que retornava de Rio Grande encontrando-o na sua passagem na rua Dr. Cassiano esquina Andrade Neves onde se encontraram tendo seus estandartes entrelaçados em confraternização e foram juntos até a sede (*A Alvorada*, 14/02/1932, p. 3).

A organização do mesmo é captada ainda através da observação dos cargos que compõem uma das primeiras diretorias, no ano de 1933, nas qual constavam os seguintes cargos: presidente, vice-presidentes, secretários, tesoureiros, oradores, porta-estandarte e porta-bandeira, procuradores, diretores da orquestra, arquivistas, diretores, diretores ativos, diretores artísticos, ensaiadores, zeladores e fiscais¹⁵⁰, estes cargos foram mantidos no ano de 1935¹⁵¹. Este clube, o qual possuía as cores verde e branco em seu estandarte, caracterizou-se pelo grande número de atividades proporcionadas a seus sócios e simpatizantes, entre estes destacamos os bailes, chás dançantes e festivais. Os festivais eram realizados nos teatros da cidade e divulgados na imprensa, como por exemplo, o que ocorreu em junho de 1932 no *Coliseu Pelotense*, o qual foi dedicado aos co-irmãos e clubes esportivos e, o que ocorreu em dezembro do mesmo ano oferecido aos co-irmãos, sendo que neste teve-se a exibição de um filme¹⁵². Os festivais podiam ser oferecidos ainda em homenagem a coroação das rainhas do clube, como aconteceu no ano de 1937 no *Teatro Avenida*¹⁵³. Nos bailes e reuniões dançantes eram executadas musicas pela orquestra do referido clube ou pelas *jazz bands*, nas quais destacavam-se, entre outros ritmos, a polca de roda, caracterizada pela dança em que as mulheres tiram seus pares para dançar¹⁵⁴.

Atividades semelhantes às desenvolvidas pelos demais clubes foram encontradas no *Quem Ri de Nós Tem Paixão*, o qual na primeira década de sua existência desenvolveu algumas atividades, como bailes e reuniões nas sedes *da Liga Operária* e

¹⁴⁹ *A Alvorada*, 8/12/1932, p.3, 11/12/1932, p. 3 e 25/12/1932, p.3.

¹⁵⁰ *A Opinião Pública*, 17/01/1933, p.1.

¹⁵¹ *A Alvorada*, 26/05/1935, p.6.

¹⁵² *A Alvorada*, 18/12/1932, p.4.

¹⁵³ *Diário Popular*, 2/02/1937, p. 3.

¹⁵⁴ *A Alvorada*, 6/11/1932, p.3; 18/12/1932, p.2.

do *Grupo 24 de Junho*¹⁵⁵. Entre 1921 e 1930 o clube participou do carnaval de rua da cidade e recebeu elogio de jornais locais¹⁵⁶, com exceção do ano de 1927, quando não se fez presente. Porém, nos primeiros anos da década de 1930, o clube passou por um processo de reorganização, sendo que em 1932 foi referido como um *pequeno cordão*¹⁵⁷ e começou a se reerguer no ano de 1934, com o apoio dado pelo co-irmão *Depois da Chuva*, no salão do qual realizou suas festas¹⁵⁸. Ao final da mesma década encontrava-se reerguido e participou de atividades do carnaval de rua da cidade, como a próxima passagem deixou transparecer:

Também dará nota invulgar no carnaval deste ano o simpático cordão "Quem ri de nós tem Paixão" que tão dignas vitórias têm conquistado em anos anteriores. A sua saída dar-se-á, às 17 horas, de sua sede social [...]. Compõe-se de 10 pessoas o cordão "áureo-rubro" tendo ainda 30 figuras na responsabilidade de sua orquestra. A disposição a ser tomada para a passeata de amanhã, é a seguinte: 4 balizas, primeiro Pierrot, pontas Arlequins de Veneza; centro arauto; Porta-estandarte, Nadyr Alves, que apresentará indumentária de guerreiro e os guarda de honra pastores da Hungria; 2º porta-estandarte, Sadi Espírito Santo, fantasia de príncipe oriental e pajens; porta-bandeira, Aracy Pinto Nogueira, que ostentará fantasia de Pierrot futurista e as guarda de honra Tirolesas. Em destaque apresentar-se-á ainda, "dama de 1830", "Pastoras da Hungria", e outras. Diretor de canto, "Fiscal", coro misto, "Espanhóis do carnaval do Atlântico" e as senhorinhas "Pastoras". Marchas a serem cantadas durante os dias consagrados ao Deus da Folia: "Rema, rema", "Não sei por que", Eu chorei, você chorou", "Diná Carmem", "Pegando Fogo", "Nada de Novo"..., e o samba "Alma de um povo". O diretor do Cordão Dorval S. Belchior e regente o Sr. Carlos V. Figueira. A comissão do Carnaval está assim constituída: José Conceição Leite, Lidio Barcelos, José Maria Falcão, Homero Xavier, Enjolbas Xavier, Osvaldo Montes e Osvaldo Linhares (*Folha do Povo*, 18/02/1939, p. 3).

...

Em Pelotas o trânsito dos membros entre o jornal *A Alvorada*, cordões e associações operárias foi muito intenso, como buscamos demonstrar ao longo do capítulo. Muitos membros dos cordões estavam presentes na redação da *Alvorada* e também no movimento operário da região, definindo-se assim um paralelo desses cordões, também exercendo e demonstrando necessidades e ideias vigorantes em ambos. Esse trânsito entre entidades classistas, congregadoras da raça e de sociabilidade em geral, foi proposto por Loner (2001) da seguinte forma:

¹⁵⁵ *O Rebate*, 17/10/1921, p. 3; *Diário Popular*, 6/02/1930, p.3 e 8/02/1930, p.3.

¹⁵⁶ *Diário Popular*, 3/03/1925, p.3; 04/02/1930, p.3.

¹⁵⁷ *A Alvorada*, 17/04/1932, p. 2-3.

¹⁵⁸ *A Alvorada*, 27/05/1934, p.3.

Essa dupla representação era uma necessidade para os elementos mais conscientes da comunidade negra, pois sua luta era também dupla. Assim, ao mesmo tempo, eles tinham que participar de sindicatos ou associações de classe e de associações representativas da raça, recreativas ou esportivas. [...] Essa ligação entre a militância operária e a militância negra estará presente em várias ocasiões e em numerosas associações, contribuindo para manter um tom mais proletário mesmo nesses clubes recreativos e, provavelmente, pode estar na base de várias tentativas de reorganização de entidades sindicais, nos duros anos da República Velha (LONER, 2001, p. 241-242).

Destacamos a grande interlocução existente entre a associação de trabalhadores Liga Operária e quatro dos clubes negros locais, sendo importante enfatizar que somente no clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo* não se encontrou essa vinculação. Isto ficou evidente ao atentarmos para o início da organização dessas associações, visto que os quatro clubes referidos utilizaram-se dos salões da referida Liga para desenvolver suas atividades, algo que pode sinalizar no sentido de que muitos negros estavam atuando em ambas as frentes, recreativa, étnica e operária, o que justificaria a busca pelo apoio dessa associação classista.

Buscamos ao longo do capítulo contextualizar a cidade de Pelotas no pós-Abolição e o conseqüente surgimento de uma série de novas associações negras as quais buscaram de diferentes formas oferecer espaços de sociabilidade aos seus membros tendo algumas destas se envolvido diretamente na busca por uma inclusão social. Entre estas destacamos os clubes negros, os quais buscaram a nosso ver, consolidar uma rede de sociabilidade que incorporou os co-irmãos, clubes e times de futebol assim como grupos recreativos menores. Nesse sentido, empenharam-se na busca pela consolidação de um espaço de lazer em que pudessem se encontrar e confraternizar com seus irmãos de cor. Além disso, destacamos a consolidação destes locais enquanto espaços de unidade que foram se fortalecendo e mantendo atividades as mais diversas possíveis, o que evidencia o objetivo que extrapolava os limites dos momentos de recreação carnavalesca e estava dando base para que se pudesse instituir uma identidade positiva aos membros desses clubes através de sua organização interna a ser exteriorizada através de suas diversas atividades as quais foram devidamente registradas não apenas pela imprensa negra, mas também pela imprensa em geral da cidade de Pelotas.

Acreditamos que o espaço estava então consolidado e a partir deste eles se propuseram a servir como reduto da etnia, fruto da discriminação vigente na cidade que impedia a participação de negros nos demais clubes sociais, tidos como clubes de brancos. Assim, eles passaram a agir como importantes idealizadores da união da raça

negra, traçando metas de ação que ora assemelhavam-se à busca de consolidação de uma identidade negra, ora a uma assimilação dos valores vigentes na sociedade dominante, composta predominantemente por brancos, e ora mesclavam esses elementos em busca de via alternativa de sobrevivência e inserção na sociedade brasileira. Assunto, o qual abordaremos no próximo capítulo.

A seguir trataremos especificamente do jornal que dá sustentação a esta pesquisa e sua interlocução com as demais associações negras do período de efervescência cultural em torno do carnaval, o qual percebeu o surgimento de uma gama de associações negras, o que ao mesmo tempo em que demonstrou uma diversificação nos interesses dos diferentes segmentos do grupo negro da cidade evocava ainda o preconceito racial que continuava a se manter na cidade. Estas questões serão abordadas a partir de então, visto que em conjunto com essas associações de cunho recreativo existia um projeto que identificamos enquanto de diferenciação social somado a busca constante pelo distanciamento da carga pejorativa que ainda permanecia sobre o elemento negro. Esta carga foi em grande medida combatida durante a existência da organização negra que mais abertamente, de acordo com o que as fontes nos permitiram interpretar, buscou englobar a comunidade negra em busca de um denominador comum, a instrução, tão pretendida e buscada pela *Frente Negra Pelotense*. A mesma foi criada em 1933, por militantes negros com circularidade em diferentes associações negras pelotenses inclusive dentro dos clubes sociais negros, tinha como porta-voz de suas ideias o jornal *A Alvorada*. O que evidencia a consolidação de uma rede social negra em movimento a ser abordada no próximo capítulo desta pesquisa.

3. IDENTIDADE(S) NEGRA(S) NOS CLUBES SOCIAIS NEGROS DE PELOTAS: AS IDEIAS E IDEAIS DAS LIDERANÇAS SOB INFLUÊNCIA DA *FRENTE NEGRA PELOTENSE (FNP) E A ALVORADA (1931-1943)*

Os anos 30 no Brasil representaram um marco para o associativismo negro no Brasil. Estes anos puderam observar a fundação das associações com maior visibilidade social e política, mantendo-se ainda as associações voltadas ao lazer, mas que incluíam em suas atividades a preocupação com a situação social dos negros. As discussões estavam permeadas pela propalada democracia racial brasileira e o ideário de branqueamento. Nesse sentido, destacamos que as associações negras desse período permitiram a visualização de uma rede de movimentação em prol de melhorias sociais, políticas e econômicas aos negros brasileiros, ou seja, em busca da cidadania.

A experiência acumulada com a manutenção de associações negras desde a época da escravidão permitiu uma organização mais complexa. Isto ficou evidenciado principalmente através da constituição e/ou manutenção de associações que manifestavam abertamente a preocupação com uma identidade negra positiva. Estas se pretendiam capazes de unificar todos os membros da *raça*, distinção evidenciada na descaracterização de uma inferioridade que seria inerente aos negros. Porém, se faz necessário destacar que havia inúmeras divergências entre as diferentes associações, assim como no interior destas, entre os membros diretivos e os associados. Nesta pesquisa dispomos de fontes concernentes apenas aos ideais propalados pelos membros diretivos o que não nos permite afirmar que tenham sido seguidos em totalidade pelos associados. É nesse sentido que destacamos os ideais e as ideias pretendidos pelas lideranças negras em Pelotas, as quais atuavam nos anos 30 em diferentes espaços. Tomamos, no entanto, a *Frente Negra Pelotense* como a grande interlocutora com os clubes sociais negros da cidade, até então os principais locais de sociabilidade, mas principalmente de vivência dos negros locais.

Ao adentrarmos neste período da história do negro brasileiro se faz necessário um intervalo com o intuito de contextualizarmos o momento histórico que o país estava vivenciando e conseqüentemente a participação da cidade de Pelotas nesse processo. A década de 1930 foi marcada por uma nova orientação política nacional. Esta tinha á sua frente o movimento revolucionário, o qual acabou com a então denominada *República Velha*, tendo como líder o gaúcho Getúlio Dorneles Vargas. A *Revolução de 30* pôs fim ao regime político implantado após a Proclamação da República. Este havia colocado

em prática os anseios das oligarquias de base predominantemente rural, com destaque para os interesses dos cafeicultores e pecuaristas. Ao colocar-se contra esses interesses o movimento revolucionário pode contar com grande apoio popular, e em Pelotas não foi diferente.

O cunho popular do movimento revolucionário de 30, no entanto não conferiu ao mesmo a inclusão de medidas que favorecessem os negros. A experiência advinda dos anos de associativismo negro, somada à manutenção do descaso do poder público fez com que os negros adentrassem no cenário político da vida republicana propondo condições melhores de vida aos seus (DOMINGUES, 2008, p. 61). Foi nesse íterim que a intelectualidade brasileira desenvolvia sob os preceitos do executivo nacional a incumbência de conferir uma identidade nacional ao Brasil¹⁵⁹. Destacavam-se então os escritos do sociólogo Gilberto Freyre, os quais traziam com mais veemência à baila a noção de democracia racial brasileira e uma suposta igualdade de condições entre negros e brancos no país.

Embora os escritos de Freyre estivessem propalando uma democracia racial no país, isto não era o constatado na prática o que motivou que as associações negras do pós-Abolição passassem a evidenciar em suas propostas o combate à discriminação racial. Foi nesse período que surgiu a organização política negra de maior alcance no país: a *Frente Negra Brasileira*. Esta surgiu, de acordo com Domingues (2008):

Para alterarem esse quadro de restrições (ou violações) de direitos e conquistarem o devido espaço no seio da nação, os descendentes de africanos de São Paulo fundaram a *Frente Negra Brasileira (FNB)*, em 1931. [...] Assim, [...] vieram a lume para se insurgir contra o “preconceito de cor” e pugnar para que o negro brasileiro conquistasse o pleno exercício da cidadania (DOMINGUES, 2008, p. 60).

Essa entidade fundada em São Paulo encontrou adeptos em Pelotas, dentre os quais muitos pertencentes aos quadros dos clubes sociais negros existentes então na cidade e membros do corpo editorial do jornal *A Alvorada*. A partir de então foi possível perceber uma grande interlocução entre membros do referido jornal, dos clubes e da associação negra que fundaram – *A Frente Negra Pelotense* (1933-1937). Nesse momento se faz necessário alertar que o trabalho aqui desenvolvido teve suas arestas aparadas em decorrência das fontes que possuímos, artigos e correspondências

¹⁵⁹ A participação da intelectualidade em conferir uma identidade à nação brasileira já vinha dando-se desde a Independência do país em 1822, abordaremos esse aspecto em relação à participação do negro na terceira parte deste capítulo.

veiculadas junto ao hebdomadário *A Alvorada*, o qual conforme pontuado anteriormente circulou entre 1907-1965 com pequenas interrupções e os livros de atas de diretoria, conselho e assembléia dos clubes negros *Chove Não Molha*, entre os anos de 1930 a 1931 e 1936 a 1941, e do *Fica Ahí Pra Ir Dizendo*, entre os anos de 1938-1943.

Nesse sentido, a contribuição de Borges (2001) é instigadora e auxiliou a compreensão da utilização desse recorte, visto que ao refletir sobre os fatos que devem ser selecionados para a constituição da narração a mesma alertou que:

“Pas de document, pas d’histoire” ou “sem documentos não há história”: isto é, as fontes encontradas – em boa medida – estabelecem os limites, os níveis em que podemos nos aprofundar na vida de uma pessoa [no caso uma associação]. [...] Ao longo do texto podem ser feitas afirmações seguras, hipóteses prováveis, mas também relações bem subjetivas, provocadas muitas vezes por simples intuições. O que é fundamental é deixar claro o alcance de cada uma das afirmações. Em matéria de fatos, indago-me sobre o que pode ser visto como simbólico, como aleatório; isso é algo que me fascina constantemente na vida diária (BORGES, 2001, p. 6).

A utilização dessa perspectiva foi uma estratégia para ter acesso a três aspectos em especial. Primeiro, ter acesso à rede de relações estabelecida entre a *FNP*, clubes sociais negros e demais órgãos ou pessoas consideradas. Segundo, perceber a busca de uma identidade negra que unificasse os negros pelos redatores das fontes produzidas. Terceiro, perceber, com maior clareza, a recepção às ideias da entidade em outros locais que não apenas Pelotas, através dos assuntos que julgavam concernentes à mobilização e unificação negra em prol de uma causa única e própria veiculada nos artigos dos redatores membros, ou seja, determinando assim o campo cultural do qual a *FNP* em conjunto com os clubes sociais negros faziam parte.

Neste capítulo final, buscamos a *Frente Negra Pelotense* enquanto a expressão ou não de um momento de tensão dentro do meio negro pelotense, atentando para a participação efetiva ou não dos clubes sociais negros e também das implicações junto aos grupos negros pelotenses no sentido de colocarem-se todos como negros, sem diferença de tonalidade da pele ou classe social. Agindo assim na formação de uma identidade étnica desses, ou até mesmo, como uma imposição de identidade étnica, vinda dessa entidade política, as quais os clubes davam respostas diferentes. Pois foi possível perceber que alguns desses clubes participavam diretamente das atividades da Frente e refletiram em suas ações os preceitos desta, enquanto outros tiveram uma participação apenas aparente.

Objetivamos então focar nossa análise sobre os membros que formavam as associações negras, com enfoque nos clubes sociais negros (diretório) e *FNP*, ao longo da década de 1930 a 1943. Ele visa através da análise de práticas sociais, culturais e políticas dessas pessoas identificar posturas para com a formação de uma identidade étnica. Destacamos ainda o diálogo travado com o momento histórico vivenciado atentando para a inclusão ou não do processo de incorporação de uma moral branca civilizadora por parte da direção ou integrantes dos clubes sociais após a manutenção da *FNP*.

Para captar o entrelaçamento entre as associações negras locais abordamos em um primeiro momento o jornal negro *A Alvorada*, damos seqüência abordando a *FNP* em diálogo com os clubes sociais negros locais e outras associações. Após abordamos as lideranças negras que estavam à frente da rede de movimento negro que se consolidou com a interlocução entre a *FNP*, jornal *A Alvorada* e os clubes sociais negros. Finalizamos esta pesquisa destacando os ideários presentes nos clubes sociais negros que interferiram e auxiliaram na constituição da identidade negra local realizando uma análise específica sobre dois clubes locais em particular: *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo* e *Chove Não Molha*.

3.1 “*A Alvorada*: um jornal em busca da emancipação de preconceitos”

[...] Amadurecida a Campanha Abolicionista, fator indispensável ao progresso econômico e social do Brasil, a Propaganda Republicana colheu os frutos ótimos de sua evangelização.

Fez a libertação do negro e um ano depois, como consequência lógica, preparou a queda do 2º Reinado. Depois de 13 de maio, 15 de novembro.

Falta, agora, outra emancipação a emancipação de preconceitos.

Esta emancipação tem que ser **obra** exclusivamente **obra** dos próprios negros.

[...] Mas, para que tal Campanha [desinteressada... e levada a cabo por elementos brancos] seja mais eficaz e mais coerente torna-se mister que parta do seio da Raça Negra, sincera e conscientemente, pelo próprio negro, aplicando á todos aqueles que o queiram enxovalhar pejorativamente pela “cor” de sua epiderme, o corretivo necessário por meio da Moral e da Instrução (grifos do autor, *A Alvorada*, 14/05/1933, p. 1).

A passagem anterior exemplifica parte do “programa” seguido pelos fundadores e mantenedores do jornal *A Alvorada*, a saber, a busca pelo fim dos preconceitos de

cor¹⁶⁰. Nesse sentido, o artigo intitulado “13 de Maio” apresenta a data magna aos negros do período imediato a Abolição, porém, incita os negros em geral a abandonar os preconceitos, e como bem destacou o autor, a tomarem para si essa luta. Pretendia-se que os negros agissem por sua vontade e ação, não deixando nas mãos dos *outros* a sua emancipação visto que *esta emancipação tem que ser exclusivamente obra dos próprios negros*. Os articulistas do jornal acreditavam ser necessário para alcançar este fim, conservar uma moral e a instrução. Assim, o negro afastar-se-ia do ideal de que este grupo seria, de forma inata, imoral e desprovido de inteligência.

Amparando-nos em artigos diversos veiculados no referido jornal, somados as colunas intituladas “*Pesquei*”, “*Revivendo o Passado*”, “*Aconteceu em Pelotas*” e “*Cousas do Passado*” veiculadas entre os anos de 1931- 1935 e 1949-1953, além da pesquisa desenvolvida por José Antonio dos Santos (2003) centrada nos intelectuais envolvidos na manutenção do mesmo e análises teóricas centradas na especificidade do gênero de imprensa em que se enquadra esse jornal, a imprensa negra, descrevemos e contextualizamos uma das fontes essenciais a pesquisa que ora desenvolvemos.

Aos cinco dias do mês de maio do ano de 1907 saía às ruas da cidade de Pelotas o primeiro número do jornal *A Alvorada*, idealizado por um grupo de jovens negros. Os fundadores tinham em comum, além da cor da pele e da conseqüente experiência de discriminação racial o que lhes colocava o anseio pelo fim destes preconceitos, o fato de serem operários preocupados com os destinos da classe. Preocupações estas que não se restringiam à cidade, mas é possível constatar um alargar dos horizontes, visto veicularem matérias de interesse nacional e atreladas a política internacional.

O jornal foi tido por Santos (2003) como, provavelmente, o mais longo representante da imprensa negra de circulação no país, circulou entre os anos de 1907-1965, com pequenas interrupções. Neste estão presentes as expectativas de negros brasileiros em torno da ascensão social, posições estas que não eram homogêneas. Os valores da raça negra, identificada como *raça etiópica*, despontavam na direção de constituir-se uma identidade negra fechada, porém, apontavam por vezes também, valores vinculados a noção de “democracia racial”. No entanto, mesmo quando da percepção de um ideal de “democracia racial” existia a percepção do preconceito racial e de seus efeitos na vida dos negros.

¹⁶⁰ Juvenal Penny, um dos membros fundadores do jornal teria colocado como “programa” do semanário “a reivindicação pela ‘... igualdade de raça, o bem estar do operário e a instrução obrigatória” *A Alvorada*, 5/05/1957 apud SANTOS, 2003, p. 83.

O gênero de imprensa ao qual se enquadra o jornal *A Alvorada* teve início em fins do século XIX e se caracterizou por apresentar assuntos voltados a um público específico: os negros. Assim, anunciavam atividades das associações negras, medidas políticas que interferissem diretamente na classe trabalhadora negra, as medidas identificadas como preconceituosas, etc. Os jornais desse gênero caracterizam-se principalmente pelo caráter de defesa da comunidade negra de que estão imbuídos (SANTOS, 2003).

A análise dos artigos desse jornal evidencia duas categorias úteis a nossa interpretação – raça e identidade. Os assuntos abordados nos artigos evidenciam a procura e defesa de uma identidade racial positiva para si, ou seja, para o grupo em questão. No entanto, é necessário destacar que esta não era uma posição homogênea isenta de ambigüidade, visto que por vezes elencavam elementos da ideologia do *branqueamento*¹⁶¹, principalmente no tocante a busca por um comportamento puro e uma organização semelhante aos padrões das associações brancas, principalmente em relação aos clubes sociais. Acreditamos que esta ambigüidade não inviabiliza a manutenção de uma identidade negra positiva, auxiliam assim a percebermos características próprias de uma sociedade que restringiu por muito tempo o acesso dos negros às demais associações. A aproximação com medidas branqueadoras evidencia uma aproximação do concebido enquanto *branquidade*, ou seja, tendo como padrão a supremacia branca presente na concepção estrutural da sociedade (WARE, 2004).

Nesse sentido, é importante ressaltar a opção pelas categorias de análise raça e identidade, visto que acreditamos terem o poder de trazerem consigo uma ideologia que é subjacente aos discursos de então. Estas, a nosso ver, mediam ainda hoje o debate sobre as ações afirmativas e estão presentes na sociedade brasileira como um todo. Tornam-se assim de imprescindível valor os estudos que buscam absorver a história a partir de seus próprios atores e da lógica em que estão inseridos. A passagem a seguir sintetiza a abordagem presente nesta pesquisa ao perceber as iniciativas de instrução tomadas para e/ ou pelos negros pelotenses enquanto demonstrações de construção e afirmação de uma identidade negra positiva. Esta, inserida e que influencia e/ou é influenciada pelo contexto histórico do momento: “As identidades raciais raramente são estáticas, estando sujeitas, antes, a pressões políticas contínuas, que contribuem para

¹⁶¹ HOFBAUER, (2006).

forjar, moldar e diluir as distinções fatais produzidas pelas vicissitudes mutáveis do pensamento racial” (WARE, 2004, p. 26).

O hebdomadário *A Alvorada* foi fundado por trabalhadores, em sua maioria negros. Dentre seus redatores e articulistas encontravam-se os irmãos Juvenal e Durval Penny, Rodolfo Xavier e Antonio Baobad, Armando Vargas, Carlos Torres, Dario Nunes, Humberto de Freitas, Ivo Porto e Miguel Barros¹⁶². O objetivo principal era servir como veículo de informação agindo em prol da defesa de seus irmãos de cor. O programa deste pregava a defesa da raça, através da denúncia de atos discriminatórios, e dos interesses dos operários pelotenses. Destacamos a imagem veiculada no jornal *A Alvorada* em homenagem ao articulista Rodolfo Xavier.



Imagem 6- Rodolfo Xavier. Fonte: *A Alvorada*, 07/01/1934, p. 3.

A leitura do jornal permite acessarmos as trajetórias de alguns líderes operários pelotenses os quais atentavam para o recorte racial dentro das preocupações trabalhistas

¹⁶² Para uma abordagem específica sobre os intelectuais orgânicos que circulavam no entorno do *A Alvorada*, assim como das características que levaram o autor a utilizar essa conceitualização ver análise de SANTOS (2003).

e expunham em seus artigos capítulos da história do operariado. Muitos redatores do jornal adquiriram as primeiras letras através dos cursos noturnos da BPP, destacando-se dentre estes os irmãos Juvenal e Durval Penny, fundadores do jornal e o líder sindical e redator do jornal Rodolfo Xavier. O trânsito entre membros do jornal e das associações de cunho operário se estendia também, as de cunho racial, como por exemplo, os clubes negros que começaram a surgir nos últimos anos da década de 1910.

O jornal era dominical e poderia ser adquirido de duas formas: compra em bancas de jornal, barbearias e no Mercado Central, ou assinatura, a qual custava “*um pila*”¹⁶³. Circulava ainda em algumas cidades da região sul, como Rio Grande, Canguçu, Bagé, Jaguarão e Alegrete (SANTOS, 2003). Sendo importante destacar que a comunidade negra de Bagé na primeira metade da década de 1930 mantinha um suplemento veiculado como parte do referido jornal, intitulado “Correio Elegante - Suplemento de Bagé”¹⁶⁴.

3.1.1 Os negros no contexto do pós-Abolição pelotense

A fim de melhor compreendermos o desenvolvimento desta folha de notícias se faz necessário abarcarmos a situação de vida dos negros pelotenses e suas reivindicações, os quais eram na sua maioria operários de fábricas de chapéus e cerveja, tipógrafos, portuários e/ou trabalhadores manuais autônomos (LONER, 2001). De acordo com o recenseamento referente à cidade de Pelotas no ano imediato a Proclamação da República, a população da cidade estava em 41.591 habitantes (FEE, 1981, p. 94), destes cerca de 7.035 eram negros que viviam no espaço urbano pelotense, a partir desse ano, até 1940 a cor não foi incluída entre os dados dos censos realizados, vindo este item a aparecer somente em 1940, no qual embora o número tenha crescido, em relação ao total de moradores houve um decréscimo, visto que encontravam-se cerca

¹⁶³ A fim de supormos o quanto representava este valor para o trabalhador pelotense seguimos a análise proposta por TAVARES (2007, p. 10), a qual destaca que “neste mesmo período em nota no *O Libertador*, de 5/07/1932 p.1, tem-se que o valor do quilo de carne é \$500 (quinhentos reis) e também a mesma quantia para 4 metros de renda, logo um pila seria \$1000 (mil reis). Poderíamos supor que a carne naquele momento fosse artigo barato pela forte produção pecuária da região e o papel e impressão não eram de uso tão comuns como hoje e por isso um preço considerado mais caro para um jornal”.

¹⁶⁴ Atualmente encontra-se a disposição para a pesquisa, em relação à década de 1930, apenas os números veiculados na primeira metade da década (1931-1935), o que nos impossibilita de afirmar se este suplemento continuou a ser veiculado. Os números posteriores por nós pesquisados restringem-se ao final da década de 1940 e início da década de 1950, quando este suplemento não faz mais parte do hebdomadário. Encontramos ainda outro suplemento divulgado pelo jornal no ano de 1932, intitulado “*A Gazetinha - semanário humorístico e noticioso*”, este suplemento apresentava notícias de Capão do Leão, distrito de Pelotas.

de 15.311 negros e pardos na cidade, o que representava um percentual de 14,6%¹⁶⁵ (LONER, 2008). As condições de vida desses homens e mulheres negros eram muito precárias, o que certamente motivou que os envolvidos com a questão racial encontrassem-se militando junto a segmentos do movimento operário na região, como foi o caso dos membros fundadores do jornal negro. Além disso, conforme percebeu Loner (2001) os negros foram os elementos operários por excelência no pós-Abolição na cidade.

A cidade teve contato com levas de imigrantes ainda em princípios da segunda metade do século XIX, porém, estes se destinaram basicamente às atividades comerciais quando instalados na cidade, com destaque para o setor hoteleiro, e atividades agrícolas nas colônias, setores não ocupados em expressão pelos negros. As colônias foram desenvolvidas principalmente com capital privado dos donos de charqueadas que objetivavam melhor servir-se de suas terras localizadas na Serra dos Tapes (ANJOS, 2000).

O pós-Abolição na cidade percebeu um incremento na industrialização, tendo além da indústria gerada pelo charque as voltadas para a produção de alimentos e bens de consumo, como móveis e tecidos. Este incremento proporcionou a atração e manutenção da mão-de-obra, o que se percebe pelo significativo aumento de 114% na população urbana nas três primeiras décadas do pós-Abolição, segundo nos coloca Rosa Rolim de Moura (2007). Esta autora ressalta que a falta de estrutura era reinante no que tange ao recebimento desta população de trabalhadores. Entre os problemas gerados pela falta de estrutura estavam as epidemias, proporcionadas pela falta de condições sanitárias básicas. Com o objetivo de banir do centro da cidade os trabalhadores e assim proteger os mais abastados e conferir ainda um aspecto moderno à arquitetura, a Câmara Municipal da cidade, em 19 de fevereiro de 1881 já havia proibido a construção de cortiços, locais para os quais os ex-cativos e trabalhadores pobres acorriam devido ao baixo custo dos aluguéis e proximidade dos locais de serviço.

Entre as medidas tomadas pelo poder público, o qual durante a República Velha esteve basicamente nas mãos de partidários do PRR, destacam-se as concentradas em torno da modernização da cidade. No ano de 1909 iniciou-se a iluminação à base de gás, no ano seguinte passou-se a dispensar maior atenção à questão da moradia popular e já em 1912 iniciavam-se as obras referentes ao esgoto. Medidas estas que corroboravam

¹⁶⁵ A população da cidade para este ano era de 104.553 habitantes (FEE, 1981, p. 147).

com o ideário positivista do referido partido em socializar os serviços industriais de ordem pública (MOURA, 2007).

No ano de 1913 foi promulgada uma lei municipal, a qual delegava incentivos a investimentos que proporcionassem a construção de casas operárias destinadas ao aluguel¹⁶⁶. Além do problema da moradia outros problemas assolavam os trabalhadores em Pelotas, como por exemplo, a exploração no trabalho.

3.1.2 A luta por melhores condições de vida

Percebemos através do jornal *A Alvorada* a mobilização em torno das jornadas de trabalho exaustivas, o que levou a reivindicação pelas oito horas diárias de serviço. Na passagem a seguir é possível perceber o intercâmbio que existia entre as associações classistas e associações de defesa dos negros, o que corrobora a ideia de que os negros pelotenses lutavam em duas frentes, operária e racial, além de destacar o papel desenvolvido pelo jornal perante a comunidade negra pelotense:

Justamente por esta época [1905], fundava-se em Pelotas a ‘União Operária Internacional’ no prédio ocupado pela extinta S. B. Feliz Esperança, na rua 16 de Julho (hoje Dr. Cassiano do Nascimento), e onde funciona a sede do G. C. *Chove Não Molha*. Juntamente com Antonio Baobad, operário inteligente, um grupo de chapeleiros ‘fulistas’, do qual fazíamos parte, todos pertencentes as 3 fábricas de chapéus existentes em Pelotas, funda-se a primeira associação de classe composta de elementos de varias profissões, chapeleiros, pedreiros, mecânicos, marceneiros, pintores, calceteiros, etc., com o intuito de se organizarem para a defesa de suas reivindicações estando em primeiro lugar a obtenção das 8 horas de trabalho (*A Alvorada*, 31/05/1952, p. 1).

Como vimos na situação anterior a associação referida foi criada em 1905, e dois anos após teve-se a fundação do referido jornal. Acreditamos que a fundação esteve vinculada a percepção da necessidade de luta nas duas frentes, era necessário intercalá-las sempre que possível. Conforme havíamos destacado encontravam-se entre os fundadores do jornal os irmãos Antonio Baobad, referido por seu irmão o também fundador, Rodolfo Xavier, como um *operário inteligente*. Baobad teve uma trajetória de vida interessante em que salta aos olhos a importância conferida a sua identidade negra, conforme o seu nome já evidencia. Inicialmente chamava-se Antonio *de Oliveira*, sobrenome que referenciava seu senhor enquanto fora cativo. A mudança de nome para

¹⁶⁶ De acordo com MOURA (2007, p. 83): “A mesma lei definia o que seria considerado como uma casa operária: não ter menos do que três aposentos, sendo dois dormitórios e uma sala de jantar, além da cozinha. O tanque de lavagem e o *water-closet* ficariam no exterior”.

Baobad referencia um posicionamento em favorecimento de uma identidade negra, já que passou a adotar o nome de uma árvore africana, conforme a passagem deixa transparecer:

[...] *de Oliveira* era o sobrenome de seu patrão, do qual não se conseguiu descobrir maiores dados. Depois de liberto, o que deve ter acontecido por volta de 1880-1881, exatamente ao início da luta abolicionista na cidade, Antônio continuou ainda, por alguns anos, a usar este sobrenome, até que, em meados da década de 1890, ele livra-se do passado, adotando o sobrenome de *Baobad*, gigantesca árvore africana conhecida por suas grossas raízes. O momento de troca do nome também parece ser de uma inflexão em sua trajetória de vida, quando decididamente sente que a luta étnica tem igual importância que a luta operária. Então, modifica seu nome, dando ênfase maior a sua condição étnica e reivindicando suas origens africanas, embora continue sua atuação sindical e reafirme seu ideal socialista (LONER, 2005, p. 2).

Antonio teria se alfabetizado através de professores particulares, e dentre as associações negras em que foi possível encontrá-lo está a *Sociedade Beneficente Feliz Esperança* (LONER, 2005). Embora tenha se alfabetizado às próprias custas, foi também frequentador dos cursos noturnos da BPP, em conjunto com seu irmão Rodolfo Xavier. Esteve presente nos momentos iniciais do jornal *A Alvorada*, vindo a falecer logo após a sua fundação, em 08 de julho de 1907¹⁶⁷.

O fundador Rodolfo Xavier, constituiu-se em um dos principais articulistas do jornal. Sendo possível encontrar artigos seus em todo o período que o jornal encontra-se disponível para pesquisa. Rodolfo nasceu em 20/08/1873 beneficiado pela Lei do ventre livre. Foi redator do jornal, dirigindo seus artigos ao operariado pelotense e aos negros em geral nos quais demonstrava erudição e contato com teorias em voga no momento, com destaque para o marxismo no tocante à luta de classes com forte tendência socialista. Foi importante líder sindical na cidade atuando diretamente em algumas associações classistas, sendo pedreiro por profissão. Entre outras atividades de cunho classista, foi candidato a deputado, no ano de 1934, pelo Partido Socialista Brasileiro. Faleceu em 25/02/1964¹⁶⁸.

¹⁶⁷ *A Alvorada*, 11/07/1953, p. 6.

¹⁶⁸ ALVES, Lúcio Xavier. *Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas* (1931-1935). Pelotas: UFPel/ICH Monografia (Licenciatura História), 2005; Sobre este líder negro nos amparamos ainda nas análises de LONER, 2001; SANTOS, 2003; Certidão de batismo lavrada em 25 de julho de 1875. Livro nº. 16 do assentamento de batismo da Paróquia de São Francisco de Paula, folha nº. 163. Arquivo da Cúria Diocesana de Pelotas; Certidão de óbito lavrada em 3 de março de 1964. Livro C-17, folha nº. 160v, assento de óbito nº. 39264, 2º tabelionato de Pelotas (Certidão de batismo e de óbito gentilmente cedidas pela senhora Isabel Souza).

Os irmãos Juvenal e Durval Morena Penny, eram tipógrafos assim como os demais fundadores do jornal. Ambos foram frequentadores das aulas noturnas da BPP, ao lado de Rodolfo Xavier e Antonio Baobad, embora tenham recebido as primeiras letras de Antonio Baobad. Durval Morena Penny, nascido no ano de 1883 na cidade, formou-se em medicina por correspondência em 1914 no Instituto de Ciências do Rio de Janeiro, fato muito valorizado e rememorado pelos articulistas do jornal, conforme transparece em homenagens. Este apresentou ainda circularidade por outras associações negras da cidade, foi membro da diretoria do *Asilo de Órfãos São Benedito* e presidente da *Satélites do Progresso* (SANTOS, 2003)¹⁶⁹. Juvenal era proprietário de uma fábrica de fogos de artifícios e se manteve dono do jornal, ao lado de seu irmão, até 1946, quando o vendeu para o senhor Rubens Lima. Teve um importante papel perante a comunidade negra pelotense, visto ser o redator de uma das colunas mais *temidas* pelas moças pelotenses, intitulada *Pesquei*, assinada pelo *temível* Dr. Pescadinha, pseudônimo adotado pelo mesmo (TAVARES, 2007).

O jornal “*A Alvorada*” em sua coluna assinada pelo “Dr. Pescadinha”, se colocava em constante policiamento aos jovens negros da cidade, expondo os “maus comportamentos” e que pudessem fazer jus a imagem negativa do negro, conforme se percebe na passagem a seguir:

Pesquei – Pesquei as jovens Ruth e Virgínia da Fábrica de Chapéus terem a mania de em todos os pagamentos da fábrica irem ao mercado comerem bananas. Mocinhas seria melhor aproveitarem a tarde pegando em uma agulha, principalmente a dona Virginia que está próximo a dar doces. (*A Alvorada*, 13/12/1931, p. 4 apud TAVAVRES, 2007, p. 12).

Santos (2003, p. 101-102) alerta para o caráter moralista presente no jornal através de suas colunas de *fofocas*, as quais refletiam o cotidiano do público leitor. Destacam-se ainda as colunas assinadas pelo militante negro Rodolpho Xavier e Armando Vargas, na qual se apreende um comprometimento com a identidade negra e de classe. Assim, percebe-se uma preocupação com a moral e costumes, envolvendo a opinião pública (através do jornal), as associações e as famílias dos sócios.

Os assuntos vinculados a questão racial corroboram esta perspectiva. Nesses artigos identificamos qual a imagem que eles pretendiam repassar a comunidade negra e em geral, ou seja, a identidade. Os articulistas do *A Alvorada* tentavam inculcar nos leitores a valorização de sua cor, nas mais diferentes nuances de tonalidade, o que

¹⁶⁹ *A Alvorada*, 04/04/1953, p. 1.

evidencia a percepção de raça que os mesmos possuíam, ou seja, era um grupo heterogêneo no tocante a cor da pele, mas que precisava se unir sob a identificação preto ou negro deixando de lado os preconceitos percebidos até mesmo dentro da comunidade negra, no tocante aos mulatos. Um artigo, assinado por Humberto de Freitas, exemplifica a nossa interpretação:

Interjeição!

Repercutiu dolorosamente no **seio da sociedade etiópica pelotense**, a pretensiosa atitude dos dirigentes de certo grupo bailante que, deixando-se embair por uma falsa maneira de selecionar, não observaram no indivíduo o valor moral, mas sim, como justificativa dos seus ‘escrúpulos’ sociais, basearam-se na diferença das cutículas. E, nas suas condenáveis investigações etnológicas, acharam ‘defeitos’ morais e ‘contagiosos’ nos **negros de tez da cor do ébano...** [...] Felizes os que tem os olhos para olharem-se nos seus espelhos ‘genealógicos’ – ás avós; felizes os que sentindo pulsar no coração **o amor pela extirpe de José Mauricio, e, do escravo Cosme**, e sentindo a repulsa pela ofensa, não apoiaram tal **atitude preconceituosa**, dando assim, à Sociedade, **à Raça** e à Pátria, um atestado de civismo e de solidariedade humana! (grifos nossos, *A Alvorada*, 14/02/1932, p. 3)

Neste artigo percebem-se algumas características que corroboram com a visão de uma identidade negra positiva, visto que há uma valorização das raízes ao evocar até mesmo a figura de um escravo (Cosme), seguido pela valorização da cor da pele e da própria terminologia “negros”. Destacamos ainda, a referência do autor ao conhecimento de *certas pesquisas etnológicas*, evidenciando, no entanto, a existência social do termo raça e sua significância para essa parcela da sociedade o que destaca ainda o ideal de colocarem-se enquanto uma *raça etiópica* a qual comungava da Pátria brasileira.

Embora a identidade negra se utilizasse do adjetivo etiópica, é interessante perceber um artigo publicado em 1935, pelo articulista Rodolfo Xavier intitulado “origem etiópica” rebatendo esta perspectiva, como destacamos no próximo fragmento:

Em geral, no Brasil, a raça descendente de africanos é tida e havida por etiópica. Desconhedora, em sua quase totalidade, de sua verdadeira origem a raça Afro-brasileira pavoneia-se de *etiópica* cuja região não contribui com um único *espécime* para o trafico de escravos, não só para o Brasil como para toda a América [...].

O grito é nosso, mesmo para chamar a atenção dos que se acham iludidos em sua boa fé. Tal é a origem etiópica dos descendentes africanos brasileiros... De etiópicos não temos nada. (grifos do autor, *A Alvorada*, 07/07/1935, p.2).

As características positivas em busca de uma união evocadas pelos dois fragmentos descritos anteriormente inserem-se, a nosso ver, em um movimento que a historiografia caracterizou como “negritude”, nesse sentido são interessantes as considerações de Kabengele Munanga, presentes na análise de Marcio Aguiar (1998):

Esse processo começou com o movimento de negritude nascido na década de 30. Segundo Munanga, o conceito de negritude nasce como uma resposta a assimilação do negro via embranquecimento: a negritude é uma recusa à assimilação, a libertação do negro só será possível pela reconquista de si e pela busca de uma dignidade autônoma. Ainda segundo Munanga, a negritude enquanto movimento tinha como objetivo: a) buscar uma identidade negra africana; b) protestar contra o mundo colonial e lutar pela emancipação dos povos oprimidos; c) apelo por uma revisão das relações entre os povos buscando uma civilização universal. Ao buscar esses objetivos, o movimento buscava uma volta às origens, volta às origens que se manifestava na tentativa de restituir à África o orgulho de seu passado e o valor de suas culturas. Segundo Munanga, Aimé Césaire, que cria a palavra negritude, a entendia como um reconhecimento do fato de ser negro, a aceitação do seu destino, de sua história e de sua cultura. Negritude implicava em identidade, fidelidade e solidariedade. Ainda segundo Munanga, para Césaire, encontrar a identidade seria assumir plenamente e com orgulho a condição de negro, a fidelidade uma ligação com a terra mãe e a solidariedade seria um sentimento que ligaria secretamente todos os irmãos negros do mundo (AGUIAR, 1998, p. 28-29).

A preocupação dos articulistas do referido jornal em conscientizar seus irmãos de cor, algo que segundo eles, se daria somente mediante a instrução teve sua expressão mais marcante na década de 30 do século XX. A grande preocupação em combater o analfabetismo dos negros de Pelotas, consolidou-se com a criação da *Frente Negra Pelotense*. Essa Frente estava ligada ao jornal *A Alvorada*, com o objetivo central de alfabetização e educação dos negros, no sentido abrangente destes termos, visto que a moral estava profundamente incutida no sentido de educação pretendida por eles. Assim, reivindicavam uma noção de pertencimento, ou seja, uma identificação negra, e com esta uma positivação da sua história. Porém, esta Frente surgiu justamente quando ocorreu uma explosão de associações voltadas ao lazer, tidas por alguns articulistas do jornal, como por exemplo, Rodolfo Xavier, lugares de “ vaidade e ostentação dos ineptos” segundo o mesmo ainda conclamava: “ vamos tratar do que realmente a raça precisa: evoluir ao lado da raça branca, ombro a ombro, não havendo diferença entre os indivíduos pela cor, mas, simplesmente, pelo estudo e pela cultura” (*A Alvorada*, 21/01/1934, p. 1). Evocava assim, um apelo menos cultural e mais político. A fim de compreendermos a interlocução travada entre esta organização e os clubes negros, contextualizamos anteriormente o surgimento dos cordões, blocos e ou clubes na cidade de Pelotas.

3.2 “Necessitamos de instrução, muita instrução”: a *Frente Negra Pelotense* e “A Hora da Raça” nos clubes negros

Quereis que vossos filhos sejam felizes, e que futuramente não haja distinção entre brancos e pretos? Mandai-os educar convenientemente.

[...] Eis como podeis fazer a felicidade da vossa familia e da vossa raça: educando vossos filhos, que senhores de tão salutar virtude se impor com honra e brilho, e amanhã teremos homens de envergadura moral e intelectual solida, que não serão admirados pelos seus semelhantes, simplesmente porque se compenetraram de que a educação é o único caminho que destrói preconceitos e irmana os homens.

Termino as minhas obscuras linhas, dizendo que espero que todos digam: “quereis terminar a distinção entre brancos e pretos? Educai vossos filhos”.

José Penny (*A Alvorada*, 15/01/1933, p. 1)

[...] Necessitamos de instrução, muita instrução o que infelizmente é uma verdade cristalina.

Precisamos de Centros de Cultura para o nosso aperfeiçoamento moral e intelectual, e não para “lutas de classes”, pois que estas têm os seus órgãos sindicalizados e é dentro do Sindicalismo que atuam as organizações obreiras em combate a exploração do homem pelo homem.

Queremos, concomitantemente, o desatar ao mesmo tempo de dois nós górdios – o aperfeiçoamento moral e intelectual do negro por meio da instrução e ao mesmo tempo o seu nivelamento econômico pela “luta de classes” [...].

Primeiro nos instruamos que é para saber nos defender e pugnar pelos nossos direitos, dentro da Justiça e da Razão, e que nos assiste como viventes na coletividade humana.

Primeiro destruamos o preconceito de “cor” e depois a tirania do capital; eis o nosso ponto de vista dentro da “Campanha Pró-Educação”, não desvirtuemos os nossos fins...

Rodolfo Xavier (*A Alvorada*, 09/07/1933, p. 2)

As passagens referenciadas fazem parte da *Campanha pró-educação*. Esta foi idealizada pelo jovem José Penny, então estudante de engenharia em Porto Alegre. O objetivo da mesma era o “reerguimento moral e intelectual da raça negra por meio da instrução e da cultura”¹⁷⁰. *A Alvorada* realizou ampla divulgação da *Campanha pró-educação*, dentro da qual nasceria a *FNP*. A análise feita por Santos (2001) registrou seu aparecimento nas páginas do jornal *A Alvorada* em 15 de janeiro de 1933, quando esta titulação precedeu o artigo assinado por José Penny, vindo abaixo do texto a expressão: “Negro! Evita o samba se quiseres evoluir”. Como a frase evidencia, a campanha objetivava a alfabetização e educação dos negros pelotenses, mas também a “Educação do ‘eu’” (SANTOS, 2001, p. 130).

A aparição inicial da Campanha corresponde ao primeiro fragmento destacado ao início desse sub-capítulo, o qual foi intitulado “Educai Vossos Filhos”, o qual

¹⁷⁰ *A Alvorada*, 06/03/1933, p.1.

sintetiza de maneira bem direta os objetivos em torno de qual se engajariam na mesma, a educação. Esta por sua vez deveria ser defendida e instigada pelos pais para com seus filhos. Assim, o artigo indicava alguns meios de alcançar esse fim, o qual não se restringia a educação formal, mas estava vinculado à educação em nível mais geral, alcançando diferentes aspectos da vida dessas pessoas. Para tal José Penny, o autor do referido artigo, faz uma clara comparação entre a importância da educação e alimentação, indicando que talvez a primeira ocupe um lugar ainda superior a segunda, aconselha ainda que os pais mantenham os filhos sempre sobre seus cuidados e olhares atentos, evitando assim a aproximação de más companhias e a aproximação dos vícios, nesse sentido o autor alerta para os dois níveis considerados por ele fundamentais a educação: moral e intelectual.

Os preceitos evocados por José Penny no artigo fundador da Campanha exemplificam os objetivos em torno dos quais os mantenedores desta iriam propugnar e fica explícito no segundo fragmento destacado, trazendo sempre aos aconselhamentos a educação como meio de acabar com os preconceitos e incitando os negros a tomarem para si essa perspectiva o que contribuiria para uma positividade e melhoria da história destes. Segundo os idealizadores da Campanha, os negros precisavam conscientizar-se de sua situação social, dos problemas que os atingiam, e assim de nada adiantava a participação em associações bailantes, mesmo que estas apresentassem cunho racial, até mesmo porque se estas apresentavam essa diferenciação era em função de ser barrada a entrada de pessoas negras em diversos estabelecimentos sociais. Neste sentido, era necessário que se unissem em prol da causa negra a fim de *evoluírem* e lutarem por seus direitos.

A *FNP* foi fundada em 10 de maio de 1933 por José Aduato Ferreira da Silva, Carlos Torres, José Penny, Miguel Barros e Humberto de Freitas. Estes fundadores, já possuíam trânsito entre as associações classistas e/ou de cunho racial¹⁷¹ (LONER, 2001; SANTOS, 2001). Porém, outros nomes foram incorporados à associação, entre estes destacamos Rodolfo Xavier, Juvenal e Durval Penny e Francisco de Paula Alves, o qual sugeriu em 1934 que se alterasse a denominação de *FNP* para Frente Educacional Pelotense.

¹⁷¹ Abordaremos com especificidade esse trânsito entre associações negras no próximo item deste capítulo.



Imagem 7- Frentenegrinos. Fonte: *A Alvorada*, 14/01/1934, p. 3.

A proposta de modificação do nome foi preterida, fato ressaltado em um artigo, ao final do mesmo consta a afirmação “Essa associação continuará até o fim sempre com o glorioso título *Frente Negra Pelotense!*”¹⁷². Em virtude da preocupação da *FNP* estar vinculada à educação de seus irmãos, cogitou-se a mudança do nome da entidade para Frente Educacional Pelotense conforme é captado na leitura da reportagem veiculada no hebdomadário:

Desperta, Raça

[...] A *Frente Negra Pelotense* chama, a postos todos os baluartes da raça, pois que hoje à tarde na sede provisória sita a Rua General Argolo 415, haverá uma grandiosa “Assembléia Geral Extraordinária” para ser defendida por brilhantes intelectuais da comunhão negra Pelotense, o novo título que será dado a novel associação ora vitoriosa em todos os meios. Será defendido o nome da **Frente Educacional Pelotense**, os motivos desta mudança serão esclarecidos logo à tarde (grifos do autor, *A Alvorada*, 07/01/1934, p. 1).

Conforme as datas estabelecem, a proposta de troca de nome, veiculada em 7 de janeiro de 1934, não foi aceita e justifica a afirmação de manutenção do nome da mesma veiculada na edição seguinte. Esta manutenção pode estar ligada à intenção da maior parte dos membros desejarem manter a ligação com a *Frente Negra Brasileira*, além de enfatizar o caráter de identificação racial em torno do qual estavam engajados seus

¹⁷² *A Alvorada*, 14/01/1934, p. 1.

propulsores, indicando um ponto importante na defesa dessa associação política de defesa da raça negra e, dessa maneira, corrobora o objetivo inicial da *FNP*:

A Frente Negra é uma entidade organizada por Negros e para os Negros [...] **destina-se a pugnar pela união**, educação, instrução, reabilitação e engrandecimento de todos os elementos da raça negra. [...] combaterá tenazmente o Preconceito de Cores [sic], fruto da vaidade e incompreensão daqueles que julgam-se superiores a nós. [...] procurará conquistar para o negro, o direito, a igualdade e a consideração que a Lei lhe dá, mas o Preconceito, lhe nega. [...] é completamente independente, não sendo filiada a partidos, nem religiões, nem a clubes ou sociedades recreativas, carnavalescas ou desportivas. Negro meu irmão, não te envergonhes da tua cor, procura educar-te, instruir-te, valorizar-te, para mostrar a outrem, a cultura e a inteligência da raça negra. [...] a maioria negra é incontestável. (*A Alvorada*, 11/06/1933, apud SANTOS, 2001, p. 144-145).

Essa organização divulgava suas ideias através do jornal *A Alvorada*. A mesma se autodenominava enquanto associação cultural e educacional. Encontramos indícios de seu funcionamento ainda em 1937, quando provavelmente deixou de funcionar em virtude das medidas adotadas pelo Estado Novo, embora a maior parte das fontes em que a mesma é encontrada, artigos veiculados no jornal *A Alvorada*, estão disponíveis apenas até o ano de 1935, nos quais ela aparece de maneira bem enfática.

O referido jornal encaminhou de forma incisiva a *Campanha*, nesse momento fundava-se na cidade a associação das sociedades recreativas, campanha contra o ensino religioso, álcool e cigarro. As páginas do semanário então traziam poesias, aconselhamentos e artigos valorizando o negro local e brasileiro, nos quais a denominação “raça” identificava um conjunto de negros e apresentava a posição ideológica dos membros do jornal, da *Campanha* e após, da *FNP*. Essa posição ideológica aparece no sentido de que, por vezes, um ou outro redator era identificado por *outros* como moreno ou mulato, como por exemplo, José Penny e Humberto Freitas, porém, os mesmos se autodenominavam negros na acepção de uma unificação identitária. Nesse sentido, concordamos com a análise desenvolvida por Santos (2001) ao vincular essa identificação conferida pelos *outros* com a autoidentificação dos mesmos aos lugares sociais ocupados por eles, visto que José provinha de uma classe média com amplo acesso à educação e Humberto era um artista plástico (SANTOS, 2001, p. 115-116).

Em 1932 já é possível captar nas páginas do hebdomadário a ideia que se encaminha para a fundação de uma entidade de defesa e conscientização da raça em Pelotas, seguindo os moldes da *FNB*, conforme se apercebe no fragmento de artigo escrito por um dos contribuintes do jornal, o líder negro Rodolpho Xavier:

[...] S. Paulo, neste momento, indica o caminho a seguir pela Raça Negra, em todo o Brasil, preparando-a para o futuro não como serva das outras raças, mas **ciente e consciente de seu valor moral, cívico e intelectual**, como parte integrante do povo brasileiro.

[...] A Raça Negra, a par dos desportos e festas carnavalescas, **deveria em primeiro lugar, instruir-se no seu principal papel para a conquista de seus direitos á cidadania e tão espezinhadados pelas outras Raças.**

Não temos associações de classe para defesa dos trabalhadores, não temos associações beneficentes, não temos associações de espécie alguma que ampare a nossa invalidez, ou que pugne pelos direitos de qualquer um individuo de cor preta quando seja preciso defendê-lo de arbitrariedades, sejam elas quais forem.

Desde 1908, como podem atestar as colunas da “Alvorada”, que viemos combatendo a falsa orientação seguida pela Raça Negra de Pelotas.

Agora, porém, temos o imenso prazer de ver que os homens de cor preta do mais progressista Estado do Brasil, rumaram ao verdadeiro caminho desfraldando as mesmas ideias¹⁷³! (A *Alvorada*, 28/02/1932, p.1, grifos nossos).

A passagem transparece então, e principalmente ao atentarmos para os grifos, o ideal de constituir-se uma organização que defendesse os negros em geral quando os mesmos se sentissem privados de algum direito. Sendo assim, não pugnavam apenas por propiciar o encontro de iguais, mas de defesa dos membros de uma mesma associação. Realizavam então uma crítica às associações bailantes étnicas, principalmente as negras, visto não propiciarem discussões políticas de defesa de raça negra embora tenham sido criadas em decorrência dos clubes sociais brancos, assim como determinados locais privados e até mesmo públicos, impedirem a presença de negros.

Em mesmo artigo o redator do jornal que viria a constituir-se enquanto porta voz da Frente pelotense, Rodolfo Xavier, destacou o seguinte:

Apelamos destas colunas aos intelectuais decentes da raça, pois que, aqui os há e competentíssimos, para a fundação de um Centro de Cultura igual aos da Frente Negra de S. Paulo, abstraindo discussões de raças e de preconceitos, **tendo em vista exclusivamente o levantamento moral e intelectual da raça por meio de reuniões e preleções, de aulas noturnas e tudo quanto possa cultivar a inteligência da mocidade.**

Apelamos dessas colunas para os diretores de sociedades recreativas, de cordões e de esportes da raça negra de Pelotas, de Jaguarão e Cacimbinhas a concretizar este apelo dentro de suas sedes e possibilidades pelo ideal – Instrução e Cultura – promovendo conferencias, em datas respectivas, que digam respeito a Lei de 28 de setembro, a de 13 de maio, a Campanha Abolicionista e aos Vultos representativos da raça nas armas, nas letras e nas artes e bem assim dos fastos principais da história-patria (grifos nossos).

¹⁷³ Optou-se por transformar a ortografia para a norma atual.

A passagem destacada demonstra a característica principal da *FNP*, ou seja, a busca pela educação como via de ascensão social, preocupação recorrente no Brasil entre as associações negras já anteriores à abolição. A Frente, embora tenha criticado as associações bailantes negras, desenvolvia atividade intensa nas sedes dos clubes sociais, sendo que a segunda parte da citação anterior pode estar fazendo referência ao que iria concretizar-se com *A Hora da Raça*, na qual desenvolviam palestras e conversas nas sedes sociais negras, levando aos co-irmãos discussões raciais, evocando os antepassados, e de interesse dos trabalhadores nacionais. Pelotas, em conjunto com a cidade de Rio Claro¹⁷⁴, localizada no interior paulista, foram as únicas cidades do interior que mantiveram organizações vinculadas à *FNB*.

Dentre os objetivos da Frente destacam-se a união da raça negra aliada à busca pela educação formal. Definiram como principal fim em seus estatutos a busca pela “instrução, educação e elevamento da raça Negra”. Para tal propunham ainda características que em muito se aproximam dos objetivos pleiteados pelas irmandades religiosas do século XIX e associações mutuais e/ou beneficentes surgidas já no final da escravidão, como por exemplo, o amparo em caso de necessidades relacionadas à saúde e/ou judiciárias, assim como a organização e manutenção de cursos alfabetizadores e com base em palestras e preleções diversas tendo como conteúdo a história do povo negro, com destaque para seus líderes e datas comemorativas com o intuito de elevar os negros além de ‘pleitear a admissão de elementos de cor aproveitável nos ginásios’ em uma clara alusão a positividade da identidade negra a ser alcançada pela não diferenciação dentre do próprio grupo e pela busca da instrução em primeiro lugar.

Poderiam associar-se homens e mulheres com mais de 16 anos, sendo que do total apenas 10% poderiam ser não negros, porém, na diretoria estariam apenas negros. A associação era administrada por uma diretoria eleita anualmente composta pelos cargos de presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º Tesoureiros, diretor geral e conselho fiscal¹⁷⁵. Loner (1999, p. 401) evidenciou uma característica pertinente à Frente pelotense que a distanciava da *Frente Negra Brasileira*. A pelotense embora também lutasse contra o racismo e em favor da educação, não tentou transformar-se em partido político, embora fosse também politizada, visto que alguns de seus militantes eram socialistas ou comunistas e discutiam sobre isso.

¹⁷⁴ PEREIRA (2004).

¹⁷⁵ Estatutos da *FNP*. *A Alvorada*, 14/01/1934, p. 2 e p. 8. O anexo D reproduz estes estatutos.

3.2.1 A FNP e a valorização de *uma* identidade negra

A análise do Estatuto da FNP em seu 1º capítulo, 2º artigo permite-nos inferir que esta associação teve como seu objetivo unificar boa parte do que já vinha sendo pleiteado pelas associações negras desde a época da abolição, e que evidenciam uma preocupação com os *seus* e com o elevamento moral dos mesmos, ou seja, demonstrar através de uma organização bem demarcada as condições sociais que os negros tinham a fim de desmentir os preceitos relacionados ao grupo. Mas para tal identificação positiva, era necessária uma união dos negros, sem distinção de tonalidade da pele, em torno do único meio que poderias conduzir-lhes a um padrão de igualdade – a educação. A fim de permitir uma melhor visualização de nossa interpretação destacamos a seguir o artigo referido:

Art. 2º. – O principal fim da Frente Negra é a instrução, educação e elevamento da raça Negra.

Reunir e unir todos os descendentes da mesma raça, ministrando-lhes ideias, ensinamentos nobres e altruísticos.

Procurar pelos meios a seus alcances a melhoria das condições intelectuais de seus associados.

§ 3º - Amparar individualmente aos sócios prestando lhes si possível assistência judiciária, médica, hospitalar.

§ 4º - Realizar palestras, conferencias, propaganda pela imprensa do país e estrangeiro, e todas as ações tendentes ao elevamento moral do homem negro.

§ 5º - Organizar uma biblioteca, cursos noturnos, diurnos de alfabetização, para os quais serão criados regulamentos à parte, e todas as iniciativas de utilidade para o engrandecimento da raça.

§ 6º - Pleitear a admissão de elementos de cor aproveitável nos ginásios (grifos nossos, *A Alvorada*, 14/01/1934, p. 2).

Ao atentarmos para a leitura dos artigos veiculados no jornal *A Alvorada* durante a manutenção da *Campanha* e da FNP fica evidente uma preocupação com a união dos negros. Conforme destacamos na passagem anterior, objetivava-se a união de *todos os afrodescendentes*, nesse sentido, é possível perceber a preocupação e negação de uma identidade *mulata*, estes eram tidos como *híbridos*, e nas palavras do articulista José Penny “na maioria, o pior inimigo de negro, principalmente quando tem algum conceito entre pessoas brancas, mesmo quando não tem”¹⁷⁶, o autor do artigo finaliza o mesmo explicitando seu orgulho de ser negro e lastimando o fato de não ser um negro *puro*. Nesse momento, destacamos o significado conferido ao que consideramos uma expressão – *negro*. Desse modo, não era apenas uma palavra, mas alcançava patamar de

¹⁷⁶ *A Alvorada*, 29/01/1934, p.2.

uma expressão repleta de identidade e acionada a fim de reunir a todos os afrodescendentes.

Destacamos ainda a permanência da visão de aproximação do mulato com o branco e não com o negro, visto que o mulato era percebido enquanto um ser que ao ascender socialmente tendia a se afastar de seus irmãos de cor, discriminando-os. Mas, buscava-se conscientizar os mulatos dessa posição que ia contra a unidade racial, a identidade invocada nos artigos era a de *uma* identidade racial negra, a qual englobava pretos, pardos, mulatos e crioulos, os quais através da instrução saberiam e defenderiam serem *todos negros*. Destacamos a chamada de um artigo, de página inteira e assinado pelo estudante e então redator do jornal José Penny, tendo ao lado um chamamento assinado pelo *Creoulo Leugim*, o qual inicia destacando a seguinte frase: “Quem não está conosco, está contra nós, e assim contra a Frente Negra e quem é contra a Frente Negra é contra a raça, e quem é contra a raça, é contra si mesmo”. Em ambos, a nosso ver, transparece a ideia por nós aqui defendida desta identidade racial negra:



Imagem 8: Artigo da Campanha pró-educação. *A Alvorada*, 7/01/1934, p. 1.

Nesta mesma direção destacamos ainda dois artigos do *A Alvorada* em especial, escrito por membros da *FNP*, tendo sido o primeiro redigido pelo articulista Humberto de Freitas, veiculado em 14 fevereiro de 1932. O redator critica a atitude de um grupo

bailante composto por mulatos que impedia a participação de pessoas negras, visto que para tal baseavam-se tão somente na “diferença das cutículas. E, nas suas condenáveis investigações etnológicas, achavam defeitos morais e contagiosos nos negros de tez da cor do ébano”. O referido autor prossegue sua indignação identificando que para os membros do referido grupo, a cor preta representava uma marca da inferioridade moral e social dessas pessoas, condição tida como *degradante*. Este grupo teria permitido a participação de brancos em contraposição à presença de negros, o que no pensamento do autor evidencia que “somente uma pessoa de ‘cor’ mista, pretensiosa e sem cultura, poderá deixar-se convencer que, por ter ‘abertinha’ a sua cor, não é negra!”. Assim se faz possível identificar as noções de raça e cor vigorantes no período em estudo. Nesse sentido, identificamos um evidente distanciamento da expressão *homens de cor*, visto que para os negros imbuídos da ideia de unificação da raça negra, as diferenças de cor, e consequentemente a identificação destas, criava ideias errôneas e medidas que se aproximam do que a historiografia denominou *branqueamento*.

Deste modo, os redatores utilizavam-se das páginas do jornal voltada à comunidade negra, para buscar incutir em seus leitores o ideal de união de todo povo negro, deixando de lado as diferenças de cor e colocando-se todos como membros de um só povo. Estes não deveriam envergonhar-se de sua pele e de sua história, para alcançar este ideal era necessário afastar-se dos preconceitos e das doutrinas branqueadoras. Porém, isto só poderia acontecer através da educação, a qual, na perspectiva seguida pela *Campanha* e consequentemente pela *FNP*, repassaria aos negros uma história presente de aspectos positivos através dos obstáculos que os negros tiveram e conseguiram vencer, ou seja, uma valorização das raízes, principal característica da identidade étnica de acordo com Barth (1969). A partir dessa conscientização os mesmos se identificariam e seriam identificados positivamente, visto que estariam bem instruídos a ponto de reivindicarem seus direitos e não manterem divisões dentro do próprio grupo. Esta perspectiva identitária negra fica evidente na forma como o redator finalizou o referido artigo “Felizes os que têm os olhos para olharem-se nos seus espelhos ‘genealógicos’ – as avós; felizes os que sentindo pulsar no coração o amor pela extirpe de José Mauricio, e do escravo Cosme; e sentindo repulsa pela ofensa, não apoiaram tal atitude preconceituosa”¹⁷⁷.

¹⁷⁷ *A Alvorada*, 14/02/1932, p. 3.

A discussão da diferenciação entre negros pretos e negros mulatos, evidenciada em relação à tonalidade da pele, era uma constante nas páginas do referido jornal. Sendo possível encontrar opiniões opostas, como por exemplo, a percepção dos mulatos como os representantes da inferioridade a qual o negro se sujeita, visto que aqueles se passariam por brancos negando as suas origens¹⁷⁸. É necessário recordar, no entanto, que este era um período em que ainda se mantinham fortes características do *branqueamento*, segundo o qual o negro quanto mais escuro fosse, mais atrasado social e culturalmente o era. Nesse sentido, os artigos veiculados durante a Campanha e a *FNP*, tendiam a reivindicar o fim dessa ideia desenvolvida pelos próprios mulatos, propondo uma unificação da comunidade negra em torno do ideal pretendido pelas lideranças negras.

Destacamos um segundo artigo intitulado *Incitamento*, veiculado na primeira página no jornal *A Alvorada*, em que o redator que se autodenominava *Creoulo Leugim* faz um chamamento aos tidos como mulatos, aconselhando-os a unirem-se a causa defendida pela *FNP*, visto que ambos, crioulos e mulatos, vivenciavam o mesmo sofrimento provocado por medidas preconceituosas e os identifica utilizando a expressão “cor da minha cor”, dá continuidade ao artigo colocando-se em igualdade aos mulatos ao identificar que “escuros ou claros somos todos iguais diante dos ‘puros’”. O autor recorre ainda às origens de ambos, em uma alusão ao que na atualidade é considerado o mártir dos negros brasileiros, Zumbi dos Palmares, e assim busca conferir uma ideia de coletividade ao problema enfrentado por pretos, mulatos e pardos.¹⁷⁹

A busca por uma identidade negra coletiva é evidente no artigo evocado, sendo possível evidenciar algumas características destacadas, como por exemplo, uma diferenciação que corresponde às diferentes tonalidades da pele, no caso mulatos seriam mais claros, enquanto os crioulos seriam mais escuros. Porém, o que mais chama a atenção nesse artigo é a identificação de um inimigo comum, os puros, ou seja, os

¹⁷⁸ Nesse sentido ver o artigo intitulado Híbrido apresenta a seguinte redação que indica a interpretação por nós apresentada: “O produto entre branco e negro como todos sabem, se chama ‘Mulato’.

Pois bem, eis aí, na maioria, o pior inimigo de negro, principalmente quando tem algum conceito entre pessoas brancas, mesmo quando não tem.

Engraçado, este infeliz, que é como assim eu considero, quando está bem com os seus ‘iguais’, os brancos, são tratados com toda benevolência, mas se por qualquer motivo se desativam, só se houve:

- Ora deixa ‘negão’

- Reconhece o teu lugar, ‘negro vaidoso’.

Tenho apreciado estes fatos entre pessoas de cultura e que dizem educadas.

Por isto lastimo a pobreza de espírito da maioria dos ‘mulatos julgados’, como diz o vulgo, e muito me orgulho em ser negro, chegando ao ponto de estimar não ser puro”. *A Alvorada*, 21/01/1934, p. 2.

¹⁷⁹ *A Alvorada*, 23/09/1934, p. 1.

brancos. Estes seriam o padrão fora da discriminação, sendo assim, era necessário que crioulos, mulatos, ou seja, negros se unissem em prol da causa do grupo.

Destacamos ainda o codinome utilizado pelo autor do referido artigo, *Creoulo Leugim*, essa foi uma prática recorrente durante a manutenção da *FNP* assim como do jornal *A Alvorada* de maneira geral. Nesse sentido, Santos (2010, p. 13) indica que a utilização de codinomes foi utilizado principalmente em se tratando de assuntos polêmicos, destacando dentre estes a questão de reivindicação salarial e denúncia de medidas preconceituosas¹⁸⁰.

A perspectiva de denuncia da situação dos negros, assim como valorização de sua história foi levada a efeito a partir das atividades externas da *FNP*, nas quais realizavam suas preleções intituladas *A Hora da Raça*. A identificação conferida às explanações de membros da *FNP* já explicita por si mesma os objetivos das lideranças negras, ou seja, reivindicavam um momento específico para se pensar o negro, em suas diferentes dimensões. Entre estas destacamos a valorização da história do negro. Nesse sentido, se faz necessário destacar que os membros fundadores da Frente pelotense, atentaram para o fato de que os clubes sociais tinham o poder de arregimentarem, e estavam se constituindo como os principais espaços de aglutinamento dos negros pelotenses. Cientes disto buscaram inserirem nestes espaços os ideais da *Campanha* e consequentemente da *FNP*. Evidenciando esta perspectiva destacamos um fragmento do relato concernente a reunião de assembléia geral realizada em novembro de 1933 nas dependências do clube *Chove Não Molha*. Nesta reunião tomaram a frente dos trabalhos o membro da *FNP*, então eleito tesoureiro da associação, Carlos Torres e o vice-presidente do referido clube, Joaquim Cardoso. Na referida assembléia destacou-se que:

[...] foram consideradas sociais protetora da F.N.P. as seguintes sociedades e jornais: “A Alvorada”, “C.C. Esta Tudo Certo” “C.C Chove Não Molha”, “S.R Depois da chuva” e C.C Fica Ai P’ra Ir Dizendo”, cujas sociedades muito tem contribuído para F.N. P cedendo sua sedes gratuitamente para as sessões e outros misteres (*A Alvorada*, 19/11/1933, p. 2).

3.2.2 Legião Feminina da *FNP*

Nesta mesma assembléia foi criado uma espécie de departamento da *FNP* – A Legião Feminina Frentenegrina, esta tinha por objetivo congregar as mulheres negras, tidas como as responsáveis pela educação das crianças negras enquanto mães. Nesse

¹⁸⁰ O referido autor destacou ainda a utilização dos seguintes codinomes: “Zumbi dos Palmares, Pardo Otrebla, Moço Negro, Tribuno Montanha, Negro Velho” (SANTOS, 2010, p. 13).

sentido, o então secretário da *FNP*, Paulo Santos Casado evidenciava essa iniciativa como parte da “tradição [da *FNP*] de procurar por todos os meios penetrar, nos lares negros, e neles deixar a semente, que trará como fruto: ‘A grandiosidade de uma raça, que se fez por si, e contrariada, por elementos estranhos a ela’”¹⁸¹.

Essa Legião, ainda em agosto do mesmo ano (1934) encontrava-se em fase de implementação. Porém, já se encontrava em atividades uma comissão de senhoras responsável por colocar em prática essa Legião. Os redatores do jornal incitavam as moças da raça a participarem dessa comissão, conforme transparece no chamado a seguir:

Legião Feminina, é o titulo da organização Frentenegrina que é constituída pelas senhoras e senhorinhas da Raça Etiópica Pelotense.
As listas que angariaram assinaturas percorrem gentis mãos na faina grandiosa pelo levantamento de nossa Raça.
Você gentil senhorinha e tu gentil ledora, presta teu amparo à tua organização, pois é que te defende.
Pela raça unida e forte, é que ás moças nossas estão trabalhando.
Pela raça instruída, é que elas debatem gloriosamente.
Creolo Leugim (A Alvorada, 19 de agosto de 1934, p.4)

Em 14 de outubro de 1934 temos uma notícia conclamando as moças para a instalação efetiva da Legião, em reunião a acontecer na sede do clube *Chove Não Molha*, a qual foi levada a efeito no dia 24 do mesmo mês. A partir de setembro, no entanto, o jornal passou a publicar uma coluna intitulada *Coluna da Legião Feminina*, esta vinha assinada com nomes femininos, como por exemplo, Maria Luiza Torres e Antonieta Ávila, embora tenhamos encontrado artigos com o codinome do *Creoulo Leugim*. Nesta coluna, publicada entre os meses de setembro a novembro de 1934, os assuntos tratados restringem-se à incitação pela busca da instrução, medidas moralizadoras tendo como principal alvo os bailes e festas e o arremetimento de sócios para a *FNP*, mas destacamos que esta não parecia ser uma iniciativa desprestigiada pelos mantenedores da *FNP*, visto que a coluna ocupa papel de destaque nas publicações do órgão divulgador das ideias da Frente. A seguir destacamos um fragmento da folha de rosto do jornal *A Alvorada* que nos permitiu estas conclusões, visto ser um padrão de disposição para os outros artigos da referida coluna:

¹⁸¹ *A Alvorada*, 26/08/1934, p. 2.

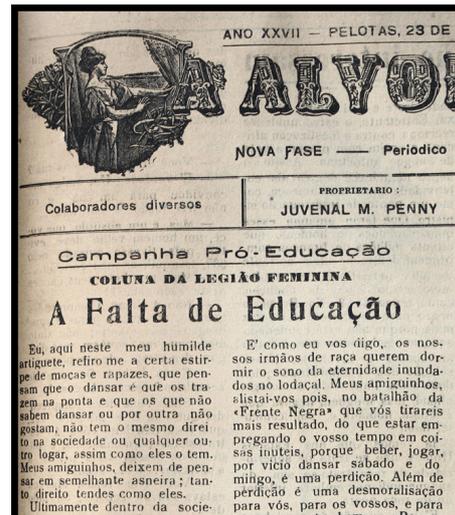


Imagem 9: Coluna da Legião Feminina da FNP, A Alvorada, 29/09/1934, p.1.

3.2.3 A Hora da Raça nos clubes negros

No artigo em destaque na imagem 9 a autora criticava as moças e rapazes que tinham por hábito a dança, jogos e outros vícios, condenando estas medidas como desmoralizadoras para a raça negra. Nesse sentido, conforme destacamos anteriormente esta era uma crítica comum da FNP, porém, os membros diretivos tiveram uma grande influência dentro das sedes dos clubes sociais negros. Nestes desenvolviam a nosso ver, não apenas *A Hora da Raça*, mas estavam conseguindo por em prática, a busca por uma união da comunidade negra pelotense, ao menos nos que já estavam imbuídos do caráter associativo. Destacamos assim, uma ação conjunta dos clubes negros – *Chove Não Molha, Depois da Chuva, Fica Ahí P’ra Ir Dizendo e Está Tudo Certo* – proposta pelo presidente do clube *Chove Não Molha*, Alberto de Oliveira, visando *moralizarem* seus espaços sociais.

A reunião destas associações foi realizada em 27 de julho do ano de 1932, na sede do *Chove Não Molha*, “com o propósito de tomarem certas medidas a fim de serem reprimidos certos abusos praticados por elementos ignorantes, que só vinha em prejuízo das sociedades e da própria família”, para tal constituíram um conjunto de normas identificado como *Regulamento Interno das Sociedades Recreativas*, composto de sete artigos aprovados pelos representantes dos clubes negros supracitados. Dentre as determinações encontram-se medidas que restringem frequentadores, ou até mesmo sócios, tidos como insolentes e perturbadores da ordem de participarem das atividades sociais, ficando a associação, em que este voltar a cometer a infração do regulamento,

comprometida de informar as co-irmãs a fim de que o mesmo não venha a frequentar ou outros clubes, assim como ao alugar seus salões, as medidas deveriam ser mantidas pelos promotores da festa. A referida iniciativa foi amplamente divulgada no jornal *A Alvorada*, o qual publicou a ata dessa reunião e fez o seguinte destaque antecedendo a publicação:

“A Alvorada” ufana-se com a iniciativa, porque foi quem primeiro apelou para os bons sentimentos dos dirigentes das mesmas sociedades, para que todas as reuniões dançantes não terminassem em conflito, como na maioria, excluindo de seu seio elementos “indesejáveis” e cumprimenta os indicadores, fazendo votos para que seu intento não encontre óbices dentre os signatários da ata que foi registrada, afim [de que] possam levar avante o respectivo saneamento moral, para o orgulho e o engrandecimento de nossas sociedades (*A Alvorada*, 14/08/1932, p.6).

Nos dois anos iniciais da Frente ela ocupou uma sede provisória, localizada na Rua General Argolo, 415, nesta desenvolvia suas conferências, reuniões, assembléias e era o local onde os interessados poderiam se associar. A mesma passava ainda por dificuldades financeiras, tidas como as responsáveis pela não aquisição de sede própria. Realizavam suas atividades abertas ao público, principalmente nas sedes sociais das associações negras até mesmo para arregimentar mais adeptos a causa. Foram freqüentes os ataques dos envolvidos na *FNP* aos negros que apenas queriam dançar e divertirem-se. Acreditamos que realizar atividades nas sociedades bailantes poderia ser uma forma de estar mais perto dos que não estavam conferindo a devida importância, segundo a diretoria da *FNP*, à causa negra.

Assim é possível inferir que as preleções da *FNP* eram os pontos culminantes da associação em que aparece de forma mais contundente a manifestação em prol de uma identidade negra unificadora, com destaque para a *A Hora da Raça* nos clubes negros. Destacamos ainda, que durante a manutenção da Frente, as atividades divulgadas no *A Alvorada* que indicam o local de realização, quando não realizadas em sua sede, foram desempenhadas nas sedes dos clubes sociais negros, assim como podemos perceber um intuito desses em se enquadrar nos preceitos da *FNP*, através de membros ou atividades em conjunto, como a construção do *Regulamento Interno das Sociedades Recreativas*. Destacamos, nesse sentido, a participação efetiva do clube *Chove Não Molha*, ora emprestando sua sede as preleções desta, tendo sido o presidente deste o idealizador do *Regulamento*. Em edição do *A Alvorada* de janeiro de 1934, encontra-se um convite para a reunião dos frentenegrinos a ocorrer no dia 21 do mesmo

mês na sede social do clube negro *Chove Não Molha*, nesta além dos compromissos de praxe, como leitura da ata anterior e nominata dos novos sócios consta ainda que “com toda solenidade será lida carta enviada pelo ilustre Dr. Arlindo Veiga dos Santos, presidente da *Frente Negra Brasileira* ao distinto senhor Waldemar R. da Silva, presidente da *Frente Negra Pelotense*”¹⁸². Este clube além de emprestar seus salões às atividades da Frente solicitava que *A Hora da Raça* fosse realizada a fim de instruir seus associados durante as *Festas da Primavera*, como destacamos a seguir:

C. C. *Chove Não Molha*

N. Cidade

Digna Diretoria:

A Frente Negra agradece a feliz lembrança, de, em vossas festas da primavera, fazer-mos hora de instrução. Rejubilamo-nos convosco, pois isso mais uma vez demonstra que a Direção do *Chove Não Molha*, contribui com sua parcela, como sempre tem demonstrado pela maior grandeza da Raça Negra Pelotense.

Aceitamos e pedimos além que seja feita, por nós, uma venda de flores, em benefício da F. N. P., representação máxima da classe que representa.

Que o gesto, choviano, seja imitado e muitas vezes seguido, é o que ardentemente desejamos.

Saudações

Paulo dos Santos Casado

2º Secretário (*A Alvorada*, 26/08/1934, p. 1).

Com o fragmento supra transcrito nos encaminhamos para o próximo item deste capítulo, ou seja, evidenciar a rede que estava se configurando de forma mais complexa e intensa a partir das associações negras pelotenses, com destaque para os membros diretivos dos clubes negros e da *FNP*, dentre estes, mas também com associações de cidades vizinhas assim como com associações nacionais, como no caso da *Frente Negra Brasileira*.

3.3 A rede se consolida: membros dos clubes, articulistas do *A Alvorada* e militantes da *Frente Negra Pelotense*

Pedras Altas

José Peny e Vargadas,
Duas penas cintilantes
Servis em todas cruzadas,
Com seus artigos brilhantes.

João Bueno, de Cacimbinhas

¹⁸² *A Alvorada*, 14/01/1934, p.4.

Outro valor que vai ser
Escreverá muitas linhas
Para aquele povo ler.

Demetrio Silva, também
Lutador e abnegado,
Conduz a sua pena bem
E aqui fica convidado.

Frente Negra Pelotense,
Orgulho de nossa raça,
O negro Pedrasaltense
Aqui te saúda e te abraça.

As tuas finalidades,
É [*sic*] a nossa aspiração
Abrange todas [*sic*] cidades
Buscando coordenação.

Nas vilas, nos povoados,
Teu desejo há de chegar
Para a que a raça orientada
Possa forte triunfar.

Miguel Barros, animador
Da cultura e da união,
Humberto de Freitas, o batalhador
De valor e vibração.
(*A Alvorada*, 30/09/1934, p.7).

Os artigos veiculados no *A Alvorada* assim como nos demais jornais locais e com o auxílio das atas de diretoria dos clubes *Chove Não Molha* e *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo* fornecem indícios da participação de membros que atuavam em diferentes associações negras. Essa participação se intensificou na década de 30. Neste período, a *FNP* aparece como a associação unificadora da raça na cidade e já com respaldo não apenas regional como também nacional. No poema intitulado *Pedras Altas* encontramos alguns dos nomes que se enquadram nessa afirmativa, os quais abordaremos ao longo desse sub-capítulo, alerta ainda para a abrangência, no caso regional, que a Frente vinha alcançando. O redator apela para os negros de Cacimbinhas (atual cidade de Pinheiro Machado) e Jaguarão na empreitada em prol da instrução e cultura.

A primeira estrofe do poema anterior referencia dois redatores e membros da *Frente Negra Pelotense*. José Penny foi, conforme destacamos anteriormente, o idealizador da Campanha Pró-Educação, a qual seria a bandeira da *FNP*, este era filho do proprietário do jornal, Juvenal Penny¹⁸³, e na época estudava Engenharia na capital do Estado, Porto Alegre, cidade na qual era o representante do jornal *A Alvorada*.

¹⁸³ Juvenal Penny foi o proprietário do jornal entre a fundação, 1907 até 1945, sendo que no ano seguinte o noticiário foi adquirido por Rubens Lima (SANTOS, 2003).

Durante a manutenção da Campanha ocupou os cargos de diretor e redator do referido jornal. Esteve entre o grupo fundador da Frente, ao lado de José Adauto Ferreira da Silva, Carlos Torres, Miguel Barros e Humberto de Freitas. Em seus artigos, manifestava os ideais de unificação da raça negra em torno do ideal da instrução e se auto-identificava como negro.

Em conjunto com José Penny, o poema evoca Armando Vargas, ao referenciar a assinatura adotada por este na coluna *Pedacinhos... que interessam*. Este era tipógrafo, envolvido com o movimento operário da região e um dos fundadores do jornal *A Alvorada* e se mantendo entre os articulistas até a extinção do hebdomadário. Armando esteve no conselho consultivo da *Frente Negra Pelotense*, momento em que era também sócio do clube negro *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo* e neste se mantendo durante todo o período abrangido por esta pesquisa, sendo que no ano de 1939 participou das reuniões de diretoria do referido clube, embora não apareça na nominata diretiva do ano, o que indica que o mesmo deveria possuir um título de sócio benemérito ou sócio protetor. A ata de 23 de março de 1938 do Clube *Fica Ahí* demonstra a importância, ou reconhecimento, para com o mesmo pela diretoria dessa associação negra, visto que se tirou comissão para visitar filhas doentes de sócios, sendo que uma dessas, era a filha de Armando, a qual veio a falecer.

Ao finalizar o poema o autor referencia dois importantes nomes na comunidade negra pelotense: Miguel Barros e Humberto de Freitas. Humberto de Freitas apresentou grande trânsito entre as associações de cunho racial e as vinculadas ao movimento operário da cidade, foi líder do Sindicato dos Carpinteiros de Pelotas e candidato às eleições para deputado federal e constituintes estaduais pelo Partido Socialista Proletário do Brasil em 1934, além de ser articulista do *A Alvorada*, no qual escrevia provavelmente sob o pseudônimo de *Zumbi dos Palmares*, em alusão ao líder negro de mesmo nome. Foi com este pseudônimo que Freitas redigiu o artigo que dava por fundada a *FNP* na cidade. Este esteve entre os membros fundadores da referida Frente na qual ocupou o cargo de secretário geral no ano de 1933 (SANTOS, 2003). Associado dos clubes *Chove Não Molha* e *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*. No *Chove Não Molha* foi membro da diretoria, sendo que entre os anos de 1936-1939 desempenhou a função de secretário. Teve uma participação efêmera no clube *Fica Ahí*, sendo encontrado seu nome entre os associados apenas no ano de 1939, quando provavelmente já se encontrava doente, pois em ata de 12 de julho de 1939 havia o informe de uma festa artística promovida por Dalva Vizeu em prol de Humberto. Era tido em alto nível

de consideração pelos demais associados do Clube, visto que ocupou um dos principais cargos do Clube, primeiro orador. Ainda que a sua presença pareça ter sido relativamente curta no *Fica Ahí* acreditamos que ele, ou sua família, possuíam melhores relações com este clube visto que quando o mesmo veio a falecer, no ano de 1939, o caixão conduzindo seu corpo saiu da sede do referido clube, embora tenha sido o fato referenciado nas atas dos dois clubes do qual fizera parte. Nesse sentido, o *Fica Ahí*, em ata de 15 de novembro de 1939 comunicou seu falecimento, referenciando-o como:

[...] benfeitor ficaiano, primeiro orador do clube e no seu féretro lhe foram prestadas várias homenagens, como o caixão veio até sua sede [do clube], saiu daqui em carro fúnebre e no enterro houve discurso do orador do clube (LADCFA n.º. 145, 15/11/1949).

Ao buscarmos o cruzamento de nossas fontes, foi possível identificar este trânsito entre as associações. Na ata de número 100, a Diretoria e Conselho presumível tinha a seguinte composição:

Presidente: Rubens Lima
Outros integrantes: Waldemar Rodrigues, tesoureiro Francisco Braga, Dario Nunes, Carlos Torres, Armando Souza, Miguel Caldeira, Francisco Abreu, Lupicínio Ribeiro, Joaquim Dias (LADCFA, n.º. 100, 23/03/1938).

O então presidente do Cordão será o proprietário do jornal *A Alvorada* a partir de 1946, no momento era funcionário do porto de Pelotas (Santos, 2003). Dario Nunes, por sua vez, era tipógrafo, um dos membros fundadores da *Liga de Futebol Independente José do Patrocínio* e esteve na direção do *A Alvorada* nas décadas de 1930 e 1940, mantendo-se nas constituições da diretoria do clube por todo o período aqui abarcado. Carlos Torres era alfaiate e quando da compra do *A Alvorada* por Rubens Lima forneceu para sede sua alfaiataria (Alfaiataria Torres). Carlos fez parte do conselho consultivo da *Frente Negra Pelotense*.

Embora não constem nessa diretoria do Clube *Fica Ahí*, encontramos presença marcante dos seguintes membros, corroborando com o trânsito entre as associações: Armando Vargas, Ivo Porto e Humberto de Freitas. Armando esteve no conselho consultivo da *Frente Negra Pelotense*, em conjunto com Carlos Torres e Ivo Porto, entre outros. Esteve à frente da diretoria do *A Alvorada* nas décadas de 1930 e 1940, e era tipógrafo, mesma profissão de Dario Nunes. Ivo, por sua vez, era membro fundador do cordão, e foi encontrado em todo o período abarcado pela pesquisa. Foi membro do conselho consultivo da Frente. Em conjunto com Humberto Freitas, aceitaram os cargos

de diretor e subdiretor, respectivamente, funções essas a serem desenvolvidas apenas no período de Carnaval do ano de 1939. Porém, as atas deixam ver que Ivo participava com frequência das reuniões durante todo o ano, sendo suas opiniões muito respeitadas pelos demais membros do clube. Foi ele o idealizador da realização de uma campanha pela sede própria, iniciada em 7 de setembro de 1939.

A partir das atas do cordão *Fica Ahí* foi possível identificar o contato, no período abrangido por essa pesquisa, com as seguintes associações da cidade: *A Alvorada*; Corpo Cênico dos Homens da Catedral; S. R. Futurista; *Quem Ri de Nós Tem Paixão*; *Depois da Chuva*; *Está Tudo Certo*; *Chove Não Molha*. Encontramos ainda referência a alguns blocos, que se formaram dentro do Cordão, como o das Tendeiras, ou dentro dos Cordões co-irmãos como, por exemplo, o das Sevilhanas, que segundo Loner (2008) surgiu dentro do *Chove Não Molha*, adquirindo independência posteriormente. Tem-se alusão ainda ao Bloco dos Caipiras e dos Confeiteiros, além de manterem ligações com associações de cidades próximas.

Foi possível ainda, identificar uma circularidade acentuada, destacando-se as associações da cidade vizinha, Rio Grande. Nessa cidade identificamos as seguintes associações: Centro Cultural Marcílio Dias, fundado em 1936, altamente voltado à alfabetização dos negros, o qual teve entre seus sócios o deputado classista Carlos Santos, muito respeitado pela comunidade negra pelotense (SANTOS, 2003); Estrela do Oriente, clube carnavalesco existente entre 1923-1948; Sociedade União Operária, entidade ligada ao proletariado organizado ou não, a qual manteve o jornal *A Evolução*; *O Tagarela*, jornal negro; Braço é Braço, importante organização, a qual surgiu como rancho em 1º de janeiro de 1920 e permanece em funcionamento até hoje, como clube cultural; Sociedade Recreativa Recreio Operário, clube carnavalesco em funcionamento de 1885 à 1937; S. R. Aliança; C. C. Paquetá e Floresta Recreativa Rio Grandina, entidade carnavalesca em funcionamento de 1941 à 1955¹⁸⁴.

Além disso, encontrou-se nas atas a proposição de manterem-se representantes em cidades próximas. Esses deveriam orientar os sócios em mudança, os quais poderiam então procurar aquelas pessoas que os conduziriam, indicando as associações a serem frequentadas assim como a conduta nas demais esferas da vida social e pessoal na nova cidade. Ao representante caberia também representar o clube nas entidades co-irmãs da cidade. Isso demonstra o alcance do clube e até mesmo a importância

¹⁸⁴ Sobre as associações negras em Rio Grande ver LONER (2008).

adquirida. Com essa prática percebe-se uma ampliação nas redes de relações. Nas atas encontramos um representante em Rio Grande, Pinheiro Machado e, a próxima passagem, deixa transparecer que a capital do Estado também gozava de um representante ficaiano¹⁸⁵.

Encontramos ainda um fato que nos chamou atenção, duas associações de nome homônimo ao clube, sendo uma em Uruguaiana, Recreativa Fica Ai, e outra em Porto Alegre, Fica Ai. Nesse sentido, é plausível perceber o destacado em ata do dia 22 de janeiro de 1940, na qual consta a seguinte passagem:

[...] O sr. Bugre Machado, através do sr. Waldemar Machado, comunica que, mesmo sem ter recebido a carta de apresentação do clube, se fez presente na **inauguração do Fica Ai, da capital, que tem muitos associados vindos de Pelotas ou antigos ficaianos** que agora residem lá (grifos nossos, LADCFA nº. 153, 22/01/1940).

Dentre os membros diretivos dos clubes que atuavam no *Alvorada* e também na Frente encontram-se Dario Nunes, Carlos Torres, Ivo Porto, Joaquim Rollo, Juvenal Penny, Humberto Freitas e Armando Vargas. Este trânsito entre as associações intensificou-se na década de 30, porém, as relações travadas por estes era ainda regional. O surgimento da Frente Negra Pelotense foi um marco na irradiação das ideias aqui vigorantes, assim como no diálogo com ideários nacionais e ações mais enfáticas em prol da defesa dos direitos dos negros, principalmente no tocante a denúncia de medidas preconceituosas. Esta expansão da rede constituída em Pelotas a partir da Frente é captada através da publicação de saudações a sua fundação pelos jornais locais, o que demonstra uma identidade que estava sendo exteriorizada e sendo percebida pelos demais segmentos da sociedade pelotense, assim como pelas correspondências enviadas e recebidas pela mesma, nas páginas do hebdomadário *A Alvorada*.

Destacamos a seguir uma tabela em que mapeamos os membros negros em diferentes associações, o que nos auxilia a melhor visualizar a rede que então se consolidava na cidade a partir dos sujeitos desse processo histórico:

¹⁸⁵ Ficaianos referencia os associados do clube *Fica Ahí*.

Tabela 5: Mapeamento da rede para irradiação e defesa dos direitos dos negros a partir das lideranças e associações negras existentes no pós-Abolição em Pelotas (1885-1943)

LIDERANÇAS NEGRAS	ASSOCIAÇÕES E FUNÇÃO DESENVOLVIDA
Antonio Baobad	- Jornal <i>A Alvorada</i> : fundador. - <i>Sociedade Beneficente Feliz Esperança</i> : associado;
Armando Vargas	- Jornal <i>A Alvorada</i> : fundador; diretor nas décadas de 1930 e 1940; - <i>FNP</i> : membro do conselho consultivo; - <i>Clube Fica Ahí</i> : Associado em 1938-1939.
Carlos Torres	- Jornal <i>A Alvorada</i> : fundador; - <i>FNP</i> : fundador; membro do conselho consultivo; tesoureiro em 1933; - <i>Clube Fica Ahí</i> : membro da diretoria entre 1938-1943.
Dario Nunes	- Jornal <i>A Alvorada</i> : fundador; diretor nas décadas de 1930 e 1940; - <i>Liga de Futebol Independente José do Patrocínio</i> : fundador. - <i>Clube Fica Ahí</i> : Membro da diretoria entre 1938-1943; orador em 1939-1940; organizador do time de futebol do clube, em 1940.
Durval Penny	- <i>Asilo de órfãos São Benedito</i> : diretor; - <i>Satélites do Progresso</i> : presidente em 1908; - Jornal <i>A Alvorada</i> : fundador; proprietário até meados da década de 1940; - <i>FNP</i> : presidente honorário em 1934.
Humberto de Freitas	- <i>A Alvorada</i> : redator na década de 1930; - <i>FNP</i> : fundador; membro do conselho consultivo, secretário geral em 1933-1934; - <i>Clube Chove Não Molha</i> : membro da diretoria; secretário entre 1936-1939; - <i>Clube Fica Ahí</i> : sócio em 1938; 1º orador em 1939 e subdiretor do cordão em 1939.
Ivo Porto	- <i>A Alvorada</i> : redator - <i>Clube Fica Ahí</i> : Título de sócio fundador; diretor do cordão em 1938, 1939; orador em 1941, membro da direção entre 1938-1943. - <i>FNP</i> : membro do conselho consultivo.

LIDERANÇAS NEGRAS	ASSOCIAÇÕES E FUNÇÃO DESENVOLVIDA
Joaquim Rollo Sobrinho	- <i>Liga de Futebol Independente José do Patrocínio</i> : fundador. - <i>Fica Ahí</i> : membro do conselho consultivo entre 1938-1939.
José Penny	- <i>A Alvorada</i> : Diretor e redator; idealizador da <i>Campanha pró-educação</i> , em 1933.
Juvenal Penny	- <i>Clube Está Tudo Certo</i> : fundador do clube; - <i>A Alvorada</i> : proprietário até meados da década de 1940 e redator. - <i>FNP</i> : membro do conselho consultivo.
Miguel Barros	- <i>A Alvorada</i> : redator na primeira metade da década de 1930; - <i>FNP</i> : Fundador e representante da mesma no Congresso do Recife.
Rodolfo Xavier	- <i>A Alvorada</i> : fundador e redator durante toda a existência do jornal; - <i>FNP</i> : membro do conselho consultivo.

Fontes: dados compilados para pesquisa, devidamente citados ao longo do capítulo.

3.3.1 A *FNP* e a rede em perspectiva

A importância conferida pela comunidade negra, no tocante às suas associações, vem sendo por nós demonstrada, porém, restringe-se a uma percepção a partir do *nós*, ou seja, de dentro do grupo negro. A criação da *FNP* possibilitou o acesso à identificação positiva conferida pelos *outros* à iniciativa negra. Nesse sentido, os jornais locais saudaram a criação da associação, tecendo comentários elogiosos à iniciativa educacional dos negros pelotenses. Os jornais *A Opinião Pública*, *Diário Liberal*, *O Libertador* e *Diário Popular* cumprimentaram a criação da *FNP* através de suas páginas. Com exceção do *Diário Liberal*, todos os jornais publicaram os objetivos da Frente, sendo que os *A Opinião Pública* e *Diário Popular* publicaram uma carta encaminhada pelo secretário da associação negra, Humberto de Freitas, sem maiores comentários. O *Diário Liberal*, no entanto, publicou a seguinte nota dando ao conhecimento do público a criação da *FNP* em conjunto com a manifestação da opinião em relação à associação:

Devido aos esforços de um punhado de homens de boa vontade está fundada, nesta cidade, a *Frente Negra Pelotense*. Suas finalidades são as mais nobres,

licitas e justas; amparar, agremiar, alfabetizar e educar as pessoas de cor, de ambos os sexos para dar-lhes o lugar a que têm direito, dentro da época, em consonância com seu caráter, a sua bondade e a sua cultura. Aqueles que têm entre nós, a cor do Patrocínio, Tobias e Lívio de Castro, os mestiços de gênio, bem podem alcançar, como é de justiça, pelo seu esforço, um lugar ao sol na civilização da terra. Raça paciente, heróica, se agremiam [*sic*] em boa hora pra elevar o nível cultural de seus membros, e, por isso, merecem nosso amparo e nosso aplauso (*Diário Liberal*, 4/09/1933, p. 1)

Este jornal em conjunto com o *Diário Popular*, foram os únicos a darem destaque a notícia, publicando em primeira página. Porém, como a passagem anterior transparece, não é possível perceber uma crítica as relações raciais no país. Estes jornais apresentavam um jornalismo vinculado aos partidos políticos, nesse sentido, o *Diário Popular* e *A Opinião Pública* estavam ligados ao Partido Republicano Riograndense (PRR), O *Libertador*, por sua vez, era opositor ao governo do PRR, enquanto que o *Diário Liberal* “representava a coalizão de apoiadores do governo Vargas na cidade” (LONER, 2010, p. 158)¹⁸⁶.

Nesse sentido, a *FNP* conferia um papel de unificadora dos interesses dos negros pelotenses perante o restante da sociedade local. Mas, é em correspondência enviada à *Frente Negra Pelotense* e, publicada no jornal *A Alvorada* de 14 de janeiro de 1934 em primeira página, que se faz possível perceber o alcance nacional que a Frente estava alcançando, destacamos a seguir a referida página do jornal seguida por um fragmento da publicação:



Imagem 10: *FNB* em correspondência

¹⁸⁶ Sobre a imprensa em Pelotas e os jornais aqui citados ver mais em LONER (2010), p. 95-96; 144-148 e 187-188.

com a *FNP. A Alvorada*, 14 de janeiro de 1934, p.1.

Temos a distinta honra de transcrever para as colunas deste semanário a carta abaixo recebida no dia 9 do corrente [janeiro] e dirigida ao presidente da *Frente Negra Pelotense*, Sr. Waldemar Rodrigues da Silva pelo ilustre Dr. Arlindo Veiga dos Santos, presidente geral da *Frente Negra Brasileira* com sede na cidade de São Paulo, ei-la:

“Excelentíssimo senhor presidente da *Frente Negra Pelotense* Fé e União! Tendo seguido, no órgão dessa associação promissora, os trabalhos levados a frente pelos frentenegrinos pelotenses, venho dar-lhes os meus parabéns pelos louváveis esforços que fazeis todos pela nossa Frente Negra tão necessitada de quem devéras se interesse pelos seus destinos.

Que Deus Abençoe os vossos labores; que a fé dos negros na idade nova que desponta para o Brasil leve todos a união![...]”

Dr. Arlindo Veiga dos Santos
Presidente geral da *FNB*
S. Paulo, 28/12/1933.
(*A Alvorada*, 14/01/1934, p.1)

A reportagem é seguida pelo comentário “Animai-vos, negros pelotenses, a nossa campanha está refletindo longe. União, cultura, paz, educação, ilustração, sejam sempre lema dos frentenegrinos.” Reforçando assim o alcance que a *FNP* vinha alcançando assim como as ideias presentes na mesma e que esperavam fosse seguida pelos negros “que de fato desejam o progresso da raça negra pelotense, bem assim como do Brasil. A *Frente Negra Pelotense* está de braços abertos para receber-vos”.

A correspondência, nesse sentido se faz interessante a fim de auxiliar na percepção da rede de relações não apenas mantida, mas também pretendida pela organização e seus mantenedores. As passagens supracitadas evidenciam as boas relações iniciais mantidas entre as frentes, Brasileira e Pelotense, assim como o anseio de que as organizações servissem como meio de união dos negros brasileiros. Buscavam então incutir nestes uma identidade negra positiva que estivesse de acordo com os padrões morais da época e retirasse a carga pejorativa que as teorias racistas gestadas no final do século XIX e ainda presentes na sociedade brasileira, traziam enquanto parte constituinte dos negros¹⁸⁷.

Foi buscando afastar estas ideias preconceituosas que os negros pelotenses uniram-se em prol da *cultura, educação e ilustração*. Os ideais e pensamentos passíveis de consideração pelos frentenegrinos que escreviam no jornal se tornam possíveis de captar, mesmo que em parte. Não é plausível afirmar que todas as propostas eram aceitas para publicação, mas as que foram publicadas evocam ideários de uma época. É

¹⁸⁷ Acerca das teorias racistas e sua adaptação a realidade brasileira ver HOFBAUER (2006).

possível perceber-se então as ideias que se encontravam em voga no período e como os negros refletiam sobre o assunto, como por exemplo, na seguinte reportagem:

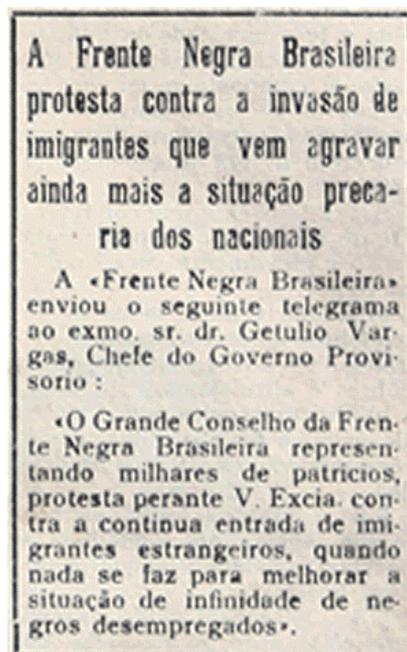


Imagem 11: Protesto da FNB - *A Alvorada*, 14/01/ 1934, p.1.

O jornal *A Alvorada* ocupava mais uma vez o papel de defensor dos negros pelotenses assim como a própria Frente. Torna-se importante esclarecer que muitos, e talvez a maioria dos negros pelotenses fossem trabalhadores, e muitos dos quais operários, sendo assim as medidas governamentais em detrimento dos nacionais não eram vistas com bons olhos. A divulgação da notícia advinda do centro do país, corrobora com os preceitos ideológicos do hebdomadário e demonstra que a FNP não estava isolada em seus posicionamentos.

A denúncia de um acontecimento ocorrido na cidade de São Leopoldo/RS corrobora a perspectiva de que a Frente aparece mais incisivamente enquanto respaldo da população negra a fim de cobrar medidas igualitárias dos órgãos públicos competentes. Identificamos assim características próprias de uma rede de movimento social articulado, no sentido conferido por Scherer-Warren (2006, p. 113): “A ideia de *rede de movimento social* é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos”. É possível perceber a Frente ocupando o lugar político de defesa dos negros a que se destinava, e não apenas

educacional, justificando assim, a não aceitação de mudar seu nome para Frente Educacional Pelotense. Segue a missiva publicada nas páginas do *A Alvorada*:

Negro não é gente em São Leopoldo
[...] para que leiam e reflitam, o pior inimigo do negro, o mestiço ignorante e mesmo certos negrinhos pernósticos, a seguinte carta que nos chegou de São Leopoldo, lugar em que o negro é considerado coisa tão “boa” que nem na praça pode sentar.

São Leopoldo, 22 de janeiro de 1934.

Ilmo. Sr. José Penny/ redator d “Alvorada” Pelotas

Prezado Sr. Sendo vosso semanário – “A Alvorada” – o paladino das causas etiópicas – a nossa – no sul do país, venho trazer ao vosso conhecimento, para que tomem os meios dessa ofensiva contra os brasileiros degenerados, uma berrante medida tomada pelo prefeito deste desgraçado torrão – São Leopoldo – Sr. Teodomiro Porto.

Trata-se do seguinte: o nosso confrade “Diário de Notícias”, de 18/1/934, publicou em sua seção “de São Leopoldo” entre outras notícias, estas “medidas municipais” – A prefeitura organizou um grupo constituído de cinco guardas para cuidarem a Praça Centenária, recentemente franqueada ao público.

Entre outras ordens dadas aos referidos guardas, foi determinado que não permitam a entrada de meretrizes na Praça e nem admitam que pessoas de cor ocupem os bancos, com exceção do 8º B. C.

Como não podia deixar de ser foi com grande indignação que os verdadeiros brasileiros – inclusive militares, apesar dos bem... lem... b... nem do prefeito – residentes neste município, infelizmente dirigido por um patrício insensato, receberam tal notícia.

Esta medida não tem precedentes no Brasil! Por isso eu, como gaúcho, sinto-me envergonhado e tenho certeza que o Rio Grande do Sul estará comigo se levarmos ao conhecimento da imprensa brasileira!

Teodomiro Porto é o mesmo intendente eleito com centenas de voto feitas por pessoas de cor e contra a oposição de muitas pessoas brancas, por se dizer, ele, verdadeiro brasileiro.

Queira publicar, se julgar conveniente.

Saudações

UM BRASILEIRO

(*A Alvorada*, 04/04/1934, p. 7)

Esta correspondência traz traços que permitem inferir alguns pontos importantes no objetivo de abordar a rede de relações pela *Frente*; a exteriorização à recepção às ideias da *Frente* em outros locais que não apenas a cidade de Pelotas, assim como a irradiação da identidade pretendida pela entidade de defesa da raça negra em Pelotas. A carta em questão apresenta ainda alguns signos importantes na percepção das relações estabelecidas pela *FNP*, assim como o desencadear desse episódio, e a recepção às ideias dessa entidade¹⁸⁸.

Nesse sentido, primeiro, o *A Alvorada* vinha constituindo-se como órgão de defesa da raça negra no Estado, visto ser o órgão divulgador das ideias da *FNP*, ou seja,

¹⁸⁸ A respeito da utilização de cartas enquanto fonte de pesquisa histórica ver mais em GOMES (2004). Destacamos, de acordo com esta autora, que as missivas apresentam um caráter relacional capaz de possibilitar a visualização de um espaço de sociabilidade entre grupos e indivíduos.

existia um trânsito de informações que permitia o conhecimento da manutenção desse jornal e seu alcance o capacitavam a irradiar a notícia para os demais órgãos da imprensa brasileira. Segundo, quem escreve é um negro, visto que se coloca como membro da raça etiópica, evocando assim traços de uma identidade racializada, no caso, vinculada a herança africana; nascido no Brasil, um *verdadeiro brasileiro*, e nesse sentido é preciso ter claro o momento conjuntural vivido pelo país, de afirmação das raízes mestiças e valorização do trabalhador nacional com as medidas tomadas pelo governo provisório de Vargas, evocando ainda os choques de fronteiras interétnicas.

Barth (1998) nos fornece uma contribuição para compreendermos o que faz com que se manifeste e reforça a identidade do grupo. As denúncias publicadas posicionando-se contra atitudes repletas de preconceito racial objetivavam que os demais negros ainda não imbuídos dos ideais pleiteados pela *Frente Negra Pelotense*, se irmanassem a *estes*, identificando-se para tal como negros, opondo-se aos *outros*. O referido autor ao perceber as diferenças dos grupos étnicos, enfatizou a auto-atribuição e o contraste de um grupo perante outros como momentos em que se evidenciam as fronteiras e consolidam-se as identidades de grupo. Nesta perspectiva de análise, com a qual corroboramos as fronteiras interétnicas só existem em contraste com o outro, a etnicidade assim, só é relevante na relação de afronte. Oliveira (1976) denominou este fenômeno de identidade contrastiva, a qual se enquadra aos objetivos sustentados pela associação negra em questão. Para o autor:

A identidade contrastiva parece se construir na essência da identidade étnica, à base da qual esta se define. Implica a afirmação do *nós* diante dos *outros*. Quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente (OLIVEIRA, 1976, p. 5).

Ao atentarmos para as condicionantes de produção do documento, no caso a carta escrita por *Um Brasileiro*, destacamos que este escreve de uma cidade localizada no Vale do Rio dos Sinos, próxima a capital do Estado, Porto Alegre. Esta cidade teve em sua ocupação territorial forte presença da imigração alemã¹⁸⁹ a qual pode ser um fator eficaz para as disputas e preconceitos interétnicos. A carta consta ainda de características próprias do período e que auxiliam na compreensão da história do Brasil, está repleta de um conteúdo moral, em prol da família brasileira e cujo grupo negro

¹⁸⁹ Para saber mais sobre negros na então colônia de São Leopoldo ver: OLIVEIRA (2006).

buscava reproduzir a fim de afastar a ideia reinante de serem degenerados social e sexualmente¹⁹⁰. Sendo assim, comparar os negros as meretrizes era uma ofensa inaceitável para os negros que buscavam exteriorizar uma identidade positiva. Apresenta ainda a posição de destaque dos militares negros na afronta ao preconceito racial, visto serem estes, em favor da constituição que pregava a igualdade, os únicos homens negros que tiveram a permanência permitida na referida Praça, mas eles, aparentemente, não aceitaram esta medida e protestaram.

A publicação da carta nas páginas do *A Alvorada* apresentou a irradiação das ideias da *FNP* e demonstrou o alcance que as mesmas vinham tendo, sendo que em 11 de fevereiro de 1934, o hebdomadário publicou os telegramas enviados ao prefeito de São Leopoldo, Cel. Teodomiro Porto da Fonseca e ao representante na interventoria do Estado do Gal. Flores da Cunha, Dr. João Carlos Machado:

Ilmo. Sr. Dr. Teodomiro Porto
Digno prefeito – S. Leopoldo
Frente Negra Pelotense associação educacional leva a vossa excelência protesto medida prefeitura gente cor Praça Centenária tolhendo liberdade direitos cidadãos brasileiros.
Esperamos retificação ordem inqualificável como medida patriótica.
Pela Frente Negra Humberto Freitas (Secretário geral)

Ilmo. Sr. Dr. João Carlos Machado, excelentíssimo representante Sr. General interventor
Palácio Governo – P. Alegre.
Frente Negra Pelotense associação educacional leva a vossa excelência veemente protesto determinação prefeito São Leopoldo proibindo gente cor sentarem bancos Praça Centenária, conforme correspondência “Diário Notícias” 18 janeiro.
Constituindo verdadeira restrição liberdade dos cidadãos brasileiros, esperamos vossa patriótica justa intervenção.
Pela Frente Negra Humberto Freitas (Secretário geral).
(*A Alvorada*, 11/02/1934, p.3)

Na mesma edição é possível ter contato com o alcance das ideias vinculadas pela *FNP*, visto que os senhores que receberam os telegramas responderam, conforme destacamos a seguir:

Ultima hora
A diretoria da primeira entre as primeiras organizações de negros que Pelotas possuiu, possui, possuirá, conquista uma vitória, basta que se leiam abaixo os telegramas enviados pelos srs. Dr. João Carlos Machado md. interventor federal provisório e Cel. Teodomiro Porto da Fonseca, em resposta aos enviados pela melhor associação de negros do estado do Rio Grande do Sul, *Frente Negra Pelotense*, para que se veja ser a vitoria da sociedade completa em todos os pontos de vista.

¹⁹⁰ HOFBAUER (2006).

Humberto Freitas – Secretário geral *Frente Negra Pelotense* – Pelotas.
Resposta vosso telegrama 30 mês findo declaro carecer inteiramente fundamento notícias referentes restrição liberdade homens de cor determinada prefeitura São Leopoldo.
Saudações cordiais. João Carlos Machado

Humberto Freitas – Secretário geral *Frente Negra Pelotense* – Pelotas.
Resposta de vosso telegrama de 30 passado, informe tal proibição não tem fundamento. Somente foi proibida apontamento na referida Praça, meretrizes em geral.
Saudações.
Teodomiro Fonseca prefeito
(*A Alvorada*, 11/02/1934, p.3)

Infelizmente, as fontes encontradas não permitem maiores dados em referência à denúncia e o respaldo na própria cidade de São Leopoldo, mas o fato de a *FNP* ter sido acionada a fim de interferir demonstra que a mesma estava ocupando efetivamente o espaço de defesa da raça evidenciando assim a concretização de seus objetivos. A fim de exteriorizar esses ideais a *FNP* utilizava-se na medida do possível, de representantes da mesma em cidades próximas, os delegados da frente, os quais eram acionados através de convite. Os delegados eram pessoas já reconhecidas dentro da comunidade negra de suas cidades, o que demonstra a utilização destes como membros que seriam influentes, assim encontrariam adeptos através da indicação de outros membros reconhecidos positivamente pela comunidade negra. Nesse sentido, encontramos uma carta publicada pelo *A Alvorada* em que há a negativa para a solicitação da função de delegado na cidade de Rio Grande, em edição posterior o secretário da *FNP*, em publicação, agradece a atenção do indicado a delegado e finaliza sua remissiva da seguinte forma:

Quanto á delegação da Frente Negra, a, já que vos é impossível, confiamos ao prezado amigo, a escolha, da pessoa que poderá com desembaraço e querer desempenhar sua missão. Quanto a vós esperamos mais um sócio e ardoroso propagandista, esperando, que como nós, sempre externe seu ideal pelo engrandecimento de uma raça (*A Alvorada*, 26/08/1934, p. 1).

Esta solicitação de delegação apresenta importantes indícios a fim de compreender a rede de movimento que a *FNP* estava buscando, no caso, regional, mas com perspectivas políticas. A missiva solicitando delegação foi enviada a Carlos Santos, o qual não pode aceitar em função de não disponibilizar de tempo, mas se irmanou ao ideal da associação, o qual segundo ele era o ideal dos negros riograndinos. Carlos Santos começou sua carreira profissional em oficina mecânica, membro do movimento

sindical e foi por dez anos orador do cordão carnavalesco Braço é Braço¹⁹¹. Apresentando assim uma trajetória semelhante aos membros diretivos das associações negras pelotenses, os quais percebiam a necessidade de atuar em ambas as frentes. No cordão Braço é Braço descobriu a arte e poder da oratória a serviço da conscientização racial, sintetizadas em suas palavras da seguinte forma:

Mas não era o Carnaval o motivo da minha atividade ali; um ideal superior e uma aspiração mais nobre eu deixava transparecer através das minhas palavras: o soerguimento moral e cultural da minha raça, da minha sociedade e, conseqüentemente, da minha família, para que o negro, engrandecido pela instrução, glorificasse, ainda mais o Brasil, imortalizando de forma concreta a obra soberba, humana e cristã de José do Patrocínio e de toda a plêiade ilustre de batalhadores leais, que antes haviam lutado pela extinção da escravatura no Brasil. (TORRES, 2004, p. 48)

Na década de 1930 participou ativamente do movimento sindicalista, defendendo a sindicalização dos operários e envolvido na criação do Sindicato dos operários metalúrgicos de Rio Grande, despontando como nome de referência dentro da comunidade. Foi então, um ano após o convite para ser delegado da *FNP*, eleito o primeiro deputado negro do Estado, na condição de deputado classista¹⁹².

A partir de então encontramos a figura deste político negro sendo acionada pelo *A Alvorada* e conseqüentemente pela *FNP* enquanto exemplo aos seus irmãos de cor e ideal. No início da Campanha pró-educação, Carlos Santos já havia externado seu apoio à ideia pelotense, conclamando o que para ele eram os pilares capazes de incutir ensinamentos em favor da elevação social e econômica da *raça de Monteiro Lopes* negros: as sociedades e a família¹⁹³. Esteve em visita à cidade no ano de 1935¹⁹⁴, fato destacado em artigo, cujo fragmento destacamos então:

¹⁹¹ Este cordão foi criado em 1920 por um grupo de fogueiros e carvoeiros da Marinha Mercante, de início somente homens podiam participar, porém, a partir de 1924 passou a incorporar mulheres. Encontra-se ainda em funcionamento (ESCOBAR, 2010, p. 73).

¹⁹² Cargo criado pela Constituição de 1934, conferindo representatividade aos trabalhadores sindicalizados.

¹⁹³ Monteiro Lopes, conforme pontuamos no capítulo anterior era o nome do deputado federal que teve a possibilidade de não assumir seu cargo, em 1909, em função de sua cor. Nesse sentido, era comum a denominação *raça de Monteiro Lopes*, enquanto sinônimo de *negros*, porém, com um conteúdo de positividade da identidade negra ao referenciar quem deveria ser tido como um líder para a comunidade negra neste mesmo sentido encontramos em artigos do período aqui pesquisado a expressão *raça de José do Patrocínio*.

¹⁹⁴ Carlos Santos manteve intenso diálogo com as associações negras pelotenses, o mesmo foi membro do Asilo de Órfãos São Benedito e ocupou o cargo de orador no cinquentenário (1951) dessa associação (BPP-AH. Fundo: Entidades beneficentes e benemerentes, sub-série: Asilo de órfãos São Benedito de Pelotas).

Embora sem ter sido, como devia se anunciada amplamente, a vinda do ilustrado Carlos da Silva Santos, á esta cidade, constitui, sem duvida, brilhante acontecimento, á sessão solene que se levou a efeito no Teatro Coliseu Pelotense em homenagem ao brilhante parlamentar visitante. Como todos sabem, o Deputado do classista que nos visitou é digno descendente da gloriosa raça de Patrocínio e como tal, destacado elemento fretenegrino, de cujo idealismo é leal e defensor [...] (*A Alvorada*, 1º/12/1935, p.1).

A visita de Carlos Santos à cidade foi tida enquanto um importante marco, na qual se realizou uma solenidade, organizada pelo Sindicato dos Pedreiros. Rodolfo Xavier, articulista do *A Alvorada* e membro da Frente, era membro desse sindicato. O articulista deu abertura à seção realizada a noite no teatro Coliseu, em que o deputado preferiu uma palestra¹⁹⁵.

Estas ações da Frente, assim como as personalidades tidas como importantes pelos condutores da mesma eram assuntos presentes nas seções de assembléia geral da associação. Nestas eram lidas as cartas enviadas e recebidas, ações as quais ocorriam principalmente junto as sedes dos clubes negros na *A Hora da Raça* a fim de demonstrar o alcance que o movimento negro organizado em Pelotas estava tendo. Movimento este surgido através da luta contra o preconceito, e com esse ideal conseguiram configurar uma rede de relações e de movimentação, visto que irradiaram suas expectativas e a perspectiva dos demais movimentos, negros e sindical, através das páginas do *A Alvorada* e da atuação junto aos clubes sociais negros, tidos até então como espaços de sociabilidade, mas isentos de discussão racial. Porém, a participação de alguns membros desses clubes, como por exemplo, Dario Nunes e Carlos Torres do *Fica Ahí*, Humberto Freitas do *Fica Ahí* e *Chove Não Molha*, Juvenal Penny, *Está Tudo Certo*, os quais eram membros do *A Alvorada*, propulsores da Campanha pró educação e membros do Conselho Consultivo da *Frente Negra Pelotense*, fez com que se adotasse nos clubes, com *A Hora da Raça* um momento específico voltado à conscientização racial e a reivindicação de direitos, assim como de conhecimento dos assuntos de interesse da raça negra no país e até mesmo internacionalmente, visto que pelas páginas do *A Alvorada* encontramos artigos que versavam, por exemplo, sobre a situação do negro americano e da Etiópia.

Assim ao atentarmos para as relações estabelecidas pelas associações negras pelotenses englobando os clubes sociais negros, o jornal *A Alvorada* e a *FNP*

¹⁹⁵ *A Alvorada*, 1º/12/1935, p.1.

percebemos a configuração de um movimento negro organizado no sentido conferido por Domingues (2005):

O movimento negro é o sujeito político que canaliza os interesses, as reivindicações e o projeto político da coletividade negra. Deve-se apreender a emergência do movimento negro em um processo que lhe confira significação histórica. Esse movimento não está inerte ou isolado em seu tempo. Pelo contrário, ele está em permanente dinamismo e diálogo com a sociedade abrangente (DOMINGUES, 2005, p. 28).

3.3.2 A *FNP* no I Congresso Afro Brasileiro do Recife

O dinamismo e diálogo das associações negras pelotenses alcançou seu ponto alto com a participação da *FNP* no I Congresso Afro Brasileiro, realizado no Recife em dezembro de 1934. Este congresso foi organizado por Gilberto Freyre e através de Miguel Barros, a *FNP* se fez representar. Este representante recebeu vários elogios através das páginas do jornal *A Alvorada* por seus companheiros de redação, como Rodolfo Xavier e Armando Vargas, assim como do líder operário negro da cidade de Rio Grande Carlos Santos. Conforme salientamos anteriormente, além de militante da *FNP*, Miguel Barros era um artista plástico e assinava seu trabalho com o codinome “Mulato”, redator do *A Alvorada* no ano de 1934.

Porém, nesse Congresso o artista plástico, que se identificou enquanto *representante da raça etiópica do Rio Grande*, não apenas expos sua obra, mas participou efetivamente das discussões sobre a situação e história do negro, proferindo um discurso¹⁹⁶ em que salientou as condições sociais e econômicas do negro no sul do país em função da discriminação racial reinante independente da classe social ou profissão desempenhada, enfatizando “a proibição da entrada em certos lugares públicos, teatros, cafés, barbeiros, colégios, etc.”. Destacou ainda o espírito associativo negro em busca de melhorias sociais e a peculiaridade pelotense em se colocar pioneira no movimento abolicionista do sul, o que, no entanto não conduziu a uma mentalidade desprovida de preconceito, visto ser possível encontrar anúncios do tipo: “precisa-se de um branco ou branca”.

Neste discurso Barros fez uma crítica a democracia racial, ao destacar a manutenção do preconceito racial: “Nós que o sentimos, combatemos juntos e principalmente contra o atraso da descendência Afro-brasileira. A cada passo, vem

¹⁹⁶ Ver o discurso de Miguel Barros no anexo E.

contra nós a demonstração chocante da seleção racial”. Enfatiza ainda a posição da mulher negra, a qual cabe recorrendo a profissão do magistério, tende a trabalhar individualmente em função de não ser aceita pelo Estado, quando não lhe resta como alternativa tão somente ser ama, doméstica ou costureira. Barros elenca ainda a importância do sangue negro a constituição do povo brasileiro, importância essa que deve ser reconhecida pelos próprios negros, sintetizando assim os preceitos defendidos pela *FNP* em suas preleções e diálogos estabelecidos ao longo de sua existência.

O jornal *A Alvorada*, informou em todas as edições do mês de dezembro o Congresso. Porém, foi em edição de junho de 1935 que encontramos uma notícia que apresenta a importância da participação de Miguel Barros no referido Congresso. Nesta edição, a chamada do artigo é: “O Representante da F.N. P, em Recife, acaba de fundar a ‘Frente Negra Pernambucana’”. O pintor então havia conseguido externar e propagar os ideais da *FNP* e somando-se a outros, esteve entre os idealizadores da Frente pernambucana, a qual esteve em funcionamento até 1936. Iniciativa que não parou por aí, visto que de acordo com Domingues (2007):

Logo em seguida [após o fechamento da Frente Negra Pernambucana], Solano Trindade, José Vicente de Lima e Miguel Barros fundaram o Centro de Cultura Afro-Brasileira, em 24 de março daquele mesmo ano. O programa da nova entidade consistia na promoção de: “teatro social; combate sistemático ao complexo de inferioridade racial, curso de preparação profissional, reuniões culturais, cívicas e recreativas” (DOMINGUES, 2007, p. 157).

Os exemplos citados até então demonstram a percepção dos membros diretivos da *FNP* no intuito de valorizar a raça e buscar *uma* identidade para o grupo negro, visto por eles enquanto disperso. A *Frente* provavelmente não alcançou seu objetivo em totalidade, e nem mesmo conseguiu atingir todos os negros da cidade, mas teve um papel fundamental na identificação de características próprias do racismo à brasileira. Assim como das formas de associativismo negro no pós-Abolição responsáveis por despertar a organização negra. Evidenciando ainda a busca desses protagonistas por um lugar respeitado na sociedade em que viviam e cujos seus descendentes ainda vivem, muitos dos quais sofrendo com problemas semelhantes aos enfrentados pelos seus antepassados. Conforme destacou Domingues (2007) o movimento social negro não é percebido em isolamento, mas através de seus diálogos e dinamismos. De tal modo concluiremos esta pesquisa evidenciando os ideários que estavam em voga na época e que foram reproduzidos e/ou criticados pelas associações negras pelotenses no pós-

Abolição, com destaque para os clubes sociais negros e o jornal *A Alvorada* antes, durante e depois da existência da *FNP*, principalmente na década de 1930 até 1943.

3.4 Ideários em ebulição nos clubes sociais: branqueamento e a(s) identidade(s)

Os pensadores que refletiram a respeito da sociedade brasileira no pós-Abolição estava imbuídos da ideia de que o negro era incapaz de estruturar-se, fosse em família, nas entidades sociais ou políticas. A ideia em voga no momento, era a de que os povos negros faziam parte de civilizações inferiores, apresentando características morais deficitárias em relação aos brancos, tidos como membros de civilizações superiores¹⁹⁷. O ideário do “branqueamento”, no entanto, não é fruto do período do pós-Abolição, visto que desde a escravidão já aparecem discussões nesse sentido, destacando-se, por exemplo, a possibilidade de *metamorfose da cor* preta para parda, diretamente ligada a uma questão de status. O escravo era então denominado preto, já o livre que acendia socialmente poderia alcançar o *status* de pardo.

O “branqueamento” em voga no pós-Abolição tinha como ponto em comum nas discussões a questão da mestiçagem, e conseqüentemente a discussão sobre o *mulato*. Este foi tido por Silvio Romero, por exemplo, como a expressão de um tipo originalmente brasileiro. Porém, as modificações advindas da revolução de 30 tiveram ressonância no desenvolvimento social. Então, as teorias embasadas em uma ideia de inferioridade negra acabam tornando-se ultrapassadas, visto ser necessário consolidar uma identidade que fosse condizente com a formação social do país. Assim, não se concebiam teorias que afirmassem que o povo negro e mestiço era sinônimo de atraso. Era imprescindível interpretar o país de uma nova forma. É nesse intenso debate, com destaque para os ocorridos na década de 1930, com o apoio do governo Vargas, que ganha destaque no cenário político a ideia de democracia racial, na qual, supostamente, o país vivia.

O grande ideólogo desse período foi Gilberto Freyre, o qual lançou as bases da identidade do estado nacional brasileiro e do conhecido como “democracia racial”. Ortiz (1985) destaca os escritos do autor em consonância com a conjuntura política, o qual com seus escritos atendiam a demanda que existia por uma teoria que reeditasse a temática racial. Freyre privilegiou o estudo do negro e demonstrou estar nessa

¹⁹⁷ Dentre estes pensadores, destacamos os estudos de Raimundo Nina Rodrigues, Silvio Romero e João Batista de Lacerda.

percepção o ponto central para a interpretação do país. Para tal, o autor migrou do conceito de raça para o de cultura, apresentando o culturalismo de Franz Boas. Este é um ponto fundamental nos escritos de Gilberto Freyre com a obra *Casa Grande & Senzala*: “a passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade” (ORTIZ, 1985, p. 40-41, grifos nossos). Esta transformação é fundamental para definir os contornos da identidade nacional, a qual já estava sendo gestada desde a independência do Brasil, articulando assim as três raças formadoras de *um* povo brasileiro.

O mito das três raças torna-se então plausível e pode se atualizar como ritual. **A ideologia da mestiçagem, que estava aprisionada nas ambigüidades das teorias racistas, ao ser reelaborada pode difundir-se socialmente e se tornar senso comum**, ritualmente celebrado nas relações do cotidiano, ou nos grandes eventos como o carnaval e o futebol. **O que era mestiço torna-se nacional.** (ORTIZ, 1985, p. 40-41, grifos nossos).

A democracia racial, no entanto, não passava de um mito, o qual as reivindicações de algumas associações negras, como por exemplo, a *Frente Negra Pelotense*, contestavam. Embora Gilberto Freyre seja considerado o precursor na institucionalização desse mito, Guimarães (2002) destacou que o mesmo não utilizou a expressão *democracia racial* em seus estudos, conforme destaca: “[...] a expressão, atribuída a Gilberto Freyre, não ser encontrada em suas obras mais importantes, e de não aparecer na literatura a não ser tardiamente, nos anos 1950” (GUIMARÃES, 2002, p. 137).

A época abrangida por esse estudo contempla ainda as modificações pretendidas pelo Estado Novo, regime ditatorial que entrou em vigor no país em 1937 e se manteve até os anos iniciais da década seguinte. A ideologia veiculada pelo Estado Novo estava diretamente ligada à valorização do trabalhador nacional. Entre os nacionais encontravam-se os negros, esses então queriam ser vistos como iguais, e assim pretendiam manter seu comportamento, igual aos brancos, a fim de serem aceitos pela sociedade brasileira. Renato Ortiz (1985) destaca que o Estado Novo caracterizou-se pela intensificação das relações entre cultura e Estado.

Compreender os diálogos da época deste estudo é de fundamental importância para interpretar os meandros e a forma como se constituiu a identidade nos clubes sociais negros de Pelotas. Para tal finalizamos este trabalho abordando dois clubes em particular – *Chove Não Molha* e *Fica Ahí*. Esta análise visa destacar as formas possíveis

de realçar a constituição da(s) identidade(s) negra(s) atentando para os diálogos com o branqueamento e a identidade nacional, presentes no momento. Atentamos então para a influência do branqueamento nas estratégias de ação tomadas pelos grupos negros no Brasil, com destaque aqui para os membros diretivos dos clubes mencionados.

Esta percepção visa demonstrar como a reprodução ou negação de medidas concernentes ao ideário do branqueamento auxiliam na constituição ou não de uma identidade negra. O objeto em questão nos permite afirmar que os negros locais estavam dialogando com discussões de ordem econômica, política e racial, ou seja, não se encontravam em um ambiente único e fechado, justificando-se nesse sentido o nosso intuito de perceber a identidade em um caráter histórico. O contexto histórico do momento, década de 1930 e início da década de 1940 permite ainda que atentemos para o diálogo com a questão da identidade nacional, a qual não se contrapõe, em nossa percepção, com a identidade negra. Auxilia assim a perceber características de uma identidade que é histórica e relacional.

Como destacamos anteriormente, os clubes em questão vivenciaram e estiveram em diálogo com a associação negra que mais enfaticamente lutou pelo fim das medidas preconceituosas em relação aos negros na cidade, a *Frente Negra Pelotense*. Essa associação reivindicou uma união dos negros locais através da instrução a fim de que tivessem condições de lutar pelos seus direitos. Porém, embora se colocasse como uma associação de cunho racial não pregava uma segregação e aceitava a participação de brancos nesta luta. Ao atentarmos para a relação dos clubes com essa associação a qual pregava uma identidade negra unificadora da raça na cidade, buscamos então apreender a questão da identidade negra em cada um dos clubes. As pessoas foram sendo arregimentadas em suas particularidades para a formação de coletividades que suturam essa individual. Nesse sentido, destacamos que o órgão divulgador das ideias da Frente, o *A Alvorada*, possuía alguns membros que eram também associados dos clubes negros, como abordamos anteriormente. Acreditamos que este fluxo pode ser significativo ao buscar apreender a identidade negra nos clubes em questão.

A nossa análise recai, principalmente sobre os documentos produzidos pelos clubes negros pelotenses citados, os quais apresentam as decisões tomadas pela diretoria dos clubes *Chove Não Molha* e *Fica Ahí*. Nestes atentamos para a relação com o jornal *A Alvorada* e para o comportamento exigido dos sócios. Buscamos assim indícios no sentido de perceber a recepção às ideias do referido jornal, o qual mesmo quando da extinção da *FNP* continuou conservando entre seus mantenedores ex-associados da

mesma, assim como medidas que se aproximam, se afastam ou ressignificam o ideário do branqueamento.

O branqueamento aqui é seguido na acepção conferida por Hofbauer (2006). O mesmo o interpreta enquanto um ideário repleto de nuances, as quais influíram diretamente sobre os negros. De acordo com o referido autor o ideário do branqueamento:

[...] postula a supremacia do branco e, ao mesmo tempo, induz os indivíduos a se aproximarem deste ideal. Traz em si um potencial de resistência contra qualquer tentativa de ‘essencializar’ os limites de cor e ou de raça, uma vez que faz com que os indivíduos tendam a apostar em negociações pessoais e contextuais das fronteiras identitárias e tendam a rejeitar processos e mecanismos formais de delimitá-las. Essa prática social tem contribuído para encobrir o teor discriminatório embutido nesse esquema ideológico e também para abafar eventuais contra-reações coletivas. [...] o ideário do branqueamento tem ‘atuado’ no sentido de dar sustentação ao poder patrimonial que se baseia em redes pessoais de proteção e de dependência e cuja força se faz perceptível, no Brasil, até os dias de hoje (HOFBAUER, 2006, p. 27-28).

Atentar para os diálogos do período em questão coloca-se de suma importância a fim de compreender a identidade, visto que esta é algo construído socialmente, em diálogo constante com condições sociais, econômicas e, principalmente no caso da identidade negra, racial. Este diálogo implica uma reelaboração por parte dos clubes negros, no tocante aos seus membros diretivos, das ideias em voga no momento, o que justifica a nossa atenção para o branqueamento. Este ideário, ao apresentar uma elaboração dos *outros* em relação aos negros permite nosso acesso a formação da identidade negra, visto que conforme pontuou Cuche (1999): “não há identidade em si, nem unicamente para si. A identidade existe sempre em relação a uma outra” (CUCHE, 1999, p.183). A identidade é construída tendo dois pontos básicos essenciais a sua constituição: contexto e relação com outro(s) na qual os significados são atribuídos pelos atores. As considerações oferecidas por Barth (1998), também auxiliaram nessa questão. Como já evidenciamos anteriormente, a identidade negra aqui é tida tendo como fio norteador da compreensão do processo identitário, a questão racial (GUIMARÃES, 2005). A relação entre os conceitos de identidade étnica/branqueamento é essencial para compreender a situação social e as relações de forças entre grupos negros da cidade de Pelotas, pois então os atores sociais avaliam a situação e utilizam seus recursos de identidade estratégica.

A percepção de identidade que aqui abordamos evidencia ainda a delimitação de fronteiras e alteridades entre os grupos sociais que concorrem e interagem, conservando as diferenças entre *eles* e *nós*, em que ambos se identificam e são identificados como diferentes. É importante perceber tais conceitos – raça, identidade e ideologia do branqueamento – como partes importantes da história da etnicidade enquanto constituinte da identidade nacional brasileira, colocando-se assim como elementos fundamentais da história do “racismo”.

Nesse sentido se faz necessário enfatizar a contribuição de Barth (1998), conforme destacado, ao debate, principalmente no que pese à etnicidade, segundo ele:

[...] as distinções étnicas não dependem de uma ausência de interação social e aceitação, mas são, muito ao contrário freqüentemente as próprias fundações sobre as quais são levantados os sistemas sociais englobantes. A interação em um sistema social como este não leva a seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contato interétnico e da interdependência dos grupos (BARTH, 1998, p. 188).

A ideia presente entre os grupos negros pelotense, mesclavam elementos como mestiçagem e branqueamento em busca de uma etnicidade própria evidenciando o que seria a terceira fase da mestiçagem entre os intelectuais que preocuparam-se em pensar a identidade nacional. Nesse sentido a identidade nacional teve de negociar com as identidades étnicas existentes. Esta negociação, diálogo, entre as identidades visavam então conferir uma homogeneização a população brasileira. Enquadram-se cronologicamente no período pós-revolução de 30. Kerber (2008) destaca:

[...] os anos 1930 apresentavam-se, quanto a essa questão, como um marco entre duas formas bem distintas de compreender a etnicidade. Era o momento de assimilação à nacionalidade por parte das identidades populares brasileiras e, dentre estas, concentravam-se os grupos étnicos não-brancos [...] no Brasil havia uma associação entre brancos e elites e entre não-brancos e segmentos populares (KERBER, 2008, p. 348).

A ideologia da mestiçagem gestada por Freyre é altamente perceptível no grupo negro pelotense. A partir das atas de diretoria do clube *Fica Ahí P’ra Ir Dizendo*, é possível perceber os *contornos da identidade nacional*. Os negros do referido clube embora colocando suas especificidades étnicas, as percebiam enquanto parte de uma identidade maior, a nacional. Como pontuamos anteriormente o autoidentificado mulato era tido, em muitos momentos, enquanto o principal inimigo dos negros. Portanto, a

rede de movimento negros que se firmou na cidade através da *FNP*, não concebia essa diferenciação embora reconhecesse essa percepção enquanto existente, e nesse sentido, os membros diretivos dos dois clubes negros se colocavam, e referenciavam seus associados, como negros, sem distinções nominativas que possam inferir uma caracterização relacionada a cor da pele destes, o que a nosso ver é uma demonstração de identidade negra a qual se colocava enquanto parte da identidade nacional.

3.4.1 Os clubes, a *FNP* e *A Alvorada*

O clube *Chove Não Molha* apresentou um trânsito intenso com a *FNP*, disponibilizando sua sede para preleções e participando efetivamente das seções *A Hora da Raça*. O clube *Fica Ahí*, por sua vez, não disponibiliza de fontes próprias que correspondam ao período de manutenção da *FNP*, porém, ao atentarmos para as resoluções referentes ao período 1938-1943 existe a manutenção de fronteiras com os não negros da cidade, assim como com os negros que não seguiam as regras de comportamento elencadas pela direção desse clube. Fato que interpretamos enquanto busca de uma identidade negra fechada, mas que não deixa de ser afirmativa na medida em que visa uma exteriorização positiva de comportamento a sociedade em geral.

A diretoria do *Chove Não Molha* não evidencia através de suas atas uma preocupação constante para com o comportamento de seus associados até princípios da década de 1930. A partir de 1936, este é um assunto possível de ser captado nas atas. Nesse sentido, o clube passou a exteriorizar uma preocupação com o comportamento das associadas, as quais poderiam vir a ter o convite cancelado em caso de comportamento inadequado. Porém, este deveria ser comprovado no ato do acontecido, devendo-se encaminhar os envolvidos na questão diretamente a secretaria do clube. Em 1936, a diretoria propôs constituir um documento que versasse sobre as condições sociais e morais para fazer parte dos quadros da associação. As discussões referentes à permanência nos quadros atingiam homens e mulheres, os quais somente em caso de estarem com as mensalidades atrasadas foram expulsos, sendo que os que não eram sócios, mas frequentadores das festas através da aquisição de convites foram apenas informados da conduta pretendida. A partir de 1941 o clube passou a exigir, para a associação de moças solteiras, um documento assinado pelos pais ou tutor, em que se

afirmasse a “compostura moral e social da nova sócia” (LAAGCCNM n.º. 128, de 1941¹⁹⁸).

É no controle dos sócios dos clubes que se percebe a relação mantida como o jornal *A Alvorada*, este é acionado por ambos os clubes a fim de divulgar os nomes dos sócios inadimplentes assim como para divulgar reuniões administrativas abertas aos associados. O jornal era tido em alto grau de reconhecimento pela direção de ambos os clubes, sendo destinada uma atenção as críticas relacionadas aos seus associados. Quando isso acontecia os membros logo se propunham a averiguar as denúncias do jornal. Nesse sentido, o *Fica Ahí* instalava comissões de sindicância a fim de investigar denúncias do jornal em relação a associadas do clube, sendo que neste, alguns membros da direção eram também da redação do jornal, como expomos anteriormente. A *Alvorada* funcionava como o meio de exteriorizar a organização dos clubes para a comunidade negra em geral, não apenas na cidade, mas na região o que justifica a preocupação que as direções dos clubes tinham com o veiculado neste jornal.

3.4.2 Os clubes e a negação de valores estereotipados

O comportamento pleiteado pelos membros responsáveis pela direção do cordão *Fica Ahí* apresentava vínculos estreitos aos ditames sociais da sociedade branca. Valorizava-se a família patriarcal, idealizada nos moldes da família cristã, composta pelo casal reconhecido aos olhos do Estado e da Igreja Católica e os frutos dessa união. E nesse sentido, o clube aparece como um espaço de evidente procura pelo matrimônio. O tripé estado, família e religião católica estava amplamente divulgado nas ideologias que se propuseram pensar a identidade nacional. As mulheres separadas eram tratadas com maior rigidez pela diretoria. As mesmas deveriam ser tuteladas pela figura masculina, quando se separavam, seus ex-maridos podiam ser acionados a fim de manifestarem sua concordância ou não com a manutenção da associação da ex-esposa, e quando de sua discordância as mesmas eram convidadas a se retirarem do clube¹⁹⁹. Assim, percebe-se um duplo padrão, visto que o que era aceitável para os homens podia não ser para as mulheres.

¹⁹⁸ As atas de Assembléia Geral do Clube *Chove Não Molha* não apresentam data, podemos apenas inferir o ano.

¹⁹⁹ LADCFA, n.º. 162, 08/05/1940.

Os valores exteriorizados pelas teorias raciais, vinculados a degenerescência negra²⁰⁰ destacavam a propensão dos negros a costumes tidos como bárbaros, como por exemplo, aos vícios e jogos, ideias estas que ainda estavam presentes na sociedade local. A ideia de *vícios* era tratada de maneira diferente de acordo com cada clube negro, o que nos permite ter acesso a ideia que vigorava entre ambos e sua percepção sobre hábitos que deveriam ser mantidos, negados ou contrapostos. A diretoria do *Chove Não Molha* permitia a comercialização de bebidas em suas festas, dentre estas, encontramos cerveja, chopp e aguardente. Porém, estas deveriam ser consumidas de maneira social, evitando que os frequentadores viessem a ficar alcoolizados. No entanto, no ano de 1940 consta em ata uma reclamação sobre três associados que costumeiramente ficavam bêbados nas festas. De acordo com o mesmo documento podemos perceber que os mesmos foram expulsos da sede, em virtude de somado ao hábito de embebedarem-se estarem com as mensalidades atrasadas (LADCCNM, n.º. 112, 18 de junho de 1940).

O consumo de álcool era censurado no clube *Fica Ahí*. Era proibido o consumo de qualquer bebida alcoólica nas dependências do clube, no entanto, esta não foi uma regra facilmente alcançada pela diretoria, visto encontrarmos denúncias de jogos a dinheiro e consumo de bebidas pelos associados. Este era um problema enfrentado não apenas pela diretoria em relação aos associados, mas em julho de 1943 encontramos um indicativo de que alguns membros da diretoria também infringiram a regra:

Foi informado que, na última festa, os sócios Ivo Porto [o qual tinha o título de sócio fundador do clube, articulista do *A Alvorada* e esteve entre os mantenedores da *FNP*, além de participante assíduo das reuniões], Waldemar Borba e Juvenal Amorim foram encontrados escondidos dentro da sala de chapéus, ingerindo aguardente, de uma garrafa que eles tinham trazido escondido. Vão enviar um ofício a cada um deles, reclamando disso, pois é uma vergonhosa indignidade, que fere os estatutos do clube (LADCFN, n.º 278, 5/07/1943).

A recusa às características tidas pela classe dominante enquanto inerentes aos negros era uma constante no clube *Fica Ahí*, principalmente em referencia a moral. Porém, como pontuamos no exemplo anterior, embora fosse um ideal pretendido pela

²⁰⁰ Um dos principais teóricos nesse sentido foi o conde Arthur de Gobineau (1816-1882), o qual de acordo com HOFBAUER (2006, p. 126) vinculava a degeneração humana à mistura sanguínea e consequentemente a impureza racial. “Para Gobineau, a raça negra [...] encontra-se no ‘degrau mais baixo da escada’ da humanidade”. A fim de melhor compreender o desenvolvimento das teorias de base racial foi-nos importante a análise desenvolvida por HOFBAUER (2006) visto que o mesmo sistematizou as teorias em uma perspectiva histórica, abrangendo desde a ideia de cor presente na Antiguidade e Idade Média até chegar à ideia hoje exteriorizada sobre a cor entre os teóricos em nível nacional e internacional.

direção, até mesmo entre estes por vezes não era cumprido, o que evidencia um ideal em contraposição ao real. A particularidade marcante de recomendação de puritanismo aos sócios pelos membros diretivos foi tida por Domingues (2004), em estudo centrado em São Paulo no período do pós-Abolição, enquanto marca dos clubes de classe média branca.

Para se afirmar nos valores considerados nobres pela sociedade inclusiva, o negro não devia ingerir bebida alcoólica, assim como não devia jogar, drogar-se, freqüentar o ambiente da malandragem. Pelo contrário, devia defender sem tréguas a moral e os bons costumes da classe dominante; ser religiosamente católico, honrado, regrado e cumpridor de seus deveres. Condenava-se a boemia, a prostituição, as religiões de matriz africana, a prática da capoeira, o samba, afinal, o negro devia ter um comportamento puritano (DOMINGUES, 2004, p. 286).

A preocupação com a moral dos associados do clube *Fica Ahí* estava refletida na seleção exigente dos candidatos a sócios. A primeira exigência para que o candidato pudesse ter seu pedido analisado era sua identificação enquanto membro da comunidade negra pelotense, o mesmo deveria ainda ter sido indicado por um sócio do clube, passando por esta exigência dava-se início a análise do pedido, porém, a fim de que o mesmo fosse deferido a comissão de sindicância deveria investigar a conduta do pretendente. A conduta deveria ser ilibada, já a identificação de ser pertencente à *raça etiópica* ou não, era discutida nas reuniões de diretoria, na qual era levada em conta não apenas a cor da pele, mas também a origem dos mesmos. A essência de manutenção do *Fica Ahí* aparece então como um ideal de constituir um local de engrandecimento, de elevação social, onde seus sócios não pudessem ser chamados de *negro* em uma condição pejorativa. Encontra-se nessa busca a pretensão de mostrarem-se, não apenas a comunidade negra, mas a comunidade pelotense em geral, como local de “homens de cor” elevados.

Era sobre as mulheres que, com maior freqüência, recaía o puritanismo. Destacamos, no entanto, que a diretoria do clube *Fica Ahí* era masculina, o que colocou-se como significativo para pensarmos as atitudes relacionadas às associadas. As mulheres deveriam ter o comportamento totalmente correto de acordo com os ditames da sociedade, enquanto que quando o assunto estava relacionado ao homem a norma era colocar em discussão na reunião de diretoria e resolver a forma de condução no mesmo momento, recaindo no máximo medidas informativas de desvio de conduta, em que se encaminhavam avisos solicitando que o procedimento não mais se repetisse. Enquanto que as mulheres imediatamente passavam por sindicância.

O clube *Fica Ahí* recriminava meninas que eram vistas em companhia de homens brancos, visando assim, impedir que as meninas fossem seduzidas por estes. O controle por parte do clube era aceito pelas famílias associadas. Nesse sentido, destacamos um caso presente nas atas do referido clube, em que uma associada foi vista em más companhias. Ao ser sua família oficiada em função do fato, o irmão da moça informa que a *má companhia* era a mulher com a qual convivia maritalmente (embora não casado oficialmente). Porém, o mesmo afirmou que iria mudar-se de casa o mais rápido possível afim de que a irmã e os demais membros de sua família não fossem desligados dos quadros do clube. Em nenhum momento a ata que relata este fato questionou a atitude do rapaz em conviver maritalmente com uma mulher sem ser casado, e nos faltam subsídios para afirmar se o mesmo era associado da entidade ou não. Porém, como o caso não mais foi mencionado nas demais atas, acreditamos que se evidencia um duplo padrão relacionado ao gênero, visto que o clube ao saber da atitude do rapaz poderia ter questionado seus pais, o que não aconteceu, enquanto que em relação à moça o caso foi notificado e a família aceitou e corroborou com as atitudes pleiteadas pelo clube. A seguir destacamos o fragmento da ata que relatou o ocorrido:

Lê-se o ofício do sr. Orfelino Barbosa em que este fala do problema havido com a sua irmã, filha de Georgetta Barbosa, que a menina andava em más companhias. Ele responde dizendo que, com a pessoa com a qual ele convivia maritalmente, a moça sua irmã andou apenas duas ou três vezes e que com a outra pessoa era engano. E que ele, Orfelino havia-se retirado de sua casa, para evitar que se repitam esses casos. Em vista disso, resolveu-se expedir o permanente da referida família (LADCFA, nº. 121, 10/05/1939).

Existia dessa forma uma valorização dos associados em fazer parte da associação o que, por sua vez, sugere a manutenção de uma identidade negra positiva. Evidencia-se ainda uma preocupação com a constituição das famílias negras já constituídas, assim como as que estavam por surgir. Nesse sentido, destacamos a preocupação em manter as moças negras afastadas dos rapazes brancos que por ventura aspirassem seduzi-las mantendo assim um espaço onde os negros podiam conviver com os seus e assim proceder aos arranjos matrimoniais dentro da comunidade negra que esposava dos valores evocados pelo clube. O controle mais rígido emerge justamente em função dos estereótipos negativos com os quais estavam em embate cotidianamente e buscavam através de suas atitudes lhes contrapor. As atas que relatam estes acontecimentos evidenciam que a ideia vigorante correspondia à manutenção de uma família negra, envolvendo preferencialmente membros do clube. Quando contraíam

compromissos de casamentos futuros com não membros do clube era comum solicitar associação. Nestes casos, quem se colocava como responsável pela associação, majoritariamente feminina, eram os noivos e suas famílias, o que não impedia que estas moças passassem também pela comissão de sindicância a fim de atestar sua boa conduta.

O clube *Fica Ahí* realizava ainda uma distinção material, evidenciada através das vestimentas exigidas nas festas visando possibilitar uma diferenciação social dos demais clubes de negros da cidade. Estas medidas auxiliaram na constituição de uma identidade positiva do grupo. Identidade essa, que embora refletisse algumas prédicas pertencentes às ideologias, constituídas pela elite intelectual do país, foram adaptadas pelos membros do clube. Estes estavam em busca de colocarem-se enquanto negros capazes de organizarem-se tanto quanto os demais grupos étnicos constituintes da sociedade brasileira e também, colocar um local de sociabilidade para os seus, o que evidencia a vontade de manterem seus laços de identidade.

Os cuidados com o comportamento, principalmente, no tocante a moral, não eram uma exigência apenas dos clubes negros. Os demais clubes étnicos, assim como clubes de classe média branca dirigiam um controle aos seus associados. No entanto, isso não quer dizer que os negros buscavam serem *iguais* aos demais, existia sim, uma necessidade de integração em que o padrão era o branco. Integração esta, que ao ser negada, originou os clubes negros. Essa foi uma característica destacada por Fernandes (1978) em relação aos primeiros movimentos sociais no meio negro após a abolição.

As atas aqui abordadas são utilizadas enquanto fontes de acesso a pontos específicos da história de dois clubes negros pelotense. Permitiram, somadas as outras fontes dessa pesquisa, que identificássemos os operadores da questão identitária no tocante a nomenclatura, datas comemorativas, relação com a cultura de origem e identificação política em referência aos membros diretivos destes clubes. Dentre os termos acionados encontramos *homens de cor, raça, etiópicos e negros*, porém, fazem-se necessárias três ressalvas, primeiro, não encontramos referência a outros termos além de *negro* e *raça* nos documentos do clube *Clube Chove Não Molha*, segundo, os termos referem-se em gênero masculino e, terceiro, a *raça* aparece enquanto sinônimo de *raça negra*, sendo comum a expressão *pertence à raça* quando em questionamento de ser a pessoa branca ou negra.

A data de comemoração dos associados que evidenciava uma identidade étnica era o 13 de maio. Há um afastamento sistemático de características identificadas como

da cultura de origem, no caso, africana, como por exemplo, a não aceitação da religião e ritmos de origem africana, valorizando-se a religião cristã e a música de salão, executada pelas orquestras dos clubes.

A diretoria do *Fica Ahí* apresentou medidas bem incisivas no tocante a manutenção de um espaço de sociabilidade estritamente negro. Porém, a diretoria não era homogênea em suas diretrizes e por vezes apresentou algumas divergências. As diferenças de opinião, quando relatadas em atas nos permitem ter acesso aos pormenores do clube, visto que a passagem a seguir deixa transparecer uma cisão entre sócios que almejavam dirigir o clube:

[...] O presidente abriu a sessão, censurando arduamente os organizadores da chapa de oposição que a compuseram a revelia de vários membros eleitos, com o que eles demissionaram-se e isso ocasionou vários problemas, tendo que suspender-se a posse a última hora, com prejuízo para o clube. Para conduzir os trabalhos, chamou-se Ivo Porto. Também ele criticou asperamente os organizadores da chapa de oposição, pela forma como procederam, dizendo que eles só queriam contrapor-se a uma diretoria que tanto fez pelo clube, que **o elevou a níveis jamais alcançados entre a raça etiópica neste estado**. [...] decidiu-se fazer nova eleição, com uma chapa de conciliação. Rubens Lima disse que definitivamente a diretoria desinteressava-se da organização da chapa, e Ivo Porto respondeu que não deviam abandonar os destinos do Fica Ai por mero capricho. (grifos nossos, LAAGCFA n°. 174, de 16/09/1940).

A questão da identidade negra emergiu ao atentarmos para a fala de Ivo Porto acionando a Etiópia. Manifestava-se então uma das características elencadas pelo jornal *A Alvorada* e também pela *Frente Negra Pelotense*. Nesse sentido, relembramos que o sócio em questão era membro da referida *Frente*.

Outra característica da identidade plausível de ser alcançada nas atas de diretoria dos clubes em questão faz referencia ao nacionalismo. O nacionalismo exteriorizado através de ações patrióticas está presente nas atas e transparece a noção de ser algo comum à sociedade como um todo, independente das divisões étnicas. Encontrou-se então, para o referido período, principalmente, convites para a inauguração de retratos do presidente da República. Estas atividades eram tidas como atos solenes, algumas associações negras e de cunho operário informavam e convidavam os clubes negros em questão para as respectivas solenidades.

Em relação ao *Chove Não Molha* podemos identificar uma manifestação de apoio ao governo pós Revolução de 1930, levado a efeito por Getúlio Vargas, os mesmos apoiaram ainda a Constituinte, porém, foram encontrados com maior assiduidade entre os apoiadores da *Frente Negra Pelotense*. Embora o *Fica Ahí* tivesse

membros diretivos também na Frente, as fontes não nos permitem afirmar que sua relação foi tão intensa quanto o *Chove Não Molha*. A partir de 1937 com o decreto do Estado Novo, encontramos os dois clubes em ações de apoio ao governo expressando medidas nacionalistas. Porém, o regime político do país no período de 1937-1943 apresentou características ditatoriais e fechou uma série de associações étnicas e políticas, o que pode justificar essa manifestação de apoio, e não nos permite afirmar se o apoio era espontâneo ou em função de temerem represálias, tendo assim, suas associações fechadas.

O *Chove Não Molha* e o *Fica Ahí* estiveram auxiliando nas atividades desenvolvidas pela Liga de Defesa Nacional quando da manifestação de apoio do Brasil na II Guerra Mundial. Em setembro de 1942, começou-se uma campanha em que a cidade manifestaria seu apoio ao país realizando uma festa a ocorrer na tarde do dia 20 de setembro, cujo lucro seria revertido a “Campanha dos mil contos”. O *Fica Ahí* contribuiu com a referida festa. Além desta medida, os clubes buscaram ainda, de acordo com suas condições financeiras, hastear a bandeira, determinação imposta pelo presidente Getúlio Vargas. O *Chove Não Molha* já havia feito esforços para comprar uma bandeira nacional, no ano de 1939, e o *Fica Ahí*, em 1940, sendo que quando da determinação do presidente nacional conseguiram um mastro “e outras coisas para tanto, o escudo também e vão dispô-los com o V da vitória pintado em verde e amarelo no mastro” (LADCFA, nº. 246, 16/09/1942).

No entanto, é outra atividade proposta para apoiar o país em guerra que nos permite acessar a ideia de identidade nacional e democracia racial presente entre os membros diretivos do clube *Fica Ahí*:

No início do espetáculo será feita uma apoteose com todos os cordões locais, que ostentarão seu estandarte. Quem promove o espetáculo é Balduino de Oliveira, que veio falar com o presidente junto com Carlos Torres. Na discussão, **o secretário diz que Balduino, em seus espetáculos, “põe, com suas representações africanas, as pessoas que tem a mesma cor de sua pele, em uma fragrante demonstração de inferioridade perante as pessoas imbuídas na confraternização racial brasileira, que desconhecem preconceito de cor, que reconhecem somente o nível intelectual e moral dos homens”**. Por isso acha inconveniente que o *Fica Ai* coopere nessa **demonstração de solidariedade, ou melhor, de inferioridade, ao sr. Presidente da República**. Se implica isso em demonstração de solidariedade, já a fizemos cooperando com a campanha dos 10 contos. Essa proposta venceu, por 3 votos contra 2 (grifos nossos, LADCFA, nº. 248, 30/09/1942).

O fragmento supracitado permite perceber o clube *Fica Ahí* como um local de engrandecimento da raça negra pelotense. Porém, estava voltado para parcela desse grupo, parcela esta que comungava dos preceitos tidos pelos membros diretivos enquanto fundamentais para diferenciá-los dos demais negros. Buscavam assim, inculcar valores, porém, é nessa imposição que seria possível vinculá-los a medidas branqueadoras. No entanto faz-se necessário termos em mente a carga pejorativa do termo “africano” e sua estreita relação com um passado que ainda estava muito presente no cotidiano dos grupos negros do pós-Abolição. Fica evidente, porém, a reprodução do discurso do mito da democracia racial. Os negros desse clube sabiam que existia o preconceito racial e isso justifica a configuração das normas e a própria existência do clube nos moldes raciais em questão, mas eles estavam almejando a integração, e sentiam-se membros do nacional. Destacamos ainda, que a o estado nacional estava estimulando algumas manifestações étnicas de grupos nacionais, provavelmente, a fim de captar características a serem incorporadas na cultura nacional²⁰¹.

Essa perspectiva de diferenciação adotada pela direção do *Fica Ahí* evidencia a necessidade de afastamento dos negros que não adotavam os valores tidos por estes enquanto necessários para a integração nacional visando fazerem parte de um todo nacional, ou seja, do povo brasileiro. Estas ideias não iam ao encontro do branqueamento, mas de uma identidade negra própria de um determinado grupo tomando como base os valores modernos, o que demonstra a heterogeneidade do grupo negro, não invalidando a visualização da identidade negra. Esta perspectiva é corroborada por Domingues (2009) em referência aos membros de um clube negro paulista, a qual ele aborda da seguinte maneira:

[...] Com efeito, os negros ligados a esses clubes se sentiam diferenciados e procuravam ostentar símbolos de distinção, não apenas nas roupas que trajavam nos eventos sociais, como ainda, e principalmente, no comportamento. Era imperioso se comportar de acordo com as normas de etiqueta, polidez e boas maneiras e, ao mesmo tempo, desvencilhar-se da imagem de vadio, bêbado, analfabeto, brejeiro, xucro, imoral, deselegante, ou seja, livrar-se dos estereótipos negativos tradicionalmente associados ao negro, daí o rigor na apropriação dos códigos de condutas considerados modernos. Não se tratava de embranquecer – como algumas pesquisas vêm sugerindo –, entretanto, sem perder de vista uma identidade diaspórica, espelhar-se no que havia de civilizado (moderno) naquele momento (DOMINGUES, 2009, p. 4).

²⁰¹ Sobre a cultura gestada pelo estado nacional ver mais em ORTIZ (1985).

A diferenciação entre negros e brancos é uma constante nas discussões dos clubes e reflete a sociedade pelotense local. Os negros envolvidos nas direções dos clubes aqui citados estavam imersos nesta sociedade, e tinham de frequentemente lidar com medidas preconceituosas. Estas medidas estavam ainda presentes até mesmo no momento em que havia, desde tempos remotos, a inversão de valores – no *Carnaval*. Em 1939, um acontecimento envolvendo o clube *Chove Não Molha* permite termos acesso a forma como os negros por vezes eram ainda tratados ao atentarmos para as condicionantes de produção de um documento específico, uma matéria de jornal. Esta recebeu um título bem significativo: *Carnaval de sangue*, e foi sintetizada da seguinte maneira: “A desordem de ontem - A falta de respeito às senhorinhas do préstito - O revide justo do Cordão - A agressão armada ao desfile - O espancamento em massa - Muitas pessoas feridas - Pelotas está de luto, porém, confiada na punição dos culpados da inominável cena” (*Folha do Povo*, 22/02/1939, p. 2).

Como a síntese permite perceber, o desfile do denominado “*ordeiro e tradicional cordão carnavalesco Chove Não Molha*” foi surpreendido por golpes de sabre, atacando principalmente suas associadas, visando assediá-las. Os membros do clube, a fim de defender seu *patrimônio moral* revidaram e expulsaram os rapazes infratores, porém, a sequência da matéria apresenta uma visão importante, a qual, embora longa, é de fundamental importância a fim de melhor visualizarmos a situação vivenciada pelos associados do *Chove Não Molha*:

Pondo-se em marcha [...], o simpático conjunto entrou, sempre sob aplausos, na nossa Rua XV, a principal artéria, onde um povo inteiro - principalmente senhoras e crianças assistiam ao desfile.

Quando já em frente à Confeitaria Gaspar perante uma multidão confiante, desenrolou-se, então a tragédia.

Surge, de inópio, um grupo de soldados (não se sabe ainda por ordem de quem) e dissolve a golpes de sabre o cordão em marcha.

Imagine-se uma batalha em plena rua 15, onde estavam talvez trinta mil pessoas, e ter-se-á, a ideia do que foi a hecatombe.

Mulheres feridas, crianças aos gritos, casas invadidas, cadeiras quebradas, a confusão, a dor, o sangue, enfim.

Diversas pessoas, inclusive senhoras, receberam curativos na Santa Casa.

Há uma sombra de tristeza envolvendo a cidade em luto.

A imprensa, que é uma auxiliar da ordem não pode silenciar diante desse fato inominável, que constitui uma diminuição lamentável do carnaval antigo, que foi sempre uma gloriosa tradição do povo Pelotense.

O nosso silêncio, atendendo a pedidos, seria a convivência com os perturbadores.

[...] O primeiro cordão a levar a sua solidariedade integral ao conjunto agredido foi o querido "Fica Ai", o campeão de Pelotas.

- sabemos que todas as sociedades locais, num gesto de fraternização, vão levar ao ilustre Presidente Getúlio Vargas, em memorial telégrafo, o seu protesto contra a selvageria de ontem (*Folha do Povo*, 22/02/1939, p. 2)²⁰².

A conjuntura histórica da matéria oferece indícios para podermos interpretar os fatos ocorridos. Como alertamos, o país passava pelo regime do Estado Novo, e embora ao final da passagem anterior existisse a possibilidade de comunicar o presidente do fato ocorrido, a imprensa local passou por uma censura, na qual tiveram que *atender aos pedidos e silenciar o fato*, o qual envolvia soldados do destacamento local. Não foi possível encontrar referência a este fato em nenhum outro jornal local disponível a pesquisa, sendo que o *Folha do Povo* teve seu próximo número impedido de ganhar as ruas. Fato semelhante ocorreu nas associações locais, visto que no tocante ao clube em questão, assim como em relação ao *Fica Ahí*, o qual se solidarizou com o co-irmão, não há menção ao acontecido nas atas de reunião, provavelmente em função da possibilidade de maiores medidas repressivas. Loner; Gill (2009, p. 158) afirmam que as medidas ditatoriais impediram até mesmo uma campanha de solidariedade financeira ao clube *Chove Não Molha*. Estas autoras alertam ainda que este possa ter sido um ponto decisivo para o afastamento das ruas, dos cordões destes clubes negros, durante o Carnaval.

Explicitemos aqui não tomarmos o fato ocorrido como norma vigente, mas como uma demonstração das atitudes que por vezes os negros ainda tinham de lidar e que justificava a manutenção de clubes cuja associação estava pautada pela identificação racial. O clube em questão, em julho do mesmo ano, possibilitou a participação de brancos que fossem aprovados pelo conselho diretivo embora, acreditamos que tomando como base o acontecido no carnaval desse ano, tenha se preocupado com os constrangimentos pelos quais poderiam passar em seus bailes (LADCCNM, n°97, 31/07/1939).

A diferenciação entre negros e brancos é encontrada com mais veemência nos documentos produzidos pelo clube *Fica Ahí*, o que coloca-se como uma não aceitação do branqueamento por parte destes. Os membros diretivos do clube eram contra a presença de brancos e até mesmo de membros muito claros, sendo necessário comprovar pertença à *raça*, como por exemplo, em reunião de diretoria em 28 de dezembro, solicitaram-se explicações sobre um membro “que parece branco, sendo-lhe

²⁰² Ver integra da notícia no anexo F.

respondido que pertence a raça” (LADCFA, nº. 111, 07/05/1941). Em 10 de dezembro de 1941, aconteceu episódio semelhante quando da solicitação de Edy Rota para aceitação no quadro do clube, o mesmo só foi aceito, porque pessoas interessadas em sua aceitação reafirmaram que ele era “filho de pessoas de cor”. Então o aceitaram (LADCFA, nº. 217, 26/12/1941). Embora, o *Chove Não Molha* se propusesse a averiguar a solicitação de sócios brancos, este ainda se colocava como um clube de negros e mantinha essa diferenciação racial, se identificando assim. Sendo que a possibilidade de brancos adentrarem em suas festas não era esposada por todos os membros da diretoria, e evidencia assim a busca pela manutenção de um espaço de sociabilidade próprio aos negros locais, em que estes estariam livres de constrangimentos raciais, como podemos perceber na colocação de um conselheiro, o qual:

[...] levanta que não devia aceitar-se sócios de cor branca, para que evitasse alguns atos desagradáveis durante os bailes. Discute-se bastante e resolve-se aceitar, desde que passando pelo Conselho. O Joaquim Cardoso não ficou de acordo com esta resolução. E solicita que seu protesto seja registrado em ata (LADCCNM, nº 97, 31/7/1939).

A importância das fronteiras é mais uma vez levantada e interpretada como sendo importante para a construção de uma identidade positiva e manutenção desta, visto que os negros locais sabiam onde deveriam encontrar os *seus* e então sentirem-se acolhidos. Os clubes negros apresentavam o que em muitos momentos aproximava-se de uma extensão da família de seus membros, numa sociedade extremamente preconceituosa em relação à cor das pessoas. Apresentavam-se assim como os locais onde os negros se conheciam e reconheciam.

Foi possível perceber que os clubes deram diferentes nuances a questão da identidade negra, no entanto, esta é captada em vários momentos da organização destes espaços de sociabilidade negra. Existia um diálogo com a comunidade local e com o momento histórico vivenciado no país. É lícito afirmar que buscaram uma identidade racial, diferenciada, mas positivada de acordo com as visões de cada corpo de membros diretivos, os quais buscavam se opor aos brancos visto que se preocupavam com os constrangimentos pelos quais os negros tinham de passar em espaços frequentados por brancos.

Nesse sentido, o *Fica Ahí* colocou-se mais intransigente e fechado, permitindo tão somente membros negros, já o *Chove Não Molha*, colocava-se enquanto um clube

de negros para negros, mas, cogitava a aceitação de alguns membros brancos, desde que medidas discriminatórias não fossem observadas. Objetivam espaços livres de preconceito, porém, que também seguissem as normas tidas enquanto importantes para a integração. Ao rejeitar estilos tidos como inadequados conferiam uma característica evidente da identidade relacional, esta não é fixa depende da relação com o *outro*, o qual pode ser não negro, mas também, os negros que não estão comungando do mesmo ideal. Este *outro*, não estava no interior do clube, mas era perante ele que formavam sua identidade, destacando-se assim a ideia inicial de que a identidade é antes de tudo contrastiva. A ideia principal que pudemos captar ao longo da análise desses clubes no tocante as ideologias com as quais estavam dialogando foi a necessidade de diferenciação para posteriormente serem aceitos, para tal era necessário mostrar sua capacidade de organização mantendo os signos das fronteiras da alteridade exteriorizados pelo orgulho de pertencer a determinado clube negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho foi identificar e analisar as associações criadas por e/ou para negros na cidade de Pelotas e o entrelaçamento destas no sentido de construir uma identidade negra positiva aos seus membros. Este objetivo guiou toda a pesquisa e se desmembrou em três objetivos específicos. O primeiro foi o de perceber o início do associativismo negro na cidade e os meandros responsáveis pelo desenvolvimento de uma ampla organização negra, assim como os possíveis entrelaçamentos entre essas associações.

Ao buscarmos as primeiras associações criadas por negros, encontramos as irmandades negras, surgidas no segundo quartel do século XIX. Estas foram importantes a fim de percebermos a busca por uma identidade social positiva, em uma sociedade em que reinava a escravidão. Esta percepção foi demonstrada ao atentarmos para a participação dessas irmandades em festas voltadas à toda a comunidade cristã pelotense. Estas festas proporcionavam a demonstração da organização alcançada pelos irmãos dessas congregações. Os compromissos das mesmas permitiram ainda perceber a preocupação em proporcionar, através da coletividade, melhores condições de vida aos negros, fossem estes escravos, libertos ou livres. Encaminhando-se para o final do século XIX destacamos as associações criadas em função da abolição. Nesse sentido, destacamos a década de 1880 como a grande precursora de um movimento abolicionista. Bakos (1984) já havia atentado para este fato em relação ao estado sulino, o que ficou comprovado ao abordarmos especificamente o grupo negro e seus ideais de libertação e futura preocupação com inserção no mercado de trabalho.

As associações criadas nas últimas décadas do século XIX desenvolveram um entrelaçamento com as demais associações negras, as quais, em alguns casos, se mantiveram no pós-Abolição e serviram enquanto reduto do grupo negro pelotense. Esse entrelaçamento se deu através de medidas em conjunto, assim como pela circularidade de membros entre as associações. Com o intuito de percebermos a cidade deste estudo situada em um contexto relacional, buscamos o aporte de estudos centrados não apenas em Pelotas, mas em diferentes sociedades com a presença da escravidão e posteriormente, com a mão-de-obra negra. A importância do contexto relacional se explica a partir da perspectiva dos estudos culturais, que concebe a identidade enquanto relacional (HALL, 2003).

O aporte advindo de diferentes contextos relacionais proporcionou um diálogo com estudos que adotam a percepção do negro enquanto agente de sua história. Esta agência negra foi salientada em diversos estudos, os quais se desenvolveram principalmente após a década de 1980, e centraram suas análises sócio-históricas em sociedades escravistas, mas também no pós-emancipação²⁰³. A situação contextual e situacional possível de ser visualizada a partir destes estudos somada à interpretação das fontes disponíveis referentes às associações negras pelotenses nos proporcionou a interpretação das primeiras irmandades negras pelotenses enquanto espaços de busca por uma identidade social positiva, assim como das associações criadas em função da abolição, enquanto espaços de formação de uma identidade racializada que se pretendia positiva.

O segundo objetivo específico do trabalho foi o de analisar as associações negras criadas no pós-Abolição a partir do contexto de liberdade proporcionado pelo fim da escravidão. Este período, localizado entre a década final do XIX e as três primeiras décadas do XX viram o surgimento de uma gama de associações. Como evidenciamos estas associações estavam vinculadas a diferentes categorias, fossem essas de trabalho ou voltadas à sociabilidade. As mesmas foram criadas principalmente em decorrência da manutenção do preconceito na cidade, que impedia a participação de negros em associações existentes e até mesmo em locais públicos. Este caráter discriminatório fez com que a identidade negra se fizesse perceber com maior ênfase. Nesse sentido, foram criadas associações que objetivavam a defesa dos direitos dos negros. Uma franca evidencia da busca pela cidadania dentro do grupo negro. Foi esta busca que fez com que destacássemos a criação do *Centro Etiópico Monteiro Lopes*, criado em 1909. Este Centro possibilitou que se irradiasse uma rede de movimentação negra a partir da cidade, congregando diferentes segmentos não apenas em Pelotas, mas em cidades da região sul do Estado, as quais desenvolveram um amplo diálogo com o governo nacional.

Esta rede de movimento social já apresentou características iniciadas em função do movimento abolicionista, no qual destacamos o papel desempenhado pela associação negra *Feliz Esperança*. Rede a qual continuou se delineando e desenvolvendo com o surgimento dos clubes sociais negros criados entre 1917 e 1931. Os clubes foram as associações negras em que melhor pudemos visualizar a relação com as expectativas

²⁰³ Os autores que serviram de aporte a nossa pesquisa foram devidamente citados ao longo do texto e encontram-se arrolados nas referências bibliográficas.

frustradas em relação ao pós-Abolição no tocante a manutenção da discriminação racial negra. Evidenciamos a formação desses clubes enquanto espaços de reduto do grupo negro pelotense, e sua heterogeneidade. Estes se colocaram como espaços de valorização do negro e positividade de sua identidade alcançada através da percepção de sua organização e atividades desenvolvidas. Atividades estas, que conforme destacamos relacionavam-se aos problemas enfrentados pelos negros principalmente em relação à inserção no mercado de trabalho e em apoio a medidas ou situações políticas vivenciadas no momento. Assim como, destacamos os entrelaçamentos dos clubes e também com outras associações, nas quais evidenciamos o vínculo com a associação de cunho operário *Liga Operária*.

O terceiro objetivo específico dessa pesquisa foi analisar as decisões dos membros diretivos dos clubes sociais negros entre 1931 e 1943 em consonância ou não com a associação negra de caráter político-educacional *Frente Negra Pelotense (FNP)*. Neste capítulo demonstramos que a *FNP* buscou uma unidade entre os negros pelotenses, com destaque para o alcance que teve entre os clubes negros. Como expressão desse alcance expusemos a manutenção de preleções pelos membros da *FNP* e convidados junto aos clubes, intitulada *A Hora da Raça*. A *FNP* buscou ainda uma unidade de identidade dentro do próprio meio negro. Buscamos expor essa percepção através dos artigos veiculados pelo jornal *A Alvorada*, o qual foi o porta-voz das ideias da referida associação político-educacional. As associações negras criadas e ou mantidas na década de 1930 e anos iniciais da década de 1940 permitiram perceber a manutenção de uma rede de movimento social negro na cidade de Pelotas. Esta percepção foi por nós demonstrada através de um mapeamento das lideranças negras encontradas no pós-Abolição militando em diferentes associações, assim como das ações empreendidas em conjunto pelas associações pelotenses entre si e/ou com associações de outras localidades em prol dos interesses negros.

Dois clubes negros – *Chove Não Molha* e *Fica Ahí* – foram objeto de um olhar específico no último capítulo desse trabalho. Buscamos então interpretar, na medida do possível, as ações dos membros diretivos desses clubes em direção ao diálogo com doutrinas em voga na época, como o branqueamento e a identidade nacional. Acreditamos que o ponto principal deste trabalho esteja em perceber as associações negras mantidas nos moldes das associações tradicionais da elite branca enquanto espaços de constituição de uma identidade negra positiva ao grupo. Embora existam características que a historiografia convencionou como branqueadoras, a criação de

espaços por negros e voltados aos negros demonstram a busca pela exteriorização de uma identidade positiva negra. Porém, esperamos que tenha ficado explícito ao longo dessa pesquisa, que os negros se viam como parte de um todo nacional e almejavam fazer parte, porém mantendo suas especificidades e buscando constantemente através das diferentes etapas históricas uma condição social que não os avaliasse pela cor de sua pele mas pela sua capacidade com diferentes especificidades.

O pós-Abolição é percebido por nós como o período em que parcela dos negros pelotenses conscientizaram-se da sociedade discriminatória em que viviam e da manutenção desse preconceito pelo governo nacional. Essa conscientização fez com que eles soubessem da necessidade de tomarem para si próprios a tarefa de emancipação dos negros. Emancipação essa que só seria alcançada, através da coletividade. Porém, não devemos incorrer no risco de tomar os negros como um grupo homogêneo, essa coletividade, embora pareça ambígua num primeiro momento, era comungada por grupos diferentes dentro do grande grupo negro. A identidade negra do período então não estava em contraste apenas com os não-negros, mas com os negros que não comungavam da percepção da discriminação racial e da necessidade de união. Essa ideia foi defendida e efetivada pela *FNP*, da qual muitos membros diretivos dos clubes sociais negros participaram e se uniram em prol do fim dos preconceitos raciais. Fato que só seria alcançado, na percepção dos mesmos, através da instrução.

Uma das questões que permanece em aberto e merece estudos futuros está em perceber a identidade negra nos clubes sociais em relação aos diferentes segmentos sociais que poderiam estar nestes espaços o que contribuiria para percebermos as diferenças e permanências das identidades raciais. Ao atentarmos para estas mudanças seria possível captarmos as modificações referentes a um importante operador da questão identitária: a categoria da cor. Como demonstramos, a cidade de Pelotas teve cinco clubes ativos na década de 1930 em diálogo com associações mais politizadas, como por exemplo, a *FNP*. Esta associação político-educacional objetivou uma unidade identitária negra. Uma pesquisa futura deveria focar-se justamente nesta investigação a fim de contribuir com os estudos históricos sobre o movimento negro no Brasil anterior a década de 1970. Os quais ainda não apresentaram uma interpretação de fôlego, sendo que desconhecemos pesquisas específicas deste tipo para o estado do Rio Grande do Sul e que com certeza merecem um olhar mais apurado.

Por fim, vale frisar que a pesquisa aqui desenvolvida não esgota as possibilidades de análise, mas destaca a necessidade de nós historiadores interpretarmos

nosso objeto enquanto parte de um todo inserido em um contexto específico. Assim como evidenciamos a necessidade e possibilidade de oferecermos outras análises ao buscarmos os agentes do processo histórico e as fontes produzidas *por* eles e não apenas *sobre* eles.

Destacamos a necessidade de interpretarmos as associações negras vinculadas a diferentes dimensões e atentarmos para suas redes de movimentação e os objetivos que permeiam o tempo. Nesse sentido, as análises que estão centradas na percepção do continuum e/ou da ruptura tendem a possibilitar uma visualização dos problemas que norteiam a situação racial negra, seja ela brasileira ou não. Visto que ainda hoje as discussões que buscam medidas capazes de modificar a situação dos negros, como por exemplo, as ações afirmativas no Brasil e mais especificamente nas universidades brasileiras evocam a história e tendem a relacionar uma suposta desorganização e falta de unidade dos negros à ocupação de posições inferiores em contraste explícito com os não-negros.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo da Cúria Diocesana de Pelotas:

Certidão de batismo lavrada em 25 de julho de 1875. Livro nº. 16 do assentamento de batismo da Paróquia de São Francisco de Paula, folha nº. 163.

Certidão de óbito lavrada em 3 de março de 1964. Livro C-17, folha nº. 160v, assento de óbito nº. 39264, 2º tabelionato de Pelotas (Certidão de batismo e de óbito gentilmente cedidas pela senhora Isabel Souza).

Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense:

Fundo: Escravidão 2. Série Associação Emancipadora Club Abolicionista.

Fundo: Entidades beneficentes e benemerentes. Sub-série Asilo de órfãos São Benedito de Pelotas.

Fundo: Jornais

A Alvorada de 1931 a 1937 e 1944 a 1949.

A Opinião Pública, de 1931 a 1949.

Diário Popular, de 1931 a 1949.

O Libertador 1931 a 1937.

A Folha do Povo, de 1938 a 1949.

Estatuto da Frente Negra Pelotense. Jornal *A Alvorada*, 14/01/1934.

Arquivo Histórico do Clube Cultural *Chove Não Molha*

- Atas de Diretoria, Conselho e Assembléia de 1930 a 1931 e 1936 a 1941.

- Ata de fundação do Clube *Chove Não Molha*.

Arquivo Histórico do Clube Cultural *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*:

- Histórico oficial do Clube Cultural *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo*

- Atas de Diretoria, Conselho e Assembléia de 1938 a 1943.

- Livro de Presenças do Clube *Fica Ahí P'ra Ir Dizendo* de 1939 a 1943.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Marcio Mucedula. *As organizações negras em São Paulo: Política e identidade cultural*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos (SP), 1998.

_____. Os Clubes Negros e seu papel na constituição da identidade e movimento negro: A história do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio em São Carlos – SP. *InterAÇÕES: cultura e comunidade*, Uberlândia (MG), v.2, n.2, p. 91-105, 2007.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: edição do autor; Sebo Icária, 2008.

_____. O livro que sobrou: presos escravos em Pelotas. *AEDOS*, Porto Alegre, v.2, n.4, p. 342-354, 2009.

ALVES, Lúcio Xavier. *Rodolpho Xavier: uma intelectualidade na organização sindical e na luta dos negros em Pelotas (1931-1935)*. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888 – 1988)*. Bauru (SP): EDUSC, 1998.

_____. *América Afro-Latina - 1800-2000*. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2007.

ANJOS, José Carlos Gomes dos. *No território da Linha Cruzada: a cosmopolítica afro-brasileira*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ Fundação Cultural Palmares, 2006.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Editora da UFPel, 2000.

ARANTES, Erika Bastos. *O Porto Negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do séc. XX*. Dissertação (Mestrado em História) – DEPARTAMENTO, UNICAMP, Campinas (SP), 2005.

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano – 1780-1835*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

BAHY, Cristiane Pinto. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos do Arraial de Viamão (1780-1820): fontes primárias e perspectivas de pesquisa. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, II, 2005, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: OIKOS, 2005. p. 1-13.

BAKOS, Margaret. *RS: Escravismo e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BARBOSA, Paulo Sergio Medeiros. *Memorial Sociedade Musical União Democrata*. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFPel, Pelotas, 2006.

BARRETO, Alvaro. *Dias de folia. O carnaval pelotense de 1890 a 1937*. Pelotas: Educat, 2003.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 185-228.

BASTIDE, Roger. *O Candomblé da Bahia: rito nagô*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

_____; FERNANDES, Florestan. *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos de formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulista*. 2ª ed. rev. (3ª Ed.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959 (1971).

BOBBIO, Norberto. Elites, teoria das (verbetes). In: BOBBIO, Norberto (org.). *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1993. p. 385-391.

BORGES, Vavy Pacheco. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. *Horizontes*, Bragança Paulista (SP), v. 19, p. 01-10, 2001.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____; IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CERTEAU, Michel. Fazer História. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. p. 31-33.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cadernos AEL*, Campinas (SP), v. 14, nº 26, p. 12-47, 2009.

CHAVES, Larissa Patron. *Grandiosos mesmo foram os portugueses – A Sociedade de Beneficência de Bagé (1878-2002)*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2002.

COOPER, Frederick; HOLT, Thomas C.; SCOTT, Rebecca J. *Além da Escravidão: Investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CORREA, Norton. *O Batuque do Rio Grande do Sul: Antropologia de uma religião afro-rio-grandense*. São Luis: Ed. Cultura & Arte, 2006.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura das Ciências Sociais*. Bauru (SP): EDUSC, 1999.

DALLA VECCHIA, Agostinho Mario. Os filhos da escravidão: memórias de descendentes de escravos na região meridional do Rio Grande do Sul. Pelotas: Editora Universitária - UFPel, 1994.

DOMINGUES, Petrônio José. *Uma história não contada: Negro, Racismo e Branqueamento em São Paulo*. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.

_____. *A Insurgência de Ébano: A História da Frente Negra Brasileira (1931-1937)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2005.

_____. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.12, n.23, p. 100-122, 2007.

_____. *A nova abolição*. São Paulo: Selo Negro, 2008.

_____. Os clubes e bailes *blacks* de São Paulo no pós-Abolição: notas de pesquisa. In: Simpósio Nacional de História, XXV, 2009, Fortaleza, *Anais...* Fortaleza: ANPUH, p. 1-8, 2009.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. *Cadernos do PPG em História*. UFRGS, n. 13, dez. 1995.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, UFSM, Santa Maria, 2010.

FERNANDES, Florestan. Os Movimentos sociais no “meio negro” In: A integração do negro na sociedade de classes. v. 2. São Paulo: Dominus Editora/Editora da Universidade de São Paulo, 1965. p .1-95.

Fundação de Economia e Estatística (FEE). De província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul. Censos do RS de 1803 a 1950. Porto Alegre: FEE, 1981.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Schimidt, 1933.

FREYRE, _____. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1936.

GIACOMINI, Sonia Maria. *A Alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da zona norte do Rio de Janeiro – o Renascença Clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

GILL, Lorena & LONER, Beatriz Ana. Clubes Carnavalescos Negros de Pelotas. In: Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, III, 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. São Paulo: Loyola, 1995.

GOMES, Fabricio Romani. *Sob a proteção da princesa e de São Benedito: identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro de Caxias do Sul (1934-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

_____; MAGALHÃES, MAGNA LIMA. Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho: associativismo e visibilidade negra em terras de imigração européias no RS. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 272-282.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Escrita de si. Escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Arilson dos Santos. A formação de Oásis: dos movimentos fretenegrinos ao primeiro congresso nacional do negro em Porto Alegre-RS (1931-1958). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2008.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2005.

GUTIERREZ, Ester. *Negros, charqueadas e olarias*. Pelotas: Ed.UFPel, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

_____. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

HAMEISTER, Martha Daisson. Famílias riograndinas livres e seus escravos através dos registros batismais: unidades soiconômicas (Rio Grande c. 1738-c. 1763). In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, II, 2005, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: OIKOS, 2005. p. 1-18.

HOBBSBAWM, Eric. A história vista debaixo para cima. IN: *Sobre História*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

IEPSEN, Eduardo. *Jacob Rheingantz e a colônia de São Lourenço: da desconstrução de um mito à reconstrução de uma história*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, UNISINOS, São Leopoldo, 2008.

JESUS, Nara Regina Dubois de. *Clubes sociais negros em Porto Alegre-RS: a análise do processo de recrutamento para a direção das associações Satélite Prontidão e Floresta Aurora, trajetórias e a questão da identidade racial*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2005.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KERBER, Alessander. Representações étnicas das identidades nacionais argentina e brasileira em Carlos Gardel e Carmen Miranda. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n. 27, p: 325-358, jul. 2008.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. Significados Cruzados: Um Reinado de Congos na Bahia Setecentista. In: CUNHA, Maria Clementina da (org.). *Carnaval e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. São Paulo: UNICAMP, 2002. p. 71-100.

LAYTANO, Dante de. Alguns aspectos da história do negro no Rio Grande do Sul. In: SILVA, Morency do Couto e; PIRES, Arthur Porto; SCHIDROWITZ, Leo Jeronimo (orgs.). *Rio Grande do Sul: Imagem da Terra Gaúcha: A obra documentário do Estado Sulino, fronteira extrema do Brasil*. 3º v. Porto Alegre: Editora Cosmos, 1942.

LONER, Beatriz Ana. “1887: a revolta que oficialmente não houve, ou de como abolicionistas se tornaram zeladores da ordem escravocrata”. *História em Revista*, Pelotas, v. 3, p. 29-52, nov. 1997.

_____. Negros: Organização e Luta em Pelotas. *História em Revista*, Pelotas, v. 5, número, p. 7-27, dez. 1999.

_____. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande, 1888-1930*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária–UFPel/Rede Unitrabalho, 2001.

_____. Pelotas se diverte: clubes recreativos e culturais do século XIX. *História em Revista*. Pelotas, v. 8, p. 37-68, dez. 2002.

_____. Antônio: de Oliveira a Baobad. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, II, 2005, Porto Alegre, *Anais...* Porto Alegre: OIKOS, 2005. p. 1-17.

_____. Abolicionismo e imprensa em Pelotas. Congresso Internacional de Estudos Históricos, II, 2007, Rio Grande, *Anais...* Rio Grande, 2007. p. 57-64.

_____. A rede associativa negra de Pelotas e Rio Grande. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). *RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 246-261.

_____; GILL, Lorena. Clubes carnavalescos negros na cidade de Pelotas. *Estudos Ibero- Americanos*, Porto Alegre, v. 35, n.º 1, p. 145-162, jan/jun. 2009.

_____. Libertador, O (verbetes). In: _____; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p. 158.

_____. Diário de Pelotas (verbetes). In: _____; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p. 95.

_____. Diário Popular (verbetes). In: _____; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p. 95-96.

_____. Imprensa (verbetes). In: _____; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p. 144-148.

_____. Liga Operária (verbetes). In: _____; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p. 158-160.

_____. Opinião Pública (verbetes). In: _____; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p. 187-188.

_____; _____; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2010.

MAESTRI FILHO, Mário José. *O escravo no Rio Grande do Sul. A Charqueada e a Gênese do Escravismo Gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de São Lourenço de Brindes, 1984.

_____. O negro no sul do país. In: SANTOS, Joel Rufino dos (org.). *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 25, p.231-239, 1997.

_____. *Deus é grande, o mato é maior!* História, trabalho e resistência dos trabalhadores escravizados no Rio Grande do Sul. Passo Fundo: UPF. 2002.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo/RS)*. Tese (Doutorado em História) – Área de Ciências Humanas, UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

MAGALHÃES, Mario Osorio. *Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)*. Pelotas: Editora da UFPel; Livraria Mundial, 1993.

_____. Praças (verbetes). In: LONER, Beatriz Ana; GIL, Lorena Almeida; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2010.

_____. Pelotas: Toda a Prosa. 1º v. (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000.

_____. Pelotas: Toda a Prosa. 2º v. (1874-1925). Pelotas: Armazém Literário, 2002.

MAIA, Mario de Souza. *O Sopapo e o Cabobu*: Etnografia de uma tradição percussiva no extremo sul do Brasil. Tese (doutorado em Música) – Instituto de Artes, UFRGS, Porto Alegre, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio*: os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____; RIOS, Ana Lugão. *Memórias do cativo*: família, trabalho, e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MELLO, Marcos Antonio Lírio de. *Reviras, batuques e carnavais*: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas. Pelotas: Editora Universitária - UFPel, 1994.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Faces da Liberdade, Máscaras do Cativo* - Experiências de liberdade e escravidão, percebidas através das Cartas de Alforria - Porto Alegre (1858-1888). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. Moradia popular e expansão urbana – As vilas proletárias pelotenses. *História em Revista*, Pelotas, volume, número, p. 79-98, UFPel, 2007.

MÜLLER, Liane S. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*: irmandade, jornal e associações negras em Porto Alegre. Porto Alegre: PUCRS, 1999. Dissertação (Mestrado em História).

_____. “As contas do meu rosário são balas de artilharia”. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha (orgs.). *RS negro*: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 262-271.

NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. *Arcaz de Lembranças*. Subsídios para uma breve história da Irmandade do Santíssimo Sacramento e São Francisco de Paula da cidade de Pelotas. 1812-1912. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1982.

NOGUEIRA, Oracy. As associações de “gente de cor”. In: _____. *Preconceito de marca*. As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Edusp, 1998. p. 213-220.

NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco*: estudo de relações raciais. São Paulo: TA Queiroz, 1985.

OLIVEIRA, Leni Dittigen de. Bondes (verbete). In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Editora e Gráfica da UFPel, 2010. p. 34.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

_____. Os (des) caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, n.º. 42, fev. 2000. p 07-21.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OSORIO, Fernando. *A Cidade de Pelotas*. 1ª ed. Pelotas: Oficina Tipográfica do Diário Popular, 1922.

PEDRO, Joana Maria et al. *Negro em terra de branco: escravidão e preconceito em Santa Catarina no século XIX*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PEREIRA, Flávia Alessandra de Souza. *Poder local e representação política: Negros e imigrantes no interior paulista (um estudo sobre o Município de Rio Claro)*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, UFSCar, São Carlos (SP), 2004.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. *Cultura e Afro-descendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2008.

PERES, Eliane Teresinha. *“Templo da Luz”*: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense, 1875-1915. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 1995.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

RAMOS, Arthur. *O negro brasileiro*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 1988 (1ª ed. 1934).

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 2, n.º. 3, p. 7-33, 1996.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1935.

SANTOS, Irene (org.). *Negro em Preto e Branco: história fotográfica da população negra de Porto Alegre*. Porto Alegre: Do Autor, 2005 (especialmente o capítulo intitulado “A Canela Preta, p. 99-107).

SANTOS, José Antônio dos. *Raiou “A Alvorada”*: Intelectuais negros e imprensa, Pelotas (1907-1957). Dissertação (Mestrado em História) – Área de História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Raiou a Alvorada*: Intelectuais negros e imprensa. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária–UFPel, 2003.

SANTOS, Sherol dos. Apesar do cativo: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1824). Dissertação (Mestrado em História) – Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação, UNISINOS, São Leopoldo, 2009.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, Brasília, p.109-130, 2006.

SEYFERTH, Giralda. “Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização”. In: *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996. p. 41-58.

SILVA, Fernanda Oliveira da. Banda União Democrata (verbete). In: LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p.27.

_____. *Raça, sociabilidade e identidade num clube pelotense*: Clube carnavalesco negro Fica Ahí Pra Ir Dizendo (1938-1943). Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFPel, Pelotas, 2008.

SIMÃO, Ana F. *Resistência e acomodação*. A escravidão urbana em Pelotas-RS (1812-1850). Passo Fundo: Editora da UPF, 2002.

SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala, Uma Flor: Esperanças e Recordações Na Formação da Família Escrava* (Brasil Sudeste, Século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Paulo Roberto. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, Pelotas, v. 7, p. 65-91, 2001.

SOHIET, Rachel. *A subversão pelo riso*: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TAVARES, Viviani dos Santos. *Manoel da Motta Monteiro Lopes e a construção dos laços de identidade entre a elite negra pelotense*. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, UFPel, Pelotas, 2005.

THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. . Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

TORRES, Luiz Henrique. *Carlos Santos: trajetória biográfica*. Porto Alegre: CORAG, 2004.

VON SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. *Carnaval em branco e negro. Carnaval popular paulistano (1914-1988)*. Campinas (SP): UNICAMP; São Paulo: SP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

WARE, Vron (org.). *Branquidade: Identidade branca e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WISSENBACH, Cristina Cortez. Da escravidão a liberdade: Dimensões de uma privacidade possível. In: NOVAIS, Fernando A. (coord); SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 49-130.

XAVIER, Janaina Silva. Caixa-d'água (verbete). LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena; MAGALHÃES, Mario Osorio (orgs.). *Dicionário de História de Pelotas*. Pelotas: Ed. da UFPel, 2010. p. 39.

ANEXOS

Anexo A- *Transcrição do registro da Irmandade de Nossa Senhora da Assumpção e Boa Morte*

Instituição da Irmandade de Nossa Senhora da Assumpção e Boa Morte

No ano de 1829 a gente de cor livre e cativa formou esta Irmandade, não aparecendo seus livros antigos que se desencaminharam durante a guerra civil de 1836 a 1844.

Por si e com esmolas veio do Porto no ano de 1829 a respeitável Imagem da Senhora da Boa Morte e fizeram-lhe sempre festinha no mês de Agosto até o ano de 1835.

Em 15 de agosto de 1847 se reuniram os Irmãos que existiam dos antigos e com outros devotos geriram a festividade como consta no seu novo livro de Atas rubricado pelo Juiz de Direito Doutor Joaquim José Cruz Secco em 3 de Maio de 1853.

Em 25 de Maio de 1851 geriram seu compromisso que obteve aprovação do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo do Rio de Janeiro Dom Manoel do Monte [?] Araujo por Provisão de 4 de Setembro do mesmo ano, e Carta Imperial assinada por Sua Majestade Imperial Dom Pedro 2º e por seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça o Conselheiro Euzébio de Queiros Coutinho Mattoso da Câmara datado de 5 de Novembro do mesmo ano.

Tem esta Irmandade muitos Irmãos de gente [?] negra, e sendo juiz no ano de 1853 o charqueador Manoel [?] despendeu cerca de um conto de réis em mandar vir da Bahia a Imagem de Nossa Senhora da Assumpção de que fez doação à Irmandade em 11 de Dezembro de 1853 [?].

A Irmandade faz a procissão do enterro na noite de 15 de Agosto e algumas vezes a festa com procissão sai dia 16 ou só uma festinha conforme as forças e maior ou menor devoção do juiz nomeado.

Acompanham os seus Irmãos finados à Igreja e mesmo ao Cemitério; e não tem rendimento algum além das jóias e esmolas dos Irmãos, dos devotos e dos anuais.

Pelotas 20 de dezembro de 1862.

Historiado por José Vieira Pimenta por documentos e informações dos antigos (Fonte: LT-CSFP, 1862, p. 122).

ANEXO B- Transcrição do registro da Irmandade de Nossa Senhora da
Conceição

*Instituição da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição na Matriz da cidade
de Pelotas*

Em 26 de novembro de 1820, reuniram-se os homens de cor, pardos e pretos livres e cativos tendo à testa o preto forro João Pedro da Motta, formaram a Irmandade obtendo do nosso vigário e da Irmandade do Santíssimo Sacramento um altar em cada lado em linha oblíqua, e em dezesseis de dezembro do mesmo ano fizeram perante o vosso vigário um compromisso que além da festividade a Nossa Senhora, no dia oito de dezembro, tendia a beneficiar os irmãos e irmãs que empobrecessem, e a qualquer outro necessitado que requeresse socorro independente de ser irmão conforme as forças da Irmandade; e também para dar mortalha e conduzir ao cemitério tanto aos irmãos como a qualquer necessitado: não declarava se era só para a gente de cor, o que da a conhecer que seria para todos em geral. Foi formada a referida Irmandade com a licença que pediram ao Vigário, mas com data de 8 de janeiro de 1821 se acha aberto e rubricado pelo Provedor Desembargador juiz das capelas José Teixeira da Motta Bacellar um livro para as atas.

No ano de 1821 a preta Felícia Maria da Conceição mandou vir a imagem de Nossa Senhora da Conceição que atualmente está no Asilo das órfãs por ter a Irmandade no ano de 184[6]²⁰⁴ (sic) obtido outra maior por troca feita com Manoel Antonio Pereira²⁰⁵ que pertencia ao oratório de sua charqueada na costa de Pelotas do qual foi capelão Frei Marcellino, Abade de São Bento. Até 1836 seguiu a Irmandade o seu compromisso fazendo festinha a Nossa Senhora com nomeação de Protetores e juízes por devoção de pessoas abastadas ou de influência do lugar, mas, juízes, freiras e mesários irão sempre dos seus irmãos de cor. De 1836 a 1844 estando a cidade deserta por causa da Revolução da Província nada se fez; mas em 1844 já houve festa e sermão pelo Vigário, o padre Jerônimo (?), fazendo-se eleição.

Em 9 de maio de 1847 fez a Irmandade já composta de quase tudo gente nova e grada e de poucos irmãos dos antigos fez um novo compromisso com 52 artigos

²⁰⁴ No original consta somente 184, porém na mesma frase, em anotação fora do texto consta 1846, levando-se em consideração as características próprias da redação do texto assim como as datas, julgamos que a anotação seria em referência ao ano.

²⁰⁵ Anotação fora do texto “em 1846”.

aprovados pelo Reverendíssimo e excelentíssimo senhor Dom Manoel Monte [?] Araújo, Bispo do Rio de Janeiro por Provisão de 13 de dezembro do mesmo ano e por Carta Imperial de 13 de Maio de 1848, Assinada por Sua Majestade Imperial e por Seu Ministro de Estado O Conselheiro José Antonio Pimenta Bueno declarando esse compromisso de só se admitirem para Irmãos pessoas livres e de exemplar conduta (*LT-CSFP*, 1862, p. 119-120).

ANEXO C- Transcrição do registro da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário

Instituição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário ereta na Matriz

No ano de 1831, a gente de cor, livre e cativa fundou a Irmandade, e no mesmo ano chegou do Porto a Imagem de Nossa Senhora do Rosário a expensas da Irmandade e de esmolas que pediram, e geriram (sic) a festa a Nossa Senhora até o ano de 1835, e desse ano até 1844 nada se fez.

Em 1844 alguns dos antigos Irmãos com outros que admitiram continuaram a festejar Nossa Senhora no 1º Domingo de Outubro, com mais ou menos pompa, e com procissão ou sem ela conforme suas forças.

Tem o seu livro de Despesas e Receitas e outro de Atas rubricado pelo juiz de Direito Doutor Juiz [?] José da Cruz Secco em 27 de Março de 1849, tendo iniciado essa escrituração em 1845.

O seu compromisso é datado de 30 de novembro de 1851, com aprovação do Excelentíssimo e Reverendíssimo Bispo do Rio de Janeiro Dom Manoel do Monte [?] Araújo por Provisão de 10 de Março de 1852, e Carta Imperial assinada por Sua Majestade Imperial, o Senhor Dom Pedro 2º e o seu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça o Conselheiro Euzébio de Queiros [?] da Comarca de 3 de Maio de 1852.

Não tem esta Irmandade rendimento algum além das jóias e anuais de seus Irmãos.

Os principais fins da Irmandade é (sic) fazer a festa a Nossa Senhora e ir buscar os Irmãos falecidos para os conduzir (sic) a Igreja e mesmo ao cemitério.

Historiador José Vieira Pimenta juntou livros, documentos e informações fidedignas (LT-CSFP; s/d; p.121b).

Estatutos da Frente Negra Pelotense

(Ainda em estudos)

Capítulo I

Da Frente Negra e seus fins

Art.1º. – A Frente Negra fundada em 10 de maio de 1933, com sede e foro na cidade de Pelotas, é uma associação cultural e educacional, composta de número ilimitado de sócios, a partir de 30, organizada em conformidade com o decreto n. 173 de setembro de 1893.

Art. 2º. – O principal fim da Frente Negra é a instrução, educação e elevamento da raça Negra.

Reunir e unir todos os descendentes da mesma raça, ministrando-lhes ideias, ensinamentos nobres e altruísticos.

Procurar pelos meios a seus alcances a melhoria das condições intelectuais de seus associados.

§ 3º - Amparar individualmente aos sócios prestando-lhes se possível assistência judiciária, médica, hospitalar.

§ 4º - Realizar palestras, conferências, propaganda pela imprensa do país e estrangeiro, e todas as ações tendentes ao elevamento moral do homem negro.

§ 5º - Organizar uma biblioteca, cursos noturnos, diurnos de alfabetização, para os quais serão criados regulamentos à parte, e todas as iniciativas de utilidade para o engrandecimento da raça.

§ 6º - Pleitear a admissão de elementos de cor aproveitável nos ginásios.

Capítulo II

Dos socios, seus direitos e seus deveres

Art. 3º. – Poderão associar-se á Frente Negra todos aqueles que se interessem sinceramente pelo desenvolvimento intelectual da raça, com a idade mínima de 16 anos. A Frente não poderá aceitar como sócios, mais do que a percentagem de 10% elementos pertencentes a qualquer outra raça.

Art. 4º. – Haverá duas categorias de sócios

Fundadores – os que se inscreverem 3 meses depois da instalação da I Assembléia Geral, por proposta de outro sócio, para devida inscrição será necessário que o candidato em parte satisfaça o seguinte:

1) Nome. 2) Cor. 3) Idade. 4) Sexo. 5) Profissão. 6) Estado Civil. 7) Nacionalidade. 8) Filiação. 9) Domicílio. 10) Altura. 11) Lê? 12) Escreve? 13) Natural de. 14) Vacinado? 15) Sabe nadar? 16) É reservista? 17) Conta?

Art. 5º. – São direitos dos sócios:

Tomar parte, votar e ser votado, nas Assembléias Gerais, salvo restrição no Art. 3º letra a.

Requerer com mais de 25 sócios quites a convocação de Assembléias Gerais Extraordinárias, que não poderá ser demorada por mais de 7 dias.

Art. 6º. – São deveres dos sócios:

Pagar pontualmente a mensalidade de 1\$000 mil réis.

Comparecer as Assembléias Gerais e acatar duas decisões quando forem aprovadas unanimemente.

Aceitar e desempenhar com todo ardor e sobriedade o cargo para que foi eleito.

Prestigiar a Frente Negra e propagar o espírito associativo na Raça Preta bem assim como qualquer outra raça.

Art. 7º. – São penalidades aplicáveis – A Suspensão e Eliminação.

§ 1º - Serão Suspensos:

Os que se atrasarem em mais de 3 meses, no pagamento de suas mensalidades.

Os que desrespeitarem os regulamentos.

§ 3º - Serão eliminados os que:

Se atrasarem em mais de um ano, no pagamento de suas mensalidades, salvo causa justificada, ao critério da diretoria.

Os que premeditadamente promoverem os descrédito, ou desunião em seus membros.

§ 4º - As penalidades serão aplicadas pela Diretoria, havendo recurso para apelação a Assembléia Geral.

Capítulo III

Da Administração.

Art. 8º. – A F.N. será administrada, por uma diretoria composta de 10 membros: Presidente, Vice presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º Tesoureiros, Diretor Geral e um conselho fiscal, com 3 membros, os quais serão eleitos anualmente, por escrutínio secreto, em Assembléia Geral.

Art. 9º. – A diretoria Compete:

Dirigir a F.N. administrar seus bens promover por todos os meios seu engrandecimento.

Elaborar regulamentos internos.

Fazer cumprir as determinações dos Estatutos e regulamentos, suas resoluções e as das Assembléias Gerais.

Decretar e tornar efetivas as penalidades.

Reunir-se em sessão ordinariamente, 15 em 15 dias, extraordinariamente, sempre que o presidente a convocar, devendo suas decisões serem tomadas por maioria de votos com presença mínima de 2/3 de diretores.

A Diretoria nomeará 2 oradores a seu critério.

Art. 10º. – Ao presidente compete:

Representar a F.N. nas suas relações com terceiros, podendo para tal fim delegar poderes.

Convocar e presidir as sessões da Diretoria e da Assembléia Geral.

Assinar as atas das sessões, rubricar os livros da secretaria e tesouraria, visar todas as contas, de acordo com o tesoureiro e todos os papeis que dependerem de sua assinatura.

Nomear funcionários si preciso e deus vencimentos.

Organizar um relatório semestral das ocorrências sociais e apresentá-lo á Assembléia Geral.

Art. 11. – Ao vice- presidente compete substituir o presidente em seus impedimentos.

Art.12. – Ao primeiro secretario compete:

Substituir o presidente nos impedimentos do vice-presidente.

Redigir e assinar as atas, a correspondência e publicações.

Ter sob sua guarda todos os livros da F.N. exceto os da tesouraria.

Art.13. ° - Ao 2º secretário compete:

Substituir o 1º secretário em seu impedimento e auxiliá-lo quando em ação.

Art.14. ° - Ao 1º tesoureiro compete:

Ter sob sua guarda e responsabilidade todos os valores da F.N.

Efetuar pagamentos e recebimentos

Apresentar ao Conselho Fiscal, um balancete tri-mensal e um balanço anual.

Art. 15º. - Ao 2º tesoureiro compete auxiliar o 1º tesoureiro e substituí-lo em impedimentos.

Art.16º. – Ao diretor geral compete:

Guarda da sede social, seu conservamento e regularidade das horas de expediente, autorizar despesas ordinária, visando as contas, fiscalizar e dirigir os regulamentos internos que se fizerem.

Art. 17º. – Ao Conselho Fiscal compete:

Organizar o orçamento para o exercício financeiro, de cada ano social que coincidirá com o ano civil.

Dar parecer sobre as despesas extraordinárias sobre o balancete trimestral e balanço anual.

Reunir-se ordinariamente, uma vez por mês e extraordinariamente, quando necessário.

§ Único – O parecer sobre o balanço anual deverá constar da ordem do dia da Assembléia Geral convocada para eleição da Diretoria.

Art. 18º. – Os membros da diretoria perderão seu mandato quando:

Quando ocorrerem nas penalidades previstas no art.7º.

Quando faltarem três reuniões sem causa justificada

Capítulo IV

Das Assembléias

Art. 19º. – As assembléias são soberanas, só não podendo, modificar os fins da F.N. se dividirão em Ordinárias e Extraordinárias.

Art. 20º. – A Assembléia Geral Ordinária terá lugar em 15 de novembro de cada ano para tomar conhecimento do relatório anual, balanço do tesoureiro, respectivo parecer do conselho fiscal e eleição da diretoria.

Art. 21º. – As assembléias extraordinárias terão lugar sempre que o presidente julgar necessário, ou a requerimento de 25 (vinte e cinco) sócios quites, que especificarão os motivos da convocação.

§ Único – A assembléia geral quando requerida pelos sócios não poderá ser negada pela diretoria. A sessão não deverá funcionar com menos de 25 sócios, devendo a ela comparecer os requerentes.

Art. 22º. – As assembléias que ordinárias ou extraordinárias, só poderão realizar-se com a presença mínima de 25 sócios em 1ª convocação, de 20 na segunda, realizando-se em 3ª com qualquer numero de sócios – devendo as convocações serem espaçadas de 5 dias.

§ Único – As assembléias gerais só tratarão dos assuntos para que foram convocadas.

Capítulo V

Do Patrimônio Social.

Art. 23º. – A administração de todos os bens da F.N. compete á diretoria assistida pelo conselho fiscal.

Art. 25º. – O patrimônio será constituído por

Mensalidades

Jóias cobradas somente 3 meses depois da fundação da F.N. constituída.

De doações

Juros

Venda ou compra de bens moveis ou imóveis

Saldos verificados na verba despesas gerais - quando levantado anualmente.

Art. 26º. – A verba despesas gerais, será aplicada na manutenção dos serviços da F.N. para qual será conservada em caixa a importância de 200\$000(duzentos mil réis) sendo o excedente recolhido a agencia do Banco do Brasil.

Art. 27º. – Os custos omissos neste Estatuto serão resolvidos em assembléia geral.

Art. 28º. – Revogam-se disposição em contrario.

(A Alvorada, 14/01/1934, p. 2 e p.8).

ANEXO E- Discurso de Miguel Barros (representante da *FNP* no I Congresso Afro-brasileiro)

Discurso do representante da Frente Negra Pelotense

Miguel Barros

Porta voz da *Frente Negra Pelotense*, organização representativa da raça ethiópica do Rio Grande, vim dizer-vos do idealismo que perpassa pelos negros do sul, de seu sentimento de reivindicação, de seu desejo de tornar a vida de seus novos e futuros descendentes, menos atribulada, com o ambiente nacional mais sincero e honesto, mais digno e fraternal, para que seus filhos possam ingressar com facilidade, nas esferas cultas contribuindo pelo futuro do Brasil.

A *Frente Negra Pelotense*, entidade que tem por lema: União, Cultura e Igualdade, que devem ser invocadas, quando se inicia um movimento, portentoso e inédito do elevamento moral, intelectual e social do negro: de uma raça entregue à si mesma e que não tem outra coisa senão sua extraordinária capacidade de trabalho e inteligência virgem, que deve e merece ser cultivada. Para que essa massa, que foi na submissão, sempre dirigida, sem a menor noção de humanidade: impedida de sair do marasmo, da inatividade; embargadas nos passos para uma arrancada sublime e patriótica, que viria fortalecer, de uma vez por todas, uma terra, que se pouco fez, foi somente porque essa grande maioria de 80% da população brasileira, vive à parte, no analfabetismo e que necessita de segunda abolição, que desenvolva a mente, para que se interesse, pelos problemas, que lhe dizem respeito, que a levará ao caminho extraordinário que conduz a evolução humana.

De todas as iniciativas pelo progresso do Brasil, nenhuma, vem tanto solucionar esta necessidade, como a da organização da gente negra. É este o caminho que devem seguir, todos aqueles que se interessam pelas coisas que nos dizem respeito.

Raça de um passado glorioso, de figuras que afirmaram suas possibilidades, hoje, postas fora de dúvidas pela ciência. Mas a ciência e os nossos poucos que sobressaíram, nada podem, contra a má vontade, intolerância enfim todos os atributos em oposição a razão, frutos exclusivos de inconscientes irreprimidos, que foram transmitidos pelos que ostentaram o chicote.

A este inconsciente, não basta ao raciocínio, a afirmação científica, expoentes com seu valor, nada disto chega, para sublimá-lo.

É preciso uma grande avalanche, um despertar majestoso, empolgante, um ressurgir gigantesco. Uma evolução coletiva que se imponha.

Uma marcha iniciada pela própria raça, com a resolução nítida dos capacitados, pois até hoje, poucos de nós se haviam lembrado, sem que houvesse, entretanto uma atividade que viesse tornar prática, qualquer coisa ao bem comum.

Muitas tentativas já por nós se haviam feito, na ânsia de organização e mentalidade; sentindo a dor, com a intensidade da vítima, como só ela pode avaliar.

Esperançosos sempre, de melhores dias. Atacados pelos pessimistas, nosso ideal são, prossegue sua luta.

De Pelotas nasceu o movimento abolicionista do Rio Grande. Canabarro com a “Voz do Escravo”, lançou a semente, que deveria conquistar a vitória, da primeira libertação da descendência africana. Depois desse ciclo, o da abolição, não terminou com ele, a ideia que dos pretos até então se fazia. Obrigados pelo desenvolvimento natural, foram os senhores obrigados a atenuar o tratamento, mas, nem por isso, deixamos de ler o anúncio de “precisa-se de um branco ou branca.” Ao homem de cor, só lhe trocaram papéis.

É ele quem constrói. Seus músculos desenvolvidos demonstram sua ação, mas é preciso, que ao traquejo material, junte-se a capacidade de pensar, raciocinar, deduzir, dominar vícios, ambicionar, para conseguir uma diretriz elevada, para suprimir exploração, preconceitos, desigualdade.

Muito debatida tem sido a existência ou não, do preconceito. Nós que o sentimos, combatemos juntos e principalmente contra o atraso da descendência Afro-brasileira.

A cada passo, vem contra nós a demonstração chocante da seleção racial. Temos, ainda no sul, a proibição da entrada em certos lugares públicos, teatros, cafés, barbeiros, colégios, etc.

Em todas as classes, desde o proletariado, onde no ganha-pão diários, se misturam todos trabalhadores, o preto, será esquecido, ou irá para a cozinha, em alguma festa que o branco improvisar; até a classe alta, onde o intelectual negro, teve de ingressar, contribuindo com seu esforço, para o meio onde vive, afastado de seus irmãos, que como ele também sofrem, párias do cancro preconceituoso.

No comércio, no funcionalismo, preto vegeta em porteiros, contínuos, etc., Surge sempre a expressão do pistolão que ao solicitar emprego, diz: “É meu sobrinho

rapaz inteligente e... é branco”. A mulher é a ama, doméstica, costureira. Atualmente onde a mulher pode exercer sua atividade, é no funcionalismo, no professorado.

Muitas jovens etíopes, que se diplomam educadoras, lutam para conseguir lecionar e tem que o fazer particularmente, na impossibilidade de trabalhar para o Estado, A maioria desiste, vendo os exemplos dolorosos e vai para a costura, condição máxima, que pode desejar a mulher que possui os “considerados” característicos da descendência africana.

A campanha para a raça e a nacionalidade, deve ser de organização e também de reverência com nossos antepassados. A maioria brasileira tem em suas veias o sangue afro, dos construtores de nossa terra. Com honestidade, sinceridade, devemos ter amor filial, para com nossos avós, que tanto sofreram, sejamos dignos, aceitando nossa herança.

Pela unificação e educação trabalhamos. Com a consciência do que somos, desejamos ser unidos e instruídos, sentindo a paralisação secular de nossa Raça foi que fundamos a F.N.P. e proclamados seus ideais, se espalharam pelo Rio Grande, fazendo despertar uma coletividade adormecida; como também trabalha nossa gente em São Paulo.

Sem fazer a mínima restrição com respeito a raças, para fazerem parte de nossa organização, damos toda amplidão a ela, demonstrando que não queremos seleção, mas sim a suprimi-la e equiparar nossa gente, pelo desenvolvimento intelectual.

A *Frente Negra Pelotense*, da plaga de Marcílio Dias, cumprimenta o I Congresso Africano-Brasileiro, da terra pernambucana de Henrique Dias, com um amplexo sincero, pela Grandeza da raça²⁰⁶.

Fonte: ANAIS - Estudos Afro- Brasileiros - *Trabalhos apresentados no I Congresso Afro-Brasileiro reunido em Recife em 1934*. 1º vol. Rio de Janeiro: Ariel Editora, 1935.

²⁰⁶Transcrição do discurso gentilmente cedido pela prof^a. Beatriz Ana Loner.

ANEXO F- Transcrição de notícia referente à agressão sofrida pelo *Clube Chove Não Molha* em 1939.

Carnaval de Sangue

A desordem ontem – a falta de respeito às senhorinhas do préstito – O revide justo do cordão – agressão armada ao desfile – O espancamento em massa – Muitas pessoas feridas – Pelotas esta de luto, porém confiada na punição dos culpados da inominável cena.

A sociedade culta e ordeira desta terra assistiu, ontem em pleno Carnaval, a um fato inédito nos anais da sua historia sem mancha: um grupo de civis, tendo entre si pessoas de responsabilidade pelos cargos que exercem, dissolveu com uma patrulha, a golpes de sabre, o ordeiro tradicional cordão Carnavalesco “*Chove Não Molha*”, que ia em passeata pela principal rua da cidade.

O querido cordão pelotense, tradicional pela sua compostura e pela sua serenidade, transitava, debaixo de aclamações pela Rua Andrade Neves, segundo vós unânime da população, quando um grupo de pessoas, em traje civil, que as autoridades estão identificando, penetrou na formatura, tentando agarrar, em gestos obscenos, as senhorinhas que faziam parte do préstito.

Em legitima defesa do seu patrimônio moral e para resguardar, também os foros de honradez da nossa população – que jamais assistiu cenas desse jaez – o pessoal do cordão, num revide justo, expulsou do seu seio o grupo em desordem.

Pondo-se em marcha, sob vitores e palmas, o simpático conjunto entrou, sempre sob aplausos, em a nossa rua 15, a principal artéria, onde um povo inteiro – principalmente senhoras e crianças – assistia ao desfile.

Quando já em frente á Confeitaria Gaspar, perante uma multidão confiante, desenrolou-se, então, a tragédia.

Surge, de inopino [?], um grupo de soldados (não se sabe ainda por ordem de quem) e dissolve a golpes de sabre o cordão e marcha.

Imagine-se uma batalha em plena rua 15, onde estavam talvez trinta mil pessoas, a ter-se-á ideia do que foi a hecatombe.

Mulheres feridas, crianças aos gritos, casas invadidas, cadeiras quebradas, a confusão, a dor, o sangue enfim.

Diversas pessoas, inclusive senhoras, receberam curativos na Santa Casa.

Há uma sombra de tristeza envolvendo a cidade em luto.

A imprensa, que é uma auxiliar da ordem, não pode silenciar diante desse fato inominável, que constitui uma diminuição lamentável do carnaval antigo, que foi sempre uma gloriosa tradição do povo pelotense.

O nosso silêncio, atendendo a pedidos, seria a convivência com os perturbadores.

A sociedade pelotense confia, todavia, na ação do sr. dr. Cameiro de Oliveira, ilustre Delegado de Polícia, e na do sr. major comandante do valoroso 9º R.I., que saberão, de certo, punir os culpados.

Terminando o inquérito, divulgaremos, então, os nomes dos culpados.

- O primeiro Cordão a levar a sua solidariedade integral ao conjunto agredido foi o querido “Fica Ahi” o campeão de Pelotas.

- Sabemos que todas as sociedades locais, num gesto de fraternização, vão levar ao ilustre Presidente Getúlio Vargas, em memorial telegrafado, o seu protesto contra a selvageria de ontem.

Os Feridos

Na inominável arruaça de ontem ficaram (além de centenas com escoriações) feridas as seguintes pessoas:

Zulmira Rodrigues Jorge, solteira, 15 anos, vergastada a centurião, ficando sem sentidos.

Juvenal Jorge, 40 anos, ferido a sobre a centurião.

Odete Machado, solteira, ferida a centurião.

Floriano Soares, residente a Vila Silva, ferido a sabre.

Amerinda Ramos Dias, com 15 anos, solteira, residente a Rua General Vitoriano n: 419, contusões em consequência de socos e queda de encontro á calçada. Esta vítima perdeu, também, na ocasião, o dinheiro que levava.

Maria Bassi, com 34 anos, solteira, residente á Rua 15 de Novembro, ferimento na região frontal e no nariz.

Yedda Araujo, com 7 anos, filha de Mario Araujo, residente á praça Julio de Castilhos n. 139, ferimentos nas mãos.

José de Freitas, com 46 anos, de cor preta, ferimento no couro cabeludo.

Moema Virginia Gallo, com 28 anos, casada, residente á Rua Capitão Cícero n.438, ferimento no punho esquerdo e mão.

Joaquim Ramos, com 26 anos, pardo, solteiro, residente na estrada da Guabirola n.106, ferimento no couro cabeludo e polegar da mão direita.

João Francisco Machado, com 20 anos, solteiro, pardo, residente á Rua Marcilio Dias n. 103, ferimento no nariz e escoriações (*Folha do Povo*, 22/02/1939, p.1).

CÓPIA DA ATA DE FUNDAÇÃO

Aos 26 dias do mês de Fevereiro de 1919, na alfaiataria de Otacílio Borges Pereira, estando reunidos em suas bancas de trabalho OTACILIO BORGES PEREIRA, ANTONIO SILVEIRA FALCÃO, HENRIQUE CANCIO DE PAULA, PEDRO VARGAS e ANTENOR VIEIRA; por iniciativa de Otacílio, foi combinado entre esses cidadãos, a idéia de se fazer um grupo para festejar o carnaval de 1919,

Cujo grupo, não passava de uma brincadeira, tal foi o sucesso da saída, que seus iniciadores resolveram levar adiante aquela idéia.

Convocaram para a reunião que foi iniciada a primeira reunião dessa entidade, após trocar diversas idéias, foi então perguntado pelo então presidente do grupo, se continuaria sendo o nome de Chove Não Molha, conforme já tinha sido antes escolhido pelo Sr. Antônio Silveira Falcão, sendo aceito por unanimidade e com farta salva de palmas pelos presentes. A seguir, o Sr. Otacílio Borges Pereira, ainda emocionado pelo auge daquele acontecimento, disse estar aprovado o nome de Chove Não Molha e pediu permissão para que dessem o colorido nesse sugestivo nome, dando-lhe, as cores Azul e Preto, que também foi recebido com o mesmo entusiasmo que obteve o nome. Tendo nesse momento o Sr. Presidente da reunião, agradecido a reverência e sugeria a criação de uma diretoria para reger os destinos desse móvel cordão no período de 1919 a 1920. Mais uma vez foi motivo de grande aplauso, sendo aclamada os nomes dos principais dirigentes da diretoria, ficou assim constituída: Presidente José Gomes de Oliveira, Vice presidente Cância de Paula, Primeiro Secretário Otaviano Elízio de Alcântara, Primeiro tesoureiro, Otacílio Borges Pereira, Porta estandarte Otávio Granja, Diretor de cordão Pedro Vargas, Primeiro orador Otávio Gomes de Oliveira, Segundo orador Antenor Vieira.

Nada mais há tratar, o Sr. Presidente agradeceu o comparecimento de todos os presentes e convidou os mesmos, para tomar um copo d'água.

A referida reunião terminou as 11 horas da noite.

Sala provisória do Grupo Carnavalesco Chove Não Molha, situada a rua Andrade Neves, 676 Pelotas

Otacílio Borges Pereira.

Otaviano Elízio de Alcântara

Presidente

Secretário